

intelligere

Revista de História Intelectual
Edição nº 7 | Jul. 2019

ISSN: 2447-9020



Intelligere

Revista de história intelectual

nº 7 – jul. 2019 - ISSN: 2447-9020

Intelligere, Revista de História Intelectual é um periódico científico semestral, eletrônico, trilingue (português, espanhol e inglês) dedicado aos estudos de História Intelectual e História das Ideias.

Intelligere publica artigos originais, entrevistas, resenhas de livros, notícias de pesquisa em andamento, traduções e fontes documentais relevantes para a história intelectual.

Revista de acesso livre, *Intelligere*, com o apoio da Universidade de São Paulo, assume todos os custos pelo processamento e publicação dos artigos, sem qualquer custo para autores e leitores.

Administração / Correspondência

Office /Contact

Revista Intelligere

Universidade de São Paulo

CHC - Centro de Interunidades de História da Ciência

Av. Prof. Lineu Prestes, 338 – Térreo

Cidade Universitária – São Paulo – SP

CEP 05508-900

telefone (11) 3091-3776

e-mail: intelligere.revista@gmail.com

SUMÁRIO

~ I ~

Editorial

Sara Albieri

ARTIGOS

~ 1 ~

A participação italiana nas primeiras décadas do movimento americanista (1890-1946)

Andrea Ciacchi

~ 53 ~

História das Ciências e seu papel na educação básica brasileira: um ponto de vista dissonante

Amaury Cesar Moraes

~ 75 ~

O Pensamento Eugênico e a Imigração no Brasil (1929-1930)

Dayana de Oliveira Formiga, Ana Beatriz Rodrigues de Paula e Charles Aparecido Silva Melo

~ 97 ~

Considerações sobre a produção historiográfica no primeiro quartel do século XX a partir do I Congresso Internacional de História da América (1922)

José Lúcio Nascimento Júnior

~ 109 ~

“Um decisionismo saudável”: a resposta de Otto Hintze para a crise do historicismo

Marcelo Durão Rodrigues da Cunha

~ 139 ~

Ernst Cassirer, Alemanha e Europa Ocidental no espelho da história intelectual: apresentação e tradução

Serzenando Alves Vieira Neto

~ 161 ~

Philippe Ariès e a história no tempo: O registro francês de um historiador *outsider*

Manoel Mota

~ 195 ~

A divulgação de conhecimentos científicos no Brasil entre os séculos XVIII e XIX : comentários e reflexões

Paulo Henrique Trentin

DOSSIÊ
2º Congresso de História da Ciência e da Técnica

~ 209 ~

História e Discurso: considerações entre linguagem e gestos de leitura para uma História da Ciência
Wanderson Rodrigues Morais e Maria José Pereira Monteiro de Almeida

~ 220 ~

A Pedagogia Jesuítica e a Pedagogia de Anísio Teixeira: Pressupostos da História e Historiografia para uma Pedagogia como Ciência
Leyvijane Albuquerque de Araujo

~ 238 ~

A Ciência da História como Ciência das Leis: Uma leitura viquiana
Ivan Leski

~ 247 ~

Clinâmen, eidôlon e o infinitesimal: ciência nômade em contraposição à ciência de dados
Ana Elisa Antunes Viviani

~ 263 ~

Ciência econômica e economia da cultura: Transferências e especificidades
Ana Paula Nobile Toniol e Sara Albieri



ARTIGOS - ARTICLES

A participação italiana nas primeiras décadas
do movimento americanista (1890-1946)

Andrea Ciacchi¹

Professor do Departamento de História
Universidade Federal da Integração Latino-Americana de Foz do Iguaçu
andrea.ciacchi@unila.edu.br

Como citar este artigo: CIACCHI, A. “A participação italiana nas primeiras décadas do movimento americanista (1890-1946)”, *Intelligere, Revista de História Intelectual*, nº7, p. 1-52. 2019. Disponível em <<http://revistas.usp.br/revistaintelligere>>. Acesso em dd/mm/aaaa.

Resumo: Este artigo aborda a participação italiana no “movimento americanista”, considerado desde a criação, em 1895, da *Société Américaniste de Paris (SAP)*, e num recorte cronológico que se encerra no final da II Guerra Mundial. Através da reconstrução das trajetórias de alguns nomes que se ligaram a esse campo, busca-se compreender o alcance e a consistência da contribuição italiana aos estudos americanos, no período selecionado.

Palavras-chave: Americanística, Intelectuais italianos, América Latina, Antropologia, Etnologia.

Italian participation in the first decades of the Americanist movement (1890-1946).

Abstract: This paper deals with Italian participation in the "Americanist movement", considered since the creation in 1895 of the *Société Américaniste de Paris (SAP)*, and in a chronological cut that ends at the end of World War II. Through the reconstruction of the trajectories of some names that have been linked to this field, it is sought to understand the reach and consistency of the Italian contribution to the American studies in the selected period.

Keywords: Americanism, Italian Scholars, Latin America, Anthropology, Ethnology.

¹ Andrea Ciacchi, antropólogo pela Universidade de Roma La Sapienza (1984), mestre em Literatura Brasileira pela UFPB (1988) e doutor em Estudos Ibéricos pela Universidade de Bolonha (1993), é docente da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, onde desenvolve pesquisas na área da história intelectual latino-americana. andrea.ciacchi@unila.edu.br

Introdução

São muito conhecidas as dinâmicas da institucionalização da americanística francesa, em finais do século XIX. Como lembra Vélez (2007: 338), houve uma passagem de bastão, entre a *Société Américaine de France (SAF)*, criada em 1874 e que se fundiu à *Société d'Ethnologie* em 1893, e a *Société des Americanistes de Paris (SAP)*, surgida em 1895 tendo por promotores, sob a batuta de Ernest Hami (Laurière, 2009b), quase todos os mesmos intelectuais e as mesmas personalidades (políticas, diplomáticas, econômicas) que haviam dado vida à *SAF*. Ao longo dessa transição, que teve portanto pouco mais de duas décadas de duração, celebraram-se os primeiros onze “Congressos Internacionais dos Americanistas”, desde o de 1875, em Nancy, até o realizado na Cidade do México em 1895 - que foi o primeiro fora do continente europeu² (em ritmo bienal, os demais foram sediados em Luxemburgo, Bruxelas, Madrid, Copenhague, Turim³, Berlim, Paris, Huelva e Estocolmo). Os congressos, de acordo com Vélez (*ibidem*) foram “vías de difusión del americanismo en los siglos XIX y XX, además de plataformas de actuación, de compromiso político y de sociabilidad”, nos quais se encontravam “eruditos, viajeros-aventureros, coleccionistas al estilo ‘ilustrado’, geógrafos y políticos” (*ibidem*). Em volta desses encontros e das atividades da *Société des Americanistes* se entrecruzavam e se articulavam inflexões ideológicas diversas, tanto no contexto, especificamente francês, das *sociétés savantes* as quais ainda perfaziam uma tradição intelectual que remontava ao século XVII, mas que se notabilizou naquele país sobretudo desde a segunda metade do século XVIII até todo o XIX, quanto no pano de fundo dos interesses geopolíticos e econômicos de uma das mais proeminentes potências coloniais do cenário internacional.

O contexto da França nesse final do século XIX, quando a *Société des Americanistes de Paris* vê a luz, também é bem conhecido. Estamos no meio da “Terceira República” (1870-1914) e no começo de um período de robusto crescimento econômico do país, que, por sua vez, se inseria naquilo que a historiografia francesa considera o “segundo império colonial francês”, ao

² Para uma historiografia bastante detalhada dos Congressos, até os anos cinquenta do século XX, veja Comas (1974).

³ Só no caso do Congresso realizado na Itália (1886), o intervalo com relação ao anterior foi de três anos. Cf. Comas (1974).

longo do qual se consolidou notadamente a presença da França na África setentrional e ocidental, e também no Madagascar, no sudeste asiático (a chamada *Indochine française*, incluindo os atuais Vietnam, Camboja e Laos) e na Oceania (Nova Caledônia e Polinésia Francesa). Nas Américas, a presença francesa se limitava a Guadalupe e Martinica, no Caribe, e à Guiana, na América do Sul, de forma que um empreendimento “americanista” podia mais facilmente se apresentar como exclusivamente intelectual e científico, sem ligações aparentes e diretas com o colonialismo ou mesmo a política exterior do país⁴.

Pretendo inserir nessa história atores pouco ou pouquíssimo mencionados: intelectuais italianos que, em formas e momentos diferentes, participaram direta ou indiretamente do “movimento americanista”, tanto em funções institucionais reconhecidas (a partir de museus, universidades, sociedades científicas etc.), como em outras modalidades (missionários, aventureiros, exploradores, diplomatas etc.). Além disso, imagino este trabalho como propedêutico à articulação de possíveis respostas para algumas questões também pouco frequentes na literatura relativa à história intelectual italiana e latino-americana. De fato, parece-me que ainda mereçam respostas (ou a reconstrução de fatos e trajetórias que encaminhem hipóteses de respostas) perguntas como: existiu uma “americanística italiana”? Quais as suas características, se houver, peculiares? Como ela se diferencia, se se diferencia, da francesa? Qual o seu processo de construção e institucionalização (trajetórias, instituições, revistas, publicações, viagens)? Qual o seu papel no processo de conformação da antropologia social e cultural italiana do século XX?⁵ De fato, se por um lado parece haver consenso em volta do

⁴ Não está nos objetivos nem nas possibilidades deste trabalho investigar ou mesmo comentar as relações entre a institucionalização do americanismo francês e as necessidades ideológicas daquela potência colonial nesse quadrante histórico de entresséculos. Análises e reconstruções parciais, mas que constituem excelentes pontos de partida encontram-se em Laurière (2009b), Prévost Urkidi (2009) e Riviale (1995).

⁵ Este trabalho surgiu de uma permanência na Itália na qual se desenvolveu um projeto de pós-doutorado intitulado “Objetos etnográficos e ideias antropológicas”, voltado à elucidação das relações intelectuais entre Itália e América do Sul, num período compreendido entre meados do século XIX e meados do XX, com ênfase nos trabalhos e nas trajetórias intelectuais que lidaram com as várias formas da alteridade latino-americana. Agradeço aqui as pessoas que possibilitaram acesso a obras raras e não digitalizadas que foram fundamentais para a redação deste trabalho: Marco Ramírez Mercado, em Guadalajara, e Onofrio Pappagallo, do Instituto Italo-Latinoamericano (IILA) de Roma.

reconhecimento de que uma americanística italiana existiu, sim, na medida em que houve *olhares* italianos voltados para observações de natureza etnográfica (aí incluindo a atuação também de geógrafos, linguistas, antropólogos físicos, arqueólogos, paleontólogos, historiadores, além de outros “eruditos” não necessariamente catalogáveis disciplinarmente) que permitem a incorporação à história das ideias latino-americanas dessas contribuições, por outro, porém, não encontro trabalhos que, mais organizadamente (ou seja, para além da reconstrução de trajetórias individuais desse ou desse outro intelectual), permitam uma apreensão mais inteiriça de um fenômeno que, inclusive, traz consequências até os dias de hoje⁶.

Como se sabe, no início do período que aqui se considera, ou seja, contemporaneamente ao começo da institucionalização da americanística francesa, o colonialismo italiano também passava muito longe das Américas. Apenas como informação contextualizadora, vale lembrar que a Itália ocupou e dominou a Eritreia (de 1882 a 1947) e a Somália (de 1890 a 1960). Mais tarde e por período muito mais curtos, a Itália ainda ocuparia a Líbia (1911-1943) e a Etiópia (1936-1941). Por outro lado, porém, e agora apenas mencionando um tema extremamente bem estudado por várias historiografias nacionais, a presença de imigrantes italianos em quase todos os países das Américas, consequência e causa de vários e complexos processos sociais, econômicos e culturais, é, sim, um pano de fundo muito relevante para uma investigação em volta da americanística italiana e, mais em geral, das relações intelectuais e científicas entre a Itália e as Américas. Como veremos, alguns dos nomes que protagonizam ou atravessam fases do campo americanista italiano estão de alguma forma ligados a esses processos. Encontram-se casos de “cientistas” recrutados na América entre as primeiras ou segundas gerações de migrantes, casos de personagens italianos que, a vários títulos, “exploram” aspectos da América (sobretudo a “latina”) com o intuito de acelerar, incrementar e desenvolver a ação de agentes econômicos italianos em algumas regiões, e,

⁶ O panorama contemporâneo dos estudos “americanos” na Itália (com o sem sinônimos, prefixos ou sufixos) é extremamente variegado e dinâmico. Eles compreendem e atravessam campos diferentes, em arranjos institucionais que obedecem a critérios frequentemente determinados por histórias acadêmicas locais, sendo que as suas atividades se desenvolvem quase exclusivamente a partir de sedes universitárias. Trata-se, infelizmente, de outro tema (ou sugestão de pesquisa) que não posso sequer esboçar aqui. Um ponto de partida se encontra em alguns capítulos de Alliegro (2011).

também, casos de intelectuais italianos, institucionalmente radicados e ativos na Itália, em vários campos disciplinares e possuidores de diferentes capitais simbólicos, que se apoiam em grupos ou organizações de italianos nas Américas para desenvolverem atividades, de maior ou menor duração e intensidade, naqueles territórios.

Por outro lado, finalmente, também cabe lembrar que a Itália, cuja soberania nacional datava apenas de 1861, se encontrava, nesse final de século, governada pelo que a historiografia italiana denomina “esquerda histórica”, que, inclusive com viés autoritário, tentou administrar um período de grandes convulsões sociais, que acabaram culminando, em 1900, com o assassinato do rei Umberto I por um militante anarquista. Com a chegada do século XX, depois da entronização do filho de Umberto, Vittorio Emanuele III, a elite nacional buscou promover a modernização do estado liberal. Nesse contexto de fortes mudanças econômicas e sociais, consolidou-se um ambiente filosófico e cultural de marca positivista, também como expressão de uma cultura laica e devedora dos valores da burguesia em ascensão, no bojo do qual se promoveu o “espírito científico”, adotando ou proclamando a adoção dos métodos “positivos” ou “experimentais” no estudo do homem, em todas as suas vertentes e em todos os seus aspectos, não só como *homme physique*, mas, também, como *homme morale*, tentando ultrapassar, assim, a especulação apenas filosófica. Localiza-se aí o surgimento das “ciências humanas”, identificadas principalmente na sociologia, na antropologia (ou “etnologia”), na criminologia, na psicologia e pedagogia, em empreendimentos fronteiriços com a medicina (pelo viés da higiene, mas também das “contaminações” com anatomia, morfologia e antropologia física) e a geografia. Essas, almejando alcançar um estatuto científico equivalente ao das ciências físicas e naturais, aumentaram os seus espaços institucionais. Dessa forma, como veremos, aos eruditos e/ou aos especialistas das várias disciplinas abriam-se possibilidades novas, como a multiplicação de sociedades científicas e de revistas, além da intensificação do labor acadêmico, inclusive com a criação de novas cátedras universitárias⁷. Um dos aspectos dessa renovação da vida cultural e intelectual

⁷ Não sendo possível indicar percursos bibliográficos exaustivos para o conjunto das questões abordadas nesse parágrafo, limito-me a sugerir a leitura de trabalhos de cunho mais geral, como Candeloro (1968, 1970 e 1974), Micheli (1980), Vivanti (1981), Cimino e Lombardo

italiana, no período que vai da unificação nacional à virada do século XX (ou seja, no percurso entre o romantismo e o positivismo) é o que permitiu uma reaproximação entre a cultura italiana e a europeia, nomeadamente a francesa e a alemã, tendo como efeito colateral uma série de tentativas de “desprovincialização”, incluindo investidas contra as velhas retóricas nacionalistas, os formalismos e os reacionarismos (Candeloro, 1968). Será nesse quadro, finalmente, que se afirmará a adesão de alguns intelectuais italianos ao darwinismo (Landucci, 1977).

Numa visada ainda mais geral, vê-se que na Itália não se determina um clima intelectual muito diferente do que vinha sendo construído em outros países, compartilhando, aliás, tendências, estilos, idiosincrasias. Entretanto, parece-me que no caso italiano isso estava mais claramente inserido num contexto de *nation building* que, por exemplo, não se podia aplicar à França ou à Espanha, o que poderia gerar, evidentemente, novas sugestões de pesquisa. Só para apontar um viés implícito nessa hipótese, creio que se deva considerar a relação, que tão frequentemente aparecerá, sobretudo nas décadas iniciais da americanística italiana, entre as biografias de muitos intelectuais atraídos pelas culturas americanas e o ideário do *Risorgimento*⁸, de algumas etapas do qual alguns deles participaram, e no qual se entrecruzavam anseios independentistas, mas, também, socialistas e/ou republicanos. Não será nem um pouco casual o “peso”, historiográfico e simbólico de um personagem como Giuseppe Garibaldi, protagonista absoluto desse quadrante da vida político-social italiana e objeto de fortes disputas ideológicas, sobretudo em volta da sua “herança” simbólica⁹. Como veremos, porém, um outro mito capaz de constituir uma imagem retórica de “ponte” entre a Itália e a América é o do navegador

(2014), Russo e Santoni (2010), De Liguori (1988 e 1990), Chiarelli e Pasini (2010), Landucci (1987).

⁸ Termo utilizado tanto pelos seus protagonistas quanto pela historiografia sucessiva, para indicar o período da história italiana em que se desenvolveu o processo de unificação nacional, incluindo os seus aspectos militares, políticos, diplomáticos, sociais e culturais.

⁹ O fato de Garibaldi ter recebido a alcunha de *eroe dei due mondi* sinaliza, justamente nos “dois mundos”, a Itália e a América (latina, mas não só), os efeitos relacionais da construção e da reprodução de um “mito” cujas repercussões no âmbito intelectual ainda podem render novas contribuições. A bibliografia sobre essas questões é muito ampla: na historiografia italiana (atravessada desde o começo por disputas interpretativas de grande relevância) recomendo, pelo menos, os trabalhos de Candeloro (1964 e 1968), de inspiração gramsciana, assim como, para uma obra mais recente, Villari (2009), na brasileira, Barros Filho *et al.* (2007), Fay e Constantino (2011). Para uma síntese da representação de Garibaldi nas Américas, cf. Fanesi (2007).

Cristóvão Colombo, que se tornaria um “totem” muito conveniente em várias fases da americanística italiana.

É nesse contexto que vamos encontrar tanto nomes que se relacionam com a *SAP* quanto trajetórias institucionais que também contribuem a delinear o cenário inicial para a compreensão das origens da americanística italiana. Essas duas polaridades cruzam-se muito frequentemente, como é compreensível: intelectuais “americanistas” ou cooptados por instâncias institucionais da americanística (a própria *SAP*, mas não só) são também protagonistas de empreendimentos institucionais que merecem ser observados mais de perto. Aproximar-se de alguns deles constituirá, agora, um bom começo para os propósitos deste trabalho.

De nomes e instituições: pioneiros, *ma non troppo*.

No II Tomo (1898) do *Journal de la Société des Americanistes de Paris* (p. 307-309) aparece, pela primeira vez na revista, uma lista dos membros da Sociedade (até 31 de dezembro de 1898). São 65 e, entre eles, o único italiano é Enrico Hillyer Giglioli, qualificado como “*professeur à l’Institut des Études supérieures de Florence, Italie*”. Ao seu lado, encontram-se alguns diplomatas de países americanos (Costa Rica, México, Estados Unidos, Canadá), professores e dirigentes de instituições de pesquisa ou museus americanos, entre os quais se destacam Francisco Moreno, diretor do Museu de História Natural de La Plata, Francisco del Paso y Troncoso, diretor do Museu Nacional de México, John W. Powell, fundador (em 1876) e diretor do Bureau of American Ethnology do Smithsonian Institute, então a maior instituição de pesquisa dedicada à etnografia, arqueologia e linguística das populações nativas norte-americanas, e Frederic W. Putnam, diretor do Peabody Museum of Archaeology and Ethnology, da Universidade de Harvard. Na lista também aparece o ex-presidente da República Argentina, Bartolomé Mitre que, nesse ano de 1895, estava praticamente retirado da política e se dedicava a atividades intelectuais. Finalmente, entre os membros da *Société* figuravam vários representantes da sociedade francesa da época, recrutados tanto na aristocracia quanto na alta burguesia.

Na relação de membros publicada onze anos depois, em 1909, encontram-se mais personalidades latino-americanas, como Juan Ambrosetti (1865-1917), que em 1904 havia impulsionado a criação do Museu Etnográfico da Faculdade de Filosofia da Universidade de Buenos Aires; Florentino Ameghino (1854-1911), destacadíssima figura intelectual argentina da época, Robert Lehmann Nitsche (médico e etnólogo alemão radicado na Argentina), Samuel Alejandro Lafone Quevedo, sucessor de Moreno na direção do Museu de La Plata¹⁰, Manuel González de La Rosa (1841-1912), erudito peruano que, assim, foi o primeiro a representar na *Société* o país cujo passado tanto atraía os americanistas europeus¹¹. Argentina, México e Peru são, portanto, os países latino-americanos mais representados nos quadros sociais da SAP. Um olhar muito provisório e superficial às temáticas abordadas nos artigos dos primeiros anos do *Journal de la Société*¹² permite verificar que o primeiro desses três países desperta, sobretudo, a atenção de quantos, sobretudo geógrafos, direcionam seus interesses para regiões cuja descrição ainda merecia esforços notáveis, como a Patagônia e a Terra do Fogo, ao passo que os outros dois estavam no centro das atenções de todos aqueles que, sobretudo arqueólogos ou historiadores, se interessavam pelas “antigas civilizações” inca e asteca¹³. Vale

¹⁰ A historiografia argentina sobre a ciência do país no século XIX, e sobretudo das trajetórias institucionais dos seus primeiros museus e dos seus dirigentes, é extremamente ampla e significativa. Indico, por brevidade, a leitura de: Stagnaro (1993), Arenas (1990), Podgorny *et alii* (2015a e 2015b), Podgorny e Lopes (2014) e Podgorny (1997). Cabe lembrar que, apesar de ambos figurarem na lista de membros da SAP, as relações pessoais e institucionais entre os paleontólogos Ameghino e Moreno eram tão pouco pacíficas que foram rotuladas, em uma oportunidade, como *la guerra de los buesos*. Cf. Podgorny (1997).

¹¹ Sobre esse intelectual, cf. Riviale (1997)

¹² Toda a revista, desde o primeiro número de 1895 até hoje, está disponível, em acesso aberto, em <https://journals.openedition.org/jsa/>

¹³ Quase não há participação brasileira na SAP. Desde a primeira lista de 65 membros de 1895, porém, aparece o nome “Santa-Ana-Nery (Baron de)”, domiciliado a “91, rue de la Bèotie, Paris”. Trata-se de Frederico José de Santa-Anna Nery, nascido em Belém do Pará em 1848 e falecido, em 1901, na mesma cidade, depois de ter vivido de 1862 até 1897 na Europa (Roma, Florença e, sobretudo, Paris), tornando-se uma figura singular nas relações políticas, culturais e literárias entre o Brasil (notadamente em coisas da Amazônia, de que se tornou um grande divulgador, com uma lista extensa de publicações) e o velho continente (Coelho, 2007). Assim sendo, seria necessário observar a situação do maior país da América Latina que “participa” do movimento americanista – aparentemente – apenas como território de estudo. Considerando apenas o interstício entre a primeira edição publicada do *Journal* (1895) até a última (1913), antes da longa pausa causada pela eclosão da I Guerra Mundial, perfazendo um total de 18 tomos, o Brasil aparece indiretamente, em resenhas de livros ou como tema principal ou acessório de artigos. As publicações do JSA são retomadas em 1919. Valeria, porém, acrescentar o nome de Capistrano de Abreu, que teve intensa colaboração com “sul-americanistas” sobretudo alemães e franceses, tendo sido sócio correspondente da “Gesellschaft für Anthropologie, Ethnologie und Urgeschichte” [Sociedade de Antropologia, Etnologia e Pré-História] de Berlim desde 1895, mas não da SAP, ainda que o seu *Journal de la*

também lembrar que na lista de 1909 também aparecem Franz Boas (1858-1942), que, havia dez anos, estava lecionando antropologia na Columbia University, e, sobretudo, Paul Rivet (1876-1958). O então jovem médico francês havia voltado da longa estadia americana, iniciada com a participação na missão geodésica francesa no Equador (1899-1906) e, em poucos anos, se tornaria figura de proa da etnologia e da americanística francesas e, desde 1907, membro titular da *SAP*, de cujo *Journal* seria logo um dos autores mais prolíficos, e, de 1922 até a sua morte, seu Secretário-Geral¹⁴.

A presença italiana na *SAP*, na relação de membros de 1909, triplica. Ao lado de Giglioli, comparecem Aldobrandino Mochi e, sobretudo Guido Valeriano Callegari, o primeiro e mais destacado “americanista” italiano entre os séculos XIX e XX. Aqui, vamos considerá-lo como um “iniciador”, cujo “círculo” agora interessa reconstruir, acompanhar e analisar, para verificar se é nele ou em volta dele que se articula e se desenvolve o conjunto de interesses culturais da inteligência italiana para com as Américas.

Antes, porém, é necessário destacar o fato de que as presenças de Giglioli e Mochi são também muito significativas, mas, paradoxalmente, pela grande ausência que elas sinalizam implicitamente. Embora muito distintas entre si, as trajetórias dessas duas figuras (inclusive em termos de quantidade de capital simbólico acumulado, nacional e internacionalmente) estão estreitamente ligadas a um dos mais proeminentes intelectuais italianos dessa época, o médico (e antropólogo e *americanista*), Paolo Mantegazza (1831-1910), que, porém, não chegou a ser membro da *SAP*.

Enrico Hillyer Giglioli, nascido em Londres em 1845, filho de um médico e antropólogo que acumulara vários períodos de exílio por motivos políticos, se criou na cidade de Gênova e completou os seus estudos em Pavia e em Londres (1861). Nos anos londrinos, especificamente, esteve em contato com o círculo de cientistas próximos de Charles Darwin, apenas dois anos

Société des Américanistes de Paris tenha publicado tanto artigos da sua autoria como resenhas sobre a sua produção etnográfica e linguística (Christino 2007).

¹⁴ É por demais conhecido o papel que Rivet desempenharia na institucionalização da antropologia na Colômbia, país onde chegou em 1942 e, além de fundar o Instituto Etnológico Nacional, foi o formador da primeira geração de antropólogos colombianos. Cf., entre outros, García Botero (2010) e Laurière (2009a e 2009b).

depois da publicação do *Origin of Species* (Barbagli, 2014), entre os quais Thomas Huxley – o que contribuiu para que ele se tornasse, pouco mais tarde, um dos mais destacados darwinistas italianos¹⁵. Formado em Ciências Naturais na Universidade de Pisa, em 1864, um ano depois, recebeu o convite para participar de uma grande expedição marítima: um navio militar italiano, o “Magenta”, realizaria a circum-navegação da Terra, com finalidades político-diplomáticas e científicas¹⁶. A viagem começou em Nápoles e, depois de etapas no Rio de Janeiro e Montevidéu, dirigiu-se para sudeste, pelo Atlântico austral, rumo à Ásia, fazendo etapas em vários portos, inclusive da China e do Japão, até chegar em junho de 1867, a Sidney. De lá, pelo Oceano Pacífico, a rota tocou portos do Peru, do Chile, da Patagônia, novamente Montevidéu, para finalmente voltar para a Itália. Giglioli fez uma crônica detalhadíssima dessa viagem numa obra de mais de mil páginas, publicada em 1876 com o título de *Viaggio intorno al globo della r. pirocorvetta italiana Magenta negli anni 1865-66-67-68: una “Relazione descrittiva e scientifica” em formato de diário de bordo. O texto tem observações de toda espécie, com destaque para a zoologia, a botânica, a antropologia, a etnologia e a meteorologia e veio a lume com uma “Introdução etnológica” do professor Paolo Mantegazza, de quem Giglioli se tornaria colega, antes, e amigo, depois, a partir de 1869, quando é convidado para a cátedra de Zoologia dos Vertebrados no “Istituto di Studi Superiori Pratici e di Perfezionamento” de Florença¹⁷, cuja cátedra de “Antropologia e Etnologia”, nesse mesmo ano, foi também criada e ocupada justamente por Paolo Mantegazza. Este, por sua vez, foi um dos intelectuais italianos mais conhecidos da sua época, inclusive no exterior. Concluído o curso de Medicina em Pavia, em 1854, fez uma primeira e longa viagem à*

¹⁵ Para além dos principais trabalhos italianos que abordam a biografia e a trajetória intelectual desse personagem (cf. D’Entreves *et al*, 1996 e Barbagli, 2014), veja, no Brasil, Fernandes *et al*. (2010 e 2012).

¹⁶ A Itália era um país independente desde 1861 e o objetivo principal da viagem era o estabelecimento de relações diplomáticas e comerciais com vários países do mundo, sobretudo no extremo leste. Além disso, alguns dos participantes da expedição, entre os quais o Giglioli, receberam do governo italiano também tarefas de exploração geográfica e naturalística, que acabaram ficando sob a responsabilidade direta do jovem Giglioli, depois do adocimento e da morte, durante a viagem, em Hong Kong, do chefe da missão científica, Filippo De Filippi, o mais célebre zoólogo da época, primeiro divulgador das teorias de Darwin no país (cf. Cimino, 1987 e Canadelli, 2012).

¹⁷ A história da Universidade de Florença, fundada em 1321, foi conturbada, devido aos contextos políticos e militares da história italiana. Em 1859, dois anos antes da independência e da unificação da Itália e seis anos antes de Florença se tornar capital do país, foi criado o Instituto de Estudos Superiores e de Aperfeiçoamento, que em 1924 seria um dos núcleos da nova *Università di Firenze* (Rogari, 2005).

América do Sul (Argentina, Brasil, Paraguai e Bolívia), onde viveu até 1858, tendo fixado sua residência principal em Salta, onde se casou com uma mulher argentina com quem teria quatro filhos, realizando também observações sobre várias etnias. Retornou à América do Sul mais duas vezes, em 1861 e 1863¹⁸. Além de ter sido o primeiro catedrático italiano de “Antropologia”, nesse mesmo ano de 1869 também foi promotor da criação, ainda em Florença, do primeiro “Museu de Antropologia e Etnologia” e, dois anos mais tarde, da “Sociedade Italiana de Antropologia e Etnologia” e da sua revista, *Archivi per l'Antropologia e l'Etnologia*¹⁹.

Muito em síntese: com Giglioli e Mantegazza estamos diante das duas figuras principais para o nascimento da antropologia italiana (incluindo aquilo que, sendo então denominado “etnologia”, apontava para os aspectos sociais e culturais no estudo do homem) e da própria “americanística” – tanto do ponto de vista historiográfico quanto nas implicações simbólicas e ideológicas que a segunda metade do século XIX carrega, forçosamente, quando se olha para ela como um ponto de “início de linhagem”. Pensar a história da antropologia e/ou da americanística italianas contemporâneas a partir desses nomes e dessas primeiras instituições e das suas práticas científicas provoca um duplo movimento, capaz, por si só e ao mesmo tempo, de engendrar e de esclarecer questionamentos historiográficos, políticos e epistemológicos: a “rejeição” (pelo que há, nessa época “originária” de ultrapassado e comprometido com ideologias e teorias hoje recusadas, num contexto de “pseudo-ciências”) e a “inclusão” (para que nenhum elemento conectivo e significativo no processo de construção desse campo intelectual se perca no caminho). Assim, considero que ao caso italiano, nessas condições, se aplique o alerta da antropóloga argentina Claudia Briones:

Cada vez que revisamos la historia de la Antropologia para actualizar nuestro "estado de cuentas", los antropólogos también invocamos "tradiciones" e incurrimos en omisiones de manera

¹⁸ A especial atração de Mantegazza pela América do Sul, em que também esteve presente um forte elemento autobiográfico, gerou o seu interesse no estudo da coca e dos seus efeitos. Logo depois da primeira viagem, publicou, em 1859, o ensaio *Sulle virtù igieniche e medicinali della coca e sugli alimenti nervosi in generale*. Baseado nas suas observações das populações indígenas que apresentavam o uso da *Erythroxylum coca*. Cf. Aimi (2010).

¹⁹ Os trabalhos biográficos sobre Mantegazza são inúmeros. Limite-me, aqui, a sugerir a leitura de Govoni (2012) e Barbagli (2014). No Brasil, cf. Guerra (2015), na Argentina, Bravo Herrera (2012).

selectiva. Cada vez que queremos ejercitar una mirada historizada y crítica, nosotros también—sabiéndolo o no—tenemos los fantasmas de las generaciones pasadas rondando sobre nuestras cabezas.

A veces, algunos de esos fantasmas nos recuerdan, como en una pesadilla, clásicas nociones de “cultura” que preferiríamos olvidar. Otras veces, los miramos con otros ojos y descubrimos que aun podemos aprender mucho de ellos y que nadie puede arrogarse el privilegio de decir, de una vez y para siempre, quiénes son los “buenos” y los “malos” de la película. En mi propia experiencia, “mis” buenos y malos fantasmas a veces intercambian roles, según qué historia quiero contar, cuando, dónde y para qué o quién lo hago. En este sentido, recontar historias es una forma de detenernos a pensar dónde estamos “ahora” parados y a dónde queremos ir (BRIONES, 1994, p. 117)²⁰.

À síntese agora apresentada, então, ainda é necessário acrescentar que as relações entre Giglioli e Mantegazza, em Florença, foram longas, intensas e significativas. Apesar da diferença de quase quinze anos de idade, desempenharam, em conjunto, um papel decisivo na origem dos dois campos aqui considerados. As duas carreiras científicas, inclusive, iniciaram com duas viagens (Barbagli, 2014: 169), nas quais (em que pese a longa passagem asiática), a América do Sul é eixo central, e determinante para os seus interesses antropológicos²¹. Curiosamente, porém, coube ao “antropólogo” (Mantegazza), trazer uma rica coleção naturalística (objeto de doações ao Museu de História Natural de Milão), e ao “zoólogo” (Giglioli) voltar da sua viagem com uma grande quantidade de “objetos etnográficos”, doados tanto ao próprio Museu Antropológico de Florença, quanto ao Museu Etnográfico “Pigorini” de Roma²². Entretanto, apesar disso, não é possível considera-los “pioneiros” da americanística” italiana, nem mesmo *avant la lettre*, justamente pelo pequeno peso dos temas americanos, nas suas produções científicas.

²⁰ Também me inspiro na e tento seguir a tradição de estudos que, de certa forma foi inaugurada no Brasil pela saudosa Mariza Corrêa (2001), que, em *As Ilusões da Liberdade*, no começo dos anos Oitenta, se dedicou ao estudo da chamada “Escola Nina Rodrigues”, também na base de uma robusta linhagem da antropologia brasileira. Um dos resultados mais consistentes dessa tradição é também o livro de Lilia Moritz Schwarcz (1993), que inclusive se posiciona no mesmo quadrante cronológico deste meu mais modesto trabalho.

²¹ Alliegro (2011, p. 82) lembra, oportunamente, que Mantegazza e Giglioli foram praticamente os únicos – “com poucas exceções” – a realizar estudos, inclusive de cunho etnológico e, no caso de Giglioli com grande interesse pela cultura material, a partir de experiências “de campo”.

²² Os movimentos de formação e manutenção das coleções americanas nos museus italianos entre a segunda metade do século XIX e o começo do XX são objeto de numerosos estudos. Cf, especialmente para os museus de Roma e de Florença, Abbatista (2013), Barbagli e Pratesi (2009), D’Orta (1992), Fernandes *at al* (2010), Moggi Cecchi e Roscoe (2014), Rodrigues (2017) e Petrucci (1983).

Finalmente, a presença de Aldobrandino Mochi entre os membros da *SAP* torna mais estranha a ausência de Mantegazza, justamente porque Mochi (1875-1931) foi discípulo, colega e, depois da morte do chefe, em 1910, herdeiro intelectual e continuador da obra de Mantegazza tanto no Museu de Antropologia e Etnologia de Florença quanto na Cátedra de Antropologia e na Sociedade italiana de Antropologia e Etnologia. Tendo se tornado um antropólogo físico e, sobretudo, paleontólogo de renome internacional, nunca teve, porém, relações com as Américas, tendo, sim, realizado viagens e se interessado pelas culturas africanas, asiáticas e italianas (Moggi Cecchi e Roscoe, 2014). Seja como for, nem Giglioli nem Mantegazza (apesar da relevância que a América do Sul reveste na suas respectivas trajetórias biográficas e intelectuais) nem, muito menos, Mochi, são ou podem ser considerados “americanistas”²³ no sentido que, estava consignado, em clausula pétreia, no artigo primeiro do Estatuto da *SAP*: “*étude historique et scientifique du Continent Américain et de ses habitants depuis les époques les plus anciennes jusqu'à nos jours*”²⁴. Um sentido que, pelo contrário, estava muito presente na biografia, na obra e nos textos de Guido Valeriano Callegari, o que aqui considero o primeiro “americanista” italiano.

Callegari e em volta dele: um círculo ou um fosso?

Nascido em Parma, em 1876, Guido Callegari transfere-se ainda criança para Pádua, onde, em 1902, se forma em Geografia. Segundo o que ele mesmo registraria num pequeno memorial (Callegari, 1946), data dessa década o seu interesse pelos “estudos de americanística” e pelas “antigas civilizações americanas”, mais especificamente a mexicana. Depois de publicar alguns

²³ Entretanto, valem os registros relativos ao fato de que Giglioli participou do XVI Congresso dos Americanistas, em Viena (1908), apresentando três comunicações, intituladas “In torno a due rari cimeli precolombiani delle Antille, molto probabilmente da Santo Domingo, conservati nel Museo Etnografico di Firenze”, “Datos acerca del Códice de Vespuccio, existente en Florencia, y necesidad de publicarlo con notas críticas” e “Di certi singolari pettorali in pietra ed in conchiglia precolombiani dalla Venezuela, probabili effigi del dio Vampiro degli antichi indigeni dell’America Centrale” e que, quando em 1926 se realizou em Roma o XXII Congresso Internacional dos Americanistas, figurou na programação oficial uma excursão a Florença, onde seria inaugurado um busto de Paolo Mantegazza. Cf. Rivet (1926). Mochi, por sua vez, esteve presente na sessão de Buenos Aires do XVII Congresso (em 1910), com uma comunicação sobre “Crani e scheletri di Indigeni del Chaco”.

²⁴ *Apud* Laurière (2009b, p. 98). Um sentido que acaba confluindo para uma definição da americanística como o conjunto de interesses (científicos ou não, e anteriores à institucionalização de muitas disciplinas “modernas”) voltados para as línguas, as culturas, as religiões e a arqueologia americanas.

artigos, em 1908 saem a lume, às suas próprias despensas, os dois volumes (mais de 400 páginas) de *L'Antico Messico. Storia e Civiltà*²⁵, que ele apresentou no XVI Congresso dos Americanistas em Viena, 1908, justamente no ano que antecedeu a sua admissão na *SAP*. Sua primeira viagem ao México foi em 1923, a convite do governo do país, e, nessa oportunidade, Callegari se dedicou ao que ele mesmo definiu “investigações arqueológicas”, o que ocorreria novamente em 1928. No mesmo memorial, ele declara ter sido o responsável para levar o XXII Congresso dos Americanistas para a Itália (Roma). De fato, a escolha da capital italiana para sediar o evento se deu durante o XXI Congresso (1924)²⁶, em Gotemburgo, na Suécia. Do simpósio romano, Callegari seria o Secretário Geral, junto a um outro grupo de estudiosos italianos que, nesse ano de 1926²⁷, incluiu notórios personagens próximos ao regime autoritário de Benito Mussolini, dos quais, porém, ele se distanciaria nos anos seguintes, segundo Pasquali (2016)²⁸. O próprio Mussolini, na sua qualidade de chefe do governo italiano, pronuncia o discurso de encerramento do congresso, no qual anuncia a criação de uma “Società degli Americanisti d'Italia” (Gandini, 2001: 168), projeto que, porém, só se concretizaria quase dez anos depois.

²⁵ O livro seria resenhado no *Journal de la Société des Americanistes* por Louis Capitan (1908, p. 123-124), estudioso da pré-história francesa, que elogia o trabalho e, sobretudo, a disposição de Callegari, que “[...] a à sa disposition l'intelligence, la puissance de travail et la jeunesse [...]”.

²⁶ Por sua vez, a escolha da cidade sueca se deu no congresso anterior, o XX, sediado no Rio de Janeiro em 1922, como parte das comemorações do centenário da Independência. Cf. Martin, 2008, pp. 36-37.

²⁷ Pela cronologia oficial do regime, o “quarto” ano depois da tomada do poder por parte do Partido Nacional Fascista de Benito Mussolini. O estudo e a análise das relações entre o fascismo e a americanística italianos extrapolam as possibilidades e os objetivos deste trabalho, mas se trata de uma tarefa que julgo necessária, ainda que potencialmente espinhosa.

²⁸ Sobre essa questão, que não é possível esgotar aqui, é necessário, entretanto, mencionar pelo menos o fato de que Callegari, em 1940, publicou um artigo na revista fascista *Difesa della Razza*, periódico que, entre 1938 e 1943, serviu de suporte jornalístico e “científico” às leis raciais que a Itália promulgou na esteira do governo de Hitler (Lorè, 2008 e Cassata, 2008). Trata-se de um texto dedicado à produção artística de um pintor venezuelano radicado em Roma, Pedro Centeno (1904-1988), frequentemente elogiado por sua adesão à estética fascista. Embora não seja isso que Callegari destaca no seu texto (intitulado, significativamente, “Il pittore della razza: Pedro Centeno visto da um americanista”, o autor menciona numa nota de rodapé uma frase que o pintor lhe escreveu numa carta privada: “Moro em Roma, porque é na Mãe da Latindade que encontro o clima necessário à minha criação de Artista latino-americano; e sou fascista de alma e de coração, porque o Fascismo tende ao triunfo do espírito latino no mundo” (*apud* Callegari, 1940, p. 15, tradução minha). Cf. também Esteva-Grillet (2011), que mostra que a leitura de Callegari sobre as relações entre a arte de Centeno e as culturas latino-americanas é equivocada.

Pouco antes do Congresso de Roma, em 1925, Callegari é aprovado no concurso para a cátedra de “Antiguidades Americanas” que acabara de ser instituída junto à Universidade Católica de Milão (Pasquali, 2014)²⁹ Leciona ali até 1935 quando, por motivos não esclarecidos, a cátedra é suprimida. De 1928 a 1935 participou de todos os Congressos dos Americanistas: em Nova Iorque (o XXIII), em Hamburgo (o XXIV, em 1930), na Argentina (o XXV, em 1932), e do XXVI, em Sevilha (Callegari, 1946, p. 4). Nessas oportunidades, além de representar a Itália, por indicação oficial do Ministério da Educação Nacional, ele já circularia entre colegas de outros países com o prestígio de quem fora o responsável pelo evento romano e por mais de duzentas publicações de argumento arqueológico e histórico relativas às Américas. Antes e depois, até sua morte em 1953, a sua biografia é salpicada de atividades relacionadas à arqueologia, mitologia, história e cultura do México e de outras regiões americanas, entre as quais a organização de mostras, a participação em eventos científicos e de divulgação científica, além de palestras e conferências em várias cidades italianas.

Na realidade, se enquanto animador, docente e administrador ele foi um “americanista”, do ponto de vista do estudioso, do pesquisador, Callegari foi, mais propriamente, um “mexicanista”, tendo dedicado praticamente toda a sua produção bibliográfica e as suas missões de investigação às antigas civilizações daquela região americana. Também é possível compreender a sua atuação como sendo situada a meio caminho entre a esfera acadêmico-científica propriamente dita e o trabalho de um “diletante”. A curta passagem por uma instituição universitária enquanto docente, e a intermitência de suas atividades de investigação iluminam e correm paralelas ao próprio estatuto da americanística italiana, nem ainda uma disciplina reconhecida oficialmente pelo meio intelectual e científico, nem mais um passatempo de eruditos. Um campo em transição, como veremos, que necessitará de “alianças” com outras disciplinas e campos de conhecimento, para poder se afirmar. E é justamente essa aparentemente escassa densidade teórica de Callegari, sobretudo com relação às disciplinas que nos anos em que ele atuou estavam buscando espaço

²⁹ Na banca do concurso, segundo o próprio Callegari (1946, p. 1), estavam Aldebrandino Mochi e o prof. Raffaele Pettazzoni, personagem que encontraremos logo adiante, além do geólogo e geógrafo Giotto Dainelli.

institucional, na Itália, para a sua definitiva afirmação – sobretudo antropologia e etnologia – a pesar negativamente sobre a sua trajetória e, na minha leitura, para o empreendimento americanista como um todo.

No texto que ele escreve em 1946, uma espécie de despedida e testamento intelectual de quem, envelhecido e doente, confessa com amargura não ter mais forças e ânimo para continuar o seu trabalho de estudioso, Callegari lamenta, também, o estado em que se encontra a americanística italiana. O fechamento da cátedra milanesa e, nas entrelinhas, o escasso apoio oficial a um campo de estudos que, apesar de tudo, não despertara maior interesse na Itália fascista, voltada – militar, política, intelectual e ideologicamente – para a África oriental, são as maiores decepções do nosso pesquisador, já septuagenário. Encerrando o texto, aparece uma nota de rodapé em que ele redige uma espécie de lista de colegas, sinal, ao mesmo tempo, das possibilidades e das fraquezas da americanística naquele contexto:

Fra gli italiani del tempo attuale cultori di res americanae, per la geografia e la storia della geografia, noto l'Almagià, il Magnaghi, il Revelli, il Riccardi, il Michieli, l'esploratore P. De Agostini e i padri Tonelli e Borgatello; nella geologia e paleontologia il Frenguelli, Direttore del Museo de Historia Natural de la Plata, nell'antropologia e etnologia il Biasutti, il Cipriani, il Corso, il Genna, il Marro, il Sera, il Sergi, l'Imbelloni del Museo de Historia Natural de Buenos Aires; nella linguística, dopo l'immaturo scomparsa del Trombetti, Matteo Bartoli a Torino, il Vignali a La Plata, B. Ferrario a Montevideo, il Galante a Lima; nell'archeologia mons. Lunardi, ora vescovo di Honduras, il Bazzocchi, il Mazzini, il Mordini; nella mitologia e religione S. E. Pettazzoni; nella sociologia il Gini, il Camavitto, nella storia il compianto Conte Perrone di San Martino e ricorderò pure doverosamente l'alta opera de' nostri valorosi Missionari e quella divulgatrice e geniale dela compianta Maria Savi-Lopez e del capitano Benedetto Giacalone (Callegari, 1946, p. 5).

Cerca de trinta nomes, quase todos vivos nesse ano de 1946, com apenas três exceções. Mesmo descontando a possibilidade de alguma omissão devida a desconhecimento, inimizade ou idiossincrasia por parte de Callegari, parece estar configurado um “campo” de reduzidíssimo tamanho. Nele, o nosso autor inclui também figuras já radicadas na América do Sul, como José (ou Giuseppe) Imbelloni (nascido na Calábria em 1885 e transferido na Argentina em 1921, onde se tornaria um dos mais proeminentes nomes da

antropologia e da paleontologia)³⁰, Joaquín (Gioacchino) Frenguelli (nascido em Roma em 1883, emigrado para a Argentina em 1911, seria professor de geologia, paleontologia e geografia física e, de 1935 a 1946, diretor do prestigioso Museu da Universidade de La Plata)³¹, Benigno Ferrario (nascido em 1887 na Itália, onde se tornara um especialista em línguas africanas e afro-asiáticas, e radicado desde 1923 no Uruguai, onde se dedicaria ao estudo de línguas da Patagônia e do Chaco, além de lecionar na Universidad de la República)³², e o próprio padre Federico Lunardi (nascido em Livorno em 1880 e falecido em Asunción em 1954, que esteve a serviço da diplomacia do Vaticano, desde 1916 até a sua morte, sempre na América Latina – Cuba, Chile, Colômbia, Brasil, Bolívia, Honduras e Paraguai – tendo sido autor de importantíssimos estudos e trabalhos de cunho etnográfico ou arqueológico)³³.

Mas ao lado destes italianos já “latino-americanizados”, figuram ainda mais de vinte e cinco nomes de intelectuais que desempenharam as suas atividades na Itália nos anos contemporâneos à atuação de Callegari³⁴. Na próxima seção, destaco sumariamente a trajetória de alguns deles, selecionados com base na proximidade institucional entre as suas atuações científicas e o surgimento dos estudos etno-antropológicos italianos, mas, também, no grau de aproximação ou afastamento nas questões que, na época, podiam ser consideradas propriamente americanistas. Para defini-las, sirvo-me de parte do texto que Callegari redigiu como verbete para a *Enciclopedia Italiana*³⁵, em 1929:

³⁰ Cf. Arenas (1990).

³¹ Cf. Podgorny, 1997. Frenguelli participou de dois congressos internacionais dos Americanistas: em 1926, em Roma, apresentou, em italiano, “Sull’origine dell’uomo americano” e, em 1932, em La Plata, em espanhol, “El problema de la antigüedad del hombre en la Argentina” (Comas, 1974, p. 146).

³² Cf. Rosa (2013).

³³ Cf. Cavallo (2013) e Fulvi (1979).

³⁴ Entre os dois grupos, coloco a figura singularíssima de Ippolito Galante. Nascido em Roma em 1892, esse conhecido filólogo e latinista inseriu o Peru no seu périplo pelo mundo, tendo sido, também, professor em Santiago do Chile, em Coimbra, em Uppsala e Estocolmo, em Salamanca e em Nova Dheli, além de Lima, onde atuou como fundador e diretor do Instituto de Filología da Universidad Nacional Mayor de San Marcos entre 1936 e 1938, se tornando um especialista em quechua. Cf. Durston (2014). Desde 1951, foi professor de “Línguas da América Precolombiana” na Universidade de Roma (Gandini, 2006b).

³⁵ A *Enciclopedia Italiana di Scienze, Lettere ed Arti* é a mais célebre enciclopédia italiana, que começou a ser publicada em 1929, em 35 volumes, por parte do Instituto da Enciclopédia Italiana, criado em 1925. Nos seus noventa anos de vida, tem contado, entre os seus dirigentes, editores e colaboradores, com os nomes mais relevantes da cultura da Itália, tanto na época fascista quanto, a partir do pós-guerra, com a redemocratização. O verbete de Callegari saiu no segundo volume, publicado em 1929, e continua constando da edição atual, inclusive na versão

AMERICANÍSTICA. Por Americanística entende-se o conjunto de estudos e de pesquisas que têm por objetivo o conhecimento científico da América e dos seus habitantes, com referência especial à civilização da época pré-colombiana. Ela investiga e estuda as múltiplas manifestações dessas antigas civilizações; origem, desenvolvimento, vida, religiões, leis, costumes, artes: ou seja, tem a mesma tarefa da egiptologia e da assiriologia para o mundo antigo. (Callegari, 1929; tradução minha)

O *caput* do verbete afirma uma definição “antiguizante” e “arqueologizadora” da americanística, que seria assim uma disciplina concentrada principalmente sobre as civilizações antigas, assim como, justamente, a egiptologia não se interesse pela cultura (etc.) do Egito moderno e contemporâneo. Ao longo do verbete, essa visão vai parcialmente se matizando, como quando, por exemplo, se afirma que

Como se vê, a americanística, ainda que sustentada e necessariamente completada por tais conhecimentos [*problemas geográficos, históricos, etnográficos mais “modernos”*], é possível afirmar que tenha uma característica peculiar que a diferencia de investigações semelhantes realizadas em outros continentes. O seu núcleo central é constituído sem dúvida pela *arqueologia pré-colombiana*, com a qual no passado se identificou, enquanto, com o passar do tempo, ela ampliou o seu campo de estudos. Das culturas indígenas ela busca a origem e o desenvolvimento, inclusive através das fontes dos escritores indígenas e espanhóis da época das conquistas – na sua maioria religiosos – e com método crítico procura compreender as grandes transformações sofridas, aclarar os acontecimentos mais notáveis durante todo o período colonial e deste até os dias de hoje (*Ibidem*, tradução minha, grifo do autor).

De fato, a definição de 1929 acabaria sendo flexibilizada, ainda que parcialmente. Dessa flexibilização participaram também os debates que se travam nos congressos internacionais dos americanistas: se em 1875 o art. 1º do Regimento dos Congressos reza “O Congresso Internacional dos Americanistas tem por objeto contribuir para o progresso dos estudos

digital, disponível online:
http://www.treccani.it/enciclopedia/americanistica_%28Enciclopedia-Italiana%29/ (acesso em 16 de abril de 2019). Ele publicou mais 69 verbetes na mesma obra, quase todos de assunto americano, mas sobretudo mexicano, entre os quais “Aztechi”, “Toltechi”, “Zapotechi”, “Michoacan”, “Quetzalcóatl”, “Popol Vuh”, “Quechua”, “Cuzco”, “Atahualpa” – todos ainda disponíveis online.

etnográficos, linguísticos e históricos relativos às duas Américas, especialmente para as épocas anteriores a Cristóvão Colombo [...]” (*apud* Comas, 1974, p. 45, tradução do francês minha), em 1900, o mesmo artigo encurta e amplia o escopo dos congressos: “O Congresso Internacional dos Americanistas tem por objeto o estudo histórico e científico das duas Américas e dos seus habitantes” (*ibidem*, p. 48, tradução do francês minha)³⁶.

Em 1935, nove anos depois da “promessa” de Mussolini, é criado, em Turim, o CISA – “Centro Italiano di Studi Americani” (Gandini, 2001b, 168). Gestado ao longo de vários anos, o seu nascimento se dá sob a batuta de um personagem muito controvertido, o jornalista calabrês Pietro Gorgolini (1891-1973)³⁷. Fascista da primeira hora (antes mesmo da tomada do poder de Mussolini em 1922), protegido pelo chefe do governo, teve toda a sua carreira ligada ao regime, fundando e colaborando em inúmeros veículos da imprensa fascista e filo-fascista. Entretanto, desde o final da década anterior, Gorgolini havia começado a colecionar livros de assunto americano, chegando a planejar a publicação uma obra em dez tomos sobre os indígenas americanos – que nunca veio a lume. Segundo D’Orsi (2002), tratava-se de mais de dez mil volumes, que constituiriam justamente o acervo inicial do CISA, em Turim. O Centro será a primeira instituição italiana a se instituir como “americanista”. Mas a sua composição, observada e compreendida através das trajetórias dos seus membros mais proeminentes reservará algumas surpresas.

³⁶ Menos sintéticos seriam os “debates” travados ao longo dos primeiros congressos, acerca de outras questões de “pertinência” temática, que, resenhados rapidamente por Comas (1974, p. 15-22), ilustram a diversidade de abordagens e pressupostos, dos primeiros americanistas globais – e algumas bizarrices. Sobre elas, Paul Rivet comentará, em 1930: “A impressão que emerge dos trabalhos desses primeiros Congressos é uma impressão de entusiasmo, juventude e inexperiência. Enquanto a América ainda era tão mal e tão pouco conhecida, são os problemas mais difíceis que atraem os pesquisadores [...] Estas são as teses mais aventureiras que tentam os Congressistas. Muitas delas ou foram completamente abandonadas pela ciência moderna ou ainda estão em discussão no momento: a descoberta da América pré-colombiana, os fenícios na América, o Budismo na América, Atlântida, [...] A Linguística oferece os temas mais ousados: comparando as línguas indígenas com o dinamarquês, com o Basco, com o baixo Bretão” (*apud* Comas, 1974, p. 15, tradução do francês minha). Só como exemplo, no Congresso do Rio (1922) a apresentação do trabalho “A antiguidade americana”, por Carlos Xavier Paes Barreto, defende a existência da Atlântida e negando que a América tivesse sido descoberta por Colombo (Comas, 1974, p. 150). Barreto (1881-1969), foi um jurista e político pernambucano. No Congresso de Roma (1926), o linguista Alfredo Trombetti, defensor da teoria monogenética das línguas, apresentou “Origine asiática delle lingue e delle popolazioni americane” (Coma, 1974, p. 174).

³⁷ As informações biográficas sobre Gorgolini encontram-se em D’Orsi (2002). Para a sua participação nos empreendimentos americanistas, cf. Gandini (2002).

O Centro Italiano de Studi Americani: uma rede à margem.

O CISA dota-se logo de um comitê provisório, encarregado de encaminhar e organizar as suas primeiras atividades e a sua estrutura. Integrado por Callegari, Gorgolini e mais nove membros, o seu “presidente de honra” foi **Arturo Farinelli**. Este (1867-1948) figura na história intelectual italiana como um filólogo e crítico literário e, sobretudo, “germanista”. Entretanto, nessa posição especializada e através da leitura e do estudo da obra de Wilhelm von Humboldt (irmão de Alexander), ele também chegaria ao “hispanismo”. Professor de literatura alemã na universidade de Turim, desde 1907, cultivou o interesse paralelo por essas duas áreas histórico-culturais, a germânica e a hispânica³⁸, tendo sido inclusive, colega muito próximo de Marcelino Menéndez Pelayo, nome de destaque na filologia e literatura da Espanha (Gargano, 1993) e tendo praticado, de forma pioneira na Itália, interesses comparatistas (Strappini, 1995). Mesmo assim, não há registro de publicações de Farinelli de assunto americano³⁹.

Mas, nesse comitê, encontramos também seis dos nomes mencionados por Callegari na sua nota de rodapé, mais o próprio Callegari: Renato Biasutti, Giovanni Marro, Antonio Mordini, Riccardo Riccardi, Maria Savi-Lopez, Sergio Sergi. No confronto entre as duas listas, vale destacar o fato de que naquela redigida em 1946 (portanto depois da queda do fascismo) não comparecem – significativamente – nem Farinelli nem Gorgolini. Seja como for, oportunamente será necessário proceder a uma análise um pouco mais pormenorizada desses nomes que comparecem nos dois lugares. Antes, porém, apresenta-se o primeiro passo público do CISA: o “1º Convegno Nazionale degli Americanisti”, que se realizaria em Roma em outubro de 1936.

A sede do Centro já havia sido transferida para Roma, por ordem direta de Mussolini, desde o ano anterior (Gandini, 2001b, p. 168) e é na capital italiana que seria organizado o simpósio (Gandini, 2002, p. 236). O evento foi dividido

³⁸ Sua obra de 1929, *Italia e Spagna*, em dois tomos, é dedicada às relações intelectuais e literárias entre os dois países.

³⁹ Mas redigiu, para a *Enciclopédia Italiana*, em 1939, o verbete de Luis de Camões: http://www.treccani.it/enciclopedia/luiz-vaz-de-camoes_%28Enciclopedia-Italiana%29/. Acesso em 7 de maio de 2019.

em cinco sessões: Antropologia; Arqueologia; Etnologia; História e Geografia; Direito, Política, Sociologia, Estatística, mas, ainda segundo Gandini (*ibidem*), era finalizado sobretudo à “propaganda política”. De fato, a repercussão na imprensa italiana vai nesse sentido, com muitas referências tanto aos discursos dos vários dirigentes fascistas quanto à inflamada intervenção do então embaixador do Brasil junto à Santa Sé, Luís Guimarães Filho⁴⁰, que incluiu uma calorosa saudação a Mussolini. Mas o que esse evento sinaliza, na perspectiva que busco apresentar, é o “esvaziamento” do campo americanista, que nesse momento parece incapaz de desenvolver um projeto epistemológico e científico relevante e, portanto, uma produção capaz de dialogar efetivamente com os demais americanistas europeus ou mesmo de se articular com as instituições científicas americanas. Se não bastasse o fato de a primeira presidência do CISA ter sido ocupada por um intelectual sem nenhuma ligação com o tema (Farinelli), o evento de outubro de 1936 foi aberto por um filósofo e jurista também estranho aos estudos americanos, Francesco Oristano, que concluiu a sua conferência de abertura, intitulada “Civiltà italiana e civiltà americana” afirmando que “as três grandes dádivas oferecidas pela Itália ao mundo, que são a religião universal, o direito e a ciência, também são compartilhadas na América”, e que será nesse tripé que Europa e América poderão colaborar para a afirmação da civilização da raça branca”⁴¹.

Nesse contexto, é necessário situar a atuação de alguns dos nomes que já foram mencionados. A eles (Biasutti, Marro, Mordini, Riccardi, Savi-López e Sergi, do primeiro comitê provisório do CISA; e Cipriani, Corso, Genna e Sera, da lista redigida por Callegari em 1946), acrescento, finalmente, Roberto Almagià, Paolo Revelli e Giuseppe Mazzini, que aparecerão, desde 1938, no “Comitê de Etnologia Americana”, criado dentro do CISA e presidido pelo nome mais relevante, Raffaele Pettazzoni. Todos esses quatro estudiosos também aparecem na nota de rodapé do “testamento” de Callegari: os dois

⁴⁰ Luís Guimarães Filho (1878-1940), filho do poeta e diplomata Luís Guimarães Júnior, foi, assim como o pai, membro da Academia Brasileira de Letras e poeta parnasiano. Cf. <http://www.academia.org.br/academicos/luis-guimaraes-filho/biografia>. Acesso em 29 de abril de 2019.

⁴¹ “L’inaugurazione del primo Convegno di Studi Americani nell’anniversario dela scoperta dell’America”. *L’Osservatore romano*, 13/10/1936. Disponível em <http://digipoint.unigre.it/ossromano/res/pdf/1936/10/13.pdf>, acesso em 29 de abril de 2019. Vale lembrar que o registro está no órgão da Santa Sé, e que o papa, em 1936, era Pio XI, cuja figura ainda hoje è objeto de pesquisas e de controvérsias pelas suas relações com o regime fascista e a sua ideologia, inclusive racial.

primeiros como ligados à geografia, o terceiro à arqueologia e o quarto à mitologia e religião.

Considero, portanto, que aqui se configuraria uma rede de intelectuais que, a vários títulos e com intensidades diferentes, se associam a um campo de estudos ainda completamente em formação, mas que, justamente em razão das suas próprias características individuais e das dificuldades oferecidas pelo contexto político (o regime fascista, surgido em 1922, e a eclosão da II Guerra Mundial), não conseguem institucionalizar, deixando essa tarefa para os anos do pós-guerra – como veremos. Poucos deles (além, é claro, de Callegari, embora nas formas “antiguizantes” que já foram comentadas) deixarão uma obra “americanista” consistente.

Articulando as três listas, elas perfazem um grupo de dezesseis intelectuais, cujos perfis passamos agora a abordar muito sinteticamente, tendo em vista as formas e a intensidade da sua participação nessa “rede” que aqui se apresenta ainda em posição de hipótese.

Renato Biasutti (1878-1965), geógrafo formado em Florença onde foi colaborador do Museu e do Instituto de Etnologia e Antropologia, fundados por Mantegazza, de quem foi colega e amigo, assim como de Mochi (Cerulli, 1968). A sua geografia foi, portanto, desde o começo, uma “antropogeografia”, que o levou a se interessar pelas populações “exóticas”, sobretudo as do Oceano Pacífico, além das culturas “rústicas” italianas. Seu nome permanece pela organização, em 1941, dos três volumes de *Razze e popoli della terra*, que, inclusive com os acréscimos que ele introduziu nas edições sucessivas (1959 e 1967), constituiu o ponto mais alto a que pôde chegar a etno-antropologia italiana na virada entre a primeira e a segunda metade do século XX⁴². Docente universitário em Nápoles, antes, e em Florença, depois (1927)⁴³, Biasutti

⁴² A obra, que buscava sistematizar em todos os níveis os conhecimentos provindos de disciplinas “aliadas”, como a antropologia física, a paleontologia, a etnologia, a geografia, a linguística, o folclore e a história – o que, à época, fez surgir a expressão “scienze dell’Uomo” (Alliegro, 2011, p. 308) –, teve entre os seus colaboradores algumas das nossas personagens: Sergi, Imbelloni, Cipriani, Boccassino, Corso.

⁴³ Alliegro (2011, p. 262) lembra que no começo do século XX, na Itália, o campo da geografia estava mais próximo da etnologia do que da antropologia. Mesmo assim, a trajetória de Biasutti iniciou num contexto “antropológico”, por causa da proximidade com o círculo mantegazziano de Florença, para depois inserir cada vez mais conteúdos “etnológicos” à sua geografia.

acumulou um notável capital simbólico, mas quase sem recursos provindos de aportes americanos. As únicas oportunidades em que o seu nome aparece como autor de um texto americanista são alguns verbetes na *Enciclopedia Treccani* (1929): “América [Antropologia, Archeologia e preistoria, Etnologia, Lingue indigene, Arte e Musica, Storia]” (mas ao lado de mais onze coautores), “Arapaho”, “Amerindi”, “Navaho”, “Apache”, “Araucani”, “Bororó” e mais duas dúzias de verbetes dedicados a etnias das Américas. No livro de 1941, a sexta parte (“*America*”) compreende treze capítulos:

I. Le genti indigene dell’America, II. Le culture indigene e di gruppi etnici dell’America, III. I popoli dell’America artica: Eschimesi e Aleuti, IV. Gli indiani del nord-ovest e della California, V. I cacciatori delle selve e delle praterie, VI. Le genti agricole dell’America settentrionale VII. I popoli e le civiltà dell’Antico Messico, VIII. I popoli degli istmi, IX. I popoli andini in generale, X. I Cibcia e i popoli preincaici dell’Equatore e delle Ande meridionali, XI. L’antico Perù, XII. Gli Amazzonici, XIII. I popoli raccoglitori dello scudo brasiliano, della foresta e del Ciaco. Gli australi ed i marginali del Pacifico.

cuja autoria ficou dividida entre Biasutti e José Imbelloni, o que deixa evidente que, mesmo no final dos anos trinta, o organizador não quis confiar a redação de temas americanos a estudiosos italianos, deixando assim um indício sobre a consistência da americanística italiana, ou, pelo menos, do seu prestígio entre as camadas hegemônicas dos campos disciplinares mais consolidados⁴⁴.

Muito distante dos campos acadêmicos, pelo contrário, esteve a única mulher da “rede”, **Maria Savi-Lopez** (1846-1940), uma escritora que hoje definiríamos “folclorista”, tendo se dedicado, entre outros gêneros literários, à coleta e à “reescritura” de fábulas e lendas populares⁴⁵. Data de 1894 *Miti e legende degli indigeni americani* e de 1926 *Nei regni del sole. Antiche civiltà americane*. No mesmo ano, participou do Congresso internacional dos Americanistas realizado em Roma,

⁴⁴ Vale lembrar que Imbelloni, italiano radicado na Argentina, era desde 1921 professor de *Antropología y Etnografía general* na Universidade de Buenos Aires, de cujo Museu Etnográfico passou a ser diretor em 1947.

⁴⁵ De acordo com Perugi (2016), Maria Savi-Lopez foi colaboradora de dois dos mais conhecidos folcloristas italianos da época, Giuseppe Pitre e Angelo De Gubernatis. Vale informar que De Gubernatis (1840-1913) – que teve intensa e significativa carreira intelectual, chegando a ser catedrático de Sânscrito em Florença e de Literatura Italiana em Roma – realizou, em 1896, uma viagem de cerca de cinco meses na América do Sul, tendo passado por Argentina, Uruguai e Chile. De regresso à Itália, publicou em 1898 o livro *L’Argentina. Ricordi e letture*.

apresentando um trabalho intitulado “Bernal Diaz del Castillo e la vera storia della conquista della Nuova Spagna” (Sorrento, 1928), o que não apaga a sua posição principal, a de autora de textos que oscilam entre reminiscências românticas e o desejo de ampliar e “internacionalizar” os horizontes literários e imaginários da cultura italiana, inclusive recorrendo a fontes pouco conhecidas no país, como as dos próprios cronistas dos dois primeiros séculos da conquista hispânica. Por outro lado, e diferentemente de quase todos os outros nomes aqui selecionados, o nome dela está completamente ausente de outras instâncias acadêmicas de cunho etno-antropológico.

Outra figura que não parece relacionada ao campo americanista e, mesmo assim, figura na lista de Callegari, é **Lidio Cipriani** (1892-1962). Trata-se de outro cientista ligado indiretamente a Paolo Mantegazza, tendo sido aluno de Aldebrandino Mochi, em Florença e, desde 1926, livre docente de Antropologia na universidade da cidade toscana e pesquisador no Museu de Antropologia e Etnologia, do qual se tornaria diretor em 1939. Os seus interesses científicos levaram-no a realizar numerosas viagens: África do Sul, Etiópia, Zâmbia, Tanzânia, Uganda, Sudão, Egito, Líbia (Moggi Cecchi, 1990, Alliegro, 2011). Elas, paralelas ao desenvolvimento do projeto imperial e colonial fascista nas regiões orientais desse continente, fizeram de Cipriani, ao mesmo tempo, um dos mais renomados paleontólogos humanos e antropólogos físicos da sua época e um dos mais ferrenhos defensores da inferioridade racial dos africanos e da necessidade – ou obrigação – das nações europeias se lançarem em projetos coloniais para a exploração econômica do continente. No ano de 1936, o mesmo do “Convegno degli Americanisti”, a sua produção de artigos foi muito intensa nesse sentido. Dois anos depois, o seu nome apareceu como um dos dez signatários do famigerado “Manifesto della razza”, um texto considerado o suporte daquilo que, poucas semanas depois, seria o início das práticas antissemiticas do governo italiano⁴⁶. Processado por isso em 1945, depois da redemocratização, alegou que o seu nome aparecera no manifesto à sua revelia, o que acabou propiciando a sua absolvição (Moggi Cecchi, 1990)^{47,48}. Sua

⁴⁶ Não há relação direta entre as origens, implicações e conseqüências desse manifesto e do racismo italiano nesses anos, por um lado, e a reconstrução da americanística, por outro. Entretanto, vale lembrar que nessa versão de 1938, o *Manifesto* afirmava com vigor que a “pura raça italiana” era “autenticamente ariana”, mas que uma revisão do texto, em 1942, enfatizou a presença de uma raiz “mediterrânea” na formação da raça italiana, aceitando, assim, as posições de Giuseppe Sergi. Dessa segunda versão se encarregaram, entre outros, dois dos nossos personagens: Sergio Sergi (filho de Giuseppe) e Raffaele Corso (Alliegro, 2011, p. 267). Trata-se, de qualquer forma, de uma temática ainda muito controversa nas reconstruções historiográficas. Cf. Alliegro (2011, p. 265-314), Cassata (2008), Pizzato (2012) e Lorè (2008).

⁴⁷ Entretanto, Cipriani assina cerca de trinta artigos na já mencionada revista *La difesa della razza*, todos baseados na sua “experiência” de campo na África, um dos quais se intitula “L’incrocio con gli africani è un attentato contro la civiltà europea”. No primeiro número, num

*figura intelectual é, até hoje, objeto de controvérsias. Ainda nos anos 40, foi um dos colaboradores da obra de Biasutti (Razza e popoli della terra), redigindo seis capítulos sobre etnias africanas que tinha conhecido e estudado. No final dessa década, a sua trajetória teve uma virada inesperada, pois iniciou quase casualmente uma fase de intensas pesquisas de campo nas ilhas Andaman, no golfo do Bengala, de 1949 até 1955, cerca de 45 anos depois das celebradas etnografias de Radcliffe-Brown⁴⁹. Em resumo, para além das controvérsias ligadas às suas ideias raciais, Cipriani foi um dos antropólogos italianos (no sentido em que se podia ser “antropólogos”, no clima epistemológico e político e no contexto institucional da Itália da primeira metade do século XX) mais conhecidos no exterior e menos “provincianos”. Mas nem por um instante ele foi um “americanista”. Desde o seu primeiro artigo científico de tema “antropológico” (sobre o *Australopithecus africanus*, em 1927) até o último (sobre as ilhas Andaman, em 1962) só se dedicou a um tema americano duas vezes, quando, em 1926, apresentou ao Congresso Internacional de Roma uma comunicação sobre dois *quipus* peruanos conservados no Museu de Florença, e, em 1928, no XXIII Congresso, em Nova Iorque, uma sobre “alcuni caratteri del cranio facciale degli antichi peruviani”.*

Trajетória muito diferente, em vários sentidos, foi a de outro membro do Comitê de Etnologia Americana do CISA (1938): **Roberto Almagià** (1884-1962). Judeu, ele foi atingido pelas leis raciais italianas e obrigado a abandonar a sua cátedra universitária de geografia, na Universidade de Roma. De 1939 até o fim da guerra, trabalhou na Biblioteca Vaticana⁵⁰, publicando sob pseudônimo (Caraci Luzzana, 1988). Sua trajetória, além disso, foi também

artigo intitulado, singelamente, “Razzismo”, defende a introdução das medidas racistas na Alemanha e na Itália, sempre a partir de um ponto de vista “antropológico”. Cf. http://anpi.it/media/uploads/files/2017/12/difesa_della_razza_a1_n1.pdf. Acesso em 6 de maio de 2019.

⁴⁸ Já Alliegro (2011, p. 274) informa que Cipriani foi o único entre os signatários do *Manifesto* a ser preso e passou sete meses na prisão de Milão.

⁴⁹ Os dois estudiosos publicaram duas monografias de título idêntico: *The Andaman Islanders*, sendo o trabalho do britânico publicado em 1922 e o do italiano em 1966. Todas as informações biográficas sobre Cipriani estão em Moggi Cecchi (1990). Na mesma revista que traz esse artigo encontra-se um texto sobre o uso etnográfico da fotografia por parte de Cipriani, que fez largo uso dessa técnica nas suas pesquisas. O Museu de Florença guarda um arquivo de cerca de 30 mil imagens realizadas por ele entre 1927 e 1955. Cf. também Chiozzi (1990).

⁵⁰ A convite do papa Pio XII que, eleito em 1939, teve relações com o fascismo muito diferente daquelas do seu predecessor, Pio XI, tendo se oposto ao regime e a Mussolini nas formas que lhe foram possíveis.

“americanista”, tendo publicado, em 1918, um livro sobre Cristóvão Colombo, cujo subtítulo (“Visto por um geógrafo”) esclarece a sua posição de geógrafo interessado na América como uma etapa da história da sua disciplina, e, sobretudo, em 1937, uma alentada obra (mais de 500 páginas) intitulada *Gli italiani primi esploratori dell’America*, em que retoma justamente essa articulação entre história da geografia e conhecimentos americanos. Além disso, tendo participado do Congresso de 1926 em Roma, apresentou dois trabalhos (“Le prime conoscenze dell’America e la cartografia italiana” e “Il mappamondo di Piri Reis e la carta di Colombo del 1498”), ainda de tema cartográfico. A Almagià aproxima-se, sob alguns aspectos, a trajetória de **Paolo Revelli** (1871-1956), também geógrafo interessado na história da geografia e na contribuição dos italianos ao conhecimento das Américas, tendo publicado, em 1926, em coincidência com o XXII Congresso Internacional dos Americanistas realizado em Roma, *Terra d’America e archivi d’Italia*, trabalho de grande utilidade para a localização, em bibliotecas e arquivos italianos, das centenas de obras (gravuras, cartas, planisférios, manuscritos etc.) relativas às viagens às Américas, oitenta das quais são reproduzidas nos anexos do livro⁵¹. Desde o ano anterior, Revelli fora admitido como “membro titular” da *Société des Americanistes de Paris*⁵². Dessa forma, é fácil afirmar que Revelli⁵³ e Almagià configuraram, de forma análoga, a vertente da americanística dedicada a explorar o viés “nacional-geográfico” da disciplina, através do enaltecimento (mas, também, do estudo rigoroso e da localização arquivística e epigráfica) da “contribuição” italiana ao conhecimento do continente americano. Que isso tenha se dado ao longo do governo de Mussolini, entretanto, sem ser surpreendente, é, porém, também significativo, sem que por isso, como se observa no caso dos “africanistas” de regime, comporte o endosso do racismo oficial do regime.

⁵¹ A obra está disponível em: https://archive.org/details/McGillLibrary-hssl_terre-americarchivi-ditalia_E101R45-18008/page/n2 Acesso em 30 de abril de 2019. No mesmo ano, no Congresso de Roma, apresentou o “L’area dell’America Spagnuola secondo um geografo italiano del Cinquecento”.

⁵² Cf. “Actes de la Société”. *Journal de la Société des Americanistes*, Nouvelle Série, vol. 17, 1925, p. 283. Disponível em https://www.jstor.org/stable/44386772?seq=9#metadata_info_tab_contents. Acesso em 7 de maio de 2019.

⁵³ À aproximação de Revelli à americanística contribui também a redação de dezessete verbetes geográficos para a *Enciclopédia Italiana*, entre 1929 e 1932. Entre eles, “Brasile”, “Amazonas”, “Bahia”, “Ceará”, “Bello Horizonte”.

Entretanto, nas listas que aqui estamos percorrendo, encontramos outros três cientistas que ligaram seus nomes aos debates raciais da época, mas que não militaram com efetividade nas fileiras propriamente americanistas. Radicados em Roma, agiram em várias sedes institucionais, entre os quais a “Società Romana di Antropologia”⁵⁴, fundada em 1894 pelo então catedrático de Antropologia da Universidade da capital por Giuseppe Sergi, pai de **Sergio Sergi** (1878-1972). Este, que aparece tanto no primeiro comitê provisório do CISA (1926) quanto na nota de rodapé de Callegari (1946), médico também, como o pai, se destacou como paleoantropólogo e antropólogo físico, e se tornaria titular da cátedra de antropologia na universidade de Roma, em 1925, herdada do pai, assim como herdara a presidência da *Società*, em 1916. Sua atividade científica incluiu publicações de 1902 a 1972⁵⁵, mas somente três são de assunto vagamente americano: “*I rilievi cerebrali delle fosse temporali nei crani deformati del Perù*” (1910), outro sobre o mesmo tema, em 1912, e, em 1926, uma comunicação sobre o “volume das vértebras” dos fueguinos (apresentado no Congresso Internacional dos Americanistas, em Roma) – estudos conduzidos sobre peças conservadas no Museu de Antropologia de Roma – que também havia sido fundado por seu pai. Sergi se casou com a irmã de **Giuseppe Genna** (1896-1988), outro médico e antropólogo ligado ao Instituto e à Cátedra de Antropologia de Roma. Também no seu caso, a produção “americanista” é ínfima e ligada a aspectos fisiológicos: há registros da sua participação nas XXI e XXIV reuniões da “Società Italiana per il Progresso della Scienza” (em 1932 e 1935, em Roma e Palermo, respectivamente), com trabalhos como “A clavícula dos Fueguinos”, “A bacia dos Fueguinos”, “A forma da orelha em algumas populações americanas”. Além disso, o seu nome também comparece como autor de um artigo dedicado aos aspectos “antropológicos” dos judeus (“*Gli ebrei come razza*”) na revista *La difesa della*

⁵⁴ Desde 1937, mudaria sua denominação para “Istituto Italiano di Antropologia”, que ainda funciona, sediado no Departamento de Biologia Animal e do Homem da Universidade de Roma, embora independente dele. Cf. <http://www.isita-org.com/isita/index.htm>. Acesso em 30 de abril de 2019. Alliegro (2011, p. 60-80) contextualiza a criação da S.R.A. como uma “cisão” na antropologia italiana de final de Oitocentos, determinando a ruptura com o grupo florentino de Paolo Mantegazza que se localizava na *Società Italiana di Antropologia e Etnologia*.

⁵⁵ Sergio Sergi é um nome ainda hoje lembrado na paleontologia ou arqueologia pré-histórica, tendo sido responsável, no final dos anos trinta, por relevantíssimos achados paleoantropológicos que tem permitido reescrever a trajetória dos homens neandertalianos na Europa. Cf. Manzi (2017). Nesse sentido ele é também o autor dos verbetes “Antropologia” (1948) e “Paleoantropologia” (1961), na *Enciclopedia Italiana*.

razza. Genna, que foi docente de Antropologia em várias universidades italianas (Bari, Florença e Roma), se dedicou a um tema muito distante da América, o estudo das ossadas dos membros da antiga família florentina dos Medici (Lippi, 2006). O terceiro nome que deve aparecer neste parágrafo é o de **Giovanni Marro** (1875-1952), médico e antropólogo piemontês, filho de um colaborador de Cesare Lombroso (Rabino Massa, 2008). Marro, que em 1926 foi responsável pela criação do Museu de Antropologia e Etnografia de Turim, acabou se envolvendo pesadamente, a partir do final dos anos Trinta, nos debates raciais e racistas italianos, em frequente e dura polêmica com os dois Sergi e com Genna que defenderam, em várias oportunidades, uma “origem africana” para a “estirpe mediterrânea” (Cassata, 2008, Pizzato, 2012), sobretudo no seu livro *Primato della razza italiana* (1940), sendo, nessa questão, um aliado de Cipriani. Seja como for, a produção científica de Marro é particularmente relevante sobre a antropologia (craniologia, aliás) egípcia, sendo completamente ausente quaisquer contribuições americanista (Rabino Massa, 2008), o que, mais uma vez, lança questionamentos sobre a inclusão dele (e dos demais deste subgrupo) nas listas que estamos considerando.

Numa situação semelhante encontra-se **Gioacchino Sera** (1878-1960), médico nascido e formado em Roma. Toda a sua carreira científica desenvolve-se nas universidades de Florença, Pavia, Milão e Nápoles, sempre assumindo a docência na área de antropologia física e de paleoantropologia (Chiarelli, 2016). É também colaborador da *Enciclopedia Italiana*, sendo, aliás, o responsável pela seção de “Antropologia”⁵⁶ e assinando mais de cinquenta verbetes, entre os quais “Homem”, “Paolo Mantegazza”, “Origem do Homem”, “Paleoantropologia”. É interessante notar que o verbete “Raça”, também de sua autoria, publicado em 1935, ou seja, três anos antes do *Manifesto*, configura um entendimento bem diferente do dos seus colegas mais alinhados ao fascismo: “[...] não existe, portanto, uma raça, mas apenas um povo e uma nação italiana. Não existe uma raça né uma nação judia, mas um povo judeu; não existe – erro mais grave de todos – uma raça ariana [...], mas tão somente

⁵⁶ Outras seções também foram coordenadas por personagens da nossa história: Almagià (geografia), Biasutti (Geografia e Etnologia), De Filippi (Viagens e explorações), Pettazzoni (história das religiões) e Arturo Farinelli (Letras germânicas). Estes e mais cerca de sessenta nomes proeminentes da ciência e da cultura italianas, coordenando outras tantas seções temáticas, formaram, em 1925, o “Comitê Técnico” encarregado do planejamento da obra.

uma civilização e uma língua arianas [...] (*apud* Alliegro, 2011, p. 267, tradução minha). O mais relevante dos seus trabalhos americanistas é “L’altezza del cranio in America. Induzioni antropologiche ed antropogeografiche”⁵⁷, um estudo craniológico comparativo com mais de 250 páginas publicado no mantegazziano *Archivio per l’Antropologia e l’Etnografia*, em 1912, e resenhado e elogiado, no *Journal* da SAP, por Paul Rivet. Mesmo assim, é lembrado muito mais para os seus trabalhos de morfologia comparada dos primatas do que para a sua contribuição à americanística.

É muito diferente a trajetória de **Antonio Mordini** (1904-1975), que se formou em arqueologia e etnologia na universidade de Florença, onde foi aluno, entre outros, de Almagià e Biasutti. Os seus interesses iniciais foram eminentemente americanos: em 1926 iniciou uma série de viagens que o levaram à Amazônia (na Guiana Francesa e no Brasil⁵⁸), onde desenvolveu pesquisas nas regiões dos rios Oiapoque e Jari e na Ilha do Marajó. Em várias oportunidades estabeleceu parcerias com o etnólogo teuto-brasileiro Curt Nimuendajú, com quem teve também intensa troca de correspondência, até meados dos anos trinta (Welper, 2002). Sua contribuição é relevante por estudiosos da cerâmica marajoara (Palmatary, 1949), tendo publicado ao menos dois trabalhos muito citados sobre esse tema⁵⁹. Em seguida, seus interesses se voltaram para a África, especialmente para as colônias italianas e, sobretudo, Etiópia e Somália, onde desempenhou, também, papéis oficiais em nome do governo italiano. Mesmo assim, e diferentemente de muitos dos autores aqui abordados, sua relevância para a americanística italiana é muito significativa. Além da sua colaboração com Nimuendajú e das suas publicações oriundas das suas primeiras viagens à América, Mordini foi secretário da seção de arqueologia da América do Sul no XXIV Congresso Internacional dos Americanistas (em Hamburgo, 1930, quando apresentou um trabalho sobre “Les cultures précolombiennes du Bas Amazone et leur développement

⁵⁷ Parcialmente disponível em <http://www.bibvirtual.ucb.edu.bo/etnias/digital/106002160.pdf>. Acesso em 7 de maio de 2019.

⁵⁸ Tendo explorado a divisória de águas entre o território francês e o Brasil, publicou, em 1931, “Lo spartiacque guiano-brasiliano”, no *Bollettino* da Sociedade Geográfica Italiana.

⁵⁹ “I ‘couvre-sexe’ precolombiani in argilla dell’isola di Marajo”, no *Archivio per l’Anthropologia e l’Etnologia*, Firenze 50, 1929, p. 41–46; e “Les cultures precolombiennes du bas Amazone et leur developpement artistique”, apresentado no XXIV Congresso Internacional dos Americanistas (1930).

artistique”), diretor da seção de arqueologia americana do Museu Nacional de Antropologia e Etnologia de Florença e, em 1935, diretor da revista *America*, do CISA⁶⁰, e membro correspondente do Institut Français d’Etudes Andines (Ricci, 1977⁶¹). Além disso, são de sua autoria cerca de 25 verbetes de assunto americano na *Enciclopedia Italiana*, entre os quais “Mundrucu” [sic], “Maya”, “Parintintin”, “Palenque”, “Sambaqui”, “Marajó”, quase todos de interesse arqueológico.

É também um estudioso de arqueologia, porém “dileteante”, o médico **Giuseppe Mazzini**⁶² (1878-1953). Formado em Medicina na Universidade de Bolonha, em 1899, quatro anos depois emigra para o Chile, onde ficaria até 1911, exercitando a profissão. Depois de um biênio na Itália, em 1913 voltou à América do Sul, passando mais oito anos, entre Equador e Peru (Guarnotta, 1992). Foi nesses dois longos períodos que ele desenvolveu interesse pelas culturas pré-colombianas, concentrando-se na produção cerâmica, se tornando inclusive um apaixonado colecionista. Essa vertente beneficia-se de um fato “geo-cultural”: a cidade onde Mazzini nasceu, Imola, encontra-se a cerca de 15 km de distância de Faenza, o maior centro de produção cerâmica no país, desde a época romana, e que abriga um grande “Museu Internacional das Cerâmicas”, fundado em 1908. Essa instituição sediou cursos de história da cerâmica, de alguns dos quais se encarregou Mazzini, juntamente com outras personagens da nossa história, como Mordini e o próprio Callegari⁶³, focalizando nas suas aulas a produção incaica e a “aborígene” do Chile (*ibidem*). Nessa perspectiva e com esses conhecimentos específicos, ele participou de outras instâncias do campo da americanística: foi admitido como membro titular da *SAP* em 1931e, como vimos, foi também sócio do CISA tendo participado do seu Comitê de Etnografia Americana. Em 1937 doou ao Museu de Faenza a sua coleção, que era composta de 75 peças, incluindo objetos de bronze e tecidos (Guarnotta, 1987). É também significativa a obra

⁶⁰ O projeto da revista acabou não se concretizando (Gandini, 2002, p. 237).

⁶¹ O autor desse necrológio, Lanfranco Ricci (ele mesmo um arqueólogo e linguista especialista em Etiópia), reproduz, sem referência, o texto de um currículo redigido pelo próprio Mordini.

⁶² Mazzini acrescentou o sobrenome materno “Cita”, para se distinguir de um ilustre político italiano da época do *Risorgimento*.

⁶³ Os cursos eram na realidade promovidos pelo “Istituto Interuniversitario Italiano”, fundado em 1923 por Giovanni Gentile (à época ministro da Educação do governo Mussolini) e que tinha por missão a divulgação da cultura italiana no exterior e entre os estrangeiros residentes na Itália (Cavarocchi, 2010).

americanística de Mazzini, que compreende cerca de 30 estudos e conferências, entre 1928 e 1949, contemplando temas arqueológicos e etnográficos, sendo que pelo menos dez textos têm por assunto a medicina popular andina, ou as formas e os conhecimentos terapêuticos das populações pré-colombianas e indígenas das regiões que ele percorreu, articulando assim os seus interesses americanistas com a sua profissão médica (*ibidem*). Dessa forma, é possível afirmar que a figura de Mazzini se coloca a meio caminho entre as várias “configurações” de intelectuais americanistas vistas até aqui, sendo aquele que deixou mais próximos os seus interesses de pesquisador e de colecionista com a sua profissão e com a realização de longas viagens à América do Sul. Por outro lado, essa proximidade comporta, paralelamente, uma separação entre esse núcleo de interesses intelectuais e as atividades de docência universitária. De forma análoga a Maria Savi-Lopez e a Antonio Mordini (que, porém, como servidor do Estado italiano desenvolveu intensíssimas atividades de pesquisa “oficial”), Mazzini é um dos pouquíssimos entre as personagens aqui selecionadas a não ter se dedicado em tempo integral ao ensino superior.

Os próximos quatro nomes, que encerram agora a galeria de “americanistas” presentes em uma ou mais das três listas consideradas (Riccardi, Boccassino, Corso e Pettazzoni), destacam-se dos demais por dois critérios em comum. Em primeiro lugar porque se trata de estudiosos que se dedicaram principalmente à docência universitária e, mais do que isso, fizeram da instituição acadêmica a sede para as suas atividades intelectuais, incluindo nessa esfera formas relativamente novas de exercício do “poder” simbólico, que lhes garantiu acesso privilegiado a espaços e recursos nacionais e internacionais e isso, algo paradoxalmente, antes, durante e depois da vigência do regime autoritário italiano chefiado por Benito Mussolini. O segundo elemento que eles compartilham deriva deste primeiro, e é o fato de que, nessas posições, e de forma mais orgânica do que ocorreu com alguns dos mais velhos (como Mantegazza, Giglioli, Mochi ou Sergi), articularam a construção de “linhagens”, através da formação de alunos e discípulos e do acompanhamento e do favorecimento (em alguns casos) das suas carreiras – o que também incluiu modalidades mais “modernas” de participação nos conflitos e nas controvérsias institucionais. Nesse sentido, inclusive, a sua

atuação e a sua influência (política e teórica) se projeta até os dias de hoje, considerando que foi fundamentalmente através dessas linhagens que vieram se formando os quadros epistemológicos contemporâneos tanto das ciências etno-demo-antropológicas quanto, em dimensão menor, da própria americanística contemporânea, nas universidades italianas⁶⁴. Além dessas duas características, também vale adiantar aqui que se trata de nomes que pouco ou nada fizeram para serem considerados “americanistas”, como agora veremos mais de perto.

O geógrafo **Riccardo Riccardi** (1897-1981), que foi aluno de Almagià em Roma, foi professor de Geografia em Catania e, desde 1939, na universidade de Roma. Foi também sócio do Instituto Italiano de Antropologia, mas a sua produção bibliográfica foi essencialmente de cunho geográfico, tendo publicado, ao longo da vida, ao menos quatro grandes livros de geografia americana: *Ecuador: naturali ed economiche, cenni storici e culturali* (1925), *L'America settentrionale* (1934), *L'America meridionale in generale, gli stati andini, le Guiane, il Paraguay, l'Argentina, l'Uruguay* (1938), *L'America meridionale: lineamenti geografici* (1950) e redator de mais de 120 verbetes para a *Enciclopedia Italiana* abordando aspectos geográficos das Américas. Logo depois do final da II Guerra Mundial e, portanto, no começo dos processos de redemocratização da sociedade e das universidades italianas, esteve no grupo de promotores de um “Instituto para as Civilizações Primitivas”, na Faculdade de Letras e Filosofia da Universidade de Roma, sob a batuta de Raffaele Pettazzoni, que contou também com a participação de Almagià, Sergi, entre outros, e de dois jovens etnólogos que se preparavam para construir uma nova fase da história dos estudos antropológicos na Itália: Vinigi Grottanelli e Ernesto De Martino (Gandini, 2004b, p. 124). O Instituto teria um acentuado caráter “etnológico”, e abrigaria uma “Escola de Aperfeiçoamento” em “Civilizações Primitivas” (ou Etnologia). Nela, as áreas contempladas seriam Etnologia, Etnografia (nesse momento considerada como uma subárea da museografia), Linguística geral, Religiões dos Povos Primitivos, “Sociologia e Economia dos Povos Primitivos, Antropogeografia, Antropologia (ou seja, a física), Paletnologia, Psicologia dos Povos Primitivos, incluindo disciplinas

⁶⁴ Só para exemplificar, talvez valha dizer que eu mesmo, que terminei o curso de Antropologia na Universidade de Roma, fui aluno de um aluno de Raffaele Pettazzoni.

“especiais” de “Instituições e religiões primitivas da África”, “Civilizações Primitivas da América”, “Civilizações Primitivas da Ásia e da Oceania” (*ibidem*, p. 125)⁶⁵. A partir daí, Riccardi, como membro da Congregação da Faculdade, participa de todas as atividades com que esta busca se reestruturar, dando vida a novas regras acadêmicas e, sobretudo, a novos institutos e cátedras, que incluirão, muito em breve, também o ensino de alguns aspectos do que já não se chamaria mais, pelo menos oficialmente, *americanistica*.

É muito diferente o caso de um colega mais jovem **Renato Boccassino** (1904-1976)⁶⁶. Nascido no Piemonte, transferiu-se para Roma, onde, em 1926, se formou em Letras com um trabalho sobre religiões de populações aborígenes da Austrália, orientado por Raffaele Pettazzoni. Este, depois da diplomação, incentivou o seu aluno a se aperfeiçoar no exterior: assim, Boccassino esteve em Paris, onde frequentou os cursos de Paul Rivet, Marcel Mauss e Lucien Lévi-Bruhl, e em Viena, onde estudou com o padre Wilhelm Schmidt. Em 1931, novamente graças a Pettazzoni, conseguiu uma bolsa para estudar em Londres com Malinowski e Seligman e, em seguida, desenvolver pesquisas de campo na Uganda, onde permaneceu cerca de um ano, entre 1933 e 1934. A partir daí, construiu uma sólida reputação de “africanista”, mas, devido às suas escolhas teórico-metodológicas, influenciadas pelo método histórico-cultural incorporado na sua passagem por Viena, iria se posicionar no campo dos “adversários” do seu antigo mestre. Isso determina a sua aproximação das orientações católicas, com o apoio do Vaticano⁶⁷, o que, no clima político do pós-guerra, também vai afastá-lo das primeiras orientações marxistas da geração mais jovem, que começavam a se firmar nas ciências sociais italianas. Apesar disso, ocupou cargos importantes, como o de Diretor do Museu Pigorini (1949-1953) e, desde 1953, a docência de Etnografia na Universidade de Nápoles. Na compilação das publicações de Boccassino

⁶⁵ O nome definitivo da Escola seria, a partir do ano sucessivo, *Scuola di perfezionamento in Scienze etnologiche* (Gandini, 2004b, p. 135).

⁶⁶ As informações sobre Boccassino estão principalmente em Coppola (2015).

⁶⁷ Entre meados dos anos vinte e meados da década sucessiva, o papa Pio XI fomentou o ingresso do Vaticano no campo “etnológico”, com a criação do Museu Missionário Etnológico, com a sua revista, *Annali Lateranensi*, e de uma cátedra de Etnologia, ocupada justamente por Boccassino (Alliegro, 2011, p. 260). Todos esses empreendimentos tiveram a participação decisiva do padre W. Schmidt, figura principal da corrente que defendia a teoria do monoteísmo primitivo, contra a qual se lançaram Pettazzoni e os seus discípulos. Vale lembrar que entre os colaboradores dessa revista também encontramos o nosso Callegari e, depois da sua conversão ao catolicismo, Evans-Pritchard.

(Coppola, 2015, p. 217-219), constam 40 títulos, quase todos de etnologia religiosa – nenhum de assunto americano, o que, mais uma vez, obriga a pensar que a sua inserção no Comitê de Etnologia Americana do CISA, em 1938, foi ocasionado por considerações que extrapolavam a realidade dos seus estudos, se relacionando mais com o fato de que, nesse ano, Pettazzoni ainda tentava contar com ele para alianças político-acadêmicas. A ruptura definitiva entre Boccassino e Pettazzoni determinou, com toda probabilidade, o fato de o primeiro se transferir para Nápoles, a convite de outro desafeto de Pettazzoni, **Raffaele Corso**, também próximo do Vaticano.

Este (1885-1965) é um dos nomes principais da história dos estudos demo-etno-antropológicos italianos no período que estamos explorando. Nascido na Calábria, formado em direito em Nápoles (1906), desenvolveu desde os anos de formação interesse pela cultura popular do sul da Itália, na esteira do pai dessa disciplina, o siciliano Giuseppe Pitrè. Esse pioneirismo de Corso se concretizou sobretudo no âmbito universitário: foi o primeiro a lecionar “Etnografia” na Universidade de Roma (1914-1921) e, a partir de 1922, foi professor desta disciplina na Universidade de Nápoles. Para além das atividades voltadas para o estudo do folclore, teve uma fase de interesses africanistas, sobretudo no período em que isso era incentivado pelo regime fascista. Nunca, porém, se dedicou a temas americanos. Embora fortemente marcado pela proximidade política e ideológica com o regime de Mussolini, Corso continuou até a aposentadoria a desempenhar as suas funções acadêmicas, dotado sempre de rico capital simbólico, capaz de influenciar momentos relevantes da história institucional das ciências sociais italianas, ao longo de mais de cinquenta anos. Assim, a sua presença na lista de “americanistas” italianos, redigida por Callegari em 1946, que é a única em que a princípio não haveria influência de pesos políticos adquiridos, inclusive e sobretudo no recém-concluído período fascista, ainda mereceria algum aprofundamento crítico.

Finalmente, o caso mais emblemático dessa longa galeria de estudiosos: **Raffaele Pettazzoni** (1883-1959)⁶⁸. Ator de destaque no cenário da vida

⁶⁸ É necessário informar logo que a trajetória de Pettazzoni é dedicada a obra impressionante de Mario Gandini: uma “biografia” publicada em trinta “capítulos”, na revista *Strada Maestra*,

intelectual italiana em boa parte do século XX, desde um lugar temático objetivamente pouco propício para essa liderança – a história e a etnologia das religiões – Pettazzoni nunca foi um “americanista”, propriamente dito, mas, sob vários aspectos, se deve a ele a configuração que a americanística italiana assumiu no século passado. Posicionado em vários lugares institucionais ao longo da sua trajetória, capaz de passar incólume pelo regime fascista (nem aderindo à sua ideologia nem sendo perseguido por ele), se tornou uma personalidade científica de repercussão nacional e internacional (Puccini e Squillacciotti, 1979, p. 71 e sg.) e, apesar de o seu nome estar fixado no campo da religião, ele aparece em numerosas passagens e inflexões que determinaram a evolução do campo etno-anropológico, justamente, aliás, nos momentos decisivos pelos quais passou o processo de criação da moderna antropologia *cultural* italiana, inclusive no seu esforço de libertação das heranças “antropológicas” do século XIX e, mais ainda, da época fascista, com o seu contexto africanista e colonial que já observamos. Ativo (com centenas de publicações, conferências e participações em congressos na Itália e no exterior) desde os anos 1910, tendo concluído o seu curso de Letras clássicas em 1905, em Bolonha, foi adquirindo capital simbólico em medida cada vez maior, até ocupar, em 1924, por concurso, a primeira cátedra italiana de História das Religiões, na universidade de Roma. A partir desse momento, até o final da sua vida, portanto durante mais de trinta anos, Pettazzoni estará presente em inúmeras oportunidades onde a temática (política, institucional, geográfica, histórica, etnológica, antropológica, linguística e, claro, religiosa) também será “americana” ou “americanista”. Assim, ao menos no seu caso, o fato de ele *não ter sido* um americanista é amplamente compensado pela sua posição num campo maior – o das ciências humanas e sociais italianas⁶⁹, o que nenhum dos

de 1989 a 2009, perfazendo cerca de 5 mil páginas. Na realidade, uma reconstrução, fartíssimamente documentada, de uma fase inteira da vida intelectual italiana (e de algumas das suas relações internacionais). Nela, encontram-se dezenas de referências e informações relativas aos personagens que protagonizam este trabalho. Tudo isso, com o acréscimo de numerosos outros materiais (fotografias, correspondências, índices, links etc.) está disponível em <http://www.raffaelepettazzoni.it/>.

⁶⁹ Alliegro (2011, p. 16 e 251 e sg.) é um dos autores que defendem a ideia de que coube a Pettazzoni a verdadeira “fundação” do campo etno-anropológico italiano, graças à separação que ele promoveu, entre “abordagens físico-anatômicos” e “histórico-culturais”. A mesma posição seria assumida, a partir dos anos cinquenta, por discípulos diretos e indiretos do próprio Pettazzoni, como Ernesto De Martino e Tullio Tentori, eles, sim, inseridos a pleno título no rol dos antropólogos *culturais* italianos.

demais personagens aqui abordados conseguiu. Insere-se nesse quadro o fato de que, em 1937, ele também assume a titularidade da cátedra de Etnologia, na mesma universidade.

Segundo Gandini (1994, p. 190), que organizou e estudou o arquivo pessoal de Pettazzoni, as primeiras leituras de assunto americanas passam pelo seu interesse principal nas religiões, mas, começadas por volta de 1909, são até mesmo anteriores às relativas a outras regiões do mundo. O autor (*ibidem*, p. 191), com base em elementos “micro-filológicos”) constrói uma hipótese de cronograma de leituras, no qual aparecem:

África; África (interesse religioso); Ibéricos, Bascos, África do Norte; Oceania-interesse religioso; Oceania e Malásia (etnografia); Indonésia (Malásia); Malésia-Indonésia (interesse religioso); Polinésia, Ilha de Páscoa - Etnografia; América em geral; Antigas civilizações americanas; América do Norte em geral; América do Norte (etnografia); América do Norte (religião); América Central; América do Sul em geral; Peru; Esquimós e Povos Polares; Bibliografia das religiões da Índia [...] [tradução minha]

Nos anos sucessivos, preparando um trabalho de cunho comparativo sobre as crenças monoteístas entre os “povos primitivos”, Pettazzoni compila dezenas de fichas de bibliografia de etnologia americana, em italiano, alemão, francês e inglês, reunidas sob o título “*Antiche civiltà americane*” (Gandini, 1996, p. 143), incluindo textos inéditos de viajantes e exploradores italianos, conservados no Museu Pigorini de Roma, onde trabalhara de 1909 a 1914. À medida que os seus interesse se deslocam para outros aspectos das religiosidades de interesse etno-antropológico, essa estratégia irá se repetir: Pettazzoni busca e consegue acesso, através de bibliotecas e compras pessoais, a uma grande quantidade de literatura especialista, de várias épocas e países, que ele ficha, elabora e reelabora para os seus estudos eminentemente comparativos – e o horizonte americano está sempre presente, nas leituras e nos textos de sua autoria. Um deles tem também um significado inaugural: em 1926 participa pela primeira vez de um Congresso Internacional de

Americanistas (o XXII, em Roma), com um trabalho intitulado “La confessione dei peccati nelle antiche religioni americane”⁷⁰.

Enquanto isso, tendo sido o fundador da revista *Studi e Materiali di Storia delle Religioni* (em 1925, “órgão” da cátedra que ele passara a chefiar desde o ano anterior⁷¹), nesse periódico publica e encomenda, como diretor, muitos trabalhos também de tema americano. Em 1930, resenhando um livro de Callegari (*Introduzione allo studio delle antichità americane*), declara que “seria desejável que os esforços de Callegari e de poucos outros estudiosos, voltados a suscitem na Itália um sério interesse pelos estudos americanistas, fossem apoiados” (*apud* Gandini, 2000b, p. 197 – tradução minha). Reciprocamente, Callegari, quando publica em 1933 num jornal um artigo intitulado “Americanistica”, menciona o colega entre os estudiosos que se ocuparam dessa temática, tendo sido Pettazzoni “autor de um douto e interessante volume sobre a confissão entre os índios da América, que um excelente ensaio de história e filosofia das religiões” (*apud* Gandini, 2001b, p. 111). É nesse contexto, também, que o nosso autor, circulando por numerosos eventos científicos europeus, em anos em que isso ainda era possível, conhece, frequenta e se relaciona com colegas americanistas alemães, britânicos, americanos, franceses etc. É no meio desse período, em 1935, que em Turim se procede à criação do *Centro Italiano de Studi Americani* (CISA), como vimos.

É muito interessante a informação (Gandini, 2002, p. 236) pela qual Pettazzoni não participa do I Simpósio do CISA, em outubro de 1936, sobre o qual já falamos e de que destacamos o aproveitamento político por parte do regime, justamente por não querer ligar o seu nome a um empreendimento marcado pelo regime. Entretanto, quando poucos dias depois do encerramento do evento, Almagià e Mordini tentam promover a criação de uma revista do Centro – *America* – e convidam Pettazzoni a participar do comitê editorial, ele aceita (*ibidem*, p. 237). Assim como aceitará, em janeiro de 1938, a presidência do Comitê de Etnografia Americana do CISA, que manterá até 1943. Nessa condição, preocupa-se sobretudo de incrementar o acervo bibliográfico do

⁷⁰ Ao tema da confissão dos pecados nas várias religiões e regiões do mundo Pettazzoni se dedicou durante cerca de dez anos, a partir de 1926, publicando dezenas de textos “particulares”, reunidos em 3 volumes publicados entre 1936 e 1939, perfazendo mais de mil páginas de estudos monográficos e comparativos.

⁷¹ As edições entre 1925 e 1975 estão disponíveis on line: <http://cisadu2.let.uniroma1.it/smsr/>

Centro, propondo assinaturas a revistas internacionais, preparando listas de livros a serem adquiridos, além de coordenar as avaliações dos trabalhos a serem publicados pelo CISA (Gandini, 2003a, p. 147). Nesse período, imediatamente sucessivo ao início das suas atividades docentes na cátedra de Etnologia, em Roma, é muito frequente que ele se declare favorável à criação das cátedras de “Americanistica” e de “Civiltà dell’America Precolombiana” (*ibidem*). Entretanto, o clima antiamericano acentuado por causa do conflito mundial fez com que essas propostas só se concretizassem no pós-guerra (Gandini, 2004a, p. 138).

Paralelamente, Pettazzoni prossegue a sua atividade de ensino e orientação e, ainda nesses anos trinta começam a aparecer alunos que se tornariam discípulos e, em seguida, protagonistas da americanística italiana do pós-guerra. Entre eles, Tullio Tentori (1920-2003) que, frequentando a Faculdade de Letras, em Roma, entre 1938 e 1942, também se dedicará, como voluntário, à reorganização das coleções americanística no Museu Pigorini (Gandini, 2003b, p. 134). Depois de formado, será assistente voluntário de Pettazzoni nas duas cátedras, dando início, então, a uma bem-sucedida carreira acadêmica que o transformará em um dos protagonistas da “nova” americanística italiana, a partir dos anos Cinquenta, e, mais a inda, da introdução da Antropologia *Cultural* na Itália⁷². Mas isso nos levaria a uma fase que este trabalho não pode nem pretende abarcar.

Embora a trajetória de Pettazzoni ainda compreenda muitas aproximações intelectuais (etnológicas, mas não só), será na sua bibliografia que se encontra a sua contribuição mais significativa. Graças, ainda, ao trabalho de Gandini (2009, p. 179 e sg.), podemos ter acesso a uma listagem de cerca de 570 trabalhos, incluindo livros, artigos, resenhas, notas bibliográficas, trabalhos em anais de congressos e simpósios etc., e excluindo a literatura “não-científica” e artigos na imprensa. Destes, há vinte e cinco (entre resenhas, notas bibliográficas, apresentações em congressos e seções de obras maiores, de

⁷² Sobre Tentori, veja Mariotti (2007). Vale acrescentar que Tentori voltou ao Pigorini em 1946 e lá permaneceu até 1955, sempre cuidando das coleções americanas. Também participou dos Congressos dos Americanistas em Nova Iorque (1949) e Cambridge (1952). Em 1970 será, na Universidade de Trento, o primeiro catedrático de Antropologia Cultural do país. Por incentivo de Pettazzoni, Tentori desenvolveu muitos cursos de pós-graduação nos Estados Unidos, levando a a marca da antropologia norte-americana para a Itália. Como nota acertadamente Alliegro (2011, p. 535), Tentori partiu para os Estados Unidos “etnólogo americanista” e voltou “antropólogo cultural”.

cunho comparativo), cujos títulos explicitam serem dedicadas a assuntos americanos. É claro que há numerosíssimas outras obras, de caráter geral, em que há menções a aspectos “americanos” de questões e temáticas gerais – como, por exemplo, em verbetes para a *Enciclopedia Italiana* (“Animismo”, “Antropomorfismo”, “Penitenza” etc.).

Conclusões Finais

Serão o fim da guerra e o lento processo de reorganização e redemocratização da sociedade italiana (que acarreta transformações, embora, também, lentas, na sua universidade, tanto do ponto de vista organizativo e estrutural, como nos aspectos políticos, teóricos e filosóficos) a determinarem, a partir de 1946, a abertura de um novo ciclo para a americanística italiana. O que foi exposto até aqui permite afirmar, na minha leitura, que o panorama que se abriu é muito independente do ciclo anterior, com a exceção da atuação dos jovens estudiosos que passaram, direta ou indiretamente, por Pettazzoni. Os interesses “americanos” na Academia italiana, no período que consideramos, foram escassos e pouco consistentes.

Na maioria das vezes em que eles apareceram, estiveram atrelados (e, mais do que isso: subordinados) a outros campos do saber, como, principalmente, a antropologia física. Aquilo que um pioneiro (mas não necessariamente um “pai fundador”, como vimos) como Callegari considerava a base da americanística (o estudo das civilizações pré-colombianas) despertou poucos adeptos, nas décadas aqui consideradas. Nem a arqueologia nem a linguística nem a etnologia olharam para a Américas com o mesmo interesse com que olharam para outros lugares do mundo. Por um lado (e isso valeu sobretudo para a arqueologia, mas a partir do final do século XIX também para aquela modalidade da etnologia que se voltava para o “folclore”⁷³), o clima filosófico, político e epistemológico da Itália pós-unitária enxergava no próprio território nacional o terreno prioritário para as grandes campanhas de estudo. Por outro, os interesses coloniais italianos (e o seu contexto ideológico) levaram, inclusive graças a incentivos de vária natureza, muitos “cientistas” para a África, de forma que, de fato, se pôde observar uma “etnografia

⁷³ Sobre isso, cf. Lombardi Satriani, 1975.

colonial” (Alliegro, 2011, p. 209 e sg.)⁷⁴, em convívio (raramente em conflito) com os processos de institucionalização acadêmica das ciências sociais do país. Finalmente, creio que seja possível considerar, como causa concomitante para essa escassez e para essa pouca consistência, o fato de que uma outra parcela da vida intelectual italiana, ampla e muito relevante, por estar atrelada a uma tradição capaz de mobilizar recursos retóricos e narrativos poderosos, e que, para sintetizar, ainda que grosseiramente, definirei “clássica”, não conseguiu e/ou não teve interesse em voltar seus investimentos epistemológicos para um continente que (com a exceção daquilo que se relacionava aos navegantes italianos), devia ainda evocar horizontes excessivamente “primitivos”. Apesar dos esforços de uma Savi Lopez, de um Mordini, de um Mazzini e, sobretudo, de um Callegari, o termo *civiltà* ainda era flexionado em perspectiva europeia, na Itália.

Assim, é fácil agora compreender o escassíssimo peso que a americanística italiana teve no resto da Europa e nas próprias Américas. Dos dezessete nomes aqui destacados, apenas Callegari e Pettazzoni (e por outros motivos) tiveram, como *americanistas* algum tipo de repercussão intelectual fora da Itália. Muito diferente foi o prestígio de alguns americanistas franceses – por óbvio – mas, também, alemães, britânicos, suecos, holandeses e, claro, norte-americanos⁷⁵. Paradoxalmente, foi de certa forma oposta a repercussão de uma outra categoria de “americanistas” italianos que, porém, ainda que com poucas exceções, não foram reconhecidos, na Itália, como americanistas. Refiro-me aos que se destacaram como viajantes e/ou “aventureiros”. Como observa Christino (2007, p. 57-58),

A nítida distinção entre aventureiros e sul-americanistas [...] permite notar que chefiar uma expedição não garantia a ninguém o direito de ser encaixado na segunda categoria. [...]

⁷⁴ À margem da nossa investigação, encontram-se, no período que corresponde ao regime mussoliniano, empreendimentos significativos, como a criação da “Società Africana d’Italia”, das cátedras de “Etiopistica”, de “Bérbero”, de “Etnografia Africana”, a organização de “Congressos Coloniais”, além do fomento a pesquisas conduzidas no continente africano (cf. Alliegro, 2011, p. 209-228).

⁷⁵ Christino (2007, p. 39) resume: no período 1890-1929, se configurou uma “comunidade de especialistas realmente engajada em um projeto coletivo e internacional de construção do conhecimento. Na documentação analisada, os laços de cooperação científica de pesquisadores europeus [...] entre si e com colegas sul-americanos [...] surgem com muito mais força do que testemunhos de rivalidades ou de brigas por prestígio”. A autora estudou a relação entre os “sul-americanistas” europeus e o historiador brasileiro Capistrano de Abreu.

Ainda que as expedições “sérias” a lugares desconhecidos trouxessem inegável prestígio aos autênticos pesquisadores-viajantes, as viagens não chegavam sequer a constituir uma condição necessária para que um intelectual figurasse no primeiro time da Sul-Americanística dos anos 1890-1929. Isso porque, a forma de tratamento dos dados assumia então, no julgamento da relevância científica de um trabalho, maior peso do que a recolha in loco dos mesmos. Dito de outra maneira, dados de segunda mão tratados com rigor mereciam mais respeito do que dados coletados no campo pelo próprio pesquisador, mas não submetidos a um procedimento julgado confiável de análise.

Nessa perspectiva, seria muito mais extensa e significativa a lista de italianos que, entre meados do século XIX e meados do século XX, em várias circunstâncias, por vários motivos e em condições diferentes, passaram períodos mais ou menos longos em países da América. Limitando-me à América do Sul (e deixando claro que este parágrafo é apenas um lembrete ou um alerta para trabalhos futuros), incluindo médicos, militares, missionários e outros, italianos, que circularam nos e produziram sobre os países da região, e que foram lidos e comentados por lá (e nada ou muito pouco na Itália), valeria citar Gaetano Osculati (1808-1894), Emanuele Castrucci da Vernazza (1813-1888), Bartolomeo Bossi (1817-1890), Giacomo Bove (1852-1887), Maggiorino Borgatello (1857-1929), Cesare Albisetti (1888-1977)⁷⁶ – mas haveria ao menos mais três dezenas⁷⁷. Talvez os únicos que, mesmo tendo tido biografias e trajetórias mais orientadas para o lado aventureiro do que para o acadêmico, mas, ainda assim, revestiram alguma importância no cenário da americanística, foram Guido Boggiani (1861-1902) e Ermanno Stradelli (1852-1926), protagonistas de longas, repetidas e importantes viagens na América do Sul. Não por acaso, foi ainda Pettazzoni a escrever um texto dedicado à memória do primeiro, em 1941, e a publicar alguns dos mitos amazônicos coletados pelo

⁷⁶ Borgatello, padre salesiano, esteve na Terra do Fogo e participou do XXII Congresso Internacional, em Roma, com um trabalho de linguística indígena (Alakaluf). A ele está intitulado, em Punta Arenas (Chile), o Museu Salesiano Etnográfico.

⁷⁷ Trata-se do desenvolvimento da parte preponderante do meu projeto de pesquisa mencionado anteriormente. Entre eles há os que, tendo começado suas carreiras com viagens e explorações, se dedicaram, em seguida, a atividades científicas e/ou de divulgação. Um exemplo é Alberto Maria De Agostini (1883-1960), salesiano, que esteve na Patagônia e na Terra do Fogo entre 1910 e 1945. Participou do Congresso de Roma, em 1926, apresentando o relato “I miei viaggi nella Cordigliera della Terra del Fuoco”. Outro salesiano que, apesar de ter pertencido à *SAP* (desde 1927) e ter participado do Congresso de Roma (onde apresentou um trabalho sobre um aspecto da “bruxaria” Bororo e outro sobre a língua dessa etnia), foi Antonio Tonelli (1877-1938), nunca foi mencionado por Callegari. Tonelli esteve em Mato Grosso, na Patagônia e na Terra do Fogo.

segundo (Gandini, 2009)⁷⁸. Dessa forma, e em face da ainda pequena atenção que algumas dessas trajetórias têm despertado na literatura (tanto italiana quanto latino-americana), e entendendo que essa separação entre americanistas, *tout court*, e outras trajetórias que permitiriam aumentar o acervo de olhares italianos sobre as alteridades latino-americanas, embora enraizada nos discursos dos contemporâneos, não pode ser endossada pela investigação, remeto a novas investidas e investigações os acréscimos e articulações que se fazem necessários.

Referências bibliográficas

ABBATTISTA, Guido. *Umanità in Mostra. Esposizioni etniche e invenzioni esotiche in Italia (1880-1940)*. Trieste: Edizioni Università di Trieste, 2013.

AIMI, Antonio. “Mantegazza e la coca: Una ricerca da rivalutare”. In: PASINI, Walter; CHIARELLI, Cosimo (orgs.). *Paolo Mantegazza e l'evoluzionismo in Italia*. Firenze: Firenze University Press, 2010, p. 163-176.

ALLIEGRO, Enzo Vinicio. *Antropologia italiana. Storia e storiografia. 1869-1975*. Firenze: SEID, 2011.

ARENAS, Patricia. “La antropología en Argentina a fines del siglo XIX e principios del XX”. *Runa*, v. XIX, 1989-1990, 147-160.

BARBAGLI, Fausto. Enrico Hillyer Giglioli nei suoi rapporti con Paolo Mantegazza e la Società Italiana di Antropologia e Etnologia. *Archivio per l'Antropologia e la Etnologia*, v. CXLIV, p. 165-176, 2014. Disponível em https://www.academia.edu/27703024/Enrico_Hillyer_Giglioli_nei_soi_rapporti_con_Paolo_Mantegazza_e_la_Societ%C3%A0_Italiana_di_Antropologia_e_Etnologia. Acesso em: 04 de abril de 2019.

BARBAGLI, Fausto; PRATESI, Giovanni (coord.). *Guida alle Sezioni del Museo di Storia Naturale dell'Università di Firenze*. Firenze: Polistampa, 2009.

BARROS FILHO, Omar *et al.* *Os caminhos de Garibaldi na América*. São Paulo: Perspectiva, 2007.

⁷⁸ Sobre Boggiani, cf. Frič e Fričeva (2001) e Reyero (2012). Sobre Stradelli, cf. Cascudo (1936) e Raponi (2016).

BRAVO HERRERA, Fernanda Elisa. Racconti di viaggio in Argentina: interpretazioni e proposte di lettura. Problemi di storiografia e conformazione del canone. In: CEBALLOS Aybar, Norma R. (comp.), *Lectura y lectores*. Córdoba: Anábasis, 2012, p. 95-102. Disponível em https://www.academia.edu/2070300/Racconti_di_viaggio_in_Argentina_interpretazioni_e_proposte_di_lettura_Problemi_di_storiografia_letteraria_e_conformazione_del_canone. Acesso em: 04 de abril de 2019).

BRIONES, Claudia. ““Con la tradición de todas las generaciones pasadas gravitando sobre la mente de los vivos”: usos del pasado e invención de la tradición”, *Runa*, v. 21, n. 1: p. 99-129, 1994.

CALLEGARI, Bruno Valeriano. “Americanistica”. In: *Enciclopedia Italiana*, vol. II. Roma: Treccani, 1929. Disponível em: http://www.treccani.it/enciclopedia/americanistica_%28Enciclopedia-Italiana%29/ Acesso em: 18 de abril de 2019.

_____. “Un artista della razza. Pedro Centeno visto da un americanista”. A. III, n. 24, 1940, p. 12-15. Disponível em <http://www.thule-italia.net/Storia/DifesaRazzaOttobre24.pdf>. Acesso em: 6 de maio de 2019.

CALLEGARI, Bruno Valeriano. *Curriculum vitae e pubblicazioni americane di Guido Valeriano Callegari libero docente d'antichità americane 1906-1946*. Verona: Scuola Tipografica Don Bosco, 1946. Disponível em <https://issuu.com/agostinoconto/docs/autobiografiacallegari>. Acesso em: 04 de abril de 2019.

CANADELLI, Elena. La morte di Filippo De Filippi a Hong Kong (1867). Il racconto inedito di un missionario. *Atti della Società Italiana di Scienze Naturali e del Museo Civico di Storia Naturale di Milano*, v. 153, n. 1, p. 85-110, 2012.

CANDELORO, Giorgio. *Storia dell'Italia Moderna*. Vol. IV. Dalla Rivoluzione nazionale all'unità (1849-1860), Milano: Feltrinelli, 1964.

_____. *Storia dell'Italia Moderna*. Vol. V. La costruzione dello Stato unitario (1860-1871), Milano: Feltrinelli, 1968.

_____. *Storia dell'Italia Moderna*. Vol. VI. Lo sviluppo del capitalismo e del movimento operaio (1871-1896), Milano: Feltrinelli, 1970.

_____. *Storia dell'Italia Moderna*. Vol. VII. La crisi di fine secolo e l'età giolittiana (1896-1914), Milano: Feltrinelli, 1974.

CAPITAN [Louis]. “G. V. Callegari: *L'Antico Messico* [compte-rendu]”. *Journal de la Société des Americanistes*, Tome 5, 1908. pp. 123-124. Disponível em: www.persee.fr/doc/jsa_0037-9174_1908_num_5_1_3506. Acesso em: 16 de maio de 2019.

CARACI LUZZANA, Ilaria. “Almagià, Roberto”. In: *Dizionario Biografico degli Italiani*, vol. 34, 1988. Disponível em: [http://www.treccani.it/enciclopedia/roberto-almagia_\(Dizionario-Biografico\)/](http://www.treccani.it/enciclopedia/roberto-almagia_(Dizionario-Biografico)/). Acesso em: 6 de maio de 2019.

CASCUDO, Luís de Câmara. *Em memória de Stradelli. 1852-1926*. Manaus: Livraria Clássica, 1936. Disponível em: https://issuu.com/bibliovirtualesec/docs/em_memoria_de_stradelli_-_1936. Acesso em: 13 de maio de 2019.

CASSATA, Francesco. “*La Difesa della razza*”. *Politica, ideologia e immagine del razzismo fascista*. Torino: Einaudi, 2008.

CAVALLO Giacomo Walter. “La metodologia delle indagini antropologiche di Federico Lunardi, il Nunzio dei Maya”. *Miscellanea di Storia delle esplorazioni*, v. XXXVIII, pp. 237-266, 2013.

CAVAROCCHI, Francesca. *Avanguardie dello spirito. Il fascismo e la propaganda culturale all'estero*. Roma: Carocci, 2010.

CERULLI, Ernesta. “Biasutti, Renato”. In: *Dizionario Biografico degli Italiani*, vol. 10, 1968. Disponível em: [http://www.treccani.it/enciclopedia/renato-biasutti_\(Dizionario-Biografico\)/](http://www.treccani.it/enciclopedia/renato-biasutti_(Dizionario-Biografico)/). Acesso em: 16 de maio de 2019.

CHIARELLI, Brunetto. *La fase acquatica della evoluzione umana*. Broni: Altervista, 2016.

CHIARELLI, Cosimo; PASINI, Walter (orgs.). *Paolo Mantegazza e l'evoluzionismo in Italia*. Firenze: Firenze University Press, 2010.

CHIOZZI, Paolo. “Gi album fotografici di Lidio Cipriani”. *AFT. Rivista di Storia e Fotografia*, n. 11, 1990, p. 21-53. Disponível em http://rivista.aft.it/aftriv/controller.jsp?action=rivista_browse&rivista_id=3&rivista_pagina=21#pag_21. Acesso em: 30 de abril de 2019.

CHRISTINO, Betraiz Protti. *A rede de Capistrano de Abreu (1853-1927): uma análise historiográfica do rã-txa hu-ni-ku-ĩ em face da Sul-americanística dos anos 1890-1929*. Tese. Doutorado em Semiótica e Linguística Geral. Universidade de São Paulo, 2007.

CIMINO, Guido. “De Filippi, Filippo”. *Dizionario Biografico degli Italiani*, vol. 33, 1987. Disponível em [http://www.treccani.it/enciclopedia/filippo-de-filippi_\(Dizionario-Biografico\)/](http://www.treccani.it/enciclopedia/filippo-de-filippi_(Dizionario-Biografico)/). Acesso em: 16 de maio de 2019.

CIMINO, Guido; LOMBARDO, Giovanni Pietro (orgs.). *La nascita delle "scienze umane" nell'Italia post-unitaria*. Milano: Franco Angeli, 2014.

COELHO, Anna Carolina de Abreu. *Santa-Anna Nery: um propagandista “voluntário” da Amazônia (1883- 1901)*. 2007. Dissertação. Mestrado em História Social do Amazonas. Universidade Federal do Pará, Belém, 2007.

COMAS, Juan. *Cien años de Congresos Internacionales de Americanistas. Ensayo histórico-crítico y bibliográfico*, México: UNAM, 1974.

COPPOLA, Maurizio. “Renato Boccassino. Um perfil biobibliográfico”. *Voci*, a. XII, 2005, p. 213-219. Disponível em: https://www.academia.edu/26916882/Renato_Boccassino._Un_profilo_biobibliografico.pdf. Acesso em: 16 de maio de 2019.

CORREIA, Mariza. *As Ilusões da Liberdade: a Escola Nina Rodrigues e a Antropologia no Brasil*. 2ª ed. rev. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2001.

D'ENTRÈVES, Pietro Passerin; LATTANZI, Vito; SHEPHERD, Elizabeth Jane; BARBAGLI, Fausto; VIOLANI, Carlo; CIRUZZI, Sara; CALZOLARI, Silvio. Enrico Hillyer Giglioli: l'uomo, il naturalista, il viaggiatore. *L'Universo*, n. 5, p. 625-672, 1996.

D'ORTA, Sonia Ferraro. Coleções etnográficas: 17650-1955. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 501-528.

D'ORSI, Angelo. “Gorgolini, Pietro”. In: *Dizionario Biografico degli Italiani*, 2002. Disponível em: [http://www.treccani.it/enciclopedia/pietro-gorgolini_\(Dizionario-Biografico\)/](http://www.treccani.it/enciclopedia/pietro-gorgolini_(Dizionario-Biografico)/). Acesso: em 15 de maio de 2019.

DE LIGUORI, Girolamo. *Materialismo inquieto. Vicende dello scientismo in Italia nell'età del positivismo (1868-1911)*. Bari: Laterza, 1988.

_____. *Materialismo e scienze dell'uomo. Il dibattito su scienze e filosofia del secondo Ottocento*. Manduria: Lacaita, 1990.

DURSTON, Alan. “Ippolito Galante y la filología quechua en los años 1930 y 1940”. *Lexis*, v. 38, n. 2, pp. 307-336, 2014.

ESTEVA-GRILLET, Roldán. “Pedro Centeno Vallenilla: el pintor de la raza”. In: SARTOR, Mario (coord.). *América Latina y la cultura artística italiana: un balance en el Bicentenario de la Independencia Latinoamericana*. Buenos Aires: Instituto Italiano de Cultura, 2011, p. 57-98.

FANESI, Pietro Rinaldo. *Garibaldi nelle Americhe*. Roma: Gangemi, 2007.

FAY, Cláudia Musaç; CONSTANTINO, Núncia Santoro de (orgs.). *Garibaldi, História e literatura: Perspectivas internacionais*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011.

FERNANDES, Antonio Carlos Sequeira; *et alii*. Trocando espécimens de animais por cabeças-troféu Munduruku: o intercâmbio de Enrico Giglioli com o Museu Nacional na segunda metade do século XIX. *Filosofia e História da Biologia*, v. 5, n. 1, p. 1-19, 2010.

FRIČ, Pavel; FRIČOVÁ, Yvonna (orgs.). *Guido Boggiani Fotógrafo*. Lisboa: Museo Nacional de Etnologia, 2001.

FULVI, Fulvio. “Il contributo di Federico Lunardi alla conoscenza degli usi e costumi dei popoli dell'America Latina”. *Miscellanea di Storia delle esplorazioni*, v. IV, pp. 257-277, 1979.

GANDINI, Mario. “Raffaele Pettazzoni nell’anno cruciale 1912. *Strada maestra*, n. 36-37, 1994, p. 177-298.

_____. “Raffaele Pettazzoni dalla libera docenza nell’Università di Roma all’incarico nell’Ateneo bolognese (1913- 1914)”. *Strada maestra*, n. 40, 1996, p. 63-205.

_____. “Raffaele Pettazzoni negli anni 1928-1929”. *Strada maestra*, n. 48, 2000a, p. 81-249.

_____. “Raffaele Pettazzoni intorno al 1930”. *Strada maestra*, n. 49, 2000b, p. 141-254.

_____. “Raffaele Pettazzoni nelle spire del fascismo (1931-1933)”. *Strada maestra*, n. 50, 2001a, p. 19-183.

_____. “Raffaele Pettazzoni dal gennaio 1934 all’estate 1935”. *Strada maestra*, n. 51, 2001b, p. 81-212.

_____. “Raffaele Pettazzoni intorno al 1935”. *Strada maestra*, n. 52, 2002, p. 99-268.

_____. “Raffaele Pettazzoni negli anni 1937-1938”. *Strada maestra*, n. 54, 2003a, p. 53-232.

_____. “Raffaele Pettazzoni negli anni 1939-1940”. *Strada maestra*, n. 55, 2003b, p. 121-271.

_____. “Raffaele Pettazzoni nei primi anni Quaranta”. *Strada maestra*, n. 56, 2004a, p. 93-279.

_____. “Raffaele Pettazzoni dall’estate 1943 alla primavera 1946”. *Strada maestra*, n. 57, 2004b, p. 21-199.

_____. “Raffaele Pettazzoni intorno al 1951”. *Strada maestra*, n. 61, 2006b, p. 55-246.

_____. “Indice generale – Indice dei nomi di persona. Bibliografia degli scritti”. *Strada maestra*, n. 66, 2009, p. 1-255.

GARCÍA BOTERO, Héctor. *Una historia de nuestros otros. Indígenas, letrados y antropólogos en el estudio de la diferencia cultural en Colombia (1880-1960)*. Bogotá: Editorial de los Andes, 2010.

GARGANO, Antonio. “Arturo Farinelli e le origini dell’ispanismo italiano”. In: *L’apporto italiano alla tradizione degli studi ispanici*. Atti del Congresso. Napoli: s.ed., 1993, p. 55-70.

GIGLIOLI, Enrico Hillyer. *Viaggio intorno al globo della r. pirocorvetta italiana Magenta negli anni 1865-66-67-68 sotto il comando del capitano di fregata V.F. Arminjon: Relazione descrittiva e scientifica, pubblicata sotto gli auspici del Ministero di agricoltura, industria e commercio dal dottore Enrico Hillyer Giglioli. Con una introduzione etnologica di Paolo Mantegazza*. Milano: V. Maisner e Compagnia Editori, 1875. Disponível em https://reader.digitale-sammlungen.de/en/fs1/object/display/bsb11309121_00005.html. Acesso em 16 de maio de 2019.

GOVONI, Paola. Paolo Mantegazza. In: CLERICUZIO, Antonio e RICCI, Saverio (a cura di). *Il contributo italiano alla storia del pensiero*. Appendice VIII della Enciclopedia Italiana di Scienze, Lettere ed Arti, vol. IV, Scienze, Roma: Istituto della Enciclopedia Italiana, 2012, pp. 392-396. Disponível em: https://www.academia.edu/7954786/Paolo_Mantegazza_in_Antonio_Clericuzio_e_Saverio_Ricci_direttori_Il_contributo_italiano_alla_storia_del_pensiero_Appendice_VIII_della_Enciclopedia_Italiana_di_Scienze_Lettere_ed_Arti_vol_IV_Scienze_Roma_Istituto_della_Enciclopedia_Italiana_pp_392_396. Acesso em 04 de abril de 2019.

GUARNOTTA, Antonio. “Oggetti precolombiani della collezione Giuseppe Cita Mazzini del Museo Comunale di Imola”. S.l., 1987. Disponível em https://www.academia.edu/34663064/Oggetti_precolombiani_della_collezione_e_Giuseppe_Cita_Mazzini_del_Museo_Comunale_di_Imola. Acesso em 8 de maio de 2019.

_____. “Giuseppe Cita Mazzini americanista”. S.l., 1992.
Disponível em:
https://www.academia.edu/13845953/Giuseppe_Cita_Mazzini_americanista.
Acesso em 8 de maio de 2019.

GUERRA, Sara Caumo. *Paolo Mantegazza (1831-1910) e a escrita científica do Amor*. 2015. Dissertação. Mestrado em Antropologia Social. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2015.

LANDUCCI, Giovanni. *L'occhio e la mente. Scienze e filosofia nell'Italia del secondo Ottocento*. Firenze: Olshki, 1987.

_____. *Darwinismo a Firenze. Tra scienza e ideologia (1860-1900)*. Firenze: Olshki, 1977.

LAURIÈRE, Christine. Padre fundador de la etnología francesa, americanista apasionado, verdadero colombiano: Paul Rivet, un antropólogo polifacético. In: Carl Henrik Langebaek, Clara Isabel Botero (orgs.). *Arqueología y etnología en Colombia. La creación de una tradición científica*. Bogotá: Uniandes-Ceso, 2009a, pp.219-240.

_____. La Société des Américanistes de Paris: une société savante au service de l'américanisme. *Journal de la société des américanistes*, v. 95, n. 2, p. 93-115, 2009b.

LIPPI, Donatella. *Illacrimate sepolture. Curiosità e ricerca scientifica nella storia delle riesumazioni dei Medici*. Firenze: Firenze University Press, 2006.

LOMBARDI SATRIANI, Luigi M. “Realtà meridionale e conoscenza demologica. Linee per una storia degli studo demologici dagli anni postunitari alla conquista della Libia”. *Problemi del Socialismo*, a. XX, n. 16, p. 41-66, 1979.

LORÈ, Michele. *Antisemitismo e razzismo ne La difesa dela razza*. Soveria Mannelli: Rubbettino, 2008.

MANZI, Giorgio. “Storie italiane”. In: -. *Ultime notizie sull'evoluzione umana*. Bologna: Il Mulino, 2017, p. 171-192.

MARIOTTI, Luciana. “Tentori, Tullio”. In: *Dizionario Biografico dei Soprintendenti Storici dell'arte (1904-1974)*. Bologna: Bonomia University Press, 2007, p. 593-603. Disponível também em:
<http://www.idea.mat.beniculturali.it/museo-civiltà-mnatp/la-storia/item/127-biografia-di-tullio-tentori>. Acesso em: 10 de maio de 2019.

MARTIN, Gabriela. *Pré-história do Nordeste do Brasil*. 5ª ed. Recife: Ed. da UFPE, 2008.

MICHELLI, Gianni (org.). *Storia d'Italia. Annali*. Vol. 3. Scienza e tecnica nella cultura e nella società dal Rinascimento a oggi. Torino: Einaudi, 1980.

MOGGI CECCHI, Jacopo. “La vita e l’opera scientifica di Lidio Cipriani”. *AFT. Rivista di Storia e Fotografia*. N. 11, 1990, p. 11-18. Disponível em http://rivista.aft.it/aftriv/controller.jsp?action=rivista_browse&rivista_id=3&rivista_pagina=11#pag_11. Acesso em: 30 de abril de 2019.

MOGGI CECCHI, Jacopo, e ROSCOE Stanyon (a cura di). *Il Museo di Storia Naturale dell’Università degli Studi di Firenze. Volume V. Le collezioni antropologiche ed etnologiche*. Firenze: Firenze University Press, 2014.

PALMATARY, Helen C. “The Pottery of Marajó Island, Brazil”. *Transactions of the American Philosophical Society*, v. 39, n. 3, p. 261-470, 1949.

PASQUALI, Daniele. *Guido Valeriano Callegari. Bibliografia e biografia generali*. Ebook. S.l.: s. ed., 2014.

_____. “Il gran rifiuto di Callegari”, 31 gennaio 2016. Disponível em: <http://gvcallegeri.blogspot.com/2016/01/?m=0>. Acesso em: 15 de abril de 2019.

PERUGI, Rosella. “Quando le italiane arrivarono al Nord; diari delle prime turiste in Scandinavia”. *Settentrione: Nuova Serie*, n. 28. Disponível em <https://research.utu.fi/converis/getfile?id=19069534&portal=true>. Acesso em: 8 de maio de 2019.

PETRUCCI, Valeria. As coleções etnográficas brasileiras na Itália. In: RIBEIRO, Berta; MOREIRA NETO, Carlos; HOONAERT, Eduardo; PETRUCCI, Valeria (eds.). *A Itália e o Brasil indígena*. Rio de Janeiro: Index, 1983, p. 47-55.

PIZZATO, Fedra Alessandra. *Corpi e nazione italiana. Gli esordi dell’antropologia e il problema degli antenati barbarici*. Dissertação. Mestrado em História. Università degli Studi di Padova, 2012. Disponível em http://tesi.cab.unipd.it/39515/1/Pizzato_fedra.pdf. Acesso em: 6 de maio de 2019.

PODGORNY, Irina. “De la santidad laica del científico. Florentino Ameghino y el espectáculo de la ciencia en la Argentina moderna”. *Entrepasados*. Revista de Historia. Año VI, n. 1-3, 1997, p. 37-62.

PODGORNY, Irina; Blasco, Élide, Farro, Máximo y Martínez, Alejandro. “Carne de mi carne. El museo como identidad de su fundador en los casos del Museo Nacional de Buenos Aires, el Museo de La Plata y el Museo de Luján, 1880-1930”. In: Melo Vasconcellos, Camilo; Funari, Pedro Paulo y Carvalho,

Aline V. (eds.). *Museus e construção de identidades na América Latina*. Campinas: Laboratório de Arqueologia Pública, LAP/NEPAM-Unicamp, 2015a, p. 55-66.

PODGORNY, Irina; Farro, Máximo, Martínez, Alejandro y Ballester, Diego. Caballeros de la noche. Antropología y museos en la Argentina de las últimas décadas del siglo XIX. In: Carreras, Sandra, Carrillo Zeiter, Katja (eds.). *Las ciencias em la formación de las naciones americanas*. Madrid: Iberoamericana; Frankfurt: Vervuert, 2015b, p. 201-228.

PODGORNY, Irina; Lopes, María Margaret. *El desierto en una vitrina. Museos e historia natural en la Argentina, 1810-1890*. Rosario: Prohistoria Ediciones, 2014.

PRÉVOST URKIDI, Nadia. “Historiographie de l’américanisme scientifique français au XIXe siècle: le ‘prix Palenque’ (1826-1839) ou le choix *archaologique* de Jomard”. *Journal de la Société des Américanistes*, v. 95, n. 2. Disponível em <http://jsa.revues.org/11019>. Acesso em: 2 de maio de 2019.

PUCCINI Sandra; SQUILLACCIOTTI, Massimo. “Per una prima ricostruzione critico-bibliografica degli studio demo-etno-antropologici italiani nel periodo tra le due guerre”. *Problemi del Socialismo*, a. XX, n. 16, 1979, p. 67-93.

RABINO MASSA, Emma. “Marro, Giovanni”. In: *Dizionario Biografico degli Italiani*, vol. 70, 2008. Disponível em [http://www.treccani.it/enciclopedia/giovanni-marro_\(Dizionario-Biografico\)/](http://www.treccani.it/enciclopedia/giovanni-marro_(Dizionario-Biografico)/). Acesso em: 6 de maio de 2019.

RAPONI, Livia (org.). *A única vida possível: Itinerários de Ermanno Stradelli na Amazônia*. São Paulo: Unesp, 2016.

REVELLI, Paolo. *Terre d’America e archivi d’Italia*. Milano: Fratelli Treves, 1926.

REYERO, Alejandra Paola Yanina. “Imagen, objeto y arte: la fotografía de Guido Boggiani”. *Íconos*, Revista de Ciencias Sociales, n. 42, Quito, enero 2012, pp. 33-49.

RICCI, Lanfranco. “Ricordo di Antonio Mordini”. *Africa. Rivista Trimestrale Di Studi e Documentazione Dell’Istituto Italiano per l’Africa e l’Oriente*, v. 32, n. 1, p. 135-138, 1977. Disponível em: www.jstor.org/stable/40758735. Acesso em: 7 de maio de 2019.

RIVET, Paul. “22º Congrès International des Américanistes”. *Journal de la Société des Américanistes*, Tomo 18, 1926, p. 379-380.

RIVIALE, Pascal. L'américanisme français à la veille de la fondation de la Société des Américanistes. *Journal de la Société des Américanistes*. Tome 81, 1995. pp. 207-229.

_____. Manuel Gonzalez de la Rosa sacerdote historiador y arqueólogo. *Histórica*, v. XXI, n. 2, p. 272-292, 1997.

RODRIGUES, Rafael de Oliveira. *Da crônica de viagem ao objeto museal: notas sobre uma coleção etnográfica brasileira em Roma*. Tese. Doutorado em Antropologia. Universidade Federal de Santa Catarina, 2017.

ROGARI, Sandro. (a cura di), *L'Università degli Studi di Firenze fra istituzioni e cultura nel decennale della scomparsa di Giovanni Spadolini: atti del convegno di Studi*. Firenze: Firenze University Press, 2005.

ROSA, Juan Justino da. "Historiografía lingüística del Río de la Plata: las lenguas indígenas de la Banda Oriental". *Boletín de Filología*, v. 48, n. 2, pp. 131-171, 2013.

RUSSO, Lucio; SANTONI, Emanuela. *Ingegni minuti. Una storia della scienza in Italia*. Milano: Feltrinelli, 2010.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SORRENTO, Luigi. "Recensioni" [*a dois trabalhos de Maria Savi-Lopez*]. *Aevum*, a. 2, n. 3, 1928, p. 463-468. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/25818332?read-now=1&seq=1#page_scan_tab_contents. Acesso em: 29 de abril de 2019.

STAGNARO, Adriana Alejandrina. "La antropología en la comunidad científica: entre el origen del hombre y la caza de cráneos-trofeo (1870-1910)". *Alteridades*, v. 3, n. 6, p. 53-65, 1993.

STRAPPINI, Lucia. "Farinelli, Arturo". In: *Dizionario Biografico degli Italiani*. Roma: Treccani, 1995. Disponível em [http://www.treccani.it/enciclopedia/arturo-farinelli_\(Dizionario-Biografico\)/](http://www.treccani.it/enciclopedia/arturo-farinelli_(Dizionario-Biografico)/). Acesso em: 17 de abril de 2019.

VÉLEZ, Palmira. *La historiografía americanista en España, 1755-1936*. Madrid: Iberoamericana; Frankfurt am Maine: Vervuert, 2007.

VILLARI, Lucio. *Bella e perduta. L'Italia del Risorgimento*. Roma-Bari: Laterza, 2009.

VIVANTI, Corrado (org). *Storia d'Italia. Annali*. Vol. 4. Intellettuali e potere. Torino: Einaudi, 1981.

WELPER, Elena Monteiro. *Curt Unckel Nimuendajú: um capítulo alemão na tradição etnográfica brasileira*. Dissertação. Mestrado em Antropologia Social. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 2002.



ARTIGOS - ARTICLES

**História das Ciências e seu papel na educação básica
brasileira: um ponto de vista dissonante**

Amaury Cesar Moraes¹

Professor do Depto de Metodologia do Ensino e Educação Comparada
Faculdade de Educação
Universidade de São Paulo
acmoraes@usp.br

Como citar este artigo: MORAES, A. C. “História das Ciências e seu papel na educação básica brasileira: um ponto de vista dissonante”, *Intelligere, Revista de História Intelectual*, nº7, p. 53-74 2019. Disponível em <<http://revistas.usp.br/revistaintelligere>>. Acesso em dd/mm/aaaa.

Resumo: O que se pretende com esse trabalho é um questionamento de certas premissas da aplicação de concepções construtivistas, sobretudo de inspiração piagetianas, ao ensino das ciências e matemáticas. A referência à história das ciências como uma estratégia de ensino predominante cumpriria a nosso ver uma função especialmente retórica, na qual a narração substituiria a demonstração, e uma “lógica da descoberta” viria a substituir a lógica da justificação.

Palavras-chave: história das ciências, construtivismo, demonstração, narração, retórica, ensino de ciências

History of Sciences and Brazilian basic education: a dissonant point of view

Abstract: We intend to discuss some premises of the application of constructivist concepts (above all the piagetian ones) into the teaching of sciences and mathematics. To make reference to the history of science as a method (largely used) of teaching seems to us an approach that has a

¹ Amaury Cesar Moraes possui graduação em Filosofia pela Universidade de São Paulo (1989), graduação em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (1980), mestrado em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (1991) e doutorado em Educação pela Universidade de São Paulo (1997). Doutor ms-3 da Universidade de São Paulo. Professor de metodologia do ensino de Ciências Sociais. Tem experiência na área de Sociologia, com ênfase em Ensino das Ciências Sociais no Brasil, atuando principalmente nos seguintes temas: educação, ensino de sociologia, cinema, currículo e sociologia.

particularly rhetorical function, in which the narration would substitute the demonstration, and the logic of discovery would substitute the logic of justification

Keywords: history of sciences, construtivism, demonstration, narration, rhetoric, science teaching

Introdução

Na velha tradição do discurso pedagógico, de sempre buscar o “mais moderno” e o “mais científico”, tem sido “aconselhado” aos professores de ciências o uso da história das ciências como uma metodologia de ensino revestida de um caráter eminentemente científico”.²

Recorre-se à história das ciências, diz-se, para familiarizar os alunos com os procedimentos científicos .³ Assim, a biografia e as questões que envolvem num determinado momento o trabalho de pesquisa de um cientista propiciariam a oportunidade de os alunos se imbuírem de um “espírito científico”, ou de assumirem uma “postura crítica” em relação ao

². Conf. BROLEZZI, CAMPOS , DION, FREIRE, In *1o. Seminário de Pesquisa da FEUSP*, São Paulo: CP-CPG-EUSP, 1994

CARVALHO, Anna Maria Pessoa de - *Física: Proposta para um Ensino Construtivista*, São Paulo: EPU, 1989 CARVALHO e outros. “A História da Ciência, a psicogênese e a resolução de problemas na construção do conhecimento em sala de aula”, In *Revista da Faculdade de Educação*, v. 19, n. 2, (jul-dez), São Paulo: FEUSP, 1993;

SÃO PAULO (Estado) Secretaria da Educação. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. *Matemática: o currículo e a compreensão da realidade*. São Paulo: SE/CENP, 1991 (Projeto IPÊ);

SÃO PAULO (Estado) Secretaria da Educação. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. *Ciências na escola de 1o. grau: textos de apoio à proposta curricular*. 2a. ed. São Paulo: SE/CENP, 1991.

². “(...) A história da ciência - no caso específico, a introdução, sistematização e matematização deste conceito feito por Euler - foi introduzida com o objetivo específico de reestruturar os alunos, após duas aulas e em que estes discutiram algumas situações problemáticas em que o conceito de velocidade linear era insuficiente para explicá-las. Pretendíamos, com o auxílio da história das ciências, fazer com que os alunos percebessem que os raciocínios que apareciam na discussão das situações problemáticas introduzidas pelo professor, já tinham aparecido na comunidade científica e que para a superação deste conflito foi necessário a criação de um novo conceito: o de velocidade angular.” (*sic*) CARVALHO e outros, *op. cit.* p. 247;

“(…) Ao estudar a evolução histórica dos conteúdos científicos o professor poderá inteirar-se dos obstáculos que travaram seu desenvolvimento, das dificuldades de percurso ao longo da evolução das ideias e conteúdos e isto poderá orientar-lhe na elaboração de atividades desequilibradoras, de estratégias de ação em sala de aula, na análise que ele fará sobre a pertinência e prioridade de conteúdos que vai ensinar.” CARVALHO e outros, “O Construtivismo e o ensino de ciências”, *Ciências na escola de 1o. grau: textos de apoio à proposta curricular*. 2a. ed. São Paulo: SE/CENP, 1991.

conhecimento que a escola transmite como “produto acabado”. A história das ciências supriria assim, de “modo exemplar”, o efeito-demonstração necessário para os que ainda não estivessem plenamente integrados ao mundo das ciências, para então fazê-lo, desenvolvendo uma capacidade de trabalho científico semelhante à dos grandes cientistas, construtores não só dos *corpora* das ciências modernas, mas também dos seus procedimentos, métodos e técnicas.

Por outro lado, passa também por essa proposta a ideia de que há uma analogia entre o que ocorre com o indivíduo e o que ocorre com a espécie (ontogênese e filogênese)⁴: os indivíduos tenderiam a reproduzir os mesmo passos e percursos da espécie, enfrentando obstáculos e colocando problemas semelhantes aos manifestados na natureza..

Daí recorrer-se, muitas vezes,- no ensino da matemática, por exemplo -, à história da matemática para “fazer” os alunos realizarem/simularem as etapas da constituição progressiva desta ciência, de acordo com o desenvolvimento da humanidade: como o comércio, a contagem, as medidas de campos para a agricultura, a construção de templos, palácios e túmulos, etc..⁵

4. “A importância do professor conhecer a história da Ciência está em poder compreender os seus alunos, pois inúmeras vezes o raciocínio encontrado em sala de aula é muito semelhante a raciocínios que um dia a Ciência já considerou como corretos.” “Piaget e Garcia, no livro *Psicogênese e História das Ciências* (1982), fazem um belíssimo paralelo entre a psicogênese e a história das ciências, pois como escrevem no prefácio ‘...tratam de extrair os processos inerentes a toda a construção do conhecimento, ambos - cada um em seu próprio campo - subordinando a psicogênese e a história da ciência à verificação da hipótese de uma epistemologia construtivista.” (Nota 1, p. 4), CARVALHO, Anna Maria Pessoa de - *Física: Proposta para um Ensino Construtivista*, São Paulo: EPU, 1989, p. 4; Cf. também: CARVALHO, José Sérgio Fonseca de - *Construtivismo e Racionalismo Científico: as contribuições de Piaget para a Filosofia da Ciência*, São Paulo: FEUSP, (Dissertação de Mestrado), 1994.

5. a) É interessante uma velha discussão em história do Brasil sobre as etapas do desenvolvimento capitalista: chegou-se a imaginar um passado feudal entre nós, identificando, por exemplo, as capitâneas hereditárias como feudos e o escravo como servo; não funcionou bem essa explicação que teve o seu momento e resultados; chegou-se a discutir a possibilidade de se queimar etapas ou não; chegou-se a explicar o fracasso do socialismo real na ex-URSS como resultado “mais do que esperado” da implantação do novo sistema num país que ainda não havia vencido plenamente as etapas do desenvolvimento capitalista. O livro de W.W. ROSTOW, *As Etapas do Desenvolvimento Econômico (um manifesto não-comunista)*, Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974, que ganhou certa importância em sua época, traz essa visão com clareza meridiana, mas há outros, nacionais.

b) É de se perguntar também: como conseguir levar os alunos aos problemas do cálculo integral e do cálculo infinitesimal? Carvalho cita autores que propõem atividades que levem os alunos a construir o conhecimento: “Posner et al.(1982) descrevem quatro condições: 1o.) deve existir uma insatisfação com as concepções existentes, pois cientistas e alunos não fazem

Negam-se, assim, duas perspectivas no ensino da matemática: a *transmissão* do conhecimento como produto de uma história irrepitível e a *memória* como dimensão do conhecimento.

O ensino das ciências a partir do método “história das ciências” descarta, ainda com certa dificuldade, a transmissão do conhecimento como método de ensino. No seu lugar aparece a aquisição ou, mais atualmente, a construção. O conhecimento é construído em sala de aula pelos próprios alunos com o apoio/monitoria do professor. Há aqui uma conclusão desta tendência da psicologia que diz que “nenhum conhecimento é transmitido ou adquirido - todo conhecimento só é conhecimento quando construído pelo próprio sujeito cognoscente”. Assim a “escola tradicional”⁶ tinha como “preocupação principal” a transmissão do conhecimento, construído pelas gerações passadas, “descuidando” da construção dos próprios alunos: era o espaço da repetição, da memorização, em que a criatividade e a autonomia do aluno davam lugar à passividade e à receptividade, pelo menos em sua forma geral. A preocupação é, portanto, com a capacidade de pensar do aluno, não mais tomado como “depósito” do saber construído pelas gerações passadas.⁷ Ele é construído operatorialmente pelo aluno, agora.

mudanças conceituais razoáveis até que acreditem que mudanças menos radicais funcionam;...” e admite que algumas atividades não são fáceis de serem incrementadas em sala de aula: “Requer muita criatividade por parte do professor, uma vez que, como cita Zylbersztajn, ‘seria extremamente otimista esperar que os alunos cheguem, por si mesmos, às concepções curriculares aceitas oficialmente’” CARVALHO, Anna Maria Pessoa de - *Física: Proposta para um Ensino Construtivista*, São Paulo: EPU, 1989.

⁶. Categoria discursiva tomada como dado da realidade. Fica-nos sempre a impressão, quando ouvimos alguém falar ou lemos alguma coisa, particularmente de Paulo Freire e congêneres, sobre a “escola tradicional” que se trata muito mais de um tipo ideal na acepção weberiana do termo, um instrumento de grande poder heurístico, mas não verificável empiricamente.

⁷. Pensar é ensinável? O que é pensar? Vamos tomar um exemplo interessante: RATHS *et alii* - *Ensinar a Pensar: teoria e aplicação*, São Paulo: EPU, 1977; na introdução Raths nos esclarece sobre o livro: “Neste livro, pensamento está ligado ao homem global. Não se limita ao domínio cognitivo. Abrange a imaginação, o pensamento com certo objetivo, exige a expressão de valores, atitudes, sentimentos, crenças e aspirações.” Mas para quem ainda duvida das intenções dos autores, na contracapa do livro os Editores nos afirmam: “Ensinar a pensar mostra como incentivar a atividade reflexiva dentro de nosso esquema escolar. Os processos de abstração são substituídos por determinadas técnicas práticas que auxiliam o desenvolvimento das habilidades de reflexão do aluno. Os autores desenvolvem a teoria, fornecem as linhas mestras dos procedimentos operacionais, apresentam fartos exemplos de aplicações práticas e examinam casos de crianças que revelam ‘reflexão deficiente’”. O que devemos pensar que significavam os “objetivos educacionais” tão em voga ainda nos fins da década de 1970, quando fazia sucesso a Taxionomia dos Objetivos Educacionais de Bloom? (Cf. COLOTTO, Clara Alterman - “O Processo de Avaliação” e CARVALHO, Anna Maria

À memorização estava especialmente relegado o ensino de história⁸, que obrigava os alunos simplesmente a decorar datas, nomes, ocorrências e acontecimentos, julgados relevantes, isto segundo a concepção da nova história. Em geografia também tratava-se de memorizar nomes de rios, acidentes, capitais e países, etc.. Não havia lugar para o “conhecimento efetivo”, o “construído pelos próprios alunos”. Na história, houve a passagem dos nomes e datas para os “processos”. A nova história ensinada, que se considera a “verdadeira”, porque o resto sempre foi uma “enxurrada de mentiras”, propõe-se como estudo do “processo histórico”. Não mais Tiradentes, D. Pedro I, José Bonifácio, D. João VI, D. Maria a Louca; 1789, 1792, 1822, 1824, 1831. Agora o que interessa é a presença inglesa e os interesses comerciais da Inglaterra, a formação da burguesia nacional em oposição à burguesia metropolitana; o processo de independência e não o gesto do Príncipe.⁹

Pessoa de - “Provas Objetivas”, In PARRA, Nélio (coord.) - *Didática para a Escola de 1o. e 2o. Graus*, São Paulo: Pioneira, 1978.

⁸. “A crença de que o ‘saber histórico’ é pura memorização, com uma interminável sucessão de datas, reis e batalhas, é aqui desmistificada. Vemos um livro em que os Autores procuram, na medida do possível, mostrar que a História não é feita por ‘grandes homens’, mas pela ação e interesses das classes sociais.” AQUINO, JESUS, OSCAR - *Fazendo a História*, Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1986 (comentário dos Editores na contracapa);

“(…) permaneceu a ênfase na memorização pura e simples, no papel do herói como o elaborador de todo o movimento histórico e numa história desconexa, desarticulada, na qual os acontecimentos isolados, sobretudo os políticos, prevalecem em detrimento da compreensão da globalidade do processo e da reflexão crítica.”, NADAI, Elza e NEVES, Joana - *História do Brasil da Colônia à República*, São Paulo: Ed. Saraiva, 1986;

“Compreensão de que os alunos e professores são sujeitos da história (do processo escolar, do trabalho comum, da vida e do devir); são agentes que interagem na construção do movimento social. Assim, as propostas têm procurado viabilizar a compreensão da História, enquanto movimento social e enquanto memória, enquanto discurso construído sobre o passado e o presente (...) Assim, ‘pensar e fazer a História’ significa construir a visão do passado com inúmeras perguntas do agora, para descobrir o imenso campo de possibilidades que o conhecimento do passado nos apresenta” NADAI, Elza - “A História na Escola: Alguns Apontamentos”, In *Relações entre a Produção do Conhecimento e os Fundamentos das Propostas Curriculares*, São Paulo: FDE/Diretoria Técnica, 1993;

“Praticamente no mundo inteiro, apesar das particularidades e diferenças de ritmo, vem ocorrendo uma gradativa substituição da Geografia tradicional, descritiva e voltada essencialmente para a memorização, por uma Geografia renovada e crítica, preocupada não com a descrição das paisagens mas sim com a compreensão das relações sociedade-espaço. Geografia crítica porque seu objetivo é o de auxiliar a formação de cidadãos conscientes, ativos e dotados de opiniões próprias.” VESENTINI, José William e VLACH, Vânia Rúbia Farias - *Geografia Crítica - O Espaço Natural e a Ação Humana*, São Paulo: Ed. Ática, 1991.

⁹. O que se queria com isso era que o aluno não só conhecesse a história, mas conquistasse o seu lugar na história, participasse da produção da história. Aqui gostaríamos de nos referir, mesmo que de um modo preliminar, à “confusão” estabelecida entre história como disciplina e história como objeto, entre conhecer a história e fazer a história. O “compromisso” com a

Não há lugar para as regiões, as serras e os planaltos, as rochas metamórficas, magmáticas e sedimentares, as florestas latifoliadas, etc.; agora a geografia deve pautar-se pela divisão econômica do mundo, pela organização econômica do espaço geográfico, pelos grandes mercados, pela crítica da divisão internacional do trabalho, fruto da revolução Industrial, etc..

O ensino de ciências pelo método da história das ciências vem trazer também, é bom notar, a consciência sobre o processo de produção/construção do conhecimento.¹⁰ Vendo como procederam os cientistas, o aluno tem uma clara visão de como acontece a produção científica e de como “deve agir”, isto é, “pensar”.¹¹ Como dissemos, a história das ciências funciona como uma demonstração acerca dos procedimentos racionais do cientista. É interessante que sempre houve uma preocupação do pensamento pedagógico para que os professores das disciplinas - ciências parcelares - não tomassem a sua disciplina como a mais importante e quisessem fazer do aluno um historiador, um geógrafo, um físico, um matemático, já no ensino fundamental e médio. Aliás, nos conselhos de classe a orientação dada pela coordenação pedagógica, em alerta aos professores, é para uma visão geral, global do aluno. Em aparente contradição, a tendência da história das ciências busca tornar o aluno um pequeno ou protocietista. A chancela técnica vem representada, como dissemos, por uma tendência da psicologia hoje em moda, que está atenta para o desenvolvimento do pensamento do aluno, da capacidade de raciocinar, galgando o mais rapidamente possível o último estágio - o das *operações formais*. Aqui temos uma aparente contradição da orientação pedagógica: “*formar o cidadão com uma visão geral*” ou “*desenvolver no indivíduo uma capacidade de pensar crítico-científica*”? Dirão os

educação ou do educador com a “transformação da realidade” parece consagrar esses equívocos. Noutro momento pretendemos discutir mais demoradamente essa questão.

¹⁰. “É importante também para a estruturação de um ensino construtivista, isto é, um ensino que pretenda que o aluno construa o seu próprio conhecimento, estabelecermos não só como esse conhecimento pode ser elaborado por uma pessoa (psicogênese do conceito), mas também como ele foi construído através da história da Ciência. (...) O que importa, uma vez que o nosso objetivo é ajudá-los a construir o seu conhecimento e a superar os paradigmas que ocorreram na história da Ciência, é que a semente da conservação da quantidade de movimento ou do ‘impulso’, como eles denominam, já está nas suas explicações, assim como a concepção do produto (m.v) já é explicitada através das falas das crianças.” CARVALHO, Anna Maria Pessoa de - *Física: Proposta para um Ensino Construtivista*, São Paulo: EPU, 1989.

¹¹. Por outro lado, o professor sabendo como os cientistas chegaram às suas descobertas, pode saber como “pensam” os alunos, pois há uma relação de “similitude” entre o indivíduo e a espécie.

pedagogos que não há contradição nenhuma, que as coisas são complementares, ou a mesma coisa; que o pensamento crítico-científico é condição para a formação do cidadão. O que basta para nosso argumento. Mas vemos aí um pêndulo, o eterno pêndulo do discurso pedagógico: *formação moral* ou *formação técnica*?¹² Na verdade, os pedagogos têm razão: mas, note-se, *é uma formação moral travestida de técnica*. Frisemos: o discurso pedagógico está construído sobre dois pilares, o político e o técnico-científico, que identificamos como duas garantias de institucionalização do saber pedagógico: a *autolegitimação* (político-ideológica) e a *autojustificação* (técnico-científica).

Excurso sobre questões básicas de retórica

A partir desse ponto de vista, consideramos o uso da história das ciências como método de ensino das ciências, uma proposta de caráter retórico; um recurso retórico do discurso e da prática pedagógica.

Para Córax¹³, o plano do discurso retórico, ainda em seus primeiros tempos, compõe-se de cinco partes: *Exórdio*, *Narração ou Ação*, *Argumentação ou Prova*, *Digressão*, *Epílogo*. A *história das ciências*, parte do método de ensino das ciências, destacado como objeto de nossa análise, é aqui identificada como um dos momentos do discurso retórico: a *ação* ou *narratio*.

Entendemos aqui, e pretendemos demonstrá-lo, que o uso da história das ciências como parte do método de ensino de ciências, de inspiração construtivista, atende a uma determinação ou necessidade retórica do discurso pedagógico. Primeiramente, vamos esclarecer a que parte do plano retórico corresponderia a história das ciências. Para nós, ela está ligada, ou se identifica, à *narratio*, elemento intermediário do discurso, parte do segundo termo - o *demonstrativo* -, que juntamente com a *confirmatio* refere-se ao apelo à

¹². CATANI, D. B., *Educadores à Meia Luz*, São Paulo, FEUSP (Tese de Doutorado), 1989, p. 165.

¹³. BARTHES, Roland - "A Retórica Antiga", In COEN, Jean e outros - *Pesquisas de Retórica*, Seleção de Ensaio da Revista *COMMUNICATIONS*, Petrópolis: Vozes, 1975, pp.151-152.

A narração dos fatos dispõe o receptor para a argumentação que se dará posteriormente. Na verdade, a argumentação é um “esqueleto” da narração, não no sentido das partes da narração, mas no sentido de que é o que justifica sua apresentação. Noutros termos, a argumentação está exposta de um modo “dissimulado”, “diluído” na narrativa apresentada anteriormente.

Narrada a história, o orador recolhe a partir dela uma série de *provas* que se tornam, agora, mais “verossímeis”, sem, no entanto, terem “força lógica” que pareceria “artificialismo”. A narração parece natural aos ouvintes, enquanto a argumentação guarda algo de artificial. Como a argumentação apresentada “sem rodeios” ou preparação poderia parecer articulação forçada, construída de modo intencional pelo orador, a precedência da narração dá um caráter natural à apresentação das provas.¹⁵

A introdução da história das ciências como parte do ensino das ciências vem justamente cumprir esse desígnio: preparar os espíritos para as provas, para a argumentação cerrada que virá depois, que antes vinha “a seco” e, por isso, de difícil compreensão. Para nós não se trata simplesmente de “facilitar” a compreensão no sentido de atingir a cognição de um modo verdadeiramente adequado ou natural, mas de dispor os ouvintes de tal modo que se estabeleça uma persuasão no sentido em que a retórica se propõe, que nem de leve é percebida pelo discurso pedagógico. Parece que é algo “técnico”, uma vez que leva em conta uma “verdadeira disposição” do indivíduo - a *ontogênese*. É a forma natural, humana, da espécie. Aqui é que se discute a comparação que se faz entre o aluno e o cientista. A “dramatização” que o laboratório propicia representaria realmente um estímulo à cognição? Daria a condição necessária para que o aluno pudesse construir o conhecimento por si

¹⁵. “Muitas e muitas vezes, nós, professores, encontramos essas mesmas dificuldades em nossos alunos, e nossa reação, ao detectarmos esses ‘erros’ em classe, é repetir nossa explicação, que, apesar de lógica e coerente, passa ao largo da dúvida do aluno.”

“O aluno é incapaz de dizer: não entendi porque eu penso de outro modo. Ou ele entende, porque a explicação do professor é lógica, clara e coerente e suas dúvidas e seus erros virão muito depois, ou ele nem sabe por que não consegue entender.” CARVALHO, Anna Maria Pessoa de - *Física: Proposta para um Ensino Construtivista*, São Paulo: EPU, 1989.

mesmo, ou é uma influência sobre aquilo que Aristóteles, Górgias, Platão chamavam de paixões, ocorrência persuasiva, e não de conhecimento?¹⁶

Que diferença há entre o uso de informações psicológicas pela pedagogia e o uso de informações psicológicas na retórica, cada uma limitada à sua especificidade? Que diferença seria essa senão a de uma legitimação garantida e esperada pelo discurso pedagógico dada pela cientificidade construída pela modernidade? Noutras palavras, parece que o uso das informações psicológicas, hoje como antigamente, se equivalem quando se deseja aplicá-las à educação, como se fazia antigamente na retórica ou na própria educação.¹⁷ Voltaremos a isso mais adiante.

História das Ciências versus História da Filosofia

Essa discussão sobre a “história das ciências”, tomada como paradigma no ensino das ciências, pode ser iluminada quando comparada à Filosofia, ou melhor, ao ensino de filosofia. Uma vertente do ensino de filosofia no Brasil, cujas origens estão ligadas à formação da FFLCH-USP, particularmente ao Departamento de Filosofia, inspira-se num método de leitura de textos da “História da Filosofia”, denominado “estrutural”. Não é uma “historicização” da filosofia, que entenderíamos muito mais como uma proposta “contextualizadora” do pensamento filosófico.¹⁸

¹⁶. Referindo-se à *Arte Retórica* de Aristóteles, Barthes diz: “O livro II é o livro do receptor da mensagem, o livro do público. Aí, são focalizadas as emoções (paixões) e, novamente, os argumentos, mas somente na medida em que forem recebidos (e não concebidos, como dantes).”

“A Retórica de Aristóteles é sobretudo uma retórica da prova, do raciocínio, do silogismo aproximativo (entimema); é uma lógica expressamente rebaixada, adaptada ao nível ‘do público’, isto é, ao bom-senso comum, à opinião corrente. Estendida às produções literárias (o que não era seu campo propriamente original), ela implicaria mais uma estética do público do que uma estética da obra. (...) Daí uma retórica do bom-senso, espontaneamente submissa à ‘psicologia’ do público.”(Barthes, *op. cit.* pp. 156 e 157)

¹⁷. Caso dos Sofistas e de Isócrates, Cf. JAEGER, W. W. - *Paideia: a formação do homem grego*, São Paulo: Martins Fontes, 1989.

¹⁸. Há uma tendência presente no ensino de filosofia da educação que diz ser necessário “contextualizar os autores para que se possa compreender o seu pensamento”. Está claro que ao contextualizar os autores produzimos um sistema dedutivo, em que o autor nada mais faz do que confirmar a sua época quer no sentido de a defender, quer no sentido de opor-se a ela. Um Descartes aparecerá como um pensador que nada mais faz do que preparar a sociedade para o modo burguês de vida - econômica, política e culturalmente, etc.. Marx, por seu lado, rompe com sua época realizando o que as forças produtivas vinham forjando, a alternativa proletária - econômica, política e culturalmente, etc.. Freud, mesmo, é visto como um autor que corresponde em seus estudos à contradição interna à passagem do século XIX e primeiras décadas do século XX: repressão e liberação sexual...

O que a história da filosofia, via método estrutural, realiza é a leitura dos filósofos e a construção da história do pensamento. História aqui é entendida pela busca da compreensão do autor em sua época, isto é, a exposição do pensamento do autor na reconstrução de questões e soluções a partir do próprio autor, do texto. Está por trás dessa proposta a ideia de que o autor vai construindo o texto a partir de uma estruturação coerente, uma linha de pensamento que se vai impondo, o que se costumou chamar a “ordem das razões”.¹⁹

Compreender a ordem das razões é reconstruir o pensamento do autor e ser capaz de ver, a partir de sua argumentação, os seus avanços e recuos, superações e limites. Desse modo, a história que se traça é presente, não passado; é viva, não morta. É atual porque se faz atual.

Paulo Arantes, discutindo o que ele chama de “cultura filosófica uspiana”, compara história da filosofia e história da ciência.²⁰ Referindo-se a Alexandre Koyré - filósofo-historiador da ciência - retoma os seus termos:

... a história da ciência é uma história de coisas mortas (a astronomia de Copérnico não interessa mais a ninguém), ao passo que a história da filosofia, quando não é uma doxografia, é uma história do presente, estabelecido que os pensamentos de Platão ou Aristóteles jamais perderam sua atualidade. (Arantes, *op. cit.*, p. 121)

Doutra parte, Guerroult, ainda segundo Paulo Arantes, argumenta que “a história da ciência, que é história de um progresso, não faz parte da ciência propriamente dita que, uma vez acabada, esclarece o seu passado”. (Arantes, *op. cit.*, p. 121) A filosofia parece não ter progresso e a verdade está ausente, uma vez que “todas as doutrinas conservam uma mesma relação possível com a verdade ainda não adquirida. (...) Contrariamente ao que ocorre com a ciência, a ‘história da filosofia é de fato o principal instrumento de iniciação à filosofia’” (Arantes, *op. cit.*, p. 121).

¹⁹. GUERROULT, Martial - *Descartes selon l'ordre des raisons*, Paris: Aubier, 1953, GOLDSCHMIDT, Victor - “Tempo Histórico e Tempo Lógico na Interpretação dos Sistemas Filosóficos”, In *A Religião de Platão*, São Paulo: Difel, 1963.

²⁰. ARANTES, Paulo Eduardo - *Um Departamento Francês de Ultramar (Estudos sobre a formação da cultura filosófica uspiana)*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994; pp.111-135.

Se nos disserem que o objetivo do ensino de história das ciências é cultural, isto é, produzir um “fundo” cultural para que o ensino propriamente dito das ciências possa frutificar, ainda poderíamos compreender ou aceitar. Aliás, o ensino de *história* também parece mais afeito a um plano de ampliação cultural do indivíduo - assumindo muitas vezes um caráter *civilizador* ou *socializador do indivíduo*, entendido como *transmissão de herança cultural*. Mas há os que entendem o ensino de história como “instrumentação” para o indivíduo, para que este “faça a história com suas próprias mãos”, o que é contraditório com a pretensão emancipadora da proposta.²¹ O ensino de história ou de história das ciências tem um objetivo bastante claro, que não simplesmente cultural, baseado que é numa perspectiva cientificista do desenvolvimento intelectual do indivíduo e de sua inserção crítica na sociedade. O objetivo é não só apresentar o *corpus* de tal ou qual ciência, mas fazê-lo a partir de uma nova perspectiva: “*é fazer com que o aluno construa ele mesmo o seu conhecimento*”, “*é formar um raciocínio*”.²²

A diferença está justamente aqui: enquanto a história da filosofia se faz a partir da leitura dos textos e essa leitura é a atualização das questões postas pelo autor e a reconstrução de sua argumentação - limites e soluções - pelo leitor, de modo a fazer-se verdadeiramente filósofo (leitor) ou filósofo (autor), - donde “*confundir-se com o próprio exercício da filosofia*” (Arantes, *op. cit.*, p. 122); a história das ciências, salvo melhor juízo, como análise das condições, pressupostos ou critérios de cientificidade, não faz parte das ciências. Também não contribui necessariamente para a compreensão dos *conceitos*, uma vez que está no “contexto da descoberta” e não no da “justificação” o procedimento historicizador. É uma outra questão.

Descoberta ou Justificação?

Segundo Salmon²³ “... *quando um enunciado é feito, duas questões importantes podem ser imediatamente colocadas: De que maneira chegou a ser conhecido? e Que razões existem para aceitá-lo como verdadeiro?*” (p.24)

²¹. Vide notas 7 e 9.

²². Vide notas 1, 2, 3 e especialmente 9 e 10.

²³. SALMON, Wesley C. - *Lógica*, Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973, pp. 24-29.

São questões diferentes que se estabelecem em contextos diferentes. Uma refere-se ao contexto da descoberta; a outra, ao contexto da justificação. Salmon cita vários exemplos distinguindo um caso do outro:

O gênio matemático hindu Ramanujan (1887-1920) assegurava que a deusa de Namakal o visitava em seus sonhos, dando-lhe fórmulas matemáticas. Ao acordar, anotava as fórmulas e passava a verificá-las. (...) Não há motivos para duvidar de que os sonhos eram, para Ramanujan, fonte de inspiração, viesse esta da deusa de Namakal ou de outras fontes mais naturais. Essas circunstâncias nada têm a ver com a verdade das fórmulas. A justificação, por outro lado, relaciona-se com as demonstrações - argumentos matemáticos - que eram, em alguns casos, obtidas pelo matemático, mas em estado de vigília.²⁴

Dado o caso, não nos parece claro que o processo psicológico em que se produz a inferência possa interessar ao ensino da ciência senão como informação ao professor - ainda assim com função discutível -, mas não certamente ao aluno, como *efeito de demonstração*. Haverá um “método psicológico”, isto é, um procedimento psicológico que possa ser repetido, simulado, ou algo similar? Se a própria Lógica não nos oferece passos ou modos de pensar (Salmon, *op. cit.* pp. 28-29), mas tão-somente “*oferece-nos métodos de crítica para avaliação coerente das inferências*” (Salmon, *op. cit.* p. 29)²⁵, isto é o que interessa, não vemos, pois, como a história das ciências pode “levar o aluno a pensar”.

Parece que a história da ciência cumpriria seus objetivos se e quando avaliada no interior da *filosofia da ciência*, porque ali ela está sujeita a uma crítica total, diferentemente do que ocorre na ciência. Noutros termos: no âmbito da filosofia da ciência o que está em causa é compreender a formulação

²⁴ G.H. Hardy, P.V. Seshu Aiyar e B.M. Wilson (organizadores), *Collected Papers of Srinivasa Ramanujan* (Cambridge: University Press), p. xii, *apud* SALMON, *op. cit.* p. 25. Algo parecido teria acontecido com o criador da tabela periódica de elementos químicos: Dimitri Mendeleiev “passou dias e noites sem dormir estudando os elementos. Quando foi vencido pela fadiga e adormeceu sobre suas anotações, teve um sonho. Mendeleiev conta: ‘Vi num sonho uma tabela em que todos os elementos se encaixavam como requerido. Ao despertar, escrevi-a imediatamente em uma folha de papel’ Assim, ele compreendeu que as propriedades das substâncias dos elementos se apresentam em função dos seus pesos atômicos, repetindo suas propriedades periodicamente. A partir disso, surgiu a famosa tabela periódica, que explica de maneira fácil, simples e com riqueza de detalhes, as propriedades dos elementos que são a base de toda a Química.” (<http://alunosonline.uol.com.br/quimica/mendeleiev.html>)

²⁵ SALMON, *op. cit.* p. 29.

de pressupostos e propor critérios para a admissão de uma ideia ou teoria como parte de uma ciência, e por isso é uma crítica total. Vindo do interior da ciência, esta crítica se desfaz, e a história das ciências aparece como *ilustração* ou, e o que pode ser mais estranho, “modelo de procedimento”²⁶, que é impossível de realizar, indesejável e contraditório em relação, já o dissemos, à pretensão emancipadora de tal proposta. Ou, o que parece ainda mais “sintomático”, essa proposta apenas serve para *confirmar* a teoria construtivista, quando diz que “o indivíduo repete a espécie”. É uma profecia que se autocumpre.²⁷

Expectativas e Certezas

Qual é o lugar que a história das ciências ocupa na construção do método de ensino das ciências, entendendo-a como recurso retórico não-epistemológico? A história das ciências tomada em si mesma como ciência, que relação mantém com a retórica?

Os professores de ciência pretendem algumas coisas com o uso da história das ciências como parte do método de ensino: resgatar informações contextuais da produção das teorias ou explicações científicas, contextos que trazem tanto uma novidade no tratamento - tornando mais “palatável” o ensino de ciências, adiantamo-nos a declarar -; trazer (ao ensino) também uma certa legitimidade social, a criação de um ambiente propício para que os alunos, “tomados” por um certo “comportamento de cientista”, arrisquem-se em explicações que se aproximem das explicações a que chegaram os cientistas; apresentar as ciências como uma disciplina dentre outras e, por isso, num

²⁶. “Todas as vezes que leio Kuhn, perturba-me a seguinte pergunta: estamos diante de prescrições metodológicas que dizem respeito ao cientista como há de proceder; ou diante de uma descrição, isenta de qualquer elemento avaliativo das atividades geralmente rotuladas de ‘científicas?’” FEYERABEND, Paul - “Controlando o especialista”, In LAKATOS, Imre e MUSGRAVE, Alan (orgs.), *A Crítica e o Desenvolvimento do Conhecimento*, São Paulo: Cultrix/Edusp, 1979, pp. 244-284.

²⁷. “Essa revolução geral do espírito humano pode ser facilmente constatada hoje, duma maneira sensível embora indireta, considerando o desenvolvimento da inteligência individual. O ponto de partida sendo necessariamente o mesmo para a educação do indivíduo e para a da espécie, as diversas fases principais da primeira devem representar as épocas fundamentais da segunda. Ora, cada um de nós, contemplando sua própria história, não se lembra de que foi sucessivamente, no que concerne às noções mais importantes, teólogo em sua infância, metafísico em sua juventude e físico em sua virilidade? Hoje é fácil essa verificação para todos os homens que estão ao nível de seu século.” COMTE, Auguste - *Curso de Filosofia Positiva*, “Primeira Lição”, trad. de J. A. Giannotti, São Paulo: Abril Cultural, 1978 (Col. Os Pensadores), p. 5.

contexto de *interdisciplinaridade*, poder-se-ia resgatar a integração dos saberes, recuperando um movimento mais amplo em que se dá o saber, segundo uma nova visão das ciências e de suas inter-relações, que afasta o isolamento e especialização que a ciência positiva adquiriu ao longo dos séculos, desde Bacon pelo menos. (Comte, *op. cit.* pp.3 a 20)

A relação entre história e retórica já tem tradição nos estudos tanto de retórica quanto de história antiga²⁸: a ligação entre história e retórica é procedimento jurídico na Grécia dos séculos V e IV a. C.. De fato, a retórica nos primeiros tempos aproxima-se da historiografia que vinha se constituindo, afastando-se da medicina que, no momento, era o modelo de ciência (Butti de Lima, *op. cit.* pp. 171-174). A retórica aparece, a partir dos conflitos resultantes das disputas de terras durante o séc. V a.C., período de grandes transformações na Grécia e Colônias²⁹, como recurso para uma nova forma de tratamento das questões jurídicas. Surgiu, portanto, como prática judiciária. Como o cidadão comum fazia parte do tribunal (e assembleias), as questões do Estado (jurídicas ou político-administrativas) passavam pela decisão de todos, envolviam todos e por isso não se constituíram, nem a decisão jurídica nem a político-administrativa, em questões propriamente técnicas (*malgré* Platão): o cidadão comum deveria ter conhecimentos para participar das decisões e as decisões não podiam requerer grandes conhecimentos, conhecimentos elevados, específicos. (Butti de Lima, *op. cit.* pp. 179-182) A *retórica judiciária* aparece para orientar os membros do tribunal, os juízes, nas suas decisões. A apresentação de provas e de argumentos se constituíam, portanto, num procedimento que as partes do processo davam ao público a fim de produzir-se o resultado desejado pelas partes.

Como parte da retórica judiciária havia a *narração dos acontecimentos* (Butti de Lima, *op. cit.* p.182, ponto 3; Barthes, *op. cit.* pp.151-152 e 209-210; Plebe, *op. cit.* pp. 12-19) que, tentando resgatar, para os que não viram, o

²⁸. BUTTI DE LIMA, Paulo Francisco - "História e Retórica na Grécia Antiga", *Discurso* (21) (Revista do Depto. Filosofia da FFLCHUSP), São Paulo: FFLCHUSP, 1993, pp.171-186.

²⁹. BARTHES, *op. cit.* 151; PLEBE, Armando - *Breve História da Retórica Antiga*, São Paulo: EPU/Edusp, 1978, pp.1-2, e nota 1, p.1.

acontecido³⁰, apresentava de certa forma as *provas* para que fosse possível decidir. Em primeiro lugar, vemos aí nesse procedimento uma ideia de que a história - a narração dos fatos - constitua por si só uma estratégia de persuasão; mas reside aí também uma *expectativa de chegar-se à verdade*. A narração é no todo uma “grande prova”. É dela que pode provir a verdade. As outras provas, os indícios, os testemunhos³¹, vão-se juntando a ela como retalhos numa colcha de retalhos. A colcha de retalhos bem urdida é justamente a narração. Caso clássico é apresentado por Platão na *Apologia de Sócrates*: Sócrates apresenta-se diante do tribunal e *narra* a origem de sua má fama, ou na “verdade” os motivos que levaram os seus acusadores a difamá-lo diante da cidade. *Narra* os fatos.

Daí, num momento seguinte, a própria historiografia estar indissolivelmente ligada a um procedimento judiciário. O historiador deverá proceder como um juiz ao examinar as provas. A narração entendida agora como história deve partir das provas para a construção do seu discurso. A história não pode ter um procedimento arbitrário, por isso não pode constituir-se somente em um estilo ou em gênero retórico. Apesar da máxima de Quintiliano - história “*scribitur ad narrandum, non ad probandum*” (Butti de Lima, op. cit. pp. 174), a história ganha foros de “pesquisa da verdade”.³² Nesse sentido tende a afastar-se da ficção, apesar de relações tão íntimas entre as duas.³³ Aristóteles, na *Arte Poética* (1451a36), diz que “...*não é ofício do poeta narrar*

³⁰. “Sócrates - *A desses modelos de sabedoria a que se dá o nome de oradores e advogados. Tais indivíduos, com a sua arte, produzem a convicção, não ensinando, mas sugerindo as opiniões que lhes aprazem. Ou julgas tu que há mestres tão habilidosos que, no pouco tempo concedido pela clepsidra, sejam capazes de ensinar devidamente a verdade acerca dum roubo ou de qualquer outro crime, a ouvintes que não foram testemunhas do fato?*” PLATÃO, *Teeteto*, Lisboa: Editorial Inquérito, s.d.. pp.157-158., citado em CUNHA, José Auri - *Filosofia - iniciação à investigação filosófica*, São Paulo: Atual, 1992, pp.71-72.

³¹. “Assim, por exemplo, *martúrion* (o ‘testemunho’ propriamente dito) foi vinculado a uma origem jurídica, *tekmérion* (o ‘indício’ ou a ‘prova’ em geral) à mântica, *seméion* (o ‘sinal’ ou o ‘indício’) a uma origem religiosa, o *eikós* (o ‘verossímil’) a um uso inicial ‘científico’ ou em todo caso não sofisticado.”(Butti de Lima, op. cit. p.177).

³². Se considerarmos a origem grega da palavra *historia*, reconheceremos o seu significado aqui presente: *historia significa “informação/indagação/resultado duma indagação, conhecimento/relação verbal do que se investiga, história”*, PEREIRA, Isidro, S. J. - *Dicionário Grego-Português e Português-Grego*, Porto: Livraria Apostolado da Imprensa, 1984, 6a. ed. p.282;

³³. “Ora, como a ‘diferença entre a história e a poesia épica consiste apenas no grau das conexões que ligam uns aos outros os diferentes acontecimentos dos quais se compõe o tema, será difícil, se não impossível, determinar exatamente, com palavras, as fronteiras que as separam uma da outra. Esta é uma questão de gosto mais do que de raciocínio” RIBEIRO DE MOURA, Carlos Alberto - “D. Hume para além da Epistemologia”, *discurso* (20), (Revista do Depto. Filosofia da FFLCHUSP), São Paulo: FFLCHUSP, 1993, pp. 99-113 (o texto citado pelo autor é a partir de HUME, *Enquête sur l’Entendement Humain*, Paris: ed. Aubier, 1947); Vide

*o que aconteceu; é, sim, o de representar o que poderia acontecer, quer dizer: o que é possível segundo a verossimilhança e a necessidade.”*³⁴

Peroração: juntando as partes

A partir desse procedimento jurídico, que o discurso histórico recebeu do discurso judiciário *via* retórica judiciária, a historiografia pretende convencer, apresenta-se como investigação da verdade. Os meios de prova ora aparecem como elementos a serem pesquisados por essa prática, ora são excluídos. A historiografia aparece como uma “grande demonstração” e não como um conjunto de demonstrações. Parece-nos que não se pode desprezar a pretensão demonstrativa desse discurso (o historiográfico) na medida em que ele se apresenta não só como a pesquisa da verdade dos fatos, mas também como portador dessa verdade - que é o sentido da narração.

Podemos dizer que o discurso historiográfico, entendido como narração, e enquanto tal como elemento/momento do discurso retórico (*narratio*), vai disseminando provas sem as apresentar como tal (Barthes, *op. cit.* pp. 151 e 209-210), mas tudo que “foi dito” na narração deve ser tomado como verdadeiro. E isso está presente no caráter *enunciativo* do discurso historiográfico: o historiador volta e meia intervém na narração ou, noutras palavras, no próprio discurso historiográfico para atestar a sua veracidade (Butti de Lima, *op. cit.* pp. 176 -179).

Nessa medida, o discurso histórico acerca de qualquer assunto pode muito bem *substituir* um procedimento demonstrativo. Parece que de

também duas entrevistas a respeito do tema: “A Invenção da História”, entrevista com Peter Burke e “Para White, história recalcou a poesia”, FOLHA DE S. PAULO, *mais!*, São Paulo: Folha, 1994, pp.6-4/6-5.

³⁴. ARISTÓTELES, *Arte Poética*, trad. de Eudoro de Souza, São Paulo: Abril Cultural, 1979. Aliás, a mesma “distinção” é feita por Luciano. LUCIANO (ap.115-200) é autor de “*Como Escrever a História*, uma crítica divertida à excentricidade de historiadores contemporâneos, seguida por uma exposição das qualidades inerentes a uma obra histórica e seu autor; *História Verdídica*, uma paródia das patranhas fabulosas apresentadas por autores antigos como se constituíssem fatos históricos.” Cf. HARVEY, Paul - *Dicionário Oxford de Literatura Clássica: grega e latina*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1987; e cf. também Butti de Lima, *op. cit.* p.175. Assim retoma a questão, séculos depois, pela boca de um de seus personagens, Cervantes: “Assim é - redarguiu Sansão -, mas uma coisa é escrever como poeta, e outra como historiador; o poeta pode contar ou cantar as coisas não como foram, mas como deviam ser, e o historiador há de escrevê-las, não como deviam ser, mas como foram, sem acrescentar nem tirar à verdade a mínima coisa.” Cf. CERVANTES SAAVEDRA, M. - *Dom Quixote de La Mancha*, Segunda Parte, Cap. III, p. 468, trad. dos Viscondes de Castilho e Azevedo, São Paulo: Círculo do Livro, s/d.

certa forma é o que acontece com o uso da história das ciências como parte do método de ensino das ciências: é uma tentativa de superação de um procedimento essencialmente demonstrativo que vinha caracterizando o ensino das ciências.³⁵

A narração ou a historicização, que muitas vezes pode ser chamada “historicismo”³⁶, parece ser um *recurso* muito usado como “produtor de verdade”. Quando se quer falar de algo e não recorrer a um procedimento *argumentativo*, lança-se mão da *história*. Mas não há aqui, talvez, um procedimento retórico? Quando já não basta ou não é suficiente uma exposição demonstrativa, recorre-se à narração. Nos diálogos de Platão, por exemplo, isto ocorre muitas vezes, ora usado por Sócrates como é o caso da “Alegoria da Caverna”, n’*A República*³⁷; ora usado por um sofista, como é o caso de Protágoras ao falar da criação dos homens e distribuição das artes entre eles.³⁸

As fábulas seguem preocupação semelhante. O mesmo se dando com as parábolas no *Evangelho*. Mas em tudo isso há diferença e o uso aqui e ali tem suas consequências específicas. No caso da história das ciências utilizada para o ensino das ciências, caberia apresentar essas questões e agora acrescentar-lhes outras.

Ao trabalhar com a história das ciências não estaria o professor transitando de um método de ensino para outro, passando de uma metodologia eminentemente demonstrativa para uma eminentemente retórica? Da *demonstração* para a *narração*. Que resultados a narração apresenta em relação ao outro procedimento? Que diferenças de aprendizado há entre o uso da demonstração e o da narração?

Se tomarmos o ensino de história das ciências para “mostrar” que a ciência também tem uma história, nada há a dizer, senão que resulta num

³⁵. Vide nota 15.

³⁶. POPPER, K. R. - *A Sociedade Democrática e Seus Inimigos*, Belo Horizonte: Itatiaia, 1959, cap. 22 e 23.

³⁷. PLATÃO, *A República*, livro VII trad. de Maria Helena da Rocha Pereira, Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1993, 7a. ed., (passagem já discutida noutra parte dessa pesquisa).

³⁸. PLATÃO, *Protágoras*, trad. A. Lobo Vilela, Lisboa: Inquérito, s.d., 2a. ed. pp.26-28.

procedimento tautológico: *ao aprenderem a história das ciências, os alunos aprendem que a ciência tem história.*

Mas não é bem isso que se pretende. Há uma certa expectativa de que esse procedimento “ensino de ciências via história das ciências” de algum modo venha a produzir um *pensar a ciência*, não simplesmente compreendendo-a como histórica. Um pensar a ciência mais *adequado* ao próprio aluno. Ora, o que se visa com esse procedimento é alterar o comportamento do aluno em relação à ciência, mudar sua visão, não sendo propriamente um objetivo claro o pensar os “conteúdos das ciências”. Estes perdem sua importância diante da preocupação com a ciência. Parece que separamos as coisas: pensar as ciências e pensar o conteúdo das ciências. Na verdade, vemos que elas estão separadas: o conteúdo das ciências *só* pode ser criticado por um *processo demonstrativo* - aquilo que antes identificamos com o *contexto da justificação* - e a visão sobre a ciência, de um ponto de vista histórico ou sociológico - identificado com o *contexto da descoberta* - não dá conta da crítica epistemológica.

Se estivermos certos, a história das ciências como método de ensino funciona realmente num sentido *formativo*, mas nada oferece em termos de um auxílio para a compreensão dos conteúdos das ciências. Apresentar os contextos das descobertas nada diz sobre as descobertas, em termos de sustentação *lógica* ou mesmo *empírica*.

É por isso que dizemos que a história das ciências como método de ensino cumpre um papel retórico travestido de cientificidade, pois pretende-se “tributário” de uma orientação precisa: os *construtivismos*. Mas traz muito mais um “agrado”, uma certa “satisfação”, algo mais “palatável” e, ousamos dizer, uma *simulação de conhecimento científico*. Conhecer a história das ciências, por certo, não é conhecer os conteúdos das ciências. Galileu passou para a história da ciência, firmando uma imagem central na passagem da ciência antiga para a ciência moderna, chegou a tornar-se um mito da história da ciência³⁹, um exemplo de cientista moderno. Embora ele praticasse uma ciência nova, sua

³⁹. AZANHA, J. M. P. - *Uma Ideia de Pesquisa Educacional*, São Paulo: Edusp/Fapesp, 1992, p.16, nota 2.

linguagem e conceitos estavam ainda muito comprometidos com a ciência antiga.⁴⁰

Conclusão

A partir dessa interpretação, a história aparece como *substituta* das exposições demonstrativas. Acrescentamos que é um substituto *pacificador*. Estranho: a história tem sido apresentada como *crítica*, como oportunidade de crítica das questões, das visões já consagradas. Dizemos que não é bem assim. Muitas vezes o discurso histórico quer resolver conflitos; o discurso histórico *superpõe-se* aos demais “em” conflito, e apresenta-se como “portador” da verdade. Para não fugirmos muito do que foi dito aqui, é quase um procedimento jurídico: por trás dos dois lados em conflito e por cima do conflito é possível estabelecer “a verdade dos fatos” - a narração dos acontecimentos “produz essa impressão de verdade”, que entendemos retórica. Dissolvemos as provas na narração e dissolvemos o conflito também.

Falamos aqui de *história* e não da *memória*, pois a memória ainda conserva certa paixão e certo conflito; a história são as paixões anestesiadas e os conflitos resolvidos em virtude de uma verdade, verdade estabelecida pelo procedimento historiográfico.⁴¹

Referências bibliográficas

AQUINO, JESUS, OSCAR - *Fazendo a História*, Rio de Janeiro, 1986.

ARANTES, Paulo Eduardo - *Um Departamento Francês de Ultramar (Estudos sobre a formação da cultura filosófica uspiana)*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

ARISTÓTELES, *Arte Poética*, trad. de Eudoro de Souza, São Paulo: Abril Cultural, 1979.

⁴⁰. “Galileu não tinha clara a ideia de massa. Este conceito também não estava definido para Descartes, nem para Leibniz. Ele usava a palavra ‘grave’ em substituição a esse conceito” (nota 3, p.12), e “(Descartes) impõe pela primeira vez o princípio da conservação da quantidade de movimento como um princípio geral e necessário para a fundamentação de sua Física, apesar de sustentá-lo de uma maneira bastante metafísica” CARVALHO, Anna Maria Pessoa de - *Física: Proposta para um Ensino Construtivista*, São Paulo: EPU, 1989.

⁴¹. Cf. BENJAMIN, Walter, “Teses sobre Filosofia da História”, In *Sociologia*, KOTHE, Flávio R.(org.), São Paulo: Ática, 1985 (Col. Grandes Cientistas Sociais)

AZANHA, J. M. P. - *Uma Ideia de Pesquisa Educacional*, São Paulo: Edusp/Fapesp, 1992

BARTHES, Roland - “A Retórica Antiga”, In COEN, Jean e outros - *Pesquisas de Retórica*, Seleção de Ensaio da Revista “COMMUNICATIONS”, Petrópolis: Vozes, 1975.

BARTHES, Roland; PLEBE, Armando - *Breve História da Retórica Antiga*, São Paulo: EPU/Edusp, 1978, pp.1-2, e nota 1, p.1

BUTTI DE LIMA, Paulo Francisco - “História e Retórica na Grécia Antiga”, *Discurso* (21) (Revista do Depto. Filosofia da FFLCHUSP), São Paulo: FFLCHUSP, 1993.

CATANI, D. B., *Educadores à Meia Luz*, São Paulo, FEUSP (Tese de Doutorado), 1989.

Conf. BROLEZZI, CAMPOS, DION, FREIRE, In *1o. Seminário de Pesquisa da FEUSP*, São Paulo: CP-CPG-FEUSP, 1994.

CARVALHO, Anna Maria Pessoa de - “Provas Objetivas”, In PARRA, Nélio (coord.) - *Didática para a Escola de 1o. e 2o. Graus*, São Paulo: Pioneira, 1978.

CARVALHO, Anna Maria Pessoa de - *Física: Proposta para um Ensino Construtivista*, São Paulo: EPU, 1989.

CARVALHO e outros - “O Construtivismo e o ensino de ciências”, *Ciências na escola de 1o. grau: textos de apoio à proposta curricular*. 2a. ed. São Paulo: SE/CENP, 1991.

CARVALHO e outros. “A História da Ciência, a psicogênese e a resolução de problemas na construção do conhecimento em sala de aula”, In *Revista da Faculdade de Educação*, v. 19, n. 2, (jul-dez), São Paulo: FEUSP, 1993.

Cf. BENJAMIN, Walter, “Teses sobre Filosofia da História”, In *Sociologia*, KOTHE, Flávio R.(org.), São Paulo: Ática, 1985 (Col. Grandes Cientistas Sociais)

Cf. HARVEY, Paul - *Dicionário Oxford de Literatura Clássica: grega e latina*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1987

COMTE, Auguste - *Curso de Filosofia Positiva*, “Primeira Lição”, trad. de J. A. Giannotti, São Paulo: Abril Cultural, 1978

CUNHA, José Auri - *Filosofia - iniciação à investigação filosófica*, São Paulo: Atual, 1992

FEYERABEND, Paul - “Controlando o especialista”, In LAKATOS, Imre e MUSGRAVE, Alan (orgs.), *A Crítica e o Desenvolvimento do Conhecimento*, São Paulo: Cultrix/Edusp, 1979.

HUME, *Enquête sur l'Entendement Humain*, Paris: ed. Aubier, 1947.

JAEGER, W. W. - *Paideia: a formação do homem grego*, São Paulo: Martins Fontes, 1989.

NADAI, Elza e NEVES, Joana - *História do Brasil da Colônia à República*, São Paulo: Ed. Saraiva, 1986.

NADAI, Elza - “A História na Escola: Alguns Apontamentos”, In *Relações entre a Produção do Conhecimento e os Fundamentos das Propostas Curriculares*, São Paulo: FDE/Diretoria Técnica, 1993.

PEREIRA, Isidro, S. J. - *Dicionário Grego-Português e Português-Grego*, Porto: Livraria Apostolado da Imprensa, 1984.

PLATÃO, *A República*, livro VII trad. de Maria Helena da Rocha Pereira, Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1993.

PLATÃO, *Protágoras*, trad. A. Lobo Vilela, Lisboa: Inquérito, s.d., 2a. ed.

POPPER, K. R. - *A Sociedade Democrática e Seus Inimigos*, Belo Horizonte: Itatiaia, 1959.

RATHS *et alii*- *Ensinar a Pensar: teoria e aplicação*, São Paulo: EPU, 1977.

RIBEIRO DE MOURA, Carlos Alberto - “D. Hume para além da Epistemologia”, *discurso* (20), (Revista do Depto. Filosofia da FFLCHUSP), São Paulo: FFLCHUSP, 1993.

SALMON, Wesley C. - *Lógica*, Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

SÃO PAULO (Estado) Secretaria da Educação. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. *Matemática: o currículo e a compreensão da realidade*. São Paulo: SE/CENP, 1991 (Projeto IPÊ).

SÃO PAULO (Estado) Secretaria da Educação. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. *Ciências na escola de 1o. grau: textos de apoio à proposta curricular*. 2a. ed. São Paulo: SE/CENP, 1991.

VESENTINI, José William e VLACH, Vânia Rúbia Farias - *Geografia Crítica - O Espaço Natural e a Ação Humana*, São Paulo: Ed. Ática, 1991.

W.W. ROSTOW, *As Etapas do Desenvolvimento Econômico (um manifesto não-comunista)*, Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974



ARTIGOS - ARTICLES

O Pensamento Eugênico e a Imigração no Brasil (1929-1930)

Dayana de Oliveira Formiga¹
Professora do Departamento de História
Centro Adventista São Paulo (UNASP-EC)
dayof35@hotmail.com

Ana Beatriz Rodrigues de Paula²
Aluna de Esp.no Instituto Butantan
anabrdepaula@gmail.com

Charles Aparecido Silva Melo³
História Centro Univ.Adventista
charlesaparecidosilvamelo@hotmail.com

Como citar este artigo: FORMIGA, D. O., PAULA, A. B. R., MELO, C. A. S. “O Pensamento Eugênico e a Imigração no Brasil (1929-1930)”, *Intelligere, Revista de História Intelectual*, nº7, p. 75-96. 2019. Disponível em <<http://revistas.usp.br/revistaintelligere>>. Acesso em dd/mm/aaaa.

Resumo: Este artigo pretende realizar um estudo sobre o discurso eugênico no Brasil, explorando o conceito de imigração fortemente debatido pelo pensamento dos eugenistas brasileiros. O trabalho teve como objetivo a análise de duas fontes primárias: as Actas e Trabalhos do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia (1929) e o Boletim de Eugenia (1929-1930) para analisar o que era pensado sobre a imigração. Discute o surgimento do movimento eugênico e a sua trajetória no panorama internacional com foco no seu desenvolvimento dentro da sociedade brasileira do início do século XX. Também serão explicadas algumas vertentes científicas que foram utilizadas no país pela eugenia. Em seguida, a pesquisa discorrerá sobre a história da imigração relacionando-a com as políticas raciais que os eugenistas brasileiros propunham, sobretudo com relação as discussões de Antônio José do Azevedo Amaral (1881-1942), apresentadas no Primeiro Congresso de Eugenia (1929). O estudo demonstra como o pensamento eugênico influenciou a intelectualidade nacional, promovendo uma série de propostas para as políticas públicas. Também reflete a preocupação dos intelectuais em investir em leis que barrassem a entrada de todos os indivíduos não-brancos - principalmente

¹ Dayana de Oliveira Formiga é mestra e doutora pela Universidade de São Paulo em História Social da Ciência e é Professora do Departamento de História do Centro Adventista São Paulo (UNASP-EC).

² Ana Beatriz Rodrigues de Paula é aluna de especialização do Instituto Butantan do curso História, Museologia e Divulgação da Ciência e da Saúde e possui Graduação em Licenciatura em História pelo Centro Universitário Adventista de São Paulo, campus Engenheiro Coelho.

³ Charles Aparecido Silva Melo é professor da rede pública estadual de São Paulo e graduado em Licenciatura em História pelo Centro Universitário Adventista de São Paulo, campus Engenheiro Coelho.

negros e nipônicos - no país, justificando essa escolha no melhoramento e no progresso da nação brasileira.

Palavras-chave: Eugenia; Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia (1929); Imigração; História da Ciência.

Eugenic Thought and Immigration in Brazil (1929-1930)

Abstract: This article intends to carry out a study about eugenics speech in Brazil, by exploring the immigration concept strongly discussed by Brazilian eugenics thoughts. The work aimed to analyse these two primary sources: The Proceedings and Works of the First Brazilian Congress of Eugenia (1929) and the Eugenics Bulletin (1929-1930) to analyse what was thought about the immigration. In the beginning will be discussed the emergence of eugenic movement and its trajectory in the international panorama with focus on your development within Brazilian society of the century XX. It will also be explained some scientific aspects that were used in the country by eugenics. Subsequently, the research will discourse about immigration history relating them to racial politics that the Brazilian eugenics proposed, especially with regard to Antônio José Azevedo Amaral's discussions (1881-1942), presented in the First Congress of Eugenia (1929). The study shows how the eugenics thought influenced the national intellectuality, promoting a series of proposals for the public politics. It also reflects the concern of the intellectuals to invest in laws that would make it impossible to all non-whites entrance – mainly the black ones and Japanese – in the country, justifying this choice in the improvement and in the progress of Brazilian nation.

Keywords: Eugenics; First Brazilian Congress of Eugenics (1929); Immigration; History of Science.

Introdução

O presente trabalho deseja apresentar uma investigação sobre o discurso eugênico no Brasil salientando o pensamento da intelectualidade do período, acerca da imigração. Desse modo, será traçado o desenvolvimento dessa ciência e sua difusão no país, para enfim poder ser compreendida a visão sobre o aspecto imigratório. Antes, porém, se faz necessário conhecer um pouco mais a respeito do movimento eugênico desde suas origens e propostas, até a posterior propagação para o mundo.

Ao longo da história, muitas observações foram feitas a partir da análise dos cruzamentos e das características hereditárias que os filhos herdavam de seus pais. Nesse sentido, em 1883 o matemático inglês Francis Galton (1822-1911), cunhou o termo “eugenia” que em grego significava

“bem-nascido” com o propósito de aplicar os pressupostos da teoria da seleção natural ao ser humano, e desenvolver uma ciência da hereditariedade que tinha o objetivo de identificar os melhores membros da sociedade para que estes se reproduzissem ou não (Del Cont, 2008).

Galton acreditava que o Estado deveria intervir na reprodução de pessoas que tivessem características degenerativas, como o alcoolismo, a prostituição, e até mesmo o sonambulismo e outros “vícios”, porque estaria em curso o fracasso racial, onde os indivíduos degenerados suplantariam os mais aptos, prejudicando assim, o desenvolvimento de uma sociedade (Del Cont, 2008).

Formiga (2007) enfatiza que nesse contexto de consolidação do movimento eugênico, aspectos políticos, sociais e econômicos estiveram envolvidos em suas premissas. Isso fortaleceu o acolhimento dessa ciência em diversos países e surgiu como justificativa para o controle dos problemas sociais modernos - pobreza, imigração e criminalidade, à medida que correspondia aos interesses de uma minoria elitizada.

No início do século XX, em países como a França e o Brasil, a eugenia possuía um aspecto “positivo”, pois defendia a puericultura com foco na saúde do indivíduo. Ela surgia como forma de priorizar a promoção da saúde coletiva ao invés de criar medidas de controle e aperfeiçoamento da raça. Em contraposição, no final de 1920 com o surgimento de políticas e leis raciais, a eugenia “negativa” ganhava mais simpatizantes ao impedir a reprodução dos degenerados e promover políticas de esterilização e controle racial, como o caso da Alemanha Nazista⁴ (Formiga, 2007).

A eugenia se consolida no Brasil nas primeiras décadas do século XX. Os intelectuais brasileiros “abraçaram” a ciência, especialmente a medicina e a própria eugenia, pois poderiam pensar em uma forma de reverter o “atraso” civilizacional do país e, assim, a eugenia representaria um projeto de aperfeiçoamento da nacionalidade e reposicionaria o Brasil no cenário internacional. A eugenia brasileira também foi influenciada pela situação racial do país, contexto o qual a intelectualidade brasileira em geral promoveu grandes discussões, sobretudo a respeito da imigração (Formiga, 2007).

⁴ Vale ressaltar que muito antes da Alemanha, países como os Estados Unidos e Suíça já haviam implantado políticas de esterilização em finais do século XIX.

Conforme Del Cont (2008) salienta, o movimento eugênico se estabeleceu num campo movediço que incorporava elementos científicos de velhas e novas teorias da Europa e EUA - como darwinismo, neolamarckismo, mendelismo entre outras. Dessa maneira, ao chegar no Brasil, a eugenia refletiu essa instabilidade.

Dada a contextualização oferecida, o trabalho tem como problemática discutir de que maneira se estabeleceram as relações entre eugenia e imigração no Brasil, sobretudo as teorias propagadas a respeito da questão racial dos imigrantes. Nesse sentido, o objetivo se pauta na investigação sobre o tipo de posição que os eugenistas brasileiros possuíam acerca da imigração, afim de compreender o pensamento desses intelectuais e da própria sociedade do período. Para o seu desenvolvimento e metodologia foram utilizadas pesquisas bibliográficas e fontes primárias, tais como as Actas do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia de 1929 e o Boletim de Eugenia (1929-1933), sendo esses últimos usados como recorte temporal.

Dessa forma, a primeira parte do artigo intenta mostrar o surgimento da eugenia no país e destacar a posição de alguns intelectuais sobre o movimento, bem como apresentar feitos significativos dessa ciência no país, como a criação do periódico Boletim de Eugenia (1929-1933) e a realização do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia de 1929.

A segunda parte, aborda o desenvolvimento da imigração no país concomitante às políticas raciais e como a eugenia se estabeleceu no pensamento dos intelectuais, sobretudo nas discussões de Antônio José do Azevedo Amaral (1881-1942) que demonstravam uma preocupação com o ideal de melhoramento das condições de saúde da população e o progresso do país, tendo a imigração como um obstáculo. Desta forma, esta segunda parte irá refletir sobre o panorama do processo imigratório no Brasil desde meados do século XIX até a década de 1920 e 1930, onde houve uma fomentação de discussões eugênicas sobre a entrada de estrangeiros no país.

O movimento eugênico brasileiro

Desde a proposta eugênica de Galton de meados do século XIX, até a sua consolidação em diferentes sociedades, seus estudos assumiram diferentes faces e interpretações dependendo do local em que foram incorporados.

Entretanto é possível notar uma similaridade no que diz respeito ao interesse em padronizar uma raça⁵, por meio da identificação de características hereditárias refletidas no corpo e comportamento dos indivíduos. Essa perspectiva vai além de um pensamento individual e demonstra o interesse em construir uma sociedade homogênea, pautada em aspectos “estético-biológicos preocupados com beleza e feiura, pureza e contaminação” (Stepan, 2005, p. 149).

No Brasil, a concretização do movimento eugênico com a criação de organizações e sociedades, se dá após o final da Primeira Guerra Mundial. Antes disso, o país era alvo das análises de naturalistas, viajantes estrangeiros e outros teóricos preocupadas em refletir sobre o futuro do país e tratar dos “problemas raciais” aqui encontrados (Schwarcz, 1993).

“Em finais do século XIX o Brasil era apontado como um caso único e singular de extremada miscigenação racial” (Schwarcz, 1993, p. 15). Essa condição mestiça, pode ser percebida nos relatos do Conde Arthur de Gobineau (1816-1888)⁶ por exemplo, que considerava o Brasil um território “pernicioso à saúde”, onde a população era também considerada como assustadoramente feia e degenerada. Ele criticava a hibridização e justificava nela a impossibilidade de avanço do país (Goés, 2015).

A “feliz” mistura racial presente na sociedade brasileira atual, sinônimo de patriotismo e identidade nacional, nem sempre foi bem aceita no país. Conforme Schwarcz (1993) discorre, ao se posicionar em solo brasileiro os modelos raciais que condenavam o cruzamento racial vão sofrer uma adaptação, ainda que sutil, pois o Brasil sendo há muito tempo uma sociedade miscigenada, percebeu que os padrões raciais europeus não condiziam com a realidade local.

Além da miscigenação, Stepan (2005) explica que os acontecimentos políticos, econômicos e sociais que envolveram o período entre 1870 e 1914, contribuiriam significativamente para o desenvolvimento da eugenia brasileira e

⁵ O conceito de raça aqui utilizado, se refere a uma perspectiva construída histórica e socialmente que reflete os interesses das classes dominantes sob outros grupos.

⁶ Pensador e diplomata francês enviado ao Brasil para coletar informações acerca da composição racial a fim de explicar o desenvolvimento da sociedade a partir das relações entre as “raças”.

uma conseqüente ampliação da visibilidade desse movimento para as “áreas Latinas”⁷, sobretudo da América do Sul.

Durante esse período, o Brasil sofreu com:

O colapso final de uma sociedade escravocrata em 1888 [...] e a abertura do país à imigração europeia em grande escala. Politicamente o período viu a queda da Monarquia e a criação da República, em 1889. Economicamente, testemunhou o crescente envolvimento brasileiro no sistema capitalista mundial. [...] as conseqüências de tal desenvolvimento foram devastadoras – um crescimento distorcido e “dependente”, cujas manifestações sócias foram pobreza, distúrbios sociais e, no mais das vezes, crescimento em vez de decréscimo das desigualdades (Stepan, 2005, p. 46).

Nesse sentido, a sociedade se manteve altamente estratificada social e racialmente, e embora se auto intitulasse como república liberal, ainda era controlada por uma pequena parcela elitizada. De acordo com Goés (2015, p. 96) ainda que as teorias raciais tivessem sido adaptadas, esse panorama foi trazido para o século XX e caracterizou a eugenia aqui produzida como “expressão do pensamento conservador, espelhando-se no modelo do branco cristão e civilizado”.

Posteriormente no início do século XX se tornou cada vez mais comum o desemprego, analfabetismo, protestos políticos, greves, pobreza e a imigração, que acabam perpetuando a desorganização social e passaram a ser justificados pelos eugenistas como fatores que impediam o progresso da nação. É nesse contexto que nos anos de 1910 e 1920, os conceitos de Galton acerca da hereditariedade passaram a influenciar de fato os médicos brasileiros (Schwarcz, 1993).

O principal divulgador da eugenia no meio intelectual brasileiro, foi o médico Renato Kehl (1889-1874)⁸. Sua campanha era tão intensa que em 1918, ele fundou a Sociedade Eugênica de São Paulo, com o intuito de discutir a nacionalidade brasileira a partir do viés biológico e social. Essa agremiação se tornou um modelo de organização eugênica e contava com a participação de 140 membros. Contudo, no início da década de 1920, a Sociedade Eugênica de

⁷ “As áreas “latinas” (termo adotado pela Federação Internacional Latina de Sociedades Eugênicas, fundada em 1935 para referir-se à Itália, à França, à Bélgica e aos países latino-americanos)” (Stepan, 2005, p. 10).

⁸ Renato Ferraz Kehl foi um médico influente no pensamento eugênico brasileiro. Ele defendia que somente a eugenia podia solucionar os problemas sociais do Brasil, dessa forma passou a apoiar uma eugenia negativa. Kehl acreditava fortemente no fator da hereditariedade como decisivo para uma raça.

São Paulo deixou oficialmente de existir. Mas, ao estabelecer-se no Rio de Janeiro nos anos de 1920, Renato Kehl e simpatizantes, encontraram nas propostas sanitárias uma maneira de introduzir as ideias eugênicas.

Dessa forma, os eugenistas brasileiros desenvolveram uma “eugenia preventiva” que teve forte ligação com o projeto reformista proposto pelo movimento sanitarista. Essa aliança se consolidou na criação da Liga Brasileira de Higiene Mental, em 1923⁹. A preocupação dos teóricos estava relacionada com a convicção de que a maioria das doenças comuns à população pobre – tuberculose, sífilis, alcoolismo, doenças mentais -, tinham suas origens na hereditariedade, portanto deveriam ser combatidas a partir de uma política ancorada em preceitos eugênicos (Stepan, 2005).

Em contraposição com o que acontecia na Inglaterra através da implantação de modelos deterministas de eugenia weismaniana e mendeliana, na América Latina, em especial no Brasil, o movimento eugênico estava apoiado no neolamarckismo (Stepan, 2005). A perspectiva neolamarckista influenciou os eugenistas brasileiros, pois propunha a influência do meio social como fator ligado à hereditariedade.

Contudo, ainda que o mendelismo não fosse tão utilizado, houve muito debate entre os intelectuais que se interessavam por essa teoria, apoiada na inviabilidade de fatores externos para a modificação genética. Conforme Domingues (1942) explica, o meio não pode influenciar o que é transmitido hereditariamente, a fim de modificar efetivamente uma raça. Podem sim mudar características individualmente, porém elas não serão repassadas às futuras gerações. Dessa forma, medidas como a esterilização ou pena de morte seriam a melhor saída para adequar a população ao melhoramento eugênico.

Domingues (1942, p. 227-228) ainda insiste que apesar do esforço do meio exterior – em políticas higienistas ou educacionais, os atributos degenerativos ainda seriam transmitidos:

Um casal de débeis mentais, educado segundo os modernos recursos da pedagogia, e que se enriqueceu de conhecimentos superiores aos limitados pela sua própria capacidade intelectual inferior, não passará à sua descendência tal aperfeiçoamento, do

⁹ A Liga foi organizada pelo médico e psiquiatra Gustavo Riedel, e era subvencionada por recurso público e federal. Ela reuniu mais de 120 membros, sobretudo da classe média do Rio de Janeiro e seus objetivos seriam o de ampliar o debate sobre higiene mental e eugenia, assim como o saneamento e a higiene, controle da imigração, alcoolismo e doenças venéreas.

mesmo modo que um indivíduo de fina inteligência não procriará imbecis ou idiotas, se permanecer analfabeto.

Todavia, em uma sociedade que já se encontrava completamente miscigenada, era difícil apoiar uma análise tão inflexível como o mendelismo. Desse modo, o neolamarckismo foi utilizado em larga escala. Segundo essa concepção, com a influência do meio ambiente as degenerências poderiam ser evitadas e as características individuais se transformariam a tal ponto que somente as qualidades positivas seriam passadas hereditariamente para as futuras gerações. Por isso, teóricos notáveis como Roquette-Pinto (1884-1954)¹⁰ apoiavam esse tipo de pensamento e não viam na miscigenação um obstáculo, muito pelo contrário, eles acreditavam que com a crescente mistura racial, futuramente haveria um branqueamento total no país, devido a superioridade da raça branca sob as demais (Stepan, 2005).

Para Stepan (2005), as próprias fronteiras dos segmentos da eugenia não permaneciam bem delimitadas. Neolamarckistas e mendelianos conversavam entre si em busca de teorizar uma prática eugênica mais adequada ao histórico do país. Essa abordagem se intensificou sobretudo na segunda metade do século XX, quando os eugenistas começaram a ter mais conhecimento sobre as distinções do neolamarckismo latino e do mendelismo anglo-saxônico.

Diversos aspectos da sociedade foram repensados nesse contexto, como a imigração, a educação e o matrimônio. Para Renato Kehl, a educação eugênica específica, exerceria um papel importante na sociedade, pois faria transparecer as boas qualidades de cada indivíduo. Por meio dela tinha-se a intenção de conquistar o cenário político a fim de que as recomendações eugênicas estivessem amparadas pela Lei e despertassem uma “consciência eugênica” na população brasileira (Rocha, 2010).

Era preocupação da educação também, informar sobre a importância do casamento para perpetuação ou degeneração de uma raça. Nesse contexto muitos eugenistas defendiam a introdução de exames pré-nupciais, como forma de controle e de uma reprodução seletiva, pois apenas os indivíduos

¹⁰ Edgar Roquette-Pinto foi um médico e educador brasileiro que promovia uma eugenia “positiva” no Brasil. Diferentemente de Renato Kehl, este intelectual defendia a mestiçagem no melhoramento da nação.

hereditariamente aptos, poderiam perpetuar uma prole saudável, e assim, contribuir para a construção de uma nação homogênea (Stepan, 2005).

Conforme salienta Stepan (2005) no final da década de XX, muitos eugenistas substituíram a eugenia preventiva, a qual incentivava apenas a reprodução dos indivíduos adequados, por uma eugenia “negativa” que visava impedir a reprodução dos inadequados. Isso se deve às influências da eugenia americana e sobretudo a alemã, conhecidas por utilizar medidas extremas de melhoramento racial.

Pensando em métodos definitivos para a consolidação da “pureza racial”, o debate acerca do movimento eugênico começa a conquistar um espaço importante dentro e fora do país. Além da criação de instituições científicas preocupadas com as propostas eugênicas, outros meios foram consolidados pelo movimento, como o caso do primeiro veículo impresso de comunicação: o Boletim de Eugenia.

O Boletim foi um periódico mensal¹¹ de cunho eugênico publicado no Brasil entre os anos de 1929 e 1933. Organizado pelo Instituto Brasileiro de Eugenia e sob direção do médico Renato Kehl, o Boletim procurava ser um instrumento de propaganda da educação eugênica. Acreditava-se que com a difusão do periódico para a esfera pública, os problemas do país passariam a ser vistos como originários de um aspecto racial – como defendiam os eugenistas - à medida que o interesse pela promoção do movimento eugênico só aumentaria (Rocha, 2010).

Para Goés (2015) o Boletim teve uma alta repercussão e foi aclamado pelos principais jornais do país, como *O Estado de São Paulo*, *Correio da Manhã* e *Diário Nacional*. Além disso, o próprio periódico circulava dentro de uma revista médica de nome *Medicamenta*, o que ampliava a seu poder de circulação, sobretudo pela parcela intelectual da sociedade (Rocha, 2010).

Conforme um artigo de Kehl de nome “O nosso Artigo” que consta no primeiro Boletim de Eugenia, o documento tinha o intuito de produzir “pequenos artigos científicos” (Boletim de Eugenia, 1929). Rocha (2010) e Goés (2015) salientam que nos anos iniciais de publicação, eram encontrados

¹¹O periódico passa a ser publicado trimestralmente após a mudança da sede da Comissão Central Brasileira de Eugenia.

trabalhos nacionais e internacionais, pesquisas científicas e artigos que falavam sobre os mais variados assuntos. Por isso, é interessante enfatizar que o Boletim possibilitava a comunicação entre eugenistas do mundo todo, já que havia a tradução para a língua estrangeira.

Nesse sentido, os trabalhos que compunham o Boletim em sua maioria falavam sobre “[...] educação, imigração [sendo um dos mais polêmicos e discutidos assuntos], leis da hereditariedade, cultura nacional, casamento, doenças, classe social, entre outros” (Rocha, 2010, p. 36). A partir do ano de 1932, Renato Kehl passou a dividir a direção do Boletim com Octavio Domingues (1897-1972) e Salvador de Toledo Piza Junior (1898-1988), que simpatizavam com as ideias de Kehl acerca da eugenia e mais tarde escreveriam em larga escala sobre às leis de hereditariedade (Rocha, 2010).

Renato Kehl sempre esteve ligado com questões sanitaristas e de higiene racial. Em seu discurso, havia uma forte crítica às características culturais do país, onde ele relacionava a classe pobre como detentora da inferioridade social, das doenças e dos vícios da sociedade. Pode-se notar que a preocupação em eugenizar o país sempre foi muito debatida por ele, logo, trazida para páginas do Boletim e discutida também durante o Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia de 1929 (Rocha, 2010).

Ocorrido no Rio de Janeiro no ano de 1929, o Congresso fez parte do centenário da Academia Nacional de Medicina, tendo como presidente Roquette-Pinto e Renato Kehl como secretário-geral. Conforme Stepan (2005) discute, o evento que se realizou entre os dias 1º a 7 de julho, reuniu cerca de duzentos profissionais de diversas linhagens da eugenia como autoridades sanitaristas, deputados, jornalistas e médicos clínicos. Contou também, com a participação de representantes de alguns países da América Latina, possibilitando assim, uma interação e troca de experiências aos diversos pensamentos eugênicos.

Muitos aspectos da problemática eugênica foram tratados naqueles dias, como por exemplo:

[...] casamento e eugenia; educação eugênica; proteção à “nacionalidade”; tipos raciais e eugenia; a importância dos arquivos genealógicos; imigração japonesa; campanhas antivenéreas; tóxicos e a eugenia; tratamento dos doentes mentais; educação sexual; e a proteção de crianças e mães (Stepan, 2005, p. 60).

O Congresso se preocupava em elaborar e efetivar uma política social pública no país, a fim de sanar os problemas eugênicos identificados no evento. Desse modo, foram organizadas propostas e aprovadas resoluções importantes que seriam levadas para o conhecimento do Estado. A proposta mais polêmica defendia uma política nacional de imigração que limitaria a entrada dos indivíduos ‘eugenicamente inadequados’ no Brasil, a partir de uma avaliação médica. Anos mais tarde a própria inclusão da eugenia na Constituição brasileira, durante o governo de Getúlio Vargas pode ser vista de um parâmetro privilegiado e evidencia o destaque que a noção de melhoramento racial envolvia o discurso político do Brasil moderno (Stepan, 2005).

A realização de um congresso desse porte, reflete os interesses da classe elitizada do país. O pensamento quanto à composição do “povo brasileiro”, recuperação e melhoramento da raça e os problemas sociais que atrapalhavam o avanço da nação, eram o centro das preocupações e fomentavam os debates dos eugenistas.

Eugenia e imigração: uma análise do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia e do Boletim de Eugenia

Dentre os temas com os quais o movimento eugênico se preocupava estava o problema da imigração no Brasil. Para a eugenia, refletir sobre os males da imigração, assim como enaltecer a entrada de indivíduos ideais no país e introduzir suas proposições nas políticas imigratórias, fortaleceria a nação. Contudo, antes de analisar o discurso dos eugenistas brasileiros acerca da imigração, será necessário fazer um breve histórico do processo imigratório no Brasil e o debate sobre raça a partir do século XIX.

Nas primeiras décadas do século XIX, a imigração se tornou um amplo processo civilizatório e a forma mais racional para ocupação de terras livres no Brasil. Após o tráfico negreiro, a imigração também tinha como objetivo a substituição da mão de obra negra pela europeia (Rebello, 2007). Segundo Seyferth (2002), a questão racial esteve relacionada aos projetos de imigração neste período, mas o racismo era menos evidente nas leis e decretos, estando mais explícito na discussão política imigratória.

A noção de imigrante ideal para a colonização esteve atrelada ao determinante biológico que pressupunha a superioridade europeia. De acordo com Andrade (2013), os brancos eram considerados como os únicos capazes de contribuir para a construção de uma sociedade civilizada. Tendo em mente que a sociedade brasileira em meados do século XIX, era considerada pelas elites como fadada ao atraso social, político e econômico devido à miscigenação.

As primeiras iniciativas de colonização no século XIX buscavam, sobretudo no Sul do Brasil, a vinda de alemães. As regras de admissão de estrangeiros definiam como imigrante ideal o agricultor branco que emigrava em família, excluindo por exemplo, o africano que era considerado “bárbaro”. A partir de 1850, quando se dá a promulgação da Lei de Terras, há uma intensificação de colônias. Apesar da maioria ser constituída por alemães, havia um pequeno número de poloneses, noruegueses, suecos, suíços, irlandeses e franceses, que eram orientados a colonizar especialmente Santa Catarina e o Rio Grande do Sul. Mais tarde, em 1870, começa a imigração italiana na Serra Gaúcha e no sul de Santa Catarina. Dessa forma, entende-se que a imigração europeia iria produzir um tipo brasileiro branco, porque, apesar do caráter mestiço da nação, esse fenômeno iria se dissipar com o tempo (Seyferth, 2002).

Skidmore (2012) esclarece que nos últimos anos do período Imperial no Brasil e início da República, o ideal de branqueamento se junta ao liberalismo econômico e político. Os republicanos acreditavam que o uso de mão de obra importada da Europa contribuiria para o desenvolvimento econômico. Este ideal econômico que estava relacionado ao ideal racial esteve mais presente na província de São Paulo, porque o crescimento econômico resultante do trabalho com o café necessitaria de mais trabalhadores. O autor ainda expõe que:

No fim do Império, os plantadores de café sabiam que a escravatura estava ameaçada e que, em seus últimos anos como instituição legal, não conseguiria satisfazer a necessidade de mão de obra agrícola nas lavouras cafeeiras [...]. Tratando-se de homens práticos que previam os grandes lucros que ainda poderiam ser obtidos com as exportações de café, eles queriam os imigrantes antes de mais nada como força de trabalho, cuja contribuição étnica para a população brasileira seria um subproduto bem-vindo (Skidmore, 2012, p. 201-202).

Na passagem do período Imperial para a República, desenvolveu-se o projeto de construção da identidade nacional e a imigração foi um tema muito debatido. Rebelo (2007) explica que as discussões tentavam chegar na conclusão de quem seria o imigrante que melhor se assimilaria no Brasil. Em 1887, aproximadamente 56 mil imigrantes chegaram ao Brasil, porém esses números decresceram ao longo dos anos. No entanto, isso muda em 1914, quando em torno de 2,7 milhões de estrangeiros entraram no território. Mais da metade ficou no estado de São Paulo, sendo que o maior número de indivíduos chegava da Itália, seguidos de portugueses e espanhóis (Skidmore, 2012).

Geraldo (2007) também aponta que a intensa imigração que ocorreu entre 1880 e 1920 alimentou a crença do branqueamento. Contudo, não eram só os negros, mestiços e amarelos que tinham problemas na imigração. Dentre os brancos, haviam também os considerados inaptos para entrarem no Brasil. Os indesejáveis eram os desordeiros, portadores de doenças contagiosas, inválidos, velhos, etc. Além disso, é possível saber que ciganos, ativistas políticos, apátridas, refugiados, chineses, negros e hindus também eram listados como indesejáveis (Seyferth, 2002; Andrade, 2013). A partir de 1920, surge a Lei dos Indesejáveis, de caráter não só policial, mas também médico. O Departamento Nacional de Saúde Pública começou a fazer inspeções nos portos a partir de métodos higienistas no momento de desembarque (Rebelo, 2007).

Como já discutido, é também a partir da década de 1920 que se dá o fortalecimento da eugenia no Brasil. Ademais, é entre 1920 e 1940 que imigração e eugenia se tornam os temas que envolviam as discussões sobre a formação da nação brasileira. Mas, no período de 1920, o discurso eugênico possuía um caráter mais relativo à reforma sanitária do que no campo da genética, havendo o favorecimento da teoria neolamarckista. Com isso, o higienismo marcou o início da eugenia no Brasil. Isso significa que a influência do meio tinha preponderância nas análises eugênicas sobre raça. Inclusive, com a fundação da Liga Brasileira de Higiene Mental em 1923, foi possível a aproximação da elite que compunha a psiquiatria nacional, como médicos, educadores, juristas e intelectuais, que discutiam o “aprimoramento racial” e a

questão imigratória em total consonância com medidas de ordens eugênicas (Geraldo, 2007).

Rebello (2007) explica a noção de imigração para o movimento eugênico brasileiro quando este se propunha a analisar a questão sob a ótica neolamarckista:

Através de um processo de caldeamento, devo dizer, dentro da chave lamareckiana, o elemento branco e seus “bons” caracteres triunfaria dentro da população, mas também os caracteres “bons” dos negros, como a resistência a certas doenças tropicais eram bem-vindos, numa nova concepção de miscigenação. Esta não levaria a uma degeneração da raça, mas a uma melhora. A imigração passa a ser entendida, então, como corolário de um projeto de civilização para o país (Rebello, 2007, p. 173).

Renato Kehl (1929, *apud* Geraldo, 2007) também fez proposições sobre imigração em seus trabalhos de eugenia. Em seu livro, “Lições de Eugenia”, publicado em 1929, Kehl propôs a elaboração de uma regulamentação da imigração que fosse estabelecida através de testes mentais. Mas, além disso, a vinda de imigrantes brancos da Europa iria contribuir para o branqueamento da população brasileira através da miscigenação, que iria, gradativamente, suplantando o número dos considerados degenerados, ou seja, os não-brancos. Kehl (1929) dá ênfase na imigração de japoneses e condena o investimento a entrada de trabalhadores nipônicos, porque:

Considerando que nesse período não existia tal grande quantidade de imigração negra, resta o crescente ingresso de japoneses, em ação desde 1908. Em 1928, a imigração japonesa havia alcançado a cifra de 11.169 indivíduos, número superior ao de nacionalidades como italianos, espanhóis e alemães (Geraldo, 2007, p. 15).

Dentre as discussões mais polêmicas sobre a imigração na esfera do movimento eugênico, está o estudo “O Problema Eugénico da Imigração” do médico e jornalista Antônio José do Azevedo Amaral (1881-1942) no Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia de 1929, realizado no Anfiteatro de Química da Faculdade de Medicina (Rio de Janeiro, 1929). Era importante discutir o tema da imigração no Congresso, pois, este fenômeno poderia ser frustrante devido sua “contaminação” em relação às conquistas da ciência que haviam obtido em favor do aprimoramento racial no Brasil (Andrade, 2013).

Geraldo (2007) explica em sua tese que Azevedo do Amaral formou-se em medicina, mas quis se dedicar ao jornalismo político. Atuou em diversos

jornais, como o *Correio da Manhã*, *A Notícia*, *Gazeta de Notícias*, *Jornal do Comércio* e *O País*. Ele defendeu em seu primeiro livro, “Ensaio Brasileiro”, a constituição de um Estado autoritário e intervencionista, tendo se tornado, segundo a autora, um apologista do Estado Novo.

No seu estudo “O Problema Eugênico da Imigração” realizado no Congresso, Amaral (1929) expressa que o primeiro problema da imigração está na questão racial. Também é perceptível que sua posição sobre a humanidade é que ela tenha uma origem poligênica. Isso significa que na origem da vida humana as raças existentes surgiram separadamente. Mas estavam para ele, misturadas, disfarçadas pela mestiçagem, com exceção de alguns que ainda se conservavam puros. Desse modo, o problema do Brasil não seria selecionar grupos étnicos, mas formar uma raça nacional através de uma seleção sistemática dos membros da elite do próprio país e seleção daqueles que fossem trazidos de outras nações.

Azevedo Amaral (1929) é contra a ideia de abrir as fronteiras internacionais a qualquer tipo de imigração sem um tipo de seleção eugênica, pois, isso concorre a uma ilusão: a de que haverá um caldeamento étnico. Sua posição teórica acerca da hereditariedade difere daquelas opiniões que circundavam os debates eugênicos no início do movimento no Brasil, sua conclusão é a de que o meio não pode trazer bons resultados raciais, mas que o processo seletivo dos elementos eugênicos (bons) dos disgênicos (ruins) vai competir a vitória de um ou de outro dependendo do número de indivíduos que facilitarem sua ocorrência. Neste trecho ele deixa bem claro sua posição sobre a hereditariedade:

Creemos que, no estado actual dos conhecimentos biológicos, pode-se com desassombro aceitar, como preferível, a ideia da permanência dos caracteres hereditários e da evolução por um exclusivo processo selectivo. Mas, apresentando esta these a uma secção sociológica de um congresso de eugenia, temos o dever de procurar, principalmente, nos factos e nos ensinamentos da sociologia as demonstrações por ella abundantemente fornecidas em apoio da doutrina biológica que contesta a influência modificadora do meio sobre a raça, negando a transmissibilidade dos caracteres adquiridos (Amaral, 1929, p. 330).

Ao avançar em sua palestra, o eugenista defende que é necessário escolher indivíduos com elementos eugênicos positivos não só no plano físico, mas também no mental. Na história do Brasil, devido a sua necessidade de avanço econômico, a política imigratória fez com que trouxessem mão de obra

especialmente para a lavoura. Mas isso não é correto do ponto de vista eugênico, pois a robustez não é suficiente para o melhoramento racial da nação, tendo em vista que é necessário escolher aqueles com elementos eugênicos satisfatórios mentalmente.

Uma das soluções apresentadas por Azevedo Amaral (1929) em seu trabalho sobre “O Problema Eugénico da Imigração” é a aplicação de testes que poderiam se tornar valiosas fontes de informações sobre os possíveis imigrantes, como já se faziam nos Estados Unidos da América. No entanto, o eugenista também apoia um cuidado com a entrada de europeus de raça branca no Brasil. Os estudos científicos realizados nos Estados Unidos que Azevedo Amaral (1929) utilizou como argumento no Congresso, apontaram que italianos e habitantes da Península Ibérica não são os melhores imigrantes, pois diminuiriam ainda mais o nível intelectual da nação, apesar destes terem sido aqueles a que mais a política imigratória brasileira recorreu. Segundo os testes demonstrados pelo autor, poloneses e russos seriam piores ainda. Escandinavos e alemães seriam os imigrantes mais ideais a partir do seu ponto de vista. No entanto, ele apoia uma seleção mais rigorosa, no sentido de que a nação deveria fazer uma busca individual, pois, apesar da categoria nacional ser positiva, pode haver habitantes destas nações com características disgênicas que entrariam juntos no país.

A formação nacional do Brasil orienta-se, segundo Azevedo Amaral (1929), no sentido europeu. Dessa forma, apesar da contribuição numérica de negros na composição étnica brasileira, não se deve aceitar a imigração destes. Neste trecho de seu estudo encontrado nas Actas e Trabalhos do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia de 1929, isso fica mais evidente:

[...] não devemos, é claro, esquecer que os elementos emigratórios, cuja entrada no paiz pode ser tolerada, devem pertencer exclusivamente á raça branca. Embora a nossa formação nacional tenha sido em grande parte conseguida pela contribuição de um vasto elemento africano – o índio representou papel relativamente secundario na composição ethnica brasileira – seria inadmissivel que consentissemos na entrada de immigrants de raça negra. A nossa finalidade nacional orienta-se no sentido da elaboração de uma civilização do typo europeu e para attingir esse objectivo temos necessidade de não agravar, com o accrescimento de elementos ethnics á raça branca, a desvantajosa posição em que nos encontramos no continente, em relação a outros povos mais immunes do que nós da mistura de raças coloridas (Amaral, 1929, p. 335-336).

Mas os estudos de Geraldo (2007) e Andrade (2013) esclarecem que também é possível encontrar nas Actas e Trabalhos a reação de outros eugenistas em face da posição de Azevedo Amaral (1929). Quando este último resolveu concluir seu trabalho, fez uma série de proposições a serem seguidas, sugerindo o envio destas para o Presidente da República, governadores de Estado e ao Congresso Nacional. Mas a última proposta do autor foi a que mais causou polêmica no Congresso. O eugenista defendeu a ideia de que não-brancos em geral fossem proibidos de entrar no Brasil.

A reação negativa que mais foi apontada nos estudos de Geraldo (2007) e Andrade (2013) é a do antropólogo Roquette-Pinto, que era o então presidente do Congresso. Ele defendia que o progresso do país fora construído pela gente mestiça, tachados de inferiores. Sua posição também aderiu a ideia de que o problema estava na situação da saúde, levando isso ao nível do higienismo. Mas além dessa reação, o Congresso pôs em voto a última proposição de Azevedo Amaral duas vezes, resultando no seu fracasso.

Durante os anos de 1929 e 1930, o Boletim de Eugenia também abordou o tema imigração. O Boletim número 8 (p. 5), que foi publicado em agosto de 1929, abordou em um pequeno texto intitulado “Immigração e Eugenia”, a opinião de Medeiros e Albuquerque sobre um livro do cônsul Dr. Gabriel de Andrade¹², que trazia uma reflexão sobre o problema da imigração. Neste número, a edição procurou trazer o texto sobre imigração já publicado no *Jornal do Comércio*.

Medeiros e Albuquerque iniciam falando do contexto histórico da imigração no Brasil e compara com a imigração ocorrida nos Estados Unidos, que fora o tema do livro do Dr. Gabriel de Andrade. Sua crítica é a de que na América do Norte esse fenômeno obteve mais sucesso que aqui, porque o Brasil havia deixado ingressar um grande número de estrangeiros criminosos. Também aprecia o fato de que nos Estados Unidos houveram várias leis que permitiam a pena de morte para muitos desses criminosos, e ao final da matéria questiona se no Brasil iria haver um dia uma lei que estivesse de acordo com os interesses da nacionalidade do país.

¹² O Boletim de Eugenia número 8 (1929) não cita o nome do livro do cônsul Dr. Gabriel de Andrade.

Nota-se que mais uma vez a etnia “amarela” foi tema dos eugenistas sobre a imigração. Em setembro de 1929, o Boletim número 9 (p. 3) trouxe um pequeno texto chamado “A Academia Nacional e os Imigrantes Japonezes”, onde constava a posição da Academia Nacional de Medicina acerca da imigração de japoneses. Sua justificativa era de que os “aborígenes da Ásia” são inassimiláveis no Ocidente, porque possuíam “diferenças fundamentaes de religião, de língua, de indole e de costumes”.

Neste mesmo texto, a Academia parabenizava as leis que foram inseridas na legislação brasileira no que diz respeito a imigração, especialmente a comissão de Agricultura e Indústria da Câmara dos Deputados. Em 1923, esta comissão havia emendado um projeto de número 291 que visava a redução anual do número de imigrantes asiáticos, mas também cinco por cento dos que habitavam os estados brasileiros. Isso acontece porque durante o período de 1920, a imigração japonesa se intensificou no Brasil, fato que não acontece com os negros, assim, a raça nipônica se tornava o mais preocupante problema da eugenia.

O número 11 do Boletim de Eugenia (1929) também publicou dois textos que pensavam a questão da imigração, avaliada sempre como um problema a se enfrentar em nome da nação. No primeiro texto, intitulado “A Emigração Japoneza para o Brasil” (p. 2), nota-se que mais uma vez a imigração nipônica foi alvo das críticas do movimento eugênico. Dessa vez o Boletim havia proporcionado aos leitores uma série de números que mostravam o aumento desses imigrantes ao Brasil e a “ameaça” desse povo entrarem no país em maior quantidade no ano de 1929.

Segundo uma investigação da Companhia Ultramarina, que monopoliza o serviço de emigração, o Japão enviou ao Brasil até 1918, 21.143 emigrantes. Nesse anno, a companhia iniciou a sua actividade, e desde então, o total annual de emigrantes cresceu da maneira seguinte: Até 1918, 21.143; em 1918, 4.332; em 1919, 2.158; em 1920, 810; em 1921, 923; em 1922, 965; em 1923, 891; em 1924, 3.705; em 1925, 4.638; em 1926, 8.192; em 1927, 9.152; em 1928, 11.231; em 1929, (calculo) 14.000 (Boletim de Eugenia, 1929, p. 2).

O segundo texto, “O Problema Immigratorio e o Futuro do Brasil” (p. 3), foi fruto de um resumo da conferência no Rotary Club de São Paulo feita pelo Sr. Antonio de Queiroz Telles. Também cita a imigração japonesa, mas seu conteúdo está mais relacionado à história da imigração no estado de São

Paulo, onde a região foi elogiada por não ter cometido grandes erros de aceitação de imigrantes na região. Depois de citar sobre o erro da inserção de africanos e sua mescla com o índio, a matéria abordou que os paulistas desde meados do século XIX escolheram raças que obtinham elementos mais fáceis de assimilação, como os italianos, e foram admirados pela introdução de um grande contingente de arianos.

Em 1930, o nº 19 do Boletim também traz uma reflexão destacando a imigração amarela em um texto curto da página 5. A publicação traz um estudo de Jimenez López que fez um trabalho detalhado do resultado da imigração japonesa. Considerou-se na sua pesquisa os caracteres morfológicos, psicológicos e patológicos do que foi chamado de “problema”. A conclusão de López (1930, p. 5) é a de que o japonês “não apresenta um organismo adequado para povoar e trabalhar nos climas quentes”. Para justificar mais seus estudos, ele também cita que a Bahia e o Iguape fracassaram na colonização de japoneses em suas regiões, sobretudo porque esta raça era mais suscetível ao impaludismo, o mesmo que malária.

Conclusões Finais

Este trabalho desejou investigar a trajetória do movimento eugênico no Brasil e suas hipóteses acerca da imigração. Para isso, aliada à bibliografia especializada no tema eugenia, estabeleceu-se como foco de análise os trabalhos do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia de 1929, com especial atenção para o texto de Azevedo Amaral, “O problema eugenico da imigração”, assim como o estudo do Boletim de Eugenia entre os anos de 1929 e 1930. A partir disso, esta pesquisa tencionou encontrar o que os eugenistas brasileiros pensavam sobre a imigração.

Os eugenistas defendiam a ideia de que as qualidades raciais das futuras gerações dependeriam de um controle social que visasse o melhoramento da espécie humana. Para isso, desenvolveram diversos métodos que tentassem impedir que “maus elementos” se reproduzissem, sobretudo indivíduos de raça negra. Entre os diversos temas que se propunham a estudar, um dos mais comentados era a imigração. Seus ideais de branqueamento estavam explícitos nos textos que apresentaram e publicaram no Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia de 1929 e no Boletim de Eugenia, traçando uma série de críticas sobre

quem seriam os bons e os maus elementos aptos ou não para entrarem no Brasil. Seus propósitos tinham total relação com as noções nacionalistas do país em voga entre a elite liberal.

No Congresso, um dos estudos mais polêmicos abordados nesta pesquisa foi o de Azevedo Amaral sobre a imigração. Sua posição teórica não admitia que o meio influenciasse na qualidade da raça, mas somente a seleção genética poderia melhorar a hereditariedade, divergindo de outros eugenistas que admitiam que o problema racial era mais uma questão de higiene. Com isso, foi direto, e tencionou enviar para os órgãos políticos nacionais a proposta eugênica que impediria a entrada de qualquer indivíduo não branco no país. Nas duas votações que os membros do Congresso elaboraram, essa proposta não foi aceita pela maioria.

Mas também foi encontrado entre os anos de 1929 e 1930 no Boletim de Eugenia, vários textos que se debruçavam sobre a questão da imigração. Em sua maioria, os eugenistas se preocuparam com um dos movimentos migratórios mais intensos de seu contexto histórico, a imigração de japoneses. Apesar do grande número de italianos, alemães, portugueses e espanhóis que ingressaram no país, sobretudo no estado de São Paulo a partir do início do século XX, os japoneses, ou também chamados ora de amarelos ora de nipônicos, foram alvo de muitas críticas. Os eugenistas não admitiam que este povo se assimilasse na nação. O mais consistente em sua crítica, Jimenez López (Boletim de Eugenia, 1930, nº 19), apontava em seu estudo que os japoneses não possuíam um organismo adaptável ao clima do Brasil, além de serem mais suscetíveis à malária. Dessa forma, a entrada de imigrantes amarelos no país não contribuiria para o desenvolvimento da nação que estava sendo construída com base nos ideais de branqueamento e desenvolvimento econômico.

Entretanto, com base no objetivo social deste trabalho, entende-se que essas ideias discriminatórias não ficaram restritas ao passado, elas se espalharam pela sociedade de diversas formas. Dessa maneira, compreender os discursos racistas e discriminatórios desenvolvidos pela eugenia no Brasil, se torna uma das maneiras de buscar uma reflexão crítica de denúncia sobre a tentativa de legitimação de medidas de exclusão racial que implicaram em comportamentos sociais cotidianos no país. A imigração ainda é um fenômeno

comum no mundo, e os problemas que envolvem esta questão perpassam pela esfera da intolerância.

Referências bibliográficas

AMARAL, Antônio José Azevedo. O problema eugenico da imigração. In: *Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia*, 1929. Actas e Trabalhos, Rio de Janeiro, 1929, v. 1, p. 327-340.

ANDRADE, Rosâny Espírito Santo. Azevedo Amaral no Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia: a imigração para purgar as “degenerescências” do povo brasileiro (Rio de Janeiro, 1929). *Revista UNLABEU*, Belford Roxo, RJ, v. 6, n. 14, p. 46-62, 2013. Disponível em: http://revista.uniabeu.edu.br/index.php/RU/article/view/958/pdf_31. Acesso em: 05 ago. 2017.

Boletim de Eugenia, Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Eugenia, 1929-1930. Mensal.

Del Cont, Valdeir Donizete. Francis Galton: eugenia e hereditariedade. *Scientiae Studia*, São Paulo, SP, v. 6, n. 2, p. 201-218, 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-31662008000200004. Acesso em 05 ago. 2017.

DOMINGUES, Octavio. *Eugenia: seus propósitos, suas bases, seus meios* (Em cinco lições). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942.

FORMIGA, Dayana de Oliveira. *A escola de genética Dreyfus-Dobzhansky: a institucionalização da genética na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (1934-1956)*. São Paulo, 2007. 115f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-03032008-140341/pt-br.php>. Acesso em: 05 ago. 2017.

GERALDO, Endrica. *O “perigo alienígena”: política imigratória e pensamento racial no governo Vargas (1930-1945)*. Campinas, 2007. 241f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/xmlui/bitstream/handle/REPOSIP/280760/Geraldo_Endrica_D.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 05 ago. 2017.

GÓES, Weber Lopes. *Racismo, eugenia no pensamento conservador brasileiro: a proposta de povo em Renato Kehl*. Marília, 2015. 276f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Marília, 2015. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/124368/000837627.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 05 ago. 2017.

Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia, 1929, Rio de Janeiro. Actas e Trabalhos. Rio de Janeiro, 1929, v. 1.

REBELO, Fernanda. Raça, clima e imigração no pensamento social brasileiro na virada do século XIX para o XX. *Filosofia e História da Biologia*, São Paulo, SP, v. 2, p. 159-177, 2007. Disponível em: <http://www.abfhib.org/FHB/FHB-02/FHB-v02-10-Fernanda-Rebello.pdf>. Acesso em: 08 set. 2017.

ROCHA, Simone. *Eugenia no Brasil: análise do discurso “científico” no Boletim de Eugenia: 1929-1933*. São Paulo, 2010. 112f. Tese (Doutorado em História da Ciência) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: <https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/13240/1/Simone%20Rocha.pdf>. Acesso em: 05 ago. 2017.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SEYFERTH, Giralda. Colonização, imigração e a questão racial no Brasil. *Revista USP*, São Paulo, SP, n. 53, p. 117-149, 2002. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/33192/35930>. Acesso em: 05 ago. 2017.

SKIDMORE, Thomas. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro (1870-1939)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

STEPAN, Nancy Leys. *A hora da eugenia: raça, gênero e nação na América Latina*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005.



ARTIGOS - ARTICLES

Considerações sobre a produção historiográfica no primeiro quartel do século XX a partir do I Congresso Internacional de História da América (1922)

José Lúcio Nascimento Júnior¹
Professor Centro Universitário Augusto Motta - UNISUAM
Doutorando em História UERJ
prof.joselucio@gmail.com

Como citar este artigo: NASCIMENTO JÚNIOR, J. L. “Considerações sobre a produção historiográfica no primeiro quartel do século XX a partir do I Congresso Internacional de História da América (1922)”, *Intelligere, Revista de História Intelectual*, n.º7, p. 97-108. 2019. Disponível em <<http://revistas.usp.br/revistaintelligere>>. Acesso em dd/mm/aaaa.

Resumo: O presente artigo visa apresentar resultados finais de pesquisa de mestrado que versou sobre a circulação de intelectuais e a produção historiográfica na América Latina no primeiro quartel do século XX. Tomando como objeto de estudo o I Congresso Internacional de História da América realizado entre os dias 08 a 15 de setembro de 1922 como parte das comemorações do Centenário de Independência do Brasil, objetiva-se demonstrar como a produção historiográfica no Brasil estava se configurando e como ela não estava alheia a realizada em outros países, assim como a circulação de intelectuais fazia parte da política de diplomática de diferentes países. Ao final, conclui-se que como a estratégia de realizar Congressos Internacionais de História fazia parte da política de diplomacia cultural estabelecida pelo Itamaraty e que no Brasil já era possível observar contornos da disciplinarização da História no período estudado.

Palavras-chave: circulação de intelectuais; historiografia; IHGB.

¹ Doutorando e mestre em História (PPGH-UERJ), graduado em História (UNISUAM), professor de teoria de história da arquitetura na UNISUAM.

Considerations on the historiographic production in the first quarter of the 20th century from the First International Congress of History of America (1922)

Abstract: The present article aims to present final results of master 's research that dealt with the circulation of intellectuals and the historiographic production in Latin America in the first quarter of the 20th century. Taking as object of study the I International Congress of History of America held from September 8 to 15, 1922 as part of the celebrations of the Centennial of Independence of Brazil, aims to demonstrate how the historiographic production in Brazil was becoming and how it was not unrelated to other countries, just as the movement of intellectuals was part of the diplomatic policy of different countries. At the end, it is concluded that the strategy of holding International Congresses of History was part of the cultural diplomacy policy established by the Foreign Ministry and that in Brazil it was already possible to observe contours of the discipline of History in the period studied.

Keywords: movement of intellectuals; historiography; IHGB.

O I Congresso Internacional de História da América foi um evento organizado e realizado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro entre os dias 08 a 15 de setembro de 1922 como parte das comemorações do Primeiro Centenário da Independência do Brasil. No referido congresso, houve a participação de historiadores, intelectuais e homens de Estado de diferentes países do continente americano e europeu, figurando tanto como uma reunião científica como uma política de Estado no que cerne as relações internacionais, dentro da lógica da diplomacia cultural.

O evento contou tanto com atividades acadêmicas, tais como as sessões de abertura e fechamento, e as sessões plenas, tanto com atividades culturais, tais como a visita a diversos locais de caráter científico (a exemplo do Museu Nacional de Belas Artes e da Biblioteca Nacional) como político (a Senado Nacional). Além disso, após a sessão de encerramento foi organizado um jantar de comemoração à realização do Congresso de História aos participantes, que contou com a presença de maioria participantes do Congresso. Serão objeto de análise do presente texto, os discursos de Manuel

Cícero, no encerramento do Congresso, e de Max Fleiuss, no jantar de comemoração.

No encerramento, coube a Manuel Cícero, vice-presidente do Congresso Internacional de História da América, proferir o discurso de encerramento, uma vez que o Barão de Ramiz Galvão, então presidente do evento, teve que se ausentar por motivo de enfermidade. A preleção foi iniciada com a lembrança da ausência do amigo Barão e das palavras do Conde de Afonso Celso na abertura do evento. O Congresso era visto por Manuel Cícero como a coroação das ideias de Max Fleiuss e Affonso Arinos, que o idealizaram e atuaram para que o congresso acontecesse. Destacou que do I Congresso de História Nacional realizado em 1914 veio a ideia do presente Congresso e da escrita do *Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil*. Mas foi ao tratar da importância do Congresso de História da América que suas palavras trazem luz a duas questões de grande monta no presente trabalho: a forma de se escrever História e seu papel na diplomacia cultural no primeiro quartel do século XX.

Manuel Cícero disse que estava alegre ao ver as várias nações que se fizeram representar no Congresso, destacando que o evento pôde contribuir para a construção da solidariedade americana. Para ele, os congressos eram uma forma de estreitar laços de solidariedade entre os participantes (e seus países), e tanto o historiador quanto a História tinham um papel fundamental nessa construção. Destacou como as propostas argentinas lembram o resultado do I Congresso Americano de Bibliografia e História, realizado em 1916. Tal posição corrobora com defesa que Oliveira Lima fez em seu discurso *O atual papel do Instituto Histórico* proferido em 1913 no IHGB. Nele o diplomata pernambucano demonstrava a importância da participação em eventos internacionais para a circulação de ideias, assim como de sua relevância para se observar o estado da arte da produção historiográfica².

² Para saber mais sobre esse discurso e seu impacto na promoção de Congresso de História pelo IHGB ver: Lúcia M^a Paschoal Guimarães, “Circulação de Saberes, Sociabilidades e Linhagens Historiográficas: dois congressos de História Nacional (1914-1949)” in. *Estudos sobre a História da História: Anais do Encontro de Historiografia e História Política (10 e 11 de outubro de 2005)*, org. Manoel Salgado Guimarães (Rio de Janeiro: 7 Letras / PPGHS-UFRJ, 2006, p. 162-181); _____. Limites políticos de um projeto intelectual para a integração dos povos do Novo Mundo: o Primeiro Congresso Internacional de História da América (1922). *Topoi*. [vol] 6, 10 (2005): (192-212); Mara Rodrigues. “Apresentação a Oliveira Lima”. in. *História e*

Ao longo do I Congresso Internacional de História da América foi levantado a ideia e elaborado um projeto de escrita de uma “História Geral da América” com contribuição de todos os países do Novo Mundo. Sobre essa questão, Cícero realçou que o vínculo fraterno entre as nações americanas se demonstraria na escrita do texto, mesmo que em cada país houvesse uma forma de escrevê-la. Suas palavras, por sua vez, podem ser um indicador de que mesmo que existisse pontos em comum entre todos, os historiadores, os letrados e os homens de Estado ali presentes reconheciam que havia singularidades no fazer de cada país. Nesse sentido, a análise historiográfica em perspectiva transnacional deve considerar tal diversidade para que não se caia em esquemas explicativos que retirem as singularidades dos sujeitos e processos históricos vividos.

Manuel Cícero defendia em seu discurso que “não bastará, porém, - todos sabemos -, fazer sínteses, extrair resumos, mas será necessário destacar o que for de maior interesse para a coletividade americana, fazer estudo comparativo, determinar as causas comuns e a razão de ser dos acontecimentos” (IHGB,1925, Vol. 1, p. 48). Segundo suas palavras, mais que interesses particulares, são os da coletividade que interessavam naquele momento. A História, na perspectiva de Manuel Cícero, que relembra a posição defendida pelo Conde de Afonso Celso em seu discurso de abertura do Congresso, a de Ricardo Levene na Primeira Sessão Plena e a de Max Fleiuss que será analisada a frente, deveria mostrar o passado como algo harmonioso e não conflituoso, uma vez que ressaltar as guerras poderia levar a revoltas e revoluções, dividindo o Estado-Nação. Para eles, e muitos dos presentes no Congresso, o seu ofício deveria contribuir para a Educação Moral e Patriótica, além de fortalecer os vínculos entre as nações.

O fim da I Guerra Mundial (1914-1918) levou à remodelação dos nacionalismos em diversas partes do mundo. Para Eric Hobsbawm, ao analisar o caso europeu, o pós-I Guerra é marcado pelo “princípio da nacionalidade”, motivado pelo fim dos impérios multinacionais e da ocorrência da Revolução Russa (1917). Contudo, as palavras de Manuel Cícero Peregrino nos levam a

Historiadores no Brasil do fim do Império ao avorecer da República (Porto Alegre: PUCRS, 2014, p. 247-258).

discordar de Hobsbawm quanto ao nacionalismo na América, pois segundo o historiador britânico:

O maior aglomerado de Estados Independentes fora da Europa – as repúblicas latino-americanas – chamavam pouca a atenção, a não ser nos Estados Unidos, e o nacionalismo nessa área era vista como uma piada ruritânia, ou associado ou indigenismo – a redescoberta cultural da validade das civilizações e das culturas indígenas – até certos grupos, nas décadas de 30 e 40, surgiram para mostrar simpatia pelo fascismo europeu, o que lhes permitiu ser alvo de atenções posteriores” (Hobsbawm, 2011,p.172).

Do ponto de vista econômico, concorda-se com o comentário feito por Hobsbawm em seu livro publicado em 1990, porém não se pode deixar de ressaltar que o nacionalismo na América Latina ganhou contornos próprios, não seguindo ao modelo e ao processo europeu. Pedro Sousa, Thiago Nicodemo e Mateus Pereira estão corretos ao afirmar sobre a História em perspectiva europeia que “a visão da história como antropológico universal associa-se, como afirma Seth, a um humanismo que concebe um Homem (com H maiúsculo) universal. A saída de Seth é a proposição de que a historiografia (europeia) é um ‘código cultural’ específico, uma forma de representar e se relacionar com o passado, entre tantas outras” (Santos, Nicodemo e Pereira, 2017, pp.161-186). Nesse sentido, o modelo de nacionalismo tal como proposto por Hobsbawm deve ser visto como um código cultural com suas especificidades, e que o historiador pode ou não o utilizar para realizar suas análises. No caso da presente dissertação, rejeita-se a proposta de Hobsbawm para se considerar as especificidades do processo americano.

Partindo obra organizada por Eric Hobsbawm e Terence Ranger intitulada *Invenção das tradições* (Hobsbauwm, 2002), Circe Bittencourt aponta que até a década de 1920 o nacionalismo tinha o caráter mais sentimental, mas com o final da I Guerra Mundial ele ganhou conteúdos mais de conhecimento local (Bittencourt, 1988, p.43-72). A busca pelo conhecimento local pode ser vista, na década de 1920, na América Latina, dentro dos movimentos modernistas, que preconizavam que ser moderno era olhar para o passado pré-colonial e colonial, enquanto o modernismo europeu pressupunha o rompimento com movimentos nacionalista. Segundo Monica Velloso, “acreditando-se responsáveis pelo conjunto da sociedade os intelectuais latino-americanos autorrepresentavam-se como arautos do novo e das mudanças.

Sentiam-se incumbidos de uma missão redentora: salvar a nação”(Velloso, 2010, p.30).

O projeto de uma escrita da História da América, tal como preconizado por Afonso Celso no Congresso, segue essa lógica e Manuel Cícero não deixou de captá-la. Ao destacar o encargo de se buscar “o que for de maior interesse para a coletividade americana”, o vice-presidente do Congresso tinha em mente, também, as palavras de Afonso Celso no discurso de abertura que ressaltou a posição a América na missão de ser exemplo aos países do Velho Mundo. E para assumir tal posição, era necessário conhecer o passado do continente, desde as primeiras civilizações, tal como estava estabelecido pelo projeto de Escrita da História da América³.

Outro ponto a se ressaltar dentro dessa lógica da América como modelo para a Europa e da posição de Manuel Cícero de se buscar “o que for de maior interesse para a coletividade americana” pode ser visto no discurso posse no IHGB de João Ribeiro, em 1915, no qual se lê “o presente é quem governa o passado e é quem fabrica e compõe nos arquivos a genealogia que lhe convém” (Ribeiro, 2014, p.282). Posição que se assemelhava a de Benedito Croce e que estava presente na discussão do anteprojeto de escrita da História da América. Aquele congresso era o primeiro a propor a produção de uma leitura de passado comum, capitaneada por historiadores do próprio continente americano, seguindo por lógicas diferentes da europeia, o que não significa que letrados brasileiros desconhecêssem e não utilizassem teorias formuladas no Velho Mundo.

Quanto ao tema do ofício do historiador, as posições de historiadores como o Conde de Afonso Celso, Max Fleiuss, Ricardo Levene, Manuel Cícero e outros do período demonstravam que o seu papel era recorrer às fontes para delas retirar a verdade, sem elas a História escrita não ficaria completa ou verdadeira. Por isso, Manuel Cícero aponta para o historiador, para que ele recorra a elas para que seja escrita a História Geral da América, uma vez que estão disponíveis nos arquivos e bibliotecas. Essa posição também foi

³ O recorte temporal estabelecido para a escrita da História Geral da América se iniciava com as populações da antiguidade americana e seguia até o início do século XX, considerando-se temas como a imigração nas duas primeiras décadas do referido século. Para saber mais sobre o projeto de escrita da História da América, ver: Lúcia M^a Paschoal Guimarães. “Limites políticos de um projeto intelectual para a integração dos povos do Novo Mundo: o Primeiro Congresso Internacional de História da América (1922)”.

defendida por outros membros do IHGB, tais como Oliveira Lima, Pedro Lessa e Clovis Beviláqua. O ofício do historiador estava ligado a saber cotejar os arquivos e documentos disponíveis, e isso era um ponto comum a muitos dos presentes naquele congresso, assim como para os europeus, vide o convite feito pelo professor Temperley a Manuel de Oliveira Lima em 1913 para que escrevesse uma memória sobre os arquivos brasileiros e enviasse para o Congresso Internacional de Ciências Históricas reunido em Londres naquele ano⁴.

Como Levene, Cícero também destacou a importância da produção de fichas e de um repositório bibliográfico para facilitar a ação daqueles que iriam escrever a “História Geral da América”. Porém, em sua preleção não houve uma separação tão nítida entre o fazer das academias e das universidades como nas palavras do historiador argentino em seu discurso na Primeira Sessão Plena, o que pode servir de indicação para o fato da disciplinarização já estar em curso no Brasil, mas a falta da formação em universidades ainda não propiciava a divisão de tarefas. Como um bom anfitrião, encerrou seu discurso com votos para a solidariedade entre os países americanos.

No mesmo dia, à noite, no salão nobre da Associação dos Empregados do Comércio, ocorreu o Banquete oferecido aos congressistas. O anexo a ata de encerramento, permite o acesso ao discurso proferido por Max Fleiuss na solenidade. Mesmo sendo mais curto que os proferidos por Afonso Celso, Ricardo Levene e Manuel Cícero, ele é revelador de posições compartilhadas pelos historiadores do período. No início dele, Fleiuss apresenta não apenas a filiação de suas ideias, mas quais seriam os historiadores que considera como ilustres representantes de seu ofício.

Compartilhei sempre a opinião daqueles que reconhecem no culto da philosophia da História, da grande ciência de Mommsen, Niebuhr, Otfried, Trirwall, Flint, Gibbons e Fustel de Coulanges, o mais valioso fator da vitalidade, do expansionismo e do conagraçamento intelectual.

Na hora presente de plena floração da cultura humana, cujo vertiginoso desenvolvimento do Novo Mundo assombra a velha Europa, a ciência histórica, que é uma conquista recente do pensamento humano, assume especial feição, subordinando-se às leis geraes do transformismo filosófico de Cuvier e da paleontologia de Le Dantec, Heckel, Darwin e Matchnikoff.

⁴ Para saber mais sobre esse convite, ver o discurso de Manuel de Oliveira Lima. *Obra Seleta*. Dir.: Barbosa Sobrinho (Rio de Janeiro, INL, 1971)

Notáveis historiadores como Hipolito Taine, aplicando ao estudo da História o mesmo processo experimental das ciências naturais, investiram-na de verdadeiro cunho científico.

A par disso, Sainte-Beuve, Renan, Burke estabeleciam, entre as escolas e métodos de investigação histórica, o criticismo ou critério científico da História, a que se filiam modernamente muitos dentre os mais ilustres historiadores d'América, entre outros Vallenilla Lanz, Eloy Gonzales, Carlos Villanueva, Cesar Rivas, Ricardo Levene, Lysandro Alrado, Arcaya, Ruiz Guiñansu, Oliveira Lima, Capistrano e João Ribeiro (IHGB, 1925).

No trecho acima, o primeiro ponto a se chamar a atenção consiste na afiliação declarada por Max Fleiuss à Filosofia da História, ou seja, ao grupo que mais que praticar a ciência, refletia sobre suas bases teóricas. Tal posição fica ainda mais evidente com a leitura de um manuscrito escrito por Fleiuss, intitulado *O Brasil e seus historiadores*. Esse documento foi escrito para ser proferido como uma palestra, e nele o secretário perpétuo do IHGB aponta cinco fases de escrita da História no Brasil, a saber:

Quadro 1 - A divisão da Historiografia brasileira por Max Fleiuss.

Nome do Período	Exemplos de escritores
Período narrativo	José de Anchieta e Gabriel Soares
Período de crônicas e memórias nobiliárquicas	Jabotão
Período de analítico ou historiográfico	Baltazar Lisboa e Fernandes Pinheiro
História científica	Francisco Adolfo de Varnhagem, visconde de Porto Seguro, Capistrano de Abreu, Oliveira Lima, João Ribeiro, Calogeras, Rocha Pombo, rio Branco, Joaquim Nabuco, Visconde de Taunay
Período atual	Não citou nomes, apenas falou em historiadores que se recomendam pelo escrito.

Fonte: Manuscrito *O Brasil e seus Historiadores*. Arquivo pessoal de Max Fleiuss no IHGB

O quadro acima apresenta os períodos listados e alguns letrados que figuravam em cada um dos períodos. Torna-se salutar enfatizar que os nomes de Oliveira Lima, Capistrano de Abreu e João Ribeiro figuram tanto na lista do manuscrito quando no discurso proferido no jantar de encerramento ligados à tradição de uma História Científica, assim como ressalta-se que mesmo estando todos os três historiadores vivos e serem sócios dos IHGB no momento do I

Congresso Internacional de História da América, em 1922, nenhum deles figurou nas listas dos presentes de nenhuma das sessões do encontro.

Na tradição da História Científica, Fleiuss incluiu, também, Ricardo Levene e Ruiz Guiñansu, representantes da delegação argentina e que não puderam comparecer ao jantar de encerramento, tal como cartão enviado por Levene a Fleiuss no dia do evento. Ao longo das várias sessões e atividades do congresso, não foram poucos os momentos registrados em que ocorreu a troca de informações entre os argentinos e os brasileiros. Em ambos os textos, tanto no manuscrito quanto na preleção, pode ser possível observar que a disciplinarização estava em curso no Brasil, pois as escolhas feitas por Fleiuss seguiam um critério por ele mesmo anunciado: a investigação histórica por um método científico.

O problema da cientificidade evocada no discurso também possibilita que se questione as formas como os historiadores brasileiros se apropriavam dos escritos e das ideias de pensadores europeus. Por exemplo, em seu discurso, Fleiuss citou um conjunto de pensadores que anos antes Pedro Lessa havia utilizado como base em seu estudo intitulado *É a história uma ciência?* (Lessa, 2014, pp. 79-168)⁵. Ambos se reportaram a nomes como Fustel de Coulanges, Christian Theodor Mommsen, e Hippolyte Taine. De acordo com José Carlos Reis, Fustel de Coulanges, Taine e Renan foram “historiadores menos intuitivos do que os da escola romântica, porém mais seguros, mais especialistas do método crítico” (Reis, 2011, p.30). Para Christian Delacroix, François Dosse e Patrick Garcia, Fustel e Renan são, cada uma a sua maneira, os melhores exemplos para se pensar a história científica (Delacroix, Dosse e Garcia, 2012, p.95). Nesse sentido, referenciaram tais pensadores em seus textos. Fleiuss buscava conferir cientificidade aos estudos que vinham desenvolvendo. Cabe apontar que a ideia de cientificidade de Fleiuss e Beviláqua⁶ era diferente da utilizada por Pedro Lessa, mas que os três concordavam que a História se fazia a partir de métodos científicos.

⁵ Sobre Pedro Lessa, seu estudo e os debates em torno da cientificidade da História, ver: Ângela Mª de Castro Gomes. *A República, a História e o IHGB*. (Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009, p. 21-52).

⁶ Para saber mais sobre a diferença no posicionamento de Clovis Beviláqua e Pedro Lessa, cabe apontar o discurso proferido pelo primeiro em recepção do segundo na Academia Brasileira de Letras em 1910. Ver: Clóvis Beviláqua. “Resposta ao discurso de Pedro Lessa”. in.: *Discursos*

O que Fleiuss buscava nos pensadores europeus era a base para o ofício do historiador que estava se consolidando naquele momento no Brasil, assim como em outros países da América. Ao contrário de Lessa, ele não se preocupou em defender a História como uma ciência, mas demonstrar que, a partir das referências utilizadas, era através do método que ele ganhava contorno de “criticismo ou critério científico”, sendo para ele as ciências naturais o modelo de ciência. Dessa forma, ao apontar nomes como os de Le Dantec, Heckel, Darwin e Matchnikoff, estava demonstrando qual era o modelo de ciência que possuía. Heckel fora discípulo de Darwin e é apontado como um dos criadores do termo Ecologia, na década de 1860. Porém, estudos atuais indicam que mesmo tendo participado da formação do conceito, Heckel pouco contribuiu para a formação da disciplina, que apenas se tornaria autônoma anos depois (Barbault, 2011, pp.18-19).

Ao advogar que o método experimental deveria fazer parte do ofício do historiador, sobretudo ao se fazer a crítica às fontes, Fleiuss apontava uma forma de pensar a profissão que era compartilhado por historiadores que lhe eram contemporâneos. Como aponta Proust, “as regras da crítica e da erudição, a obrigação de fornecer suas referências, não são normas arbitrárias; certamente, elas instituem a diferença entre o historiador profissional e o amador ou romancista” (Prost, 2014, p.61). É através do domínio das técnicas e métodos que se identificava o historiador, outrossim, compreender a cultura histórica na qual as personagens estavam inseridas auxilia a compreender melhor suas formas de verdade histórica.

As formas de fazer história propostas por Sainte-Beuve, Renan e Burke eram apontadas por Fleiuss como modelos seguidos por outros historiadores. Havia referências partilhadas em comum por letrados de vários países, o que indica que a circulação de ideias entre a América e a Europa eram constantes no período. Tal circulação de ideias poderia ser fruto da ação dos indivíduos ao participarem de eventos de historiadores, tais como o Congresso Internacional de História da América, que é objeto da presente dissertação. Na perspectiva de Renan, a história deveria auxiliar na formação do nacionalismo, posição que, como foi apresentado, era compartilhada por vários historiadores do período.

acadêmicos. Org. Academia Brasileira de Letras. (Rio de Janeiro: ABL, 2005 [1910], p. 477-486, Tomo 1, Vol. 1 a 4, 1897-1919).

Os Congressos de História, com destaque especial ao realizado pelo IHGB em setembro de 1922, são apontados por Fleiuss como importantes para a contribuição entre intelectuais e como mostra de solidariedade, reforçando o que haviam defendido Afonso Celso, Ricardo Levene e Manuel Cícero em seus discursos. O secretário perpétuo apontou o papel que o Instituto Histórico estava assumindo ao propor e encabeçar o projeto de escrita da América, ressaltando como do continente americano viria o desenvolvimento da História recente. O presente era evocado como forma de se compreender o passado e projetar o futuro, pois por ser um local de paz o Novo Mundo poderia assumir a dianteira do processo.

Por fim, seu discurso se encerra tratando de temas importantes naquele momento. O primeiro da posição de paz que o Brasil assumia em suas relações internacionais. Em seguida, lembra o papel do estado brasileiro na questão das fronteiras no continente americano; tal posição torna-se relevante, pois, como indica Lúcia Guimarães, havia sido Max Fleiuss um dos grandes articuladores para que o Barão do Rio Branco assumisse a presidência do IHGB em 1908 e que para o chanceler brasileiro a questão das fronteiras era um tema de grande relevância. Ressaltou, também, que o Brasil era um país aberto ao colono europeu, demonstrando que o tema de imigração não era apenas algo que estava na agenda de historiadores portenhos ou estadunidenses, mas também de brasileiros.

Referências bibliográficas

BARBAULT, Robert. *Breve história dos conceitos e das ideias em ecologia*. in: Ecologia Geral: estrutura e funcionamento da Biosfera. Petrópolis: Vozes, 2011.

BITTENCOURT, Circe. *As Tradições Nacionais' e o ritual das festas cívicas*. in.: Ensino de História e criação do fato. org. Jaime Prins São Paulo: Contexto, 1988.

DELACROIX, Christian; DOSSE, François; GARCIA, Patrick . *As correntes historiográficas na França: Séculos XIX e XX*. (Rio de Janeiro: FGV, 2012, p. 95)

HOBSBAWM, Eric. *Nações e nacionalismo desde 1780* (São Paulo: Saraiva / Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (org.) *A invenção das tradições*. (3ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002).

IHGB. Revista do IHGB – *Tomo Especial: Congresso Internacional de História da América (1922)* (Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1925, Vol. 1.

LESSA, Pedro. “Reflexões sobre o conceito de História” in.: NICOLAZZI, Fernando. (org). *História e Historiadores no Brasil do fim do Império ao alvorecer da República*. org. Fernando Nicolazzi. Porto Alegre: PUCRS, 2014.

PROST, Antoine *Doze lições sobre a história*. 2ª Ed.; 2ª reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

REIS, José Carlos. *A história entre a filosofia e a Ciência*. 4ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

RIBEIRO, JOÃO. Discurso de posse do IHGB [1915]. *História e Historiadores no Brasil do fim do Império ao alvorecer da República*. org. Fernando Nicolazzi. Porto Alegre: PUCRS, 2014, p. 282)

SANTOS, Pedro Afonso dos; NICODEMO, Thiago Lima; PEREIRA, Mateus Henrique. *Historiografias periféricas em perspectivas global ou transnacional: o eurocentrismo em questão*. Estudos Históricos [vol.] 30, 60, 2017.

VELLOSO, Mônica Pimenta. *História & Modernismo*. (Belo Horizonte: Autêntica, 2010.



ARTIGOS - ARTICLES

**“Um decisionismo saudável”:
a resposta de Otto Hintze para a crise do historicismo**

Marcelo Durão Rodrigues da Cunha¹
Professor do Instituto Federal do Espírito Santo
Campus Itapina
marcelo.cunha@ifes.edu.br

Como citar este artigo: CUNHA, M. D. R. “Um decisionismo saudável: a resposta de Otto Hintze para a crise do historicismo”, *Intelligere, Revista de História Intelectual*, nº7, p. 109-138. 2019. Disponível em <<http://revistas.usp.br/revistaintelligere>>. Acesso em dd/mm/aaaa.

Resumo: Este artigo tem o objetivo de trazer à tona as contribuições teóricas oferecidas pelo historiador Otto Hintze ao conturbado contexto intelectual vivido pela ciência histórica alemã nas décadas finais do Oitocentos e na primeira metade do século XX. Para tanto, parto do pressuposto de que as posições de Hintze se constituíram em grande medida como uma tentativa de resposta à crise do historicismo, aqui entendida como o colapso da crença sustentada por parte da burguesia letrada alemã no sentido "singular coletivo" adquirido pelo conceito de história na modernidade. À luz dessa definição preambular busco compreender a ética individual de Hintze – por ele definida com um tipo "saudável" de decisionismo – como uma posição derivada do que defendo terem sido as duas principais contribuições desse historiador para o debate em tela: a dessacralização da política e do Estado moderno e a sua reconceitualização científica do historicismo.

Palavras-chave: Otto Hintze; historicismo; crise do historicismo

¹ Marcelo Durão Rodrigues da Cunha é professor do Instituto Federal do Espírito Santo e doutor em História pela Universidade Federal do Espírito Santo. Tem experiência na área de História intelectual, com ênfase em Teoria, Filosofia da História, História da Historiografia e História Global. É membro do Laboratório de Estudos em Teoria da História e Historiografia (LETHIS-UFES) e da Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia (SBTHH).

"A healthy decisionism": Otto Hintze's answer to the crisis of historicism

Abstract: This article aims shedding light on the theoretical contributions of the historian Otto Hintze to the critical intellectual context experienced by German historical science in the late nineteenth and in the first half of the twentieth century. In order to do that, I proceed from the assumption that Hintze's positions were largely constituted as an attempt of bringing an answer to the crisis of historicism, which I understand as a collapse of trust - previously sustained by the German literate bourgeoisie - in the "collective singular" sense acquired by the concept of history in modern times. From that previous definition on, I try to understand his individual ethics - defined by Hintze as a "healthy" type of decisionism - as a position derived from what I claim to have been his two main theoretical contributions developed in order to overcome that crisis: the desacralization of the politics of the modern state and his scientific reconceptualization of historicism.

Keywords: Otto Hintze; historicism; crisis of historicism.

Introdução

Por muito tempo, no Brasil e no exterior, historiadores intelectuais interessados na história da historiografia associaram a ciência histórica produzida nos países de língua alemã no século XIX e em partes do século XX à imagem de Leopold von Ranke e a um tipo teoricamente irrefletido de saber histórico preocupado sobremaneira com a política, com a diplomacia e com a história dos Estados europeus.

Embora não seja um equívoco afirmar os claros vínculos dessa tradição de pensamento histórico com essa "história vista de cima" – dos grandes homens, dos heróis nacionais e da proeminência das "grandes potências" europeias –, a pecha de uma suposta ingenuidade teórica acabou por criar uma espécie de lugar comum no trato com a historiografia alemã que, de Ranke a Friedrich Meinecke, é ainda, em muitos casos, representada como o ponto alto de um tipo simplório e politicamente incauto de historicismo.

Sendo em grande parte uma construção da Ciência Social Histórica surgida na Alemanha nos anos 1960 e 1970², essa visão pejorativa a respeito da

² Como apontado por Georg Iggers, principalmente dos anos 1960 em diante, o termo historicismo passou a ser visto por uma nova geração de historiadores como parte de uma ideologia que teria contribuído para as principais catástrofes da Alemanha no século XX, quando nomes como Hans-Ulrich Wehler, Wolfgang Mommsen, Jürgen Kocka e o próprio

ciência histórica alemã anterior à Segunda Guerra Mundial passou a ser contestada nas últimas décadas por uma série de estudos preocupados com os aspectos teóricos e com uma forma mais plural de se enxergar o historicismo desde Ranke até os seus herdeiros intelectuais da primeira metade do século XX.

Foi na esteira dessas incursões que a historiografia passou a produzir trabalhos um tanto reveladores do nível de complexidade não apenas do legado rankeano, mas de nomes e de tendências no historicismo que, pelo caráter atual e complexo de suas proposições, passaram a ser revisitados pela história intelectual ao menos desde o final do século passado³.

Exemplar nesse sentido é o lugar que figuras como Otto Hintze (1861-1940) passaram a ocupar nas discussões da historiografia internacional nas últimas décadas. Mais do que um mero mantenedor das premissas historiográficas oitocentistas, Hintze tem sido visto pelos intérpretes de sua obra como um historiador que – em uma época de profunda crise do saber histórico e do pensamento científico ocidental como um todo – buscou oferecer soluções complexas e um tanto atuais aos desafios impostos pelas décadas iniciais do século XX⁴.

Defensor da superação das aporias do pensamento histórico em apelo à interdisciplinaridade, à ampliação de temas e à renovação da perspectiva teórica da historiografia tradicional, o nome de Hintze tornou-se referência incontornável àqueles preocupados com uma melhor compreensão dos

Iggers passaram a criticar tanto os fundamentos metodológicos quanto os pressupostos políticos daquilo que eles enxergavam como uma obsoleta “tradição historicista” de pensamento histórico. Ao contrário do que teria sido o objetivo dessa historiografia historicista, centrada em fatos e em atores políticos individuais, os historiadores do pós-guerra buscavam analisar grandes estruturas sociais como forma de compreender de maneira mais complexa os arranjos político-institucionais da realidade em tempos modernos. Foi a partir desse contexto que teve início, na Alemanha, a assim chamada Ciência Social Histórica (*historische Sozialwissenschaft*), que, entre o final dos anos 1960 e o início dos anos 1970, passou a pregar que a ciência histórica alemã deveria tomar rumos mais sofisticados e seguir um desenvolvimento, nos termos de Wolfgang Mommsen, "para além do historicismo" (*jenseits des Historismus*). (Iggers 1995, p. 144)

³ Ver Friedrich Jaeger/Jörn Rüsen, *Geschichte des Historismus* (1992); Frederick C. Beiser, *The German historicist tradition* (2011); Flávia F. Varela/ Helena M. Mollo/ Sérgio R. da Mata/ Valdeci L. de Araujo. (orgs.). *A dinâmica do Historicismo* (2008).

⁴ Uma síntese em língua inglesa da biografia intelectual de Hintze e de suas contribuições historiográficas principais foi publicada recentemente por Leonard S. Smith em *The Expert's Historian* (2017).

contornos da ciência histórica no conturbado contexto intelectual alemão que antecedeu a ascensão nazista. De igual maneira, sua obra tem sido revisitada por intérpretes que enxergam em seu trabalho aquelas que seriam as raízes teóricas de um tipo de história social amplamente praticado pela historiografia internacional do pós-1945⁵.

Alinhado a essas tendências historiográficas, tenho no presente artigo o objetivo de trazer à tona as contribuições de Hintze para o debate em tela, lidando especialmente com os dois elementos que julgo centrais à compreensão do seu legado para a historiografia alemã no último século: 1) a sua dessacralização do Estado e da vida política no mundo moderno e 2) a sua definição racional do conceito de historicismo – que o levaria àquilo que ele identificava como um tipo “saudável” e “volitivo” de decisionismo – operada sob a influência weberiana durante a década de 1920.

Para tanto, defendo ser fundamental o entendimento das posições do historiador como um tipo particular de reação àquilo que, de maneira preambular, buscarei definir como a crise do historicismo no pensamento histórico alemão de sua época. Por fim, tendo demonstrado tal hipótese, sustentarei a ideia de que tanto a crise do historicismo, quanto as respostas oferecidas por Hintze à sua superação continuam em grande parte atuais para se pensar alguns desafios vividos pela historiografia no século XXI.

O colapso de uma crença: a crise do historicismo ou a dissolução do moderno conceito de história

Tudo possui sua individualidade e é uma lei para si mesmo, tudo possui sua própria lei de vida, tudo é relativo e em estado de fluxo: portando me deem um ponto [...] no qual eu possa me apoiar. Como podemos resistir a essa anarquia de valores? Como podemos superar uma perspectiva puramente histórica para uma doutrina de valores? (Meinecke 1959, p. 377)

Quando escreveu essas palavras em 1923, o historiador e amigo pessoal de Hintze, Friedrich Meinecke, referia-se ao cenário de instabilidade que acreditava habitar a cultura de seu tempo e que teria emergido com veemência

⁵ Importantes contribuições foram dadas por Wolfgang Neugebauer (2015) que - apesar de não lidar diretamente com os problemas do historicismo - presta especial atenção às precoces inclinações de Hintze às perspectivas da história global e comparada.

ainda maior nas primeiras décadas do século XX. “Relatividade”, “anarquia de valores” e “estado de fluxo” seriam sintomas daquilo que Meinecke identificava como o ambíguo traço do desenvolvimento da tradição de pensamento histórico alemão nos dois últimos séculos.

Apesar de ter possuído a virtude de libertar o homem moderno do dogmatismo universalista de outrora, por sua ênfase na historicidade do mundo, o historicismo teria apontado para a transitoriedade de todas as coisas face ao tempo, revelando o caráter finito, limitado e relativo dos valores e das instituições humanas na história.

Tal diagnóstico surgiria principalmente como uma resposta àquilo que seu colega, o teólogo Ernst Troeltsch, havia pouco antes definido como a “crise do historicismo”: “a dissolução do Estado, da lei, da moral, da arte e da religião no fluxo do vir a ser histórico” que seria em grande medida responsável pela atmosfera de incertezas vivida em sua época (Troeltsch 1922, p. 573).

Troeltsch, Meinecke e Hintze debatiam esses temas em suas caminhadas semanais pelo bairro de Dahlem, na capital do Império Alemão, já que, desde o início da Primeira Grande Guerra (1914-1918), os intelectuais passaram a lecionar juntos na Universidade de Berlim. Mesmo com a prematura morte de Troeltsch em 1923, os inconvenientes da crise apontada pelo teólogo permaneceriam no pensamento de Meinecke, de Hintze e de boa parte de seus contemporâneos acadêmicos ao longo das décadas subsequentes.

Mas a que exatamente se referiam Meinecke, Troeltsch e Hintze ao tratar de uma crise do historicismo? Qual a dimensão e o sentido dessa busca por um ponto estável em meio a essa alegada relatividade trazida pelo pensamento histórico?

Não tendo se restringido ao contexto de vida desses intelectuais, o debate sobre o significado do historicismo, e sobre o que teria sido essa tão debatida crise de seus fundamentos, continuou a causar polêmicas dentro e fora do mundo acadêmico alemão, permanecendo vivo nas mais diversas

discussões levadas a cabo por teóricos e por filósofos da história de todo o mundo ainda no século XXI.

Exemplar nesse sentido foi a intensidade com a qual o tema retornou aos debates intelectuais de historiadores e filósofos durante os anos 1980, 1990 e 2000⁶, quando – no contexto da crise trazida pelo pensamento pós-moderno – uma série de trabalhos passou novamente a se debruçar sobre os problemas do historicismo.

Aproveitando-se dos *insights* surgidos nessas décadas e aprimorando algumas reflexões produzidas em tais discussões, o historiador holandês Herman Paul, por exemplo, traria nos últimos anos uma série de importantes redefinições a respeito do que tem se entendido pela historiografia internacional como a crise do historicismo. Apoiando-se, sobretudo, nas interpretações de nomes como Friedrich Jaeger e Wolfgang Hardtwig, Paul enxerga aquela que seria a versão “clássica” do historicismo como o fenômeno cultural de sustentação da crença por parte da burguesia alemã oitocentista em valores morais e nas noções de continuidade, providência e progresso histórico.

Em recurso à história nacional, o historicismo oitocentista teria sido capaz de prover à cultura letrada alemã a justificativa para a crença na noção de estabilidade e na existência de um sentido para a continuidade de seu percurso histórico (Paul 2008, p. 12-13).

Entre o fim do Oitocentos e o início do século XX, todavia, a radicalidade de experiências como a guerra e a industrialização seriam acompanhadas por sentimentos de fragmentação e ausência de sentido, revelando a complexidade da realidade e tornando difícil a sustentação de narrativas que privilegiassem as noções de linearidade, proposta e coerência (Paul 2008, p. 12-13).

⁶ A crise do historicismo aparece como tema central dos seguintes trabalhos: Charles R. Bambach, *Heidegger, Dilthey, and the crisis of historicism* (1995); Wolfgang Bialas (org.), *Die Historismusdebatte in der Weimarer Republik* (1996); Reinhard Laube, *Karl Mannheim und die Krise des Historismus*: (2004). Otto Gerhard Oexle, *Krise des Historismus – Krise der Wirklichkeit* (2007).

Apesar de não minar valores e crenças morais em si⁷, o cenário de crise que emergiu em tal período dificultou a possibilidade de se justificar esses valores em termos históricos. É por isso que, nas palavras de Paul, a crise do historicismo representaria o "colapso da crença" que havia sustentado a coerência do discurso burguês desde a era de Ranke, Humboldt e Droysen⁸.

Além disso, por tratar-se de um problema surgido no interior da própria tradição alemã de pensamento histórico – e não tendo sido importando de discussões externas, como queriam autores como Charles Bambach (Bambach 1995, p. 185) –, o historiador sugere enxergar a crise como um “subjetivo genitivo”: "apenas quando, devido a uma série de causas, o pensamento historicista (clássico) passou a enfraquecer, com a ordem provida por sua *Weltanschauung* tendo colapsado, surgiu espaço para a emergência de outras visões de mundo menos firmes" (Paul 2008, p. 13).

Para pessoas que aprenderam a enxergar a si próprias em termos históricos, que se posicionaram em narrativas genealógicas e que haviam se definido como herdeiros de tradições com inclinações ao futuro, a consciência de que a história poderia ser dramaticamente diferente do esperado não apenas destruía certas versões sobre o passado, como impedia a formação de identidades históricas nos termos mais fundamentais.

⁷ Como percebido por Martin Wiklund, as posições de Paul eram uma resposta à interpretação de Annette Wittkau a respeito dos problemas do historicismo. Wittkau havia argumentado que a questão do relativismo de valores havia se estabelecido como o centro dessa crise e que a compreensão dos problemas da crise do historicismo teria sido obscurecida pela influência da interpretação (e da reabilitação do historicismo clássico) de Meinecke. Paul discorda de Wittkau, apontando que a crise não dizia respeito à validade de valores em si, mas (especialmente depois da Primeira Guerra) à habilidade do historicismo justificar valores, a ideia de progresso e a crença religiosa (Wiklund 2017, p. 92).

⁸ Interpretando a crise como o colapso de uma crença, Paul foi capaz de atentar para uma série de questões que permitiram a abertura de um novo leque em torno do significado cultural da tradição alemã de pensamento histórico. Primeiramente, se em sua construção de narrativas históricas de sentido absoluto o historicismo representou uma espécie de “religião da história” (termo de Hardtwig), poderíamos sustentar que o colapso de seus postulados afetou não apenas um número restrito de acadêmicos alemães, mas sim a diversos grupos de cidadãos que haviam orientado a sua existência em recurso à providência divina e ao sentido absoluto de sua história. Isso foi o que lhe permitiu atentar, em segundo lugar, para o fato da crise historicista não ter sido um fenômeno limitado ao cenário alemão de 1880 a 1930, se caracterizando, pelo contrário, como um fenômeno moderno, passível de ocorrer nos mais distintos locais, momentos e realidades culturais (Paul 2010, p. 192).

Por isso, o alegado "relativismo" vivido à época por Troeltsch, Meinecke e Hintze não significava a ausência de valores universais enquanto tal, mas sim a impossibilidade de sua justificação em narrativas de sentido histórico.

Mas se Paul é bastante preciso em tratar da fé historicista e dos elementos discursivos que permitiram a sua sustentação no Oitocentos e no início do século XX, o historiador falha ao não identificar essa crença no absoluto – da nação, do Estado, da cultura ou da religião – como o produto de certa experiência com o tempo na modernidade ocidental.

Afinal, mais do que algo homogêneo e predeterminado, essa pretensão totalizante presente no trabalho de boa parte da historiografia europeia dos séculos XIX e XX seria uma construção dos tempos modernos, ancorada, sobretudo, naquilo que Reinhart Koselleck identificou como o processo de surgimento do conceito de história na idade moderna.

Vale lembrar que para Koselleck, nos séculos que antecederam o advento da modernidade na Europa a principal forma de experimentar o tempo era aquela que se relacionava com as expectativas de salvação e de chegada do fim do mundo, de modo que o conceito de história (*Historie*) difundido à época refletia boa parte da estabilidade e da confiança depositada pelo homem medieval na constância da natureza humana (Koselleck 2006, p. 43).

Vivendo a distante expectativa do juízo final, os indivíduos referenciavam as suas ações a partir daquilo que a natureza poderia lhes oferecer em termos de experiência temporal, sendo possível inclusive extrair da história uma série de lições morais - a *historia magistra vitae* - capazes de orientar a ação dos indivíduos.

No entanto, Koselleck nota que esse modelo exemplar de história foi aos poucos deixando de possuir relevância no imaginário das cortes e da ascendente burguesia europeia em geral. Em especial devido ao avanço da ciência e da técnica, às guerras religiosas, à descoberta do Novo Mundo – com populações vivendo em diferentes fases de desenvolvimento –, além da dissolução do mundo feudal pela indústria e pelo capital, aquele tipo magistral

de história passou aos poucos a dar lugar a uma nova e mais abrangente forma de concepção histórica: a história (*die Geschichte*), entendida como um “singular coletivo”, justamente por sua capacidade de abarcar "o todo" da humanidade e de suas realizações conjuntas sobre o globo terrestre (Koselleck 2006, p. 236-237).

Impulsionada pelos acontecimentos revolucionários dos séculos XVIII e XIX, a difusão desse conceito de história viveria um dos seus auge entre as décadas de 1750 e 1850 – período denominado por Koselleck como *Sattelzeit* ("tempo de sela") - em um momento de grande confiança na razão universal e na capacidade humana de intervenção no tempo e no próprio sentido dessa nova concepção de história (Koselleck 2014, p. 281).

Incorporado pelas nascentes filosofias da história e pelo historicismo, o conceito de história era doravante entendido como uma grande marcha da humanidade em direção aos rumos da civilização e do progresso. Encurtando os espaços de experiência do presente e alargando os horizontes de expectativa em relação ao futuro, essa história "em si e para si" criou novas categorias de entendimento das relações humanas e dos lugares ocupados por cada sociedade e por cada cultura no interior de conceitos como "história universal" (*Universalgeschichte*) e "história mundial" (*Weltgeschichte*) (Koselleck 2006, p. 50-51).

A "simultaneidade do não simultâneo" se impôs enquanto perspectiva e enquanto forma de mensurar, a partir de uma leitura homogênea das distintas camadas temporais, o lugar ocupado pelo outro no todo da história da humanidade. Categorias como "progresso", "decadência", "aceleração" e "retardamento" serviam a partir de então para ordenar e para classificar qualitativamente os povos e as culturas, de modo que a própria ciência histórica se originou no século XIX alemão a partir dessa necessidade de compreensão e de organização hierárquica das nações naquela concepção de história como um singular coletivo (Koselleck 2006, p. 121-122).

Era esse, portanto, o tipo de crença que vigoraria pela maior parte do século XIX até o surgimento de manifestações mais veementes contrárias ao seu sentido – como foi o caso das críticas nietzschianas à história – nas décadas

finais do Oitocentos e no início do século XX. Portanto, de modo complementar ao que é dito por Herman Paul, poderíamos entender a crise do historicismo não apenas como o colapso de um tipo específico de forma de se relacionar e de narrar o passado, mas do próprio fundamento que permitiu o estabelecimento da história como um *locus* privilegiado de entendimento da realidade no mundo europeu-ocidental moderno.

Uma forma de atestar essa hipótese é atentar para a maneira como a crise em questão foi gestada no interior da ciência histórica alemã, analisando as estratégias de superação daquelas que passavam a ser percebidas de maneira cada vez mais intensa pelos historiadores como as aporias da concepção moderna de história. Nesse sentido, um olhar sobre as respostas oferecidas por Hintze à crise do historicismo poderá ser útil à compreensão desse processo e dos seus desdobramentos entre os representantes da ciência histórica do Império Alemão e do período de Weimar. Para tanto, será necessário que nos debruçemos de antemão sobre alguns elementos de sua biografia e do contexto intelectual no qual as suas proposições teóricas sobre o historicismo puderam emergir.

O lugar de Hintze na historiografia do Império Alemão e do período do entre guerras

Embora muitos intérpretes concordem que a maior parte da historiografia alemã permaneceu inerte às contradições em sua disciplina pelo menos até idos dos anos 1950, seria errôneo afirmar que essa passividade se estendeu a todos os representantes da ciência histórica do país.

Influenciados pelo trauma da guerra, pelas abruptas mudanças sociopolíticas e, sobretudo, pelos debates interdisciplinares do início do século, nomes como Hintze atentavam para as fragilidades de uma concepção histórica insciente e pouco sensível às demandas de seu próprio tempo.

Nascido em 1861 na cidade pomerana de Pyritz, Hintze estudou na Universidade de Berlim da década de 1880, época em que figuras como Johann Gustav Droysen, Wilhelm Dilthey e Gustav von Schmoller lecionavam na capital do império no auge de seu prestígio intelectual. Após se doutorar em

1885, ele ainda cursaria seis semestres de direito e administração pública na mesma instituição, desta vez com o intuito de se preparar de forma completa para o estudo dos temas que figurariam no cerne de sua obra até o fim de sua carreira: a história constitucional e administrativa (Oestreich 1972, p. 194).

Tendo se habilitado à docência em 1895, sete anos mais tarde, o jovem Hintze passaria a ocupar a cátedra de história administrativa, constitucional e política em sua *alma mater*, a Universidade de Berlim. Sua nomeação como professor na capital se dera em grande medida devido à publicação de uma série de trabalhos a respeito do desenvolvimento histórico, administrativo e constitucional do Estado prussiano desde idos do século XVIII.

Seus interesses pela Prússia e por suas instituições foram em parte estimulados por sua participação desde 1887 no projeto *Acta Borussica*, que sob o patrocínio da Academia Real de Ciências e sob a supervisão de Schmoller publicava documentos e fontes de pesquisa relacionadas ao Estado e à monarquia Hohenzollern (Neugebauer 1993, p. 66).

Ao contrário do tipo essencialmente político de história escrita por seus contemporâneos, Hintze tratava do passado prussiano considerando a ampla temática de suas instituições e abdicando do tom semioficial característico da historiografia de sua época.

Mesmo antes do início da Primeira Guerra em 1914, Hintze já esclarecia que os objetivos de sua escrita histórica iam muito além de uma mera história oficial prussiana: "a meta real de meus esforços intelectuais sempre esteve direcionada a uma história comparada das constituições e administrações do Ocidente" (Hintze 1914, p. 744). Esta perspectiva mais ampla era o que lhe permitia "complementar o trabalho de Ranke", que, ao lado de seus antigos professores, figurava como uma de suas principais influências intelectuais.

De fato, sua preocupação em inovar teórica e metodologicamente a pesquisa histórica datava tanto dos seus anos como aluno de Droysen e Dilthey em Berlim quanto do início de seus diálogos com Meinecke no final dos anos 1880. De tais discussões surgiria o artigo *Über individualistische und kollektivistische Geschichtsauffassung* (Sobre abordagens históricas individuais e

coletivistas), publicado em 1897 na *Historische Zeitschrift*. No texto, Hintze se posicionava em meio à disputa metodológica – a assim chamada *Lamprechtstreit* (Contenda em torno de Lamprecht) – ocorrida na historiografia de língua alemã nos anos 1890 (Schieder 1984, p. 619).

Em seu monumental *Deutsche Geschichte* (História Alemã) e em uma série de artigos e ensaios, o então docente de história moderna e medieval pela Universidade de Leipzig, Karl Lamprecht, declarava guerra ao método individualizante e descritivo da historiografia alemã tradicional. Contra a abordagem política e a teoria rankeana das ideias, Lamprecht defendia o estabelecimento de leis gerais e de uma ampla perspectiva cultural, capazes de restabelecer a precisão analítica e a própria cientificidade do conhecimento histórico naquele fim de século (Lamprecht 1896, p. 71).

Não tardaria para que as proposições de Lamprecht fossem duramente atacadas pelos principais representantes da ciência histórica alemã do período. Afinal, em suas críticas, o catedrático de Leipzig investira não só contra a historiografia contemporânea, mas contra toda a tradição de pensamento histórico alemã desde Humboldt e Ranke.

Por isso, figuras como Georg von Below e Max Lenz partiriam em defesa da historiografia tradicional, condenando a história cultural de Lamprecht por seu flerte com o positivismo ocidental e pelo diletantismo de suas propostas teórico-metodológicas (Chickering 1993, p. 146-167).

De maneira oposta à maioria dos historiadores envolvidos na *Lamprechtstreit*, em *Sobre abordagens históricas individuais e coletivistas*, Hintze buscava uma posição moderada em relação às provocações do autor de *História Alemã*. Considerando as críticas de Lamprecht à tendência individualizadora e marcadamente idealista da historiografia rankeana, Hintze atentava para as possíveis vantagens de uma conciliação desta com um olhar mais abrangente – "coletivista" – para a pesquisa histórica. Além de apresentar uma consistente ponderação teórica entre as duas partes, em seu texto, Hintze apontava para uma ruptura com os padrões tradicionais da escrita histórica oitocentista, bem como para aquele que doravante seria um dos seus principais interesses

acadêmicos: "constituir a história mundial a partir de uma história comparada das nações"(Hintze 1897, p. 67).

Escapando à contemplação de um único objeto, a análise comparada do desenvolvimento de distintas constituições e sistemas administrativos europeus era o que permitia a Hintze afastar-se da convencional exaltação nacionalista da historiografia de sua época. Mesmo em obras como *Die Hohenzollern und ihr Werk* (Os Hohenzollern e os seus feitos), escrita às vésperas da Primeira Guerra em celebração aos quinhentos anos da dinastia real prussiana, Hintze zelava por certa distância analítica em relação ao tema, ao mesmo tempo em que optava por uma narrativa em que o desenvolvimento institucional e a política externa possuíam papel mais destacado do que simples realizações de heróis ou de fatores individuais (Karady 1965, p. 1291-1292).

Apesar disso, assim como Troeltsch, Meinecke, Max Weber e a grande maioria da burguesia liberal alemã, Hintze apoiou a guerra de 1914, para logo em seguida frustrar-se com os excessos conservadores e com a posterior derrota de 1918. Ele havia acreditado na singularidade da experiência histórica prussiana como uma espécie de modelo analítico a partir do qual outros Estados europeus poderiam ser compreendidos. Doravante, entretanto, a Prússia perdera a sua proeminência e o cenário político internacional se mostrara muito mais complexo e pouco favorável às antigas aspirações da monarquia alemã (Gilbert 1975, p. 19-20).

Sua aceitação do ideal republicano nos anos do pós-guerra implicaria, portanto, na necessidade de reavaliar antigos postulados, bem como algumas posições prévias relativas à sua concepção de história.

Com problemas de saúde e com sérias complicações em sua visão, Hintze abdicaria por completo de sua cátedra na Universidade de Berlim em 1920. Destas dificuldades derivaria o início de uma nova fase em seus escritos, já que, impedido de ler documentos e fontes primárias, o historiador se dedicaria a uma série de artigos, resenhas e ensaios nos quais ele externava algumas de suas visões a respeito da filosofia, teoria e metodologia da história.

Em seus escritos deste período o intelectual se debruçaria sobre boa parte da literatura preocupada com a complexa situação vivida pela cultura e pelo pensamento alemão à época de Weimar. Dialogando com nomes como Max Scheler, Hans Kelsen, Franz Oppenheimer, Troeltsch e em especial com Max Weber, Hintze encontraria os fundamentos epistemológicos a partir dos quais passaria a se dedicar ao seu renovado projeto de escrita de uma história comparada das constituições e dos Estados europeus (Iggers 1983, p. 233-234).

A ascensão de Hitler em 1933 impediria a consolidação desta empreitada e os seus manuscritos permaneceriam sem publicação pelo menos até o fim da Segunda Guerra. A perseguição à sua esposa, Hedwig Hintze⁹, e o seu profundo descontentamento em relação ao regime Nacional-Socialista legariam a Hintze uma vida ainda mais reclusa e solitária em Berlim.

Mesmo após a sua morte em 1940 e ao menos até as primeiras décadas do pós-guerra seus escritos teóricos permaneceriam desconhecidos na Alemanha, sendo debatidos por um círculo bastante restrito de intelectuais. Entre aqueles que se deixariam influenciar de forma decisiva pelas ideias de Hintze estariam o seu amigo, Meinecke, e alguns de seus mais influentes discípulos historiadores emigrados nos EUA, como Felix Gilbert e Dietrich Gerhard (Schieder 1984, p. 616).

Além dos seus importantes subsídios teóricos para o que posteriormente se conceberia como um tipo estrutural de história social, Hintze também desempenhou um relevante papel na contenda a respeito da crise cultural de sua época e do problema do historicismo. É especialmente em sua discussão sobre as ideias de Meinecke, Troeltsch e Weber que reside a principal contribuição do historiador para esse debate. Dito isto, tratarei no que segue dos *insights* do intelectual para a discussão em tela, lidando primeiramente com a crítica por ele estabelecida àquela que no Oitocentos havia se firmado como

⁹ Casada com o historiador (e seu antigo professor) desde 1912, Hedwig (Guggeheimer) Hintze foi uma das primeiras historiadoras alemãs a ocupar importantes espaços na universidade e nos círculos intelectuais de Weimar, chegando a realizar seu doutorado (sob a orientação de Meinecke) e a contribuir como parecerista da *Historische Zeitschrift*. De origem judaica, Hedwig seria perseguida pelos nacional-socialistas no pós-1933, sendo obrigada a se exilar para os Países Baixos em 1940, onde morreria dois anos mais tarde em circunstâncias que permanecem não esclarecidas até os dias atuais (Oestreich 1985, p. 397-419).

uma das mais caras referências ao pensamento histórico alemão: o conceito de Estado-nacional.

Hintze e a dessacralização do Estado nacional

A maioria dos intérpretes da obra de Hintze concorda que uma das principais dissonâncias de suas ideias em relação à maior parte do pensamento histórico de sua época se dava em sua crítica ao ideal histórico de individualidade. Ao contrário dos seus predecessores da Escola Histórica Prussiana e mesmo dos neo-rankeanos de sua época, Hintze percebera muito cedo em sua carreira os limites de um tipo genético de teoria histórica, na qual o interesse do Estado-nação individual tendia a prevalecer sobre fatores e explicações de ordem mais ampla:

Na vida dos povos, eventos e condições externas exercem uma influência decisiva sobre a constituição interna. A história não permite um desenvolvimento espiritual progressivo [...]; existe uma colaboração constante e uma interação entre o mundo interno e exterior (Hintze 1975, p. 162).

Essa constatação em relação aos vários "impulsos e pressões" (*Schieben und Drängen*) que influenciariam o decurso histórico dos modernos Estados nacionais o levava a abraçar uma perspectiva comparada na compreensão da gênese das distintas constituições e sistemas administrativos europeus. Se pelo menos até o fim da Primeira Guerra, Hintze mantivera a confiança no modelo prussiano como uma espécie de padrão analítico universal, os anos do pós-guerra o tornariam mais cético, não só em relação à Prússia, quanto no que dizia respeito ao próprio significado do Estado no desenvolvimento da história universal.

O historiador expressava essa mudança em sua concepção sobre ética e política em ensaios como *Soziologische und geschichtliche Staatsauffassung* (Abordagens sociológicas e históricas sobre o Estado) (1929) e *Weltgeschichtliche Bedingungen der Repräsentativverfassung* (As pré-condições para o governo representativo no contexto da história universal) (1931), escritos à época de suas reflexões teóricas dos anos 1920 e 1930.

Sob a influência do pensamento weberiano, Hintze passaria a conceber as instituições modernas no interior do ambíguo processo de racionalização vivido pelo mundo ocidental. Assim, o Estado não era mais visto como contendo uma vida própria, existindo de forma independente e acima dos contrastes e dos grupos sociais; ele tornara-se, pelo contrário, um mero aparato institucional, mudando as suas funções e propostas de acordo com circunstâncias externas e alterações na distribuição do poder (Gilbert 1975, p. 22).

Longe de estar em sintonia com uma ética universal ou de representar um fim em si mesmo, o moderno Estado-nacional era posto à mercê dos caprichos da política internacional e de fenômenos como o imperialismo e a busca por colônias no além-mar: "todo o poder, pelo menos todo poder preponderante, é geralmente utilizado de forma desmedida, sendo utilizado de maneira errônea mesmo considerando suas formulações morais e legais" (Hintze 1929, p. 38-39).

Esta submissão da história universal aos ditames do poder político, estabelecido por homens e instituições reais, era aquilo que Hintze acreditava ser a sua forma de complementar tanto o idealismo da perspectiva rankeana quanto o racionalismo da teoria sociológica de Weber.

Além disso, incorporando a noção weberiana de tipos ideais, Hintze abandonava a antiga crença histórico-idealista em um sentido determinado para o decurso histórico e na possibilidade de apreensão mimética de "ideias" que orientariam o passado:

Um mundo de ideias eterno, existindo acima e além da vida humana, e oferecendo uma revelação ocasional para a humanidade, é uma suposição incompatível com a natureza das ideias que emergem na história (Hintze 1927, p. 217).

As ideias limitariam sua existência à mente humana individual, servindo mais como um instrumento heurístico de análise do real do que como confirmação empírica de determinadas tendências do passado.

Essa ampliação do leque teórico e da própria noção de individualidade – que Hintze passava a associar ao sistema de Estados ocidental como um todo – representava aquilo que Leonard Smith entende como a culminação do

processo de secularização vivido pelo pensamento histórico alemão na primeira metade do século XX.

Racionalizando o Estado e a política, comparando distintos desenvolvimentos históricos e esclarecendo a distância entre formulações conceituais e a realidade histórica, Hintze abraçava uma concepção imanente de história, na qual a compreensão do mundo se circunscrevia aos limites da elementar condição humana em tempos modernos (Smith 2010, p. 250).

De qualquer forma, ao contrário de Troeltsch e mesmo de Weber, Hintze não se angustiava diante das possíveis consequências deste tipo dessacralizado de perspectiva histórica. Mesmo a par dos distintos diagnósticos que apontavam para uma crise cultural decorrente do relativismo e da dissolução de antigos valores, o historiador mantinha inabalada a sua confiança na capacidade humana de produzir enunciados e orientações práticas para a sociedade no presente. Esta convicção derivava de uma característica de seu pensamento que o acompanhara desde o início de sua carreira: a confiança nas possibilidades do saber histórico científico. Tal perspectiva fica clara na crítica feita pelo historiador à noção troeltscheana de historicismo. É precisamente este o tema do próximo tópico.

Hintze e a cientificidade do saber histórico como solução para a crise do historicismo

Hintze sintetizaria boa parte de suas concepções teóricas e de sua posição no debate a respeito dos problemas culturais e filosóficos de sua época no ensaio *Troeltsch und die Probleme des Historismus* (Troeltsch e os problemas do historicismo), publicado em 1927 na *Historische Zeitschrift*.

No texto, além de fazer frente às ideias de Troeltsch – seu antigo colega e companheiro de discussões intelectuais em Berlim – o historiador formulava aquilo que acreditava ser a direção correta a ser tomada pela ciência histórica alemã face aos desafios daquele início de século XX.

Embora enxergasse o mérito dos esforços de Troeltsch no sentido de superar as contradições da ciência e da moderna consciência histórica, Hintze acreditava que o teólogo não havia sido bem-sucedido em sua tentativa de

conferir um sentido positivo à noção de historicismo e, logo, à superação de sua crise. Isso se dera em grande medida pelo fato do autor de *Der Historismus und seine Probleme* (O historicismo e seus problemas) (1922) ter confundido dois âmbitos essenciais do problema historicista, isto é, as dimensões ética e epistemológica:

Essa definição deposita muita ênfase no historicismo como uma metodologia, mas não separa claramente esse aspecto do historicismo de um conceito a respeito de uma filosofia geral da vida. Essas duas ideias estão, obviamente, interligadas, mas ainda me parece desejável e possível estabelecer uma distinção entre ambas (Hintze 1927, p. 250).

Mais do que um simples erro conceitual, a confusão de Troeltsch entre visão de mundo e epistemologia (ou entre ética e ciência) levaria a uma série de paradoxos que impossibilitariam a resolução das aporias colocadas pela questão do historicismo (o ceticismo, o imobilismo, o relativismo de valores etc.). Por isso, em seu ensaio, Hintze almejava esclarecer os pontos deixados em aberto pelo teólogo, buscando desta forma estabelecer um significado realmente positivo para a noção de historicismo (Kämmerer 2014, p. 94).

Antes de tudo, Hintze via como necessário esclarecer que o historicismo nada tinha a ver com uma visão de mundo. Este representaria muito mais um "modo de pensamento" ou um "conjunto de categorias metodológicas" que, longe de ser um fenômeno exclusivamente alemão¹⁰, teria ocorrido de forma paulatina no mundo ocidental desde o século XVIII. Isso o levava a incluir outras correntes de pensamento histórico – como o positivismo e o marxismo – em sua definição, abandonando a tradicional ideia de individualidade em detrimento de uma noção de historicismo como um amplo desenvolvimento ocidental (Hintze 1927, p. 192).

Eliminando a noção de visão de mundo e enfatizando o aspecto epistemológico do conceito, Hintze restringia, ao mesmo tempo em que ampliava a sua noção de historicismo. Isso implicava, portanto, na necessidade de abordar o fenômeno a partir de uma ótica que ele acreditava ter sido

¹⁰ Essa era uma crítica direta à percepção que Meinecke possuía do mesmo problema. Além de criticar a estreiteza teórica do conceito em Meinecke - que acreditava que o historicismo seria um fenômeno europeu, mas essencialmente alemão -, Hintze acusava o seu colega de reproduzir a antiga propaganda de guerra, quando a especificidade cultural alemã era oposta aos valores da civilização ocidental (Hintze 1927, p. 192).

subestimada pela abordagem troeltscheana, isto é, a dos constituintes científicos do pensamento historicista.

Por isso, em sua análise, Hintze ambicionava eliminar o que acreditava ser o otimismo religioso que impedira o teólogo de explorar de forma adequada as possibilidades epistemológicas da compreensão histórica da realidade (Smith 2010, p. 243).

Um dos principais equívocos cometidos por este “misticismo” troeltscheano teria ocorrido em sua mescla entre as noções de valor e sentido. Embora concordasse que o trabalho do historiador se inicia invariavelmente no âmbito da intuição (de "um valor para a vida") na escolha de um objeto individual, Hintze acreditava que a pesquisa histórica jamais deveria terminar na esfera dos valores e das unidades de sentido de caráter individual (Oexle 1996, p. 60).

Em outros termos, abraçando a lógica weberiana, Hintze propunha uma drástica separação entre o que acreditava ser as esferas da vida e a objetividade do saber científico:

O objeto histórico como uma individualidade total, portanto, é apreendido intuitivamente como uma unidade de vida. É tarefa da pesquisa racional, empregando materiais empiricamente reunidos, demonstrar a unidade de sentido no objeto histórico. Qualquer relação a uma estrutura de valor é geral e acidental, já que toda a vida e toda a cultura possuem alguma forma de valores inerentes, sendo apenas nesse sentido geral que os valores influenciam na delimitação de um objeto na pesquisa histórica (Hintze 1927, p. 206).

Por isso, apesar de se originarem na experiência humana de vida, os conceitos – como as noções de “individualidade” e “desenvolvimento”, por exemplo – não encontrariam expressão imediata na realidade e tampouco operariam como determinantes de direcionamentos éticos estabelecidos a priori. Estes funcionariam, ao contrário, como abstrações responsáveis pela importante tarefa de um esclarecimento de fragmentos do real e, mesmo sendo capazes de apontar para tendências e realizações efetivas, eles jamais se mesclariam à realidade histórica enquanto tal (Kocka 1981, p. 96).

Seria exatamente por negar a distância entre ideias e realidade, e mesmo entre a lógica compreensiva e a filosofia da história, que Troeltsch teria

sucumbido às armadilhas do misticismo. Embora admitisse que a ciência histórica jamais fosse capaz de eliminar por completo o mistério fundamental das coisas históricas, Hintze acreditava que o historiador deveria esforçar-se ao máximo no sentido de aclarar esse aspecto obscuro do passado: “com isso eu não almejo negar os aspectos misteriosos e inexplicáveis da produção criativa. O famoso X de Droysen permanece, mas em minha concepção a pesquisa histórica deveria reduzir esse X a um mínimo” (Hintze 1927, p. 218).

Apesar de discordar da filosofia da história e da lógica epistemológica troeltscheana, Hintze concordava com o teólogo a respeito da necessidade de relacionar o saber histórico com as demandas práticas do presente. Para o historiador, Troeltsch teria acertado ao associar o problema do historicismo à importante tarefa de compreensão das transferências culturais no mundo pós-1918.

Negando a tese de Oswald Spengler e demonstrando a crescente influência da cultura ocidental sobre o mundo¹¹, o teólogo havia apontado de igual maneira para o necessário estímulo de uma "vontade ética" capaz de superar as contradições de uma realidade cada vez mais complexa, tanto em termos políticos quanto culturais.

Mais uma vez, entretanto, Hintze concordava com o diagnóstico, mas discordava das soluções da filosofia material da história proposta por Troeltsch. Em sua busca por padrões e referências éticas, a síntese cultural troeltscheana cometia novamente o equívoco de buscar respostas últimas para a insolúvel questão dos valores na história. Buscando escapar da normatividade de uma ética absoluta aos moldes de Heinrich Rickert, a ênfase do teólogo nos

¹¹ Troeltsch não hesitava em classificar o seu *O historicismo e seus problemas* como uma resposta ao *best-seller O declínio do Ocidente* (1918), do intelectual neo-conservador Oswald Spengler. Figurando como uma espécie de outsider em relação aos círculos acadêmicos alemães, Spengler ficara conhecido internacionalmente não apenas pelo pessimismo de sua filosofia da história "às avessas" presente em sua obra mais famosa, como por suas posições marcadamente antidemocráticas e inclinadas a um tipo prussiano de conservadorismo nacionalista. Contra o sistema spengleriano - visto por Troeltsch como "uma organologia, puramente contemplativa, particularizante e individualista" - o teólogo propunha um tipo distinto e politicamente responsável de filosofia da história, que, no lugar de pensar as contradições e paradoxos do mundo ocidental - os antagonizando aos valores alemães - pretendia integrar os seus constituintes culturais em um sistema de pensamento dinâmico e capaz de orientar o futuro da sociedade europeia naqueles anos de reestruturação política e cultural (Cho 1999, p. 244).

impulsos éticos da cultura ocidental o mantinha ancorado ao ingênuo otimismo de sua fé religiosa, impedindo-o do mesmo modo de atentar para o único meio possível de superar as contradições do historicismo, isto é, o esclarecedor potencial da compreensão histórica (Tessitore 2005, p. 76-77).

A falta de atenção do intelectual para com o problema fundamental da lógica cognitiva – ou de uma "psicologia das ciências humanas", nos termos de Hintze – o impedira de perceber como a independência da atividade espontânea da consciência individual poderia contribuir para superar as aporias do pensamento e da própria realidade histórica.

Além disso, a confusão troeltscheana entre vida e epistemologia o levava, inclusive, a exagerar a dimensão da crise do historicismo, já que seu temor em relação ao relativismo histórico em muito derivava de sua incapacidade de perceber o potencial libertador da consciência individual frente a esse tipo pernicioso de visão de mundo:

Se evitarmos essa visão particular, podemos seguramente admitir a ilimitada relatividade de toda a vida histórica sem nos tornarmos vítimas do relativismo ou sacrificar a liberdade do espírito. Pois a liberdade nada mais é do que a consciência de liberdade (Hintze 1927, p. 231).

Essa clareza em relação às possibilidades da consciência e da compreensão histórica seria também a chave para a crítica e para o estímulo de elementos da tradição:

Se pudermos fazer isso, podemos iniciar um movimento que envolverá forças materiais e intelectuais e que prevenirá nossa cultura de degenerar em termos de uma 'civilização' puramente técnica, científica e materialista (Hintze 1927, p. 238).

Por isso, no lugar de uma confusa e subjetiva síntese cultural, Hintze propunha uma ideia de historicismo que, livre da metafísica, seria capaz de esclarecer os processos históricos e as transferências culturais responsáveis pelo advento e pela continuidade futura de variados constituintes da tradição ocidental (Gerhard 1970, p. 43).

No cerne deste pressuposto estava a ideia de que a história deveria ser uma ciência voltada para o entendimento da realidade (*Wirklichkeit*), que, na

complexificação e problematização do real, poderia revelar interesses e apontar para possibilidades práticas no tempo presente. Para o historiador, isso significava compreender as dificuldades e os problemas da vida política e econômica contemporâneas, bem como o difícil lugar ocupado pela Alemanha em um mundo dividido entre os extremos do imperialismo ocidental e a obscuridade do oriente socialista.

Seria justamente este senso de realidade que teria faltado à filosofia da história troeltscheana e à história das ideias proposta na mesma época por Meinecke. Contra os "castelos de vento" de um idealismo preocupado com o estabelecimento de metas e valores últimos, Hintze preferia recorrer a uma ciência histórica capaz de estimular uma vontade ética individual ou àquilo que ele entendia como um tipo "saudável de decisionismo":

Ela não nos leva ao absolutismo intelectual que Rickert tinha em mente, mas nos leva a nos dedicar, se posso dizer, a um decisionismo saudável e volitivo (*zu einem gesunden, willensmäßigen Resolutismus*), para esclarecer objetivos culturais, para a firme decisão de não sucumbir a formas individuais, nacionais ou supra-nacionais de nossa vida cultural, mas para nos mantermos firmes contra forças hostis e nos desenvolvermos de acordo com nossa natureza (Hintze 1927, p. 239).

De toda forma, a herança das virtudes weberianas, e de sua hesitação em mesclar valores e ciência, significava, de igual maneira, a necessidade de lidar com os limites de sua lógica formal. Rejeitando proposições éticas de longo prazo e separando ciência histórica e visão de mundo, o historicismo estritamente científico de Hintze o deixava preso em um decisionismo semelhante àquele gerado pela ética weberiana da responsabilidade (Kämmerer 2014, p. 98).

Do mesmo modo, apesar de preocupar-se com o significado das transferências culturais, seu racionalismo o impedia de definir de forma precisa os contornos e os significados presente e futuro da Alemanha e da cultura ocidental como um todo. Ademais, ao contrário da noção troeltscheana de

européismo¹², Hintze não produzira um conceito que o permitisse pensar as trocas culturais para além da reiteração de antigos valores europeus e da sobreposição destes em relação às outras culturas mundiais.

Por fim, é importante ressaltar que essas limitações na concepção histórica de Hintze não impediriam que suas ideias desempenhassem um relevante papel nas discussões subsequentes a respeito da história. Embora limitado a um círculo restrito de interlocutores, seu ímpeto em renovar o saber histórico revela a complexidade do debate e aponta para uma importante direção tomada por parte da historiografia alemã no contexto dos debates sobre a crise do historicismo que seriam fundamentais para as renovações teóricas que surgiriam no cenário intelectual europeu do pós-Segunda Guerra Mundial.

Os ecos da crise do historicismo e a atualidade do pensamento histórico de Hintze

Mais do que uma corrente monolítica de pensamento, a tradição historicista alemã de reflexão histórica se desenvolveu em direções um tanto heterogêneas desde os tempos de Ranke até a segunda metade do século XX, quando os seus postulados passaram a ser duramente criticados por gerações mais jovens de historiadores que ocupariam as cátedras universitárias na Alemanha daquele período.

Logo, pela complexidade e variedade de propostas surgidas no seio da historiografia acadêmica, o historicismo se mostraria muito mais plural do que

¹² Em *O historicismo e seus problemas*, Troeltsch apresentava o que acreditava ser o equilíbrio correto em termos de referência à síntese cultural buscada em sua filosofia da história, o que em sua perspectiva seria apresentado a partir da "ideia universal de europeísmo". Para o teólogo a formação do mundo ocidental e de suas forças propulsoras havia convergido para o surgimento dos valores que constituíram a essência do moderno espírito europeu. Transpondo a soberba nacionalista e etnocêntrica da historiografia Oitocentista, esse tipo descentralizado de europeísmo poderia ser uma espécie de filtro a partir do qual o historiador estaria apto a compreender outras culturas e civilizações, ao mesmo tempo em que estimularia o desenvolvimento do seu próprio complexo cultural. Como uma forma de libertação da mera contemplação e como uma fuga do círculo ("vicioso") da hermenêutica, essa "síntese cultural do europeísmo" era a resposta pragmática que Troeltsch fornecia não só à crise do historicismo como aos próprios problemas da cultura e da sociedade europeias em sua época (Harrington 2004, 486).

a caricatura que seria pintada a seu respeito por essa ciência-social histórica dos anos do pós- guerra.

Ilustrativo desse quadro é a gama de problemas surgidos no seio do pensamento histórico alemão entre o final do Oitocentos e o início do século XX e que tem sido amplamente explorados pela historiografia internacional nas últimas décadas.

Sintetizados pelo teólogo Ernst Troeltsch a partir do termo “crise do historicismo”, esse conjunto de aporias revelaria as fragilidades da crença sustentada pela historiografia em um sentido absoluto para as narrativas históricas sobre a nação, o Estado, a Igreja ou a cultura que haviam vigorado na Alemanha e na Europa até aquele momento.

Tanto como um fenômeno subjetivo genitivo – tal qual revelado pela *Lamprechtstreit* – quanto como resultado das abruptas mudanças trazidas pela guerra e pela industrialização, aquele seria um período em que prevaleceriam sentimentos de ruptura, de declínio, de relativismo de valores ou aquilo que Herman Paul definiria simplesmente como o colapso da antiga crença nas noções de continuidade, linearidade e sentido histórico que haviam por décadas justificado os valores e formado a identidade dos membros da burguesia letrada do país.

Representando um abalo da confiança nos próprios contornos adquiridos pela experiência moderna com o tempo, sob diversos aspectos a crise do historicismo pode, portanto, ser entendida como um momento no qual a forma de se entender a história na modernidade – isto é, como um singular-coletivo – teria aos poucos colapsado.

Por isso, a antiga maneira homogênea de se mensurar camadas temporais e experiências históricas heterogêneas – sob o efeito da simultaneidade do não simultâneo – sofreria severos abalos, de modo que se tornaria cada vez mais difícil justificar de forma coerente a superioridade da nação, da cultura ou da civilização europeia em recurso a narrativas de sentido histórico.

Como busquei demonstrar nas páginas acima, um breve olhar sobre o lugar ocupado por historiadores como Otto Hintze nesse processo é um tanto

revelador dos traços dessa crise vivida há mais de um século pelo historicismo no contexto intelectual alemão.

Essa é uma ótica que nos permite interpretar a inquietude teórica do historiador, a sua busca pela interdisciplinaridade, a sua ênfase na história comparada e, sobretudo, a sua dessacralização da política e do próprio conceito de Estado como estratégias de superação dos limites do historicismo clássico e como tentativas de adequação dos postulados da ciência histórica à nova dinâmica sócio-política do século XX.

Essa hipótese se confirma em grande medida quando analisamos as contribuições de Hintze para a contenda, iniciada anos antes por Troeltsch, sobre o próprio significado do conceito de historicismo. Criticando a definição troeltscheana, Hintze acreditava que a solução para os problemas apontados pelo teólogo passava pela necessidade de eliminação dos elementos de *Weltanschauung* presentes no conceito. Ao distinguir o historicismo de uma mera visão de mundo e ao destacar a liberdade da consciência e escolha individuais, o historiador pensava ser capaz de enaltecer os aspectos epistemológicos do fenômeno, extraíndo daí, sob a influência weberiana, a rigidez científica necessária à superação dos dilemas do saber e da cultura em seu tempo.

Se considerarmos as inúmeras discussões sobre a fragmentação da história, sobre as fragilidades da epistemologia cartesiana tradicional, sobre certo imobilismo presentista ou mesmo sobre os limites etnocêntricos da disciplina histórica que tomaram corpo nas humanidades durante as cinco últimas décadas poderíamos afirmar, sem risco de exagero, que a crise do historicismo continua a produzir importantes ecos para o pensamento histórico contemporâneo.

De igual modo, se levarmos em consideração que esses infortúnios não foram capazes de abalar de maneira substancial os prejuízos que aquele velho modelo singular de história produziu – e continua a perpetrar – na consciência histórica dos centros e das periferias do mundo globalizado, poderíamos sugerir que o pensamento histórico de Hintze pode ainda ser revisitado como

forma de produzir respostas a esses dilemas enfrentados pela historiografia das últimas décadas.

Afinal, tendo tido a sua inquietude teórica e a sua reconceitualização do historicismo o objetivo de complexificar a realidade e de gerar um posicionamento crítico em relação a certas idealizações de modelos de desenvolvimento histórico pré-estabelecidos, os *insights* de Hintze permanecem um tanto atuais para pensarmos os desafios da história acadêmica em tempos de uma necessária reflexão sobre a dimensão ética – sobretudo do passado prático (White 2014) – do trabalho do historiador no século XXI.

Referências bibliográficas

BAMBACH, Charles R. *Heidegger, Dilthey, and the crisis of historicism*. Cornell University Press, 1995.

BEISER, Frederick C. *The German historicist tradition*. Oxford University Press, 2011.

BIALAS, Wolfgang. *Die Historismusdebatte in der Weimarer Republik*. Peter Lang, Frankfurt am Main, 1996.

CHICKERING, Roger. *Karl Lamprecht: a German academic life (1856-1915)*. Humanities Press International, New Jersey, 1993.

CHO, Joanne Miyang. Historicism and Civilizational Discontinuity in Spengler and Troeltsch. *Zeitschrift für Religions- und Geistesgeschichte*, vol. 51, No. 3, Brill, 1999.

GERHARD, Dietrich. Otto Hintze: His Work and His Significance in Historiography *Central European History*, vol. 3, no. 1/2, Cambridge University Press, 1970.

GILBERT, Felix. Introduction: Otto Hintze (1861-1940). In: HINTZE, Otto. **The Historical Essays of Otto Hintze**. Oxford University Press, 1975.

HARDTWIG, Wolfgang. Geschichtsreligion-Wissenschaft als Arbeit-Objektivität. *Historische Zeitschrift*, v. 252, n. JG, p. 1-32, 1991.

HARRINGTON, Austin. Ernst Troeltsch's concept of Europe. *European Journal of Social Theory*, v. 7, n. 4, p. 479-498, 2004.

HINTZE, Otto. The formation of states and constitutional development: a study in history and politics In: HINTZE, Otto. *The Historical Essays of Otto Hintze*. Oxford University Press, 1975.

HINTZE, Otto. "Antrittsrede des Herrn. Hintze". In: *Sitzungsberichte der Königlich Preussischen Akademie der Wissenschaften zu Berlin*, Verlag der Königl. Akademie der Wissenschaften, Berlin, 1914.

HINTZE, Otto. Über individualistische und kollektivistische Geschichtsauffassung. *Historische Zeitschrift*. Bd. 78, R. Oldenbourg, München und Leipzig, 1897.

HINTZE, Otto. Soziologische und geschichtliche Staatsauffassung. Zu Franz Oppenheimers System der Soziologie. *Zeitschrift für die gesamte Staatswissenschaft*, Bd. 86, Mohr Siebeck GmbH & Co, Tübingen, 1929.

HINTZE, Otto. Troeltsch und die Probleme des Historismus. *Historische Zeitschrift*, no. 1 vol. 135, n. 1, 1927.

IGGERS, Georg. Historicism: The History and Meaning of the Term. *Journal of the History of Ideas*, vol. 56, No. 1, 1995.

IGGERS, Georg. *The German Conception of History: The National Tradition of Historical Thought from Herder to the Present*. Rev. ed. Middletown, Conn.: Wesleyan University Press, 1983.

JAEGER, Friedrich; RÜSEN, Jörn. *Geschichte des Historismus: eine einföhrung*. CH Beck, 1992.

JAEGER, Friedrich. Theorietypen der Krise des Historismus In: BIALAS, Wolfgang; RAULET, Gérard. *Die Historismusdebatte in der Weimarer Republik*. Peter Lang, Frankfurt am Main, 1996.

KÄMMERER, Wolfgang. *Friedrich Meinecke und das Problem des Historismus*. Peter Lang GmbH, Internationaler Verlag der Wissenschaften, 2014.

KARADY, Viktor. La théorie de l'histoire et de la société selon Otto Hintze. *Annales. Histoire, Sciences Sociales*, 20e Année, No. 6, 1965.

KOCKA, Jürgen. Otto Hintze, Max Weber und das Problem der Bürokratie. *Historische Zeitschrift*, Bd. 233, H. 1, Oldenbourg Wissenschaftsverlag, München, 1981.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

KOSELLECK, Reinhart. *Estratos do tempo: estudos sobre a história*. Contraponto: Puc Rio, Rio de Janeiro, 2014.

LAMPRECHT, Karl. Alte und neue Richtungen in der Geschichtswissenschaft. *Deutsche Zeitschrift für Geschichts-wissenschaft*, v. 97, Paul Siebeck, Berlin, 1896.

LAUBE, Reinhard. *Karl Mannheim und die Krise des Historismus: Historismus als wissenssoziologischer Perspektivismus*. Vandenhoeck & Ruprecht, Göttingen, 2004.

MARTINS, E. C. R. Historicismo: o útil e o desagradável. In: VARELLA, Flávia F.; MOLLO, Helena M.; MATA, Sérgio R. da; ARAÚJO, Valdeci L. de. (Org.). *A dinâmica do Historicismo*. Revisitando a historiografia moderna. 1ed., Belo Horizonte: Argumentum, 2008.

MEINECKE, Friedrich. *Zur Theorie und Philosophie der Geschichte*. Werke IV, KF Koehler Verlag, Stuttgart, 1959.

NEUGEBAUER, Wolfgang. Otto Hintze und seine Konzeption der Verfassungsgeschichte. *Zeitschrift für Historische Forschung*, v. 20, n. 1, p. 65-96, 1993.

NEUGEBAUER, Wolfgang. *Otto Hintze: Denkräume und Sozialwelten eines Historikers in der Globalisierung 1861-1940*. Schöningh Paderborn; Paderborn, 2015.

OEXLE, Otto Gerhard. *Geschichtswissenschaft im Zeichen des Historismus*: Studien zu Problemgeschichten der Moderne. Vandenhoeck & Ruprecht, 1996.

OEXLE, Otto Gerhard. *Krise des Historismus – Krise der Wirklichkeit*. Wissenschaft, Kunst und Literatur 1880-1932, Vandenhoeck & Ruprecht, 2007.

OESTREICH, Brigitta. Hedwig und Otto Hintze. Eine biographische Skizze. *Geschichte und Gesellschaft*, v. 11, n. H. 4, p. 397-419, 1985.

OESTREICH, Gerhard. Hintze, Otto. *Neue Deutsche Biographie*, Duncker und Humblot, Berlin-Steglitz, 1972.

PAUL, Herman J. A collapse of trust: Reconceptualizing the crisis of historicism. *Journal of the Philosophy of History*, v. 2, n. 1, p. 63-82, 2008.

PAUL, Herman. Religion and the Crisis of Historicism: Protestant and Catholic Perspectives. *Journal of the Philosophy of History*, v. 4, n. 2, p. 172-194, 2010.

PAUL, Herman. Who Suffered From The Crisis of Historicism? A Dutch Example. *History and Theory*, v. 49, n. 2, p. 169-193, 2010b.

SCHIEDER, Theodor. Otto Hintze und die moderne Geschichtswissenschaft. *Historische Zeitschrift*, Bd. 239, Oldenbourg Wissenschaftsverlag, Berlin, 1984.

SMITH, Leonard S. *Religion and the Rise of History*: Martin Luther and the Cultural Revolution in Germany, 1760-1810. James Clarke & Co, Cambridge, 2010.

SMITH, Leonard S. *The Expert's Historian*: Otto Hintze and the Nature of Modern Historical Thought. Wipf and Stock Publishers, 2017.

TESSITORE, Fulvio. *Kritischer Historismus*: gesammelte Aufsätze. Böhlau, 2005.

TROELTSCH, Ernst. Die Krisis des Historismus. *Die neue Rundschau*, v. 33, n. 1922, p. 572-90, 1922.

WHITE, Hayden. *The practical past*. Northwestern University Press, 2014.

WIKLUND, Martin. Rösen's response to the crisis of historicism. *Intelligere*,
Revista de História Intelectual vol. 3, nº 2, 2017.

WITTKAU, Annette H. *Historismus zur Geschichte des Begriffs und des Problems*.
Vandenhoeck & Ruprecht, 1992.



ARTIGOS - ARTICLES

**Ernst Cassirer, Alemanha e Europa Ocidental no espelho da
história intelectual: apresentação e tradução**

Serzenando Alves Viera Neto¹
Doutorando em História da Arte
Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP
avieiraneto@yahoo.com.br

Como citar este artigo: VIEIRA NETO, S. A “Ernst Cassirer, Alemanha e Europa Ocidental no espelho da história intelectual: apresentação e tradução”, *Intelligere, Revista de História Intelectual*, nº7, p. 139-160. 2019. Disponível em <<http://revistas.usp.br/revistaintelligere>>. Acesso em dd/mm/aaaa.

Resumo: A contribuição de Cassirer à compreensão do pensamento político na Europa moderna constitui parte importante de seu legado. “Alemanha e Europa Ocidental no espelho da história intelectual” faz parte dessa dimensão de sua obra, a qual revela um intelectual sensível aos acontecimentos e transformações contemporâneas. Aqui, investiga-se a evolução das ideias a fim de determinar a singularidade das culturas nacionais, sustentando, ao mesmo tempo, a tese de uma efetiva unidade entre elas. Esse não é apenas um texto relevante dentro da produção de Cassirer, mas também um rico documento histórico, uma defesa sucinta, porém contundente, da ideia de unidade europeia.

Palavras-chave: Ernst Cassirer, história intelectual, história europeia, cosmopolitismo, filosofia da cultura.

*Ernst Cassirer, Germany and Western Europe in the mirror of
intellectual history: presentation and translation*

Abstract: Cassirer’s contribution to the understanding of political thinking in modern Europe is an important part of his legacy. “Germany and Western

¹ Doutorando em História da Arte pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e mestre em História da Arte pela mesma instituição. Tem se dedicado à história intelectual e historiografia da arte de língua alemã, desenvolvendo atualmente uma pesquisa sobre os fundamentos teóricos do pensamento de Aby Warburg sob a orientação do Prof. Dr. Luiz Cesar Marques Filho.

Europe in the mirror of intellectual history” is part of this dimension of his work, which reveals an intellectual sensitive to contemporary events and transformations. Here, the evolution of ideas is investigated to determine the uniqueness of national cultures, while at the same time supporting the thesis of an effective unity between them. This is not only a relevant text within Cassirer’s production, it is also a rich historical document, a succinct but contumacious defense of the idea of European unity.

Keywords: Ernst Cassirer, intellectual history, European history, cosmopolitanism, philosophy of culture.

Introdução²

Em “O mito do Estado” (*The myth of the State*), escrito póstumo publicado em 1946, Cassirer define a essência do problema intelectual que ocupou o centro de sua reflexão filosófica durante os últimos anos de sua carreira. A profunda mudança no pensamento europeu, com suas catastróficas consequências políticas, ao lado do surgimento de uma antiga força que colocou em séria ameaça o pensamento racional. Cassirer observava, assim, o fenômeno da preponderância do pensamento mítico:

Nos últimos trinta anos, no período compreendido entre a primeira e a segunda Guerra Mundial, não apenas passamos por uma crise severa de nossa vida política e social, mas também fomos confrontados com problemas teóricos completamente novos [...]. Talvez, a mais importante e alarmante característica neste desenvolvimento do pensamento político moderno seja o aparecimento de uma nova força: a força do pensamento mítico. É óbvia a preponderância do pensamento mítico sobre o pensamento racional em alguns de nossos sistemas políticos modernos. Depois de um embate curto e violento, o pensamento mítico parecia conquistar uma vitória clara e definitiva. Como essa vitória foi possível? Como podemos contabilizar esse novo fenômeno que apareceu de forma tão repentina em nosso horizonte político e, de certa forma, parecia reverter todas as nossas ideias anteriores a respeito do caráter de nossa vida intelectual e social?³ (Cassirer, 1946, p. 7)

As perguntas levantadas por Cassirer demonstram sua preocupação com um problema contemporâneo, o qual seria, com efeito, iluminado por meio de uma minuciosa análise do desenvolvimento e transformações das ideias. Assim, a grande abordagem histórica empregada por Cassirer para responder às indagações apresentadas no livro de 1946 constitui um método recorrente de suas investigações filosóficas. A vasta erudição que marca o seu

² Agradeço ao revisor pelas valiosas sugestões, sobretudo, pela indicação das nuances envolvendo o alemão de Lutero. Agradeço também ao meu orientador, Prof. Dr. Luiz Cesar Marques Filho, e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo financiamento de minha pesquisa doutoral.

³ É de minha autoria a tradução desta e de todas as demais passagens.

estilo possui suas raízes na tradição de Marburgo, na amplitude de seus interesses intelectuais, e, naturalmente, em seus contatos acadêmicos subsequentes. Pode-se dizer que Cassirer situa-se em um estilo de análise histórica objetiva, com grande apreço pela coerência e clareza de exposição. Mesmo Peter Gay, em sua análise bastante crítica da produção do “historiador” Cassirer, reconhece sua notável erudição e agudeza analítica, um exímio historiador cujas pesquisas trouxeram resultados indiscutivelmente relevantes⁴.

Ernst Cassirer está, de fato, entre os maiores historiadores das ideias e filósofos do século XX, embora, há que se dizer, seu legado tenha permanecido, por muito tempo, pouco estudado e, de certa forma, esquecido⁵. De ascendência judaica, Cassirer mostrou-se comprometido ao longo de sua carreira com a cultura liberal e cosmopolita europeia⁶. No começo de sua carreira dedicou-se principalmente à investigação do problema epistemológico, publicando uma série que consagraria seu nome na intelectualidade alemã da época⁷. Posteriormente, sua contribuição foi além, abrangendo campos que passaram pela história da ciência, física moderna, história do Renascimento, filosofia da cultura. A formação intelectual de Cassirer é marcada pelo alinhamento com o espírito racionalista do “Iluminismo” (*Aufklärung*) e com o legado cultural do classicismo alemão. Nesse sentido, produziu extensamente sobre Leibniz e Kant⁸. Foi ainda um leitor assíduo de pensadores como Schiller, Goethe e Wilhelm von Humboldt.

⁴ Peter Gay reconhece a profundidade, coerência e objetividade do “historiador” Cassirer, no entanto, enuncia uma tese bastante dura: “Eu vou argumentar que o trabalho de Cassirer como historiador foi uma realização grandiosa, mas, ao mesmo tempo, defeituosa. Imensamente inteligente, sugestivo, mas não conclusivo. Nada que este homem escreveu foi, em algum momento, eu suponho, totalmente bom” (Gay, 1967, p. 106).

⁵ Habermas enxerga em Cassirer um dos filósofos de sua geração mais injustiçados pela historiografia e história das ideias (Habermas, 1997, p. 7). Nesse contexto, cabe ainda salientar que, sobretudo a partir da década de 1990, há um crescente interesse pelo pensamento e obra de Cassirer. Segundo Skidelsky, esse “renascimento” se dá no mundo de língua inglesa, especialmente, a partir da publicação do livro de Friedman (Friedman, 2000). Já na Alemanha o interesse por Cassirer está muito atrelado à sua contribuição à teoria da cultura e ao seu papel como referencial liberal e cosmopolita em uma Alemanha reunificada (Skidelsky, 2008, p. 7).

⁶ Sobre a dimensão política do pensamento de Cassirer cf. (Lipton, 1978).

⁷ A série “O problema do conhecimento na filosofia e na ciência da época moderna” (*Das Erkenntnisproblem in der Philosophie und Wissenschaft der neueren Zeit*) teve seu primeiro volume publicado em 1906, e o segundo no ano seguinte. Trata-se de um estudo realizado ao longo de toda sua vida, sendo o quarto e último volume publicado apenas postumamente (1957).

⁸ O primeiro trabalho acadêmico de Cassirer após a sua tese de doutoramento foi justamente sobre Leibniz, “O sistema de Leibniz em seus fundamentos científicos” (Cassirer, 1902). Cassirer foi o organizador de uma importante reedição dos escritos de Kant iniciada em 1912

A investigação desenvolvida em “O mito do Estado” representa, talvez, o produto mais coeso e consistente da produção de Cassirer sobre a questão da filosofia do Estado e da política contemporânea. No entanto, o olhar do filósofo sobre questões contemporâneas, sobre a dimensão política e social da Europa, faz parte de um contínuo interesse que se iniciou efetivamente em 1916 com seu livro “Liberdade e forma” (Cassirer, 1916). Aqui, muito influenciado pelo primeiro conflito mundial, Cassirer reflete sobre a questão do “germanismo” e sobre o lugar da Alemanha na cultura europeia. Defende a peculiaridade da cultura alemã e seu papel insubstituível na história da civilização. No entanto, sua posição é cautelosa, mantém-se firme em uma perspectiva de cunho liberal, colocando-se à distância da exaltação nacionalista do “germanismo” e da irredutibilidade do “gênio” alemão à cultura europeia, uma posição semelhante à de Friedrich Meinecke (Ferrari, 1996, p. 49).

Se, por um lado, os anos 1920 marcaram o desenvolvimento e “conclusão” do principal projeto filosófico de Cassirer, a “Filosofia das formas simbólicas” (*Philosophie der symbolischen Formen*), por outro, marcaram a consolidação de seu nome como um dos filósofos mais importantes da Europa e coincidiram com o apogeu de sua atuação pública como intelectual. Professor catedrático da recém-fundada Universidade de Hamburgo (1919), Cassirer assumiu posição de destaque na famosa conferência de Davos (1929) ao se colocar em posição claramente antagônica a Heidegger¹⁰. Marcou a história universitária mais recente ao se tornar o primeiro reitor judeu da Alemanha moderna. Embora a “conversão” efetiva de Cassirer ao problema antropológico e da filosofia social tenha acontecido ao longo dos anos 1930 (Paetzoldt, 2002, p. 13-14), já na década anterior se mostrava atento aos desdobramentos políticos contemporâneos e à ameaça do pensamento mítico ao pensamento racional. A conferência proferida em Hamburgo em 1928, por ocasião das comemorações em homenagem à constituição republicana

(*Immanuel Kants Werke: in Gemeinschaft mit Hermann Cohen*) e autor de uma substancial biografia do filósofo (Cassirer, 1918).

⁹ Os três volumes da “Filosofia das formas simbólicas” foram publicados respectivamente em 1923, 1925 e 1929. Cassirer concebeu ainda um quarto volume, cujo manuscrito foi publicado somente em 1995 (Cassirer, 1995).

¹⁰ A literatura sobre o encontro em Davos é extensa. No entanto, convém destacar aqui o livro de Friedman, o qual analisa três distintas posições filosóficas que ficariam evidente a partir de Davos, representadas por Carnap, Cassirer e Heidegger (Friedman, 2000). O leitor interessado encontrará no livro de Peter Gordon uma análise minuciosa que se apresenta como uma interpretação filosófica, portanto, não política, do debate em Davos (Gordon, 2012).

(Cassirer, 1929), é um exemplo de defesa pública do cosmopolitismo, dos direitos inalienáveis do indivíduo e da afinidade do espírito alemão com o ideal republicano. Passando por Leibniz, Kant e Goethe, as ideias dos direitos inalienáveis e certos elementos do espírito republicano não só estiveram presentes em grandes nomes da tradição filosófica alemã, como também antecederam a própria Revolução Francesa.

Foi nesse contexto que se deu a publicação do artigo “Alemanha e Europa Ocidental no espelho da história intelectual” (*Deutschland und Westeuropa im Spiegel der Geistesgeschichte*), um texto publicado no periódico de curta vida, *Inter Nationes*. A revista, que teve seu primeiro número publicado em 1931 e seu último já no ano seguinte, pretendia ser um periódico alemão a fomentar a superação das fraturas entre a Alemanha e as outras nações europeias. O discurso, todavia, não deveria se assentar sobre o campo político, mas na esfera cultural. O objetivo era claro: mostrar a unidade entre os povos europeus (Müller, 2008, p. 381).

Em “Alemanha e Europa Ocidental no espelho da história intelectual” Cassirer se propõe a analisar a história intelectual daquelas que representariam, talvez, as nações de maior peso político do Entre Guerras: França, Inglaterra e Alemanha. O espírito francês, como mostra Cassirer, é definido pelo zelo, rigor e coesão. Descartes assume aqui um papel de primeira importância. Foi o intelectual a moldar a sua filosofia como um problema verdadeiramente universal, rejeitando o desmantelamento do saber em campos separados e indo em direção à unidade e totalidade do espírito. Esse princípio de Descartes não apenas definiu o âmago de sua filosofia como também influenciou diretamente o espírito clássico francês. Tal influência estendeu-se para outras dimensões da vida cultural. Na poética de Boileau há a mesma paixão pela razão que em Descartes. Na fervorosa disputa em torno do Jansenismo, o espírito clássico francês não deixa de demonstrar sua atuação. Mesmo um convicto jansenista como Antoine Arnauld não poderia deixar de imergir por completo na meticulosidade lógica, extrair do espírito da comprovação do cartesianismo as suas armaduras e armas históricas.

Em solo inglês, Cassirer observa, surge a clara primazia do pragmatismo em lugar da atitude contemplativa. Os ingleses transplantaram essa primazia para a sua vida cultural e conseguiram conciliar as contradições

dessa inclinação pragmática com o núcleo de sua vida religiosa, marcada na era moderna pelo calvinismo puritano. O empirismo de Bacon pôde ser conciliado com a concepção religiosa da transcendência ilimitada. A “transcendentalidade” da fé convive lado-a-lado com uma visão mundana da vida religiosa. A certeza da eleição divina que só pode ser dada por meio do trabalho, do agir indireto, dá origem ao que Max Weber definiu como “ascese intramundana”. O secularismo, portanto, harmoniza-se com a religião, e o espírito inglês mostra sua estabilidade e sua força; suas diferenças não precisaram ser exterminadas, mas puderam ser toleradas e superadas.

A Alemanha, por sua vez, não possui seu sustentáculo na ciência enquanto tal, como a França, nem no domínio ativo da realidade, como a Inglaterra, mas no domínio da consciência religiosa. O novo princípio espiritual que a Alemanha apresenta ao mundo tem origem na Reforma. O problema da liberdade humana colocado por Lutero, a impossibilidade de a alma escolher entre Deus e o Diabo. A mesma colisão dialética entre liberdade e necessidade ressurgiu em Leibniz. O problema que havia sido superado por Lutero em favor da dogmática paulino-agostiniana encontra-se novamente em aberto, agora não mais no âmbito da religião, mas no da metafísica. Em Leibniz o princípio da “mônada”, domínio por excelência da liberdade, choca-se com o “princípio da razão suficiente”, no qual não se admite o “acaso”. O embate característico do espírito alemão é então solucionado com Kant e sua filosofia crítica. Aqui, a universalidade e o “princípio da razão suficiente” estão assentados na própria espontaneidade do pensamento, no juízo crítico; já a autonomia da vontade desdobra-se na própria autonomia do juízo prático. Assim, Kant confere uma nova resposta e um novo aprofundamento à questão da liberdade, a qual, com efeito, definiu e movimentou de forma íntima todo o conjunto da história espiritual alemã.

Como conciliar trajetórias tão singulares e distintas? Como reuni-las em torno de um ponto em comum? Para Cassirer a cultura europeia é formada pela harmonização de antagonismos profundos. Entretanto, mais do que enxergar as culturas nacionais como fragmentos individuais, Cassirer procura pelo seu verdadeiro sentido universal. Portanto, mesmo a partir de trajetórias particulares, com decursos bem específicos, no fundo, cada cultura particular teve como parâmetro, ao longo de sua história, a superação de um mesmo

desafio: estabelecer o domínio do espírito sobre a realidade e compreender esse domínio em seus pressupostos. Essa é a ideia que, em suma, perpassa e conduz o texto de 1931.

“Alemanha e Europa Ocidental no espelho da história intelectual” é, de fato, um artigo breve e, talvez, de menor robustez, se comparado a outros escritos políticos de Cassirer. No entanto, não se pode diminuir sua relevância. Além de nos mostrar a erudição, clareza e profundidade do estilo de Cassirer, esse texto nos apresenta uma bela e incisiva defesa da unidade europeia e de um ideal cultural cosmopolita, o testemunho de um intelectual judeu que vivenciou e observou de perto o desmantelamento do ideal de tolerância e a emersão do pensamento mítico.

Alemanha e Europa Ocidental no espelho da história intelectual¹¹

1. Goethe equiparou a moderna história intelectual europeia a uma grande comissura, na qual as vozes dos povos isoladamente, uma atrás da outra, mobilizam-se a fim de fazer valer suas peculiaridades, para, em seguida, nesse mesmo embate, gerar uma nova, até então inalcançada, harmonia. Na realidade é essa polifonia que primeiramente produz a unissonância da cultura moderna e sobre a qual se baseia essencialmente sua força e seu caráter. Ela sempre propicia um novo estímulo, deixa-o transferir-se ao devir interior, sobre o qual se assenta o ponto de chegada e o objetivo dessa harmonia. Antagonismos profundos e intensos são reunidos em uma unidade; distensões violentas e dinâmicas procuram e encontram seu ponto de equilíbrio.

Não se compreende essa evolução quando se encara a mesma com juízos de valor previamente definidos, quando se procura parâmetros rigorosamente unitários e se estabelece normas únicas e rígidas, com base nas quais as culturas nacionais singulares passam a ser mensuradas. Por conseguinte, o crucial é, precisamente, que mesmo assim adquiriu-se – em discórdia e contenda, em uma constante disputa, a qual pode aparentar, sob um olhar externo e superficial, uma mera desmoralização – uma nova e genuína totalidade, sendo estabelecida e assegurada uma nova norma. O valor efetivo de cada cultura nacional particular não jaz naquilo que ela contribui

¹¹ Publicado originalmente como: CASSIRER, Ernst. Deutschland und Westeuropa im Spiegel der Geistesgeschichte. *Inter Nationes*, Berlin, n. 1, 1931. [Nota do Tradutor]

externamente e em sentido simplesmente extensivo a essa totalidade. Tal contribuição permanece, independentemente do quão rica possa ser concebida, sempre como uma mera fração e estigmatizada como fragmentária. Não devemos permanecer eternamente condenados a olhar para a história intelectual moderna somente como um “fragmento em fragmentos”, por conseguinte, devemos procurar mesmo nas especificidades individuais, as quais são inegavelmente inerentes a cada cultura nacional, não um mero particular, mas procurar enxergar um verdadeiro universal. Em certa ocasião, com o intuito de determinar a relação do espírito humano para com a divindade, Leibniz cunhou esta formulação. O espírito do homem não é uma parte, mas um símbolo da divindade; ele não carrega uma mera fração do divino, mas representa em si mesmo a totalidade do seu ser, sua força e sua substância. “A mente não é parte, mas simulacro do divino, representante do todo [...]”¹² (Leibniz, 1707, p. 447). Nós também devemos adotar essa interpretação “monadológica” da substância da unidade e da multiplicidade para nossa reflexão sobre as forças fundamentais, de cuja atuação conjunta desenvolveu-se a feição do novo espírito europeu. Cada uma de suas partes é uma unidade própria e insubstituível; possui em si mesma seu núcleo e centro gravitacional e a partir desse centro desenvolve uma ação clara e certa, a qual sempre se expande e paulatinamente se apodera do conjunto do universo espiritual, definindo-o de modo característico. Em todas essas definições, cada força particular exprime-se, da forma mais concisa e explícita, em sua própria essência, em suas especificidades, suas limitações e comprometimento; aliás, conferindo, ao mesmo tempo, a cada uma, dentro de seu próprio aspecto, uma imagem da estrutura, da organização e da constituição interna do todo. Intentamos tornar clara essa relação, sucessivamente compreender, de forma sucinta, as forças elementares, atuantes e constituidoras da cultura moderna francesa, inglesa e alemã. Procurar compreendê-las como unidade fundamentada em si mesma – como uma unidade que se reconcentra não a partir de fragmentos, de ideias e de motivos particulares, mas que, primordialmente e ininterruptamente, é apresentável como unidade de um problema e princípio específico.

¹² Em latim no original: “Mens no pars est, sed simulacrum divinitatis, repraesentativum universi”. (Nota do Tradutor)

2. É característico do espírito francês o rigor, o zelo e a coesão. Assim, ele não apenas os transforma por meio de uma ação abrangente em seu princípio fundamental, mas também sabe e reconhece que para que seu princípio fundamental logre êxito, o mesmo deve ser, desde logo, conscientemente apreendido e formulado com envolvente clareza. Foi um grande pensador francês o responsável por consumir esse feito. O “Discurso do método” (*Discours de la méthode*) de Descartes rende-se a uma tarefa, por excelência, universal, prestando-se, acima de todas as questões meramente individuais, a um objetivo abrangente. Toda particularização da questão, todo desmantelamento do saber em campos separados, todo constrangimento em direção à investigação sob a ótica das disciplinas especializadas, foram expressamente rejeitadas por Descartes. Seu problema vai em direção à abrangente questão do *universitas ingenii*, em direção à unidade e totalidade, à indivisível e inquebrável identidade do espírito. O espírito permanece em si mesmo igual, embora possa se desdobrar em conteúdos múltiplos e orientar-se para objetos variados; de forma análoga à luz do sol que ilumina diversos objetos e é sempre a mesma. Partindo dessas suas ideias fundamentais, Descartes molda o novo ideal de sua filosofia como um *mathesis universalis*¹³, como uma doutrina geral do conhecimento. Aliás, reside simultaneamente nessa mesma generalidade uma empreitada mais específica e mais concisa. Porque aqui não foi simplesmente instituído um preceito a partir do qual a nascente ciência do universo poderia se orientar e retirar seus novos parâmetros, suas normas lógicas e metodológicas; mas, coloca-se aqui, ao mesmo tempo, em surpreendente coincidência, uma reivindicação nacional específica. Descartes designou pioneiramente, com total determinação e consciência, essa diretriz que assegurou o desenvolvimento do espírito francês

¹³ Projeto de Descartes para “matematização” das ciências. Passa, como exposto por Cassirer em “Descartes: ensinamento – personalidade – atuação” (*Descartes: Lehre – Persönlichkeit – Wirkung*), pela remodelação do conceito de matemática. Para Descartes, a interpretação tradicional da matemática como doutrina dos números e das figuras obscurece sua universalidade e, portanto, seu verdadeiro sentido filosófico. Os pensadores antigos já haviam interpretado a matemática como a verdadeira ferramenta do conhecimento filosófico, não restrita, por conseguinte, às operações numéricas e geométricas, mas relacionada a tudo que envolve medida e ordem, ou seja, relacionado com o mundo dos tons, da luz, dos corpos celestes e seus movimentos. Astronomia, mecânica, música e ótica podem ser designadas, com igual justiça, como partes da matemática, assim como a álgebra e a geometria. Em face desta passagem de uma *mathesis vulgaris* para uma *mathesis universalis* e do princípio da formalização, estabeleceu-se o parâmetro norteador da teoria do conhecimento de Descartes (Cassirer, 1936–1938, p. 10–11). [Nota do Tradutor]

nos dois séculos seguintes e, de maneira paulatina e certa, seu verdadeiro aperfeiçoamento “clássico”. O princípio que ele representa como matemático e cientista natural, como lógico e metafísico, resulta também em algo eficiente e dinâmico, para além desse círculo já tão tenso. O espírito de análise que celebra seu mais alto triunfo em “Regras para a direção do espírito” (*Regulae ad directionem ingenii*) de Descartes e em sua geometria, e que inaugura aqui um novo caminho tanto da lógica quanto da matemática, determina, em suma, desde então, as normas fundamentais para toda atividade produtiva. Para Descartes não existem questões que o espírito humano não possa levantar; questões que não haveriam de ser respondidas por esse mesmo espírito de alguma forma, seja ela direta ou indireta. Entretanto, a resposta, com efeito, sempre depende da fixação de uma ordem determinada e necessária no processo de análise, de um plano persistente que vá passo-a-passo do simples para o complexo. Somente essa progressão gradualmente regulamentada, que exclui todo salto e arbitrariedade e simplesmente descobre conexões necessárias estabelecidas na coisa mesma, pode conduzir ao êxito. No “Discurso do método” Descartes compara o estado atual das ciências ao aspecto daquelas cidades medievais – ele pensa aqui especialmente nas pequenas cidades alemãs, as quais ele conheceu durante os anos de guerra – que se apresentam como uma estrutura de altos edifícios individuais, cujos fundamentos são erguidos um atrás do outro, como uma confusão policromática de ruas e vielas. Tal caos e “contumácia” – ele esclarece desta forma – jamais podem satisfazer aos requisitos da beleza. Antes, pelo contrário, isso só será atingido quando tivermos diante de nós um plano totalmente coerente em si mesmo, concebido de maneira prévia e estritamente cautelosa. Tal configuração, oriunda da unidade de um modelo arquitetônico uniforme, constitui o caráter de toda verdadeira arte e ciência. Porque também a arte não surge da mera plenitude e do vagueante arbítrio da fantasia, mas nela tudo se ancora sobre a estruturação claramente penetrável e uniformemente compreensível, sobre a organização do todo a partir dos particulares, seguindo princípios necessariamente universais. Assim, a beleza transforma-se em um caso especial da verdade, assim, a forma artística transforma-se em um direcionamento particular e específico da estrutura teórica. Mais tarde Condillac apenas extraiu desses princípios da filosofia cartesiana as

consequências necessárias ao esclarecer que a análise é o que define tanto o matemático e o cientista natural quanto o grande artista. Entre o gênio matemático e o gênio poético não há distinção essencial. Corneille e Newton estão sobre uma mesma linha; da mesma forma que um é mestre na decomposição dos fenômenos da percepção externa, na redução de todo movimento físico a poucos princípios fundamentais básicos, o outro é mestre na dissecação dos sofrimentos humanos e na redução aos seus princípios originais básicos.

A força que habita no interior desse direcionamento fundamental do espírito francês nos séculos XVII e XVIII, põe-se à mostra, da maneira mais clara, no momento em que, no que se refere ao assunto que ela tem por missão penetrar e dominar, é produzida a mais veemente oposição. Essa força não recua diante dos “irracionalistas”, para os quais a “razão” pura aparenta ser simplesmente algo hermético. Não apenas a arte, mas também a própria “crença” religiosa é implicada nesse círculo e, da mesma forma, envolvida nessa atmosfera peculiar. Talvez não exista um antagonismo mais profundo e irreconciliável, no que tange à questão e à problemática intelectual, do que o antagonismo existente entre Descartes e Jansenius. A grande obra de Jansenius sobre Agostinho, a qual concedeu o impulso inicial decisivo para o movimento religioso mais profundo e atuante da França moderna, pertence, no que diz respeito à concepção e à elaboração, temporalmente à mesma época do “Discurso do método”. Mas, o “Discurso do método” atua em suas adjacências históricas como um completo desconhecido; a obra de Jansenius sobre Agostinho permanece totalmente intocada pelo espírito da dúvida cartesiana e sua inovação. O que se anuncia, o que se deseja sustentar com fervor passional, é o antigo preceito do *credo quia impossibile*; isto é, a total impotência da razão diante das verdades da fé, particularmente, diante do mistério da eleição divina¹⁴, no qual consiste, de acordo com Jansenius, o núcleo e a essência da religião. Partindo do caminho do saber e da compreensão analítico-discursiva, não existe acesso a esse mistério; o único meio de apreendê-lo consiste nisto, que nós nos quebrantemos diante do ser e da vontade divina – como Jansenius declarou em certa passagem de sua obra sobre Agostinho –, aventurar-se sem direção e sem veleiro no oceano da

¹⁴ “Gnadenwahl”. [Nota do tradutor]

divindade. Assim, surge aqui uma divisão contumaz entre duas ordens diametralmente opostas. “O coração tem sua ordem; a mente tem a sua própria que é por princípio e demonstração; o coração tem outra”¹⁵ (Pascal, 1897, p. 102). Ora, mas mesmo nesses aparentes opostos extremos conversa-se a unidade e a incomparável coesão do “clássico” espírito francês. O movimento religioso do Jansenismo não encontra, a fim de se sustentar intelectualmente, nenhum outro meio senão se encaixar, de certo modo, nos parâmetros do cartesianismo. Do mais íntimo círculo do Jansenismo é derivado a “Lógica de Port Royal” (*Logique de Port Royal*), a qual se transformou no livro didático da lógica cartesiana na França. E os próprios pioneiros do Jansenismo, especialmente Antoine Arnauld, geralmente tomaram por empréstimo dessa lógica as suas armas e armaduras históricas. Arnauld desenvolveu durante seus quase sessenta anos de luta, em incontáveis escritos polemistas e apologéticos, um fanatismo da “comprovação”, da demonstração lógica, dificilmente inferior à sua fervorosa crença: seu opositor calvinista, Jurieu, repreendeu-o, não sem uma razão aparente, justamente por sua visão sobre a eucaristia mostrar mais inclinação ao cartesianismo do que ao cristianismo.

Pode-se perseguir movimento análogo por toda a literatura francesa do século XVII. Sem dúvida, em sentido puramente histórico, isso dificilmente poderia ser sustentado se as ideias fundamentais da poética dessa época fossem simplesmente tomadas como uma continuação e aperfeiçoamento do pensamento cartesiano (Krantz, 1882). A poesia classicista francesa e a poesia classicista estavam bem estabelecidas em suas características fundamentais, mesmo antes da instituição da influência intelectual de Descartes: nos anos da publicação do “Discurso do método”, Paris já se regozijava com o *Cid*¹⁶ de Corneilles. Entretanto, existe entre Descartes e Boileau, ainda que, por ventura, nenhum nexos histórico direto, uma analogia permanente e sistemática dos problemas basilares. A frase: “Nada é tão belo como a verdade [...]”¹⁷ (Boileau-Despréaux, 1821, p. 111) forma, de fato, o padrão intelectual da poética de Boileau. E a paixão pela razão, que o artista prescreve a essa poética, não é

¹⁵ Em francês no original: “La cœur a son ordre; l'esprit a le sien, qui est par principe et démonstration; le cœur en a un autre”. [Nota do Tradutor]

¹⁶ *Le Cid*, tragicomédia de Pierre Corneille cuja primeira representação se deu em Paris no ano de 1637. [Nota do Tradutor]

¹⁷ Em francês no original: “Rien n'est beau que le vrai”. [Nota do Tradutor]

nada senão a paixão pelo método. Descartes instituiu como princípio mais elevado de sua doutrina do conhecimento que a verdadeira determinação da essência do espírito cognoscente somente pode derivar da definição de seus limites. “O intelecto define limites”¹⁸ (Descartes, 1908, p. 398): essa é a tarefa que suas regras colocam para a condução do entendimento. Boileau transplanta esse postulado da esfera do espírito científico pra a esfera do espírito poético. Também a beleza poética somente é alcançável na clareza do recorte, na nitidez da delimitação, no rigor do contorno, tanto linguístico quanto intelectual. As regras do “estilo” poético não são, portanto, no fundo, outras senão as regras da lógica, do pensamento conclusivo e coerente: “Antes de escrever, aprenda a pensar”¹⁹ (Boileau-Despréaux, 1674, p. 18). Mesmo quando parece dominar soberanamente na literatura francesa nada além do movimento livre da força da imaginação poética, quando essa, da forma menos acanhada, irradia-se graciosamente de forma sutil e lúdica, sente-se ainda assim o revérbero do espírito prospectivo que organiza, regula e premedita. “Nesses tipos de ficção”, assim fala o próprio La Fontaine sobre suas fábulas, “é necessário instruir e agradar: / e contar por contar me parece questão menor”²⁰ (La Fontaine, 1668, p. 307). Labruyère declara expressamente que entre o “bom senso” (*bons sens*) e o bom gosto não subsiste nenhuma outra diferença, a não ser a diferença entre causa e efeito: o bom senso constrói a base e o condicionamento, o bom gosto constrói o resultado e a dedução para a apreciação de toda produção artística. Assim, também a palavra da língua francesa do século XVII para “arte” torna-se praticamente equivalente à palavra francesa para “método”. Aqui existe não apenas uma arte da forma poética, plástica e musical, mas existe, do mesmo modo, uma arte de *penser*, uma arte de *raisonner*, uma arte de *parler*, de *persuader*, de *converser*²¹ etc. “As artes”, assim formula Le Bossu de forma incisiva e clara o princípio fundamental da época, “têm isto em comum com as ciências: que a

¹⁸ Em latim no original: “[I]ngenii limites definire”. [Nota do tradutor]

¹⁹ Em francês no original: “Avant donc que d’écrire, apprenez à penser”. [Nota do Tradutor]

²⁰ Em francês no original: “En ces sortes de feinte il faut instruire et plaire: / Et conter pour conter me semble peu d’affaire”. [Nota do Tradutor]

²¹ Respectivamente: pensar, refletir, falar, persuadir, conversar. [Nota do Tradutor]

fundamentação na razão é comum a ambas e que elas se deixam conduzir pelas luzes que a natureza nos deu”²² (Le Bossu, 1675, p. 1–2).

3. Olhando, a partir daqui, em direção aos fatores básicos sobre os quais a cultura inglesa moderna se desenvolveu e em direção ao modelo intelectual interno, segundo o qual ela se moldou, põe-se, conseqüentemente, diretamente em evidência, da maneira mais clara, a diferença essencial em relação à concepção geral. Voltaire – ao pisar pela primeira vez em território inglês em 1726 – foi impactado da forma mais profunda por essa diferença, e a impressão por ele absorvida pertence às influências decisivas que definiram, de forma eficaz e duradoura, todo o seu ser espiritual e sua atividade literária. Nas “Cartas filosóficas sobre os ingleses” Voltaire fala deles como se tratasse de uma nação tão destacada quanto desconhecida, e, aliás, incompreensível para os franceses da época. Alguém, oriundo de Paris, que despertasse um belo dia em Londres, de repente, ver-se-ia trasladado para outro mundo. A “razão”, ele observaria aos poucos, é também aclimatada nesse mundo; entretanto, possui aqui, desde o princípio, outro direcionamento e persegue essencialmente outros objetivos. Em vez de se aprofundar na esfera das ideias puras e na dissecação analítica dos conceitos, a razão é compelida pela regulação e domínio da realidade. Exclusivamente aqui, nesse solo do rigoroso *matter of fact*, ela encontra as verdadeiras raízes de sua força. Essa concepção técnica da razão tornou-se real quando Bacon fundamentou sua remodelação e reestruturação, sua “Grande instauração” (*Instauratio magna*). O objeto não pode e não deve mais ser procurado na contemplação pura e no conhecimento puro, mas na dimensão prática. A esfera contemplativa do conhecimento não há de ser estimada em si mesma, mas seu valor jaz exclusivamente em seu resultado, no serviço prestado à dimensão prática. E o que deve ser almejado, em última instância, é a renúncia total do momento contemplativo em favor do ativo: “[...] prática e contemplação são a mesma coisa; e o que é mais útil na prática, é na ciência mais verdadeiro”²³ (Bacon, 1620, p. 230).

²² Em francês no original: “Les Arts ont cela de commun avec les Sciences qu’ils sont comme elles fondez sur la raison, et que l’on doit s’y laisser conduire par les lumieres que la nature nous a données”. [Nota do Tradutor]

²³ Em latim no original: “(...) activum et contemplativum, res eadem sunt; et quod in Operando utilissimum, id in Sciendo verissimum”. [Nota do Tradutor]

Com isso é cunhado aquele novo conceito de verdade, estritamente “pragmático”, que ressoa até hoje, da forma mais contundente, na ciência e na vida espiritual inglesa. Em contrapartida, o vigor, a consistência lógica e a incondicionalidade desse modo de pensar mostra-se de forma mais intensa juntamente quando se alastra para um domínio remoto, com efeito, aparentemente inacessível. Também a configuração da vida religiosa na Inglaterra encontra-se indiretamente influenciada por aquele ideal anunciado por Bacon. De fato, existe à primeira vista uma oposição diametral, um conflito incisivo, entre os princípios fundamentais da filosofia empírica e o princípio da crença calvinista-puritana (com base no qual a Inglaterra moderna adquiriu sua feição). Porque, ora, “neste lado” todo pensamento, todo conhecimento e fazer há de ser assegurado, há de ser fundamentado nos dados imediatos da percepção sensorial ou da introspecção – em contrapartida, neste lado todo sentido está alinhado a um conjunto de reivindicações e expectativas puramente superiores, a partir dos quais ele é lido. E, assim, une-se a religião puritana da transcendência ilimitada à concepção empírica da pura imanência, gerando um dogma característico. Ambos atuam diretamente no mundo do agir e desejam servir a esse mundo. Se o alvo da crença puritana se encontra no sobrenatural e no transcendental, por conseguinte, pertence a esse alvo, de forma plena, o mundo da existência empírica, da existência material, do imediatamente dado. Também a fé não pode mostrar-se eficiente em qualquer outro lugar. A certeza da eleição – e sua prova – não é assegurada em lugar algum, senão na vida terrena, no resultado de seu trabalho, no agir indireto. Assim a “transcendentalidade” que a fé puritana mira e em cujos princípios é definida e exercida de forma perene, torna-se ao mesmo tempo o ponto de partida para o desenvolvimento daquele espírito do “secularismo”, a “ascese intramundana”, como definida e descrita por Max Weber. A partir de forças motrizes opostas e inversas, a partir de um embate e oposição de causas intelectuais, constitui-se agora, na Inglaterra, uma unidade coesa e fundamentada em si mesma da aspiração e produção cultural. Comparada com o ideal cultural do classicismo francês, essa unidade aparenta ser muito mais complexa e muito mais rica em tensões; entretanto, sua força e sua estabilidade interna mostraram-se, pois, eficientes, uma vez que suas tensões jacentes não precisaram ser demolidas e niveladas, mas puderam ser toleradas e superadas.

4. Foi novamente uma empreitada totalmente diferente que a história intelectual alemã em seu desenvolvimento desde os dias do Renascimento viu posta diante de si. O espírito filosófico do Renascimento foi marcado na Alemanha por um dos mais imponentes e destacados pensadores, Nicolau de Cusa. Entretanto, como o próprio centro gravitacional da atuação de Nicolau de Cusa e de sua influência intelectual desloca-se cada vez mais da Alemanha para a Itália, assim, o universo das ideias renascentistas não atuou na Alemanha de modo tão direto e duradouro como na Itália, França ou Inglaterra. O novo princípio espiritual – que a Alemanha desenvolve e representa – não está assentado no âmbito da cultura secular; de fato, esse princípio não possui seu ponto de apoio e sustentáculo na ciência enquanto tal, nem no domínio ativo da realidade, mas na consciência religiosa. Foi a Reforma que primeiramente descobriu esse fundamento e o salvaguardou. Ela desloca o núcleo do ser para a livre interioridade e ensina que somente a partir desse centro a essência da fé é explorável, o acesso ao divino é possível:

As obras são coisas mortas, não podem honrar a Deus, nem louvar, entretanto, sem dúvida, elas podem tornar-se e deixarem-se fazer para honra e glória de Deus. Todavia, não procuramos aqui o que foi feito, como é o caso das obras, mas sim o próprio autor e confeccionador, aquele que reverencia a Deus e que realizou as obras. Esse não é outro senão a fé que vem do coração²⁴ (Lutero, 1520, p. 26).

A questão desse “próprio autor e confeccionador”: essa é a questão fundamental da Reforma, seu problema original, o qual é efetivamente intrínseco à vida espiritual alemã desde Lutero. Mas quando Lutero, sobretudo nos primeiros escritos reformadores, coloca essa questão com toda a energia de seu ser e quando se apodera dela com a mais fervorosa paixão, dentro de seu universo mental e de seu sentimento religioso de mundo não era possível uma resposta definitiva e inteiramente inequívoca. Porque aqui sempre ressurgue diante da ideia reformada de liberdade, da ideia do sujeito religioso como o “autor autônomo” incondicional, um obstáculo e um adversário interior na pretensão da onipotência divina, por meio do qual é desvanecida toda potencialidade do eu. Enquanto mais Lutero era comovido e tomado por esse problema, enquanto mais fundo ele imergia-se no mistério de doutrina paulina

²⁴ “Die werck (...) seyn todte ding, kunden nit ehren noch loben gott, wie wol sie mugen geschehen und lassen sich thun gott zu ehren und lob, aber wir suchen hie den, der nit gethan wirt, als die werck, sondern den selbthetter und werckmeyster, der gott ehret und die werck thut. Das ist niemant dan der glaub des hertzen (...)”.

da justificação e na doutrina agostiniana da predestinação, conseqüentemente, esse conflito sobressaía-se de forma mais nítida e mais implacável. E na disputa com Erasmo a posição de Lutero recaiu rigorosamente em favor da tese da “escravidão da vontade”. A vontade humana está colocada entre Deus e o diabo como uma besta de carga:

Quando Deus se apossa²⁵, ela obedece e vai para onde Deus quer. [...], por conseguinte, quando é Satanás quem se apossa, ela obedece e vai para onde Satanás quer. E não está na alçada de seu livre-arbítrio, caminhar em direção a um desses dois, ou mesmo procurar a um ou outro; mas eles mesmos lutam por isso, a fim de ganhá-la e possuí-la²⁶ (Lutero, 1525, p. 635).

Com isso, aparentemente, a dogmática paulino-agostiniana consegue seu triunfo definitivo sobre a ideia religiosa de liberdade. Todavia, o problema que a Reforma havia colocado, e pelo qual era interiormente movida, não foi superado. Foi transferido do domínio da “fé” para o domínio da filosofia; foi apresentado diante do tribunal da metafísica, assim como outrora havia sido apresentado diante do tribunal da religião. E, outra vez, surge aqui a mesma colisão dialética. Também Leibniz encontra-se novamente diante da pergunta fundamental e nuclear da metafísica: diante da pergunta sobre a relação entre liberdade e necessidade. E seu verdadeiro conceito metafísico basilar, o conceito de “mônada”, aparenta satisfazer plenamente o espírito da ideia de liberdade, com efeito, aparenta ter nascido desse espírito. “Em nossa própria essência”, assim se lê no artigo de Leibniz *Sobre a verdadeira teologia mística*, “foi inserida uma infinitude, um rastro, uma imagem da onisciência e onipotência de Deus” (Leibniz, 1838, p. 411). A mônada como a derradeira e indestrutível unidade do ser e como a genuína e primordial “essência própria”, que não é passível, portanto, de nenhuma influência e de nenhuma coerção externa; ela desenvolve a multiplicidade e a plenitude geral de seu ser, pura e simplesmente, a partir de si mesma. Mas, se com isso, no âmago do real, está absolutamente assegurada a validade da ideia de liberdade, conseqüentemente, por outro lado, no reino dos fenômenos, das manifestações derivadas que se apresentam na

²⁵ No original: “Wenn Gott sich darauf setzt”. No contexto do latim bíblico em que se baseia Lutero, quer dizer “apossar-se”. Fala-se usualmente, de forma pejorativa, de possessão diabólica (que escraviza a vontade), mas Lutero também considera uma “boa posse”, que é a divina. [Nota do Tradutor]

²⁶ “(...) si insederit Deus, vult et vadit, quo vult Deus (...) Si insederit Satan, vult et vadit, quo vult Satan, nec est in eius arbitrio ad utrum sessorem currere aut eum quaerere, sed ipsi sessores certant ob ipsum obtinendum et possidendum”.

ordem do espaço e do tempo, ergue-se solidamente o domínio da necessidade. Isso porque não há exceção ao “princípio da razão suficiente”²⁷, e o mesmo não admite nenhuma forma de “acaso”. Na enunciação desses fatos Leibniz também não recua diante do antigo conceito de fatalidade, de “sina”.

Que tudo é trazido à existência por meio de uma sina estabelecida é tão certo quanto três multiplicado por três são nove. Já que a sina consiste nisto, que tudo está entrelaçado como uma sequência, e justamente assim, acontecerá infalivelmente, antes de acontecer, como fatalmente se sucede quando acontece. Os poetas antigos, como Homero e outros, deram a isso o nome de áurea sequência, assim Júpiter deixa-se pender do céu para baixo, não se dilacerando, depende-se disto, portanto, do que se deseja (Leibniz, 1906, p. 129).

Dessa forma, emerge também no interior da filosofia leibniziana – sobre outro fundamento e sob fatores totalmente distintos daqueles de Lutero – novamente o conflito entre liberdade e necessidade. Já que, como lógico e matemático, Leibniz sustenta o princípio da “causa” como o princípio geral de determinação e de calculabilidade integral do ser – como metafísico, ele parte do pressuposto incondicional da espontaneidade do eu. Livre de toda “influência física”, tudo o que possui cria-se a partir de si mesmo e deixa derivar-se de uma autodeterminação espontânea.

Esse embate somente se resolveu com a nova reviravolta “crítica”, através da renovação e do aprofundamento da questão operada pela filosofia kantiana. O problema religioso fundamental de Lutero e o problema lógico-metafísico fundamental de Leibniz atuam nessa filosofia de forma evidente e constante. Entretanto, por meio da “revolução do modo de pensar” – operada por Kant mediante seu conceito de “idealismo transcendental” – ambos os problemas foram, por assim dizer, revolucionados, em suma, foram analisados sob outro ponto cardinal, tanto no sentido mental, quanto no espiritual. Agora a ideia de liberdade repousa no centro como a última certeza primordial, inatacável e segura; e a partir desse ponto central constrói-se o universo da ação assim como o universo do conhecimento. O “princípio da razão suficiente” é, nesse sentido, assegurado, já que é alçado aprioristicamente à condição de máxima sintética e, com isso, à condicionante da possibilidade da experiência e de seus objetos. Mas tal princípio não significa mais um ser absoluto independente que se coloca em oposição, ou em qualquer sentido,

²⁷ No original: “Satz vom Grunde”. Trata-se do princípio filosófico segundo o qual tudo o que acontece tem uma razão (ou explicação) suficiente. [Nota do tradutor]

contrário ao entendimento: é, pelo contrário, a expressão pura do próprio estabelecimento das leis do conhecimento. Assim, precisamente, torna-se, em função de seu entendimento, “artífice da natureza”. A certeza, universalidade e necessidade do princípio da razão toca em última instância em nada, senão na própria espontaneidade pura do pensamento. Portanto, para Kant o “princípio da razão suficiente” torna-se demonstração e prova da regulamentação autossuficiente do juízo teórico – e daqui desdobra-se ulteriormente a autonomia e a própria afirmação da vontade, a “autonomia do juízo prático”. Essa autonomia não mais se reconhece em oposição a qualquer domínio metafísico absoluto, diante do qual ela é, seja da forma que for, oprimida, no qual poderia fracassar e ser aniquilada. Porque agora também o ser divino perdeu essa forma de onipotência. A “revolução copernicana” efetua-se inclusive contra ele. Em vez de tomar como ponto de partida Deus enquanto uma existência dogmáticamente assegurada e a partir dele colocar a pergunta sobre a liberdade humana, Kant prossegue, ao contrário, pelo caminho inverso. Ele começa com a liberdade, visualizando nela o único acesso possível, a porta para o reino do ser inteligível. É verdade que Deus deve significar o núcleo desse ser inteligível. É também verdade que ele está de igual maneira sujeito à condição estabelecida na ideia pura de liberdade. Assim, a ideia moral de liberdade não mais se frustra na exigência religiosa básica da total dependência da vontade em relação a Deus; antes, no sentido contrário, a partir de então a certeza religiosa, a certeza de Deus, fundamenta-se sobre a certeza da liberdade e da autonomia moral. Agora pela primeira vez o problema levantado por Lutero e Leibniz, que movimentou da forma mais íntima o conjunto da história espiritual alemã, é compreendido em sua verdadeira universalidade e apreendido de forma efetivamente profunda. “O único conceito de liberdade”, assim resume a “Crítica da razão prática” o resultado desse movimento do pensamento,

professa que nós não devemos ir para além de nós mesmos em direção ao sensível e ao condicionado a fim de encontrar o absoluto e o inteligível. Porque esse é a nossa própria razão, que se reconhece por meio da mais elevada e incondicional lei prática e a essência, que é consciente dessa lei (nossa própria pessoa), como que pertencente ao mundo do entendimento puro e, de fato, inclusive com determinação da maneira, como ela poderia ser, enquanto tal, atuante (Kant, 1788, p. 115).

Olhando retrospectivamente, mais uma vez, esse resultado e esse relativo apogeu filosófico do desenvolvimento geral da história intelectual europeia, percebe-se conseqüentemente que, no fundo, foi sempre um grande tema que fomentava suas transformações. Estabelecer o domínio do espírito sobre a realidade e compreender esse domínio em seus pressupostos e últimas conseqüências: essa foi a grande empreitada, que as culturas nacionais individualmente se colocaram desde os dias do Renascimento. Cada uma delas apreendeu essa “autonomia do espírito” de forma distinta e a viram sob uma perspectiva própria. Nesse modo de ver, testou-se e comprovou-se o caráter individual, irrevogável e inapagável do espírito dos povos; entretanto, mostrou-se, ao mesmo tempo, que, de dentro dessa peculiaridade, foi adquirido e conquistado um conteúdo verdadeiramente universal.

Referências bibliográficas

BACON, Francis. *Novum organum*. In: ELLIS, Robert L.; HEATH, Douglas; SPEDDING, James (Orgs.). *Works*. v. 1. London: Longman and Co., 1858 (1620).

BOILEAU-DESPRÉAUX, Nicolas. *Épîtres*. In: *Œuvres*. v. 2. Paris: Blaise, 1821. p. 1–164.

_____. *L'art poétique*. Coburg: G. Sendelbach, 1874 (1674).

CASSIRER, Ernst. *Leibniz' System in seinen wissenschaftlichen Grundlagen*. Hamburg: Meiner, 1998 (1902).

_____. *Freiheit und Form*. Hamburg: Meiner, 2001 (1916).

_____. *Kants Leben und Lehre*. Hamburg: Meiner, 2001 (1918).

_____. Die Idee der republikanischen Verfassung: Rede zur Verfassungsfeier am 11. August 1928. In: *Aufsätze und kleine Schriften (1927–1931)*. Hamburg: Meiner, 2004 (1929). p. 291–307.

_____. Deutschland und Westeuropa im Spiegel der Geistesgeschichte. In: *Aufsätze und kleine Schriften (1927–1931)*. Hamburg: Meiner, 2004 (1931). p. 207–219.

_____. *Descartes: Lehre – Persönlichkeit – Wirkung*. Hamburg: Meiner, 2005 (1936–1938).

_____. *The Myth of the State*. Hamburg: Meiner, 2007 (1946).

_____. *Zur Metaphysik der symbolischen Formen*. Hamburg: Meiner, 1995.

DESCARTES, René. *Regulae ad directionem ingenii*. In: ADAM, Charles; TANNERY, Paul (Orgs.). *Œuvres*. v. 10. Paris: Léopold Cerf, 1908. p. 349–488.

FERRARI, Massimo. *Ernst Cassirer: dalla scuola di Marburgo alla filosofia della cultura*. Firenze: Leo S. Olschki, 1996.

FRIEDMAN, Michael. *A parting of the Ways*. New York: Oporn Court, 2000.

GAY, Peter. *The Social History of Ideas: Ernst Cassirer and After*. In: MORRE, Barrington; WOLFF, Kurt (Orgs.). *The critical spirit: essays in honor of Herbert Marcuse*. Boston: Beacon, 1967. p. 106–120.

GORDON, Peter. *Continental divide: Heidegger, Cassirer, Davos*. Cambridge: Harvard University, 2012.

HABERMAS, Jürgen. *Vom sinnlichen Eindruck zum symbolischen Ausdruck*. Berlin: Suhrkamp, 1997.

KANT, Immanuel. *Kritik der praktischen Vernunft*. In: KELLERMAN, Benzion (Org.). *Werke*. in Gemeinschaft mit Hermann Cohen [et al.]. v. 5. Berlin: Bruno Cassirer, 1914 (1788). p. 1–176.

KRANTZ, Émile. *Essai sur l'esthétique de Descartes étudiée dans les rapports de la doctrine cartésienne avec la littérature classique française au XVIIe siècle*. Paris: Libr. Germer Baillièrre et Cie, 1882.

LA FONTAINE, Jean de. *Le patre et le lion – Le lion et le chasseur*. In: *Œuvres Complètes*. v. 1. Paris: Garnier, 1872 (1668). p. 307–309.

LE BOSSU, René. *Traité du poème epique*. Paris: Chez M. Le Petit, 1675.

LEIBNIZ, Gottfried Wilhelm. Epistola ad Hanschium de philosophia Platonica sive de entusiasmo Platonico. In: ERDMANN, Johann Eduard (Org.). *Opera philosophica quae exstant latina gallica germanica omnia*. Berlin: Berolini, 1840 (1707).

_____. Von dem Verhängnisse. In: *Hauptschriften zur Grundlegung der Philosophie*. v. 2. Leipzig: Meiner, 1906. p. 129–134.

_____. Von der wahren Theologia mystica. In: GUHRAUER, Gottschalk Eduard (Org.). *Deutsche Schriften*. v. 1. Berlin: Veit, 1838. p. 410–413.

LIPTON, David. *Ernst Cassirer: the dilemma of a liberal intellectual in Germany*. Toronto: Toronto University, 1978.

LUTERO, Martinho. De servo arbitrio. In: *Werke*. Kritische Gesamtausgabe. v. 18. Weimar: Böhlau, 1908 (1525). p. 551–787.

_____. Von der Freiheit eines Christenmenschen. In: *Werke*. Kritische Gesamtausgabe. v. 7 Weimar: Böhlau, 1897 (1520). p. 12–38.

MÜLLER, Stefanie. *Ernst Robert Curtius als journalistischer Autor (1918–1932)*. Bern: Peter Lang, 2008.

PAETZOLDT, Heinz. *Ernst Cassirer zur Einführung*. Hamburg: Junis, 2002.

PASCAL, Blaise. *Pensées*: Publiées dans leur texte authentique avec une introduction, des notes et des remarques. Paris: C. Delagrave, 1897.

SKIDELSKY, Edward. *Ernst Cassirer: the last philosopher of culture*. Princeton, Oxford: Princeton University, 2008.



ARTIGOS - ARTICLES

Philippe Ariès e a história no tempo:
O registro francês de um historiador *outsider*

Manoel Mota¹
Departamento de História
Universidade do Estado da Bahia
mannoell.motta@gmail.com

Como citar este artigo: MOTA, Manoel Santos. “Philippe Ariès e a história no tempo: O registro francês de um historiador *outsider*”, *Intelligere, Revista de História Intelectual*, nº7, p. 161-194. 2019. Disponível em <<http://revistas.usp.br/revistaintelligere>>. Acesso em dd/mm/aaaa.

Resumo: O estudo investiga a biografia e o percurso profissional de Philippe Ariès [1914-1984], historiador francês pouco divulgado no cenário brasileiro, que é considerado um precursor da *História das Mentalidades* e um expoente da renovação da Escrita da História no século XX. O artigo enseja, nestes traços, desvelar a formação do historiador, fazendo conhecer a sua *cultura política e histórica*, esferas estas que foram seminais no executar de seu posterior ofício historiográfico. Para tanto, promove-se, em continuidade, uma exegese de sua obra intitulada *Le Temps de l'Histoire*, livro mister em que Ariès expôs e refletiu sobre suas visões da História da História, Teoria e Metodologia da História e História da Historiografia.

Palavras-chave: Teoria da História; História da História; História da Historiografia; Escrita da História; História da Cultura; Cultura Histórica

¹ Historiador, Universidade do Estado da Bahia. Estuda Teoria e Metodologia da História, com interesse particular nas dimensões do saber historiográfico ligadas à História da Cultura, História Intelectual, Imagem-História, História da Sexualidade. Professor da Rede Pública e Privada, na Educação Básica e Superior, do Estado do Bahia. *Email:* mannoell.motta@gmail.com

Philippe Ariès and the history on the time: the French inventory of the outsider historian

Abstract: The article discusses the Philippe Ariès's [1914-1984] biography and professional path. He was a relevant French historian, considered a pioneer in *History of Mentalities* and an exponent of the renewal of the *Writing of History* in the 20th century. However that, he is unfortunately little publicized in the Brazilian scenario. Thereby, this study wishes to unveil the formation of the historian and his *political* and *historical culture*, seminal spheres in his historiographic career. Thenceforth, this article makes an *exegesis* of the study *Le Temps de l'Histoire*, a book in which Ariès did substantial reflections on *History of History, Theory and Methodology of History and History of Historiography*.

Keywords: Theory of History; History of History; History of Historiography; Writing of History; History of Culture; Historical Culture

Primeiras palavras

Os expoentes do pensamento historiográfico da Cultura Ocidental são muitos. Diversas e conflitantes são, assim, também, as postulações metodológicas e objetos epistêmicos a que deram vida.

De sorte somente a ilustrar as proporções deste embaraço, pode-se aventar aqui, sintomaticamente, as diferenças seminais que distanciaram – ou são usados para isto – a Escrita da História empreendida na França daquela realizada na Inglaterra: ambos os contextos intelectuais se ocuparam, na segunda metade do século XX, de dar voz aos sujeitos alijados das malhas do Estado e do poder.

O objetivo fundante era, pois, evocar e ecoar os *marginais*, os *de baixo*, em suas *condições de existência*. Isto é, queria-se elucidar seus *modos de organização e manutenção da vida*. Reunidos, tais norteamentos ganharam proeminência e foram apreciados sob a rubrica *História Social* – ou *History from below*, conforme preferiam os britânicos.

Paradoxalmente, não obstante as finalidades análogas, a escrita histórica feita no primeiro e no segundo país elegeu, como se sabe, escopo

muito diverso e até mesmo colidente quanto a seus *Objetos, Métodos, Fontes e Hermenêutica*.²

A rigor, se tomado somente o contexto historiográfico francês, que é o espaço de maior atenção deste estudo, vê-se que em nada se atenuou as mencionadas tensões conceituais ou mesmo a heterogeneidade intelectual. Antes, pelo contrário, a virada do XIX para o XX, e o primeiro quartel do último século, assistiu grandes reviravoltas não apenas na História, mas também na Sociologia e Antropologia, levadas a cabo pelo pequeno país do oeste europeu.

Foi assim que, neste contexto, houve a afirmação da Sociologia e da História frente às demais Ciências do Homem, donde resultou intensa busca por valorização individual, bem como a ferrenha competição entre as duas áreas: em que se buscou aferir qual campo ofertava melhor e mais apurada lente de compreensão da sociedade. Todo este cenário é esmiuçado em trabalho clássico de Fernand Braudel (1965).

Notadamente no campo da História, a passagem da *Événementielle* para a *Nouvelle Histoire* acendeu e acentuou calorosos embates sobre as *especificidades, utilidades e objetivos* do trabalho historiográfico. Tributária desta discussão, a *École des Annales* consagrou o lugar em que se investigou os modos de produção e reflexão da *operação historiográfica* e sobre o *métier* da história no século XX. Neste corolário de produção teórica e metodológica, diversos nomes ganharam expressão e notoriedade. Lucien Febvre, Marc Bloch e Fernand Braudel, seguidos de Ernest Labrousse, Pierre Chaunu, Robert Mandrou, Jacques Le Goff, Emmanuel Le Roy Ladurie, Marc Ferro, Pierre Nora, Roger Chartier, Jacques Revel e André Burguière são-nos bastante conhecidos, posto que todo mínimo bom exame do tema, invariavelmente, os vai listar (Estado de São Paulo, 16.05.2014). Conquanto, no letreiro dos

² Não constitui objetivo aqui esmiuçar a dualidade *História Social Francesa* versus *História Social Britânica* ou ainda as clivagens entre a *Escola dos Annales* e a *Escola Marxista Inglesa*, não porque configurem temas desinteressantes, mas, por que, o caminho, desta vez, é outro. Assim, a consulta dos dois próximos textos certamente valerá a pena, pois oferecem panorama ilustrativo sobre o assunto. Trata-se de Peter Burke (1991) e Gutmaro Gómez Bravo (2003).

expoentes historiadores do XX, um nome quase sempre recebe pouca luz, qual seja, o de Philippe Ariès.

Mormente mencionado somente quando se examina a *Terceira Geração dos Annales*, em torno de elucidação de sua dilatação temática, que abarcou, como se sabe, da *Sexualidade* aos costumes ante a *Morte*; Ariès não raro é apresentado como *nota de pé de página* a jovens pesquisadores, de maneira especial em vista de menção à *História das Mentalidades* e seus temas de costume, quais sejam, a *Vida Privada*, a *Morte*, e a *Criança*, cujos alinhamentos se processam no terreno inefável, e por isso sob suspeição, da *Subjetividade*. O que é uma enorme lástima!

Toda esta conjuntura de marginalidade do historiador é aclarada por múltiplas vias. Sendo, até o presente, difícil precisar qual seja a melhor ou mais fidedigna explicação; mesmo considerando importantes acervos de fontes, a saber os *Arquivos Philippe Ariès* e suas *Autobiografias*.³

Philippe Ariès, Vida e Obra

Philippe Ariès (1914-1984) nasceu em Blois, França, oriundo de família burguesa, reacionária, monarquista e antirrevolucionária. De família nuclear, contou que sua casa era abundada além de seus pais – Emile e Yvonne Ariès, engenheiro e dona de casa, respectivamente –, de outras muitas parentelas: tios, primos, avós e muitos empregados. Sua infância foi, deste modo, recheada de experiências de familiares, donde brotaram muitos “causos” de tempos passados: episódios da monarquia francesa e eventos históricos e políticos que figuraram em seu imaginário infanto-juvenil por muito tempo.

³ Destes arquivos resultaram importantes trabalhos, cuja expressiva maioria ainda não tem tradução do francês. Listo em seguida os mais robustos: Philippe Ariès (1993; 1994; 2013), O livro de 1993 trata-se de publicação póstuma e acrescida de analítica de Roger Chartier, feita a partir do espólio do historiador; e Guillaume Gros (2006; 2008; 2011; 2013). Há, por fim, site eletrônico dedicado à vida e obra de Philippe Ariès criado por iniciativa do historiador Guillaume Gros, pesquisador do centro de estudos *Francia, Amériques e Espagne: sociétés pouvoirs acteurs – FRAMESPA* – da *Université de Toulouse-Jean Jaurès*. Disponível somente em francês: <<http://philippe-aries.histoweb.net/>>.

A este respeito, as descrições do historiador sobre as conversas que tivera e ouvira dos avós, familiares e empregados – oriundos da Martinica e de quem descreve muitos hábitos lingüísticos e de vestuário – nas tardes de férias e feriados, na casa do avô, em Bourdeaux, compõem um cenário particular, que merece ser vislumbrado sobre Memória e História (Ariès, 1994). Apaixonado por livros de história – notadamente os tradicionais –, seu avô vivia às voltas com eles. Além deste, seu reacionário professor do liceu teve importância em seu encanto pela história na juventude. Deste modo, o contexto familiar e educativo fez brotar no pequeno Ariès um confesso *sentimento de intimidade e interesse pelo passado, as portas de acesso a ele, assim como as formas de sua narração.*

Estudante difícil e intransigente, cuja formação básica se deu nos liceus *Janson de Sailly* e *Saint-Louis-de-Gonzague* – de orientação jesuítica –, ambos situados nos arredores de Paris, por vontade paterna foi cursar graduação em Engenharia. Embora não fosse seu interesse primeiro, achou que podia fazê-lo com gosto, posto que era afeito a cálculos. Todavia, não tardaria a desanimar da tarefa: a quantidade de dados que devia memorizar, a forte competição evidenciada no curso, assim como a rigidez do ritmo de estudos o desmotivariam rapidamente. Com assiduidade rara à graduação, seu pai logo foi convencido a permitir que jovem estudasse História; mas que fosse distante de Paris (Ariès, 1994, Campos, 2012).

Ocorre que o jovem havia se engajado em movimentos políticos de centro-direita, que preocupavam a família. Participou movimento reacionário de Charles Maurras, primeiro com os secundaristas e universitários da *Action Française*, depois colaborando com o *Étudiant français*, entre 1936 e 1939, onde redigiu cerca de vinte artigos políticos. Envolveu-se também em manifestações de rua e ciclos de palestras de formação política conservadora. Por fim, durante a Segunda Guerra Mundial, participou de ações da Revolução Nacional e ensinou em Centros de Juventude. Na liberação, ele colaborou durante alguns meses no Semanário do Partido Republicano da Liberdade (PRL) de André Mutter. Seu último engajamento político direitista, entre 1955 e 1966, foi Semanário Monarquista, *La Nation française* (Gros, 2011; 2013).

Não demorou até que o jovem conseguisse transferência da graduação já em História na *Université de Grenoble* para a capital, adentrando, assim, à *Sorbonne*. Ariès confessou ter vivido em meio a muitos conflitos existenciais e que sofreu muito com eles: conflitos de *ordem acadêmica* e de cunho *ideológico-político*. Em seu contexto de formação, as perspectivas historiográficas e seus mestres eram demasiado tradicionais e desligados de sentido real. Reportando-se a sua fase de calouro em *Grenoble*, Ariès disse ter chegado deslumbrado, como um neófito, com os conhecimentos do passado a que teria acesso. Contudo, para sua tristeza, viu nos já *velhos de ofício*, os veteranos, uma desilusão que o assuntou. Segundo contou, o curso reunia um punhado de trabalhadores sérios, que aspirava tão somente o magistério, superior e escolar, sem maiores *lucros* – menção à produção de trabalho histórico inédito, talvez. Tratava-se, desta feita, em suma, segundo termos seus, de um “público pequeno, modesto, um pouco medíocre e sem imaginação”, que deveras o alarmou (Ariès, 2013, p. 269-275).

Também a esta altura, já tivera contato com movimentos estudantis e grupos de reflexão políticas, em que vivera conflitos quando a sua formação direitista. Eles já não se encaixavam tão bem em sua nova inteligibilidade ou mesmo na conjuntura e conflito da *Modernidade* conturbada de fins do primeiro quartel do XX, com os abalos epistêmicos que propôs, a saber: descrédito do Estruturalismo, críticas à ordem político-econômica capitalista e ao conservadorismo na cultura e no comportamento. Matérias estas a que não poderemos, mais uma vez, nos deter aqui.

Ariès revelou, ainda, que somente apaziguou-se consigo após sua maturidade. Quando descobriu *objetos heurísticos* com os quais pode empreender um trabalho intelectual em que, de fato, enxergava relevância, epistêmica e social, e quando esquematizou em si a diversidade hermenêutica a que foi exposto e de que foi produto; na família, na Academia, e posteriormente, no seio profissional. Noutros termos, apenas quando engendrou um labirinto em que organizou, canalizou e sintetizou as múltiplas referências em que foi formado é que pode sentir-se seguro de seu estatuto como *exegeta e hermeneuta*, enfim, como *historiador*.

Finalizado os estudos, Ariès decidiu-se pelo magistério e então vislumbrou a *Sorbonne*, que já era um prestigiado centro mundial na pesquisa universitária em Ciências Sociais. Note-se, ademais, que concurso docente para esta instituição era uma enorme raridade, pois só ocorria em caso de morte ou aposentadoria de um catedrático, o que ocorria, esta última, somente por volta dos setenta anos. Surgiu, pois, a vaga e Ariès prestou *agrégacion* – modelo europeu rígido e complexo de concurso para docência universitária –, duas vezes, sendo reprovado na fase final, a oral, em ambas. Em verdade, na segunda tentativa, ele foi classificado em segundo lugar, mas, sem nenhuma vaga, no concurso de 1941 (Chartier, 2013; Novaes, 2016; Prost, 2008).

Tais experiências marcaram profunda e negativamente o historiador. Afinal, a esta altura seu arcabouço e experiência historiográfica eram já notórios. Não obstante a isto, não se deu à empreitada de modo presunçoso. Antes, sua preparação para o concurso previu rotina intensa. Nos duros anos da Segunda Guerra, de 1939 a 1941, Ariès passava os dias estudando na *Bibliothèque Nationale de France*, das 09h00 às 18h00, e de lá só saía por que ao cair da noite um funcionário anunciava, em alarido, que iam fechar, e sem muitas maneiras punha para fora do prédio todos os presentes. Nestes anos, contou o historiador que tomou contato profundo com o melhor da historiografia da época e os pioneiros dos *Annales* (Ariès, 1994).

Não se dispõe de clarezas quanto ao motivo das reprovações. Quais teriam sido as *falbas orais* ou *procedimentais* do historiador, posto que houvesse sido aprovado na *fase escrita*? Sua autobiografia apenas informa do *amargor da derrota* e de que somente compreendia sua reprovação pelo fato de não pertencer à acirrada *intelligentsia* universitário-historiográfica francesa da primeira metade do século XX (Ariès, 1994). Sem maiores minúcias, infelizmente.

Ainda sobre a marginalidade acadêmica de Ariès, vejamos alguns apontamentos sobre a *École des Annales* e as disputas de notoriedade em seu interior. Consta que no acender do XX o meio acadêmico parisiense constituía verdadeira miragem de intelectuais de distintas áreas, dos quais muitos estavam já em avançada idade. A respeito da concorrência no contexto intelectual

européu, Pierre Bourdieu (1983) informou em texto clássico que as queixas e o desgosto com os ares interioranos das instituições fora da capital compunham a ordem do dia. O próprio Ariès confessou que para sua “faculdade de província – *Grenoble* – nenhum professor brilhante conseguia atrair bom público para a História”. Ainda segundo o historiador, a exceção ao contexto interiorano deu-se com o filósofo Jacques Chevalier, intelectual prestigiado, era um sucesso de público nos auditórios de *Grenoble* (Ariès, 2013, p. 269ss).

Paris era, assim, tão desejada que por duas vezes opôs os parceiros Lucien Febvre e Marc Bloch em disputa ácida por candidatura universitária. A correspondência trocada entre Bloch e Febvre por cerca de quinze anos [1928-1943] e examinada pelo suíço Bertrand Müller (1994), em coleção de três tomos, revelou que rixas entre os *annalistes* constituiu, de fato, uma realidade; que foi, por força deles mesmos, o mais das vezes escamoteada. Via de regra, publicizar as disputas internas do grupo não era, para eles, estratégia inteligente na luta por mercado editorial e notoriedade acadêmica. Note-se também que, segundo contou Müller, em seus primeiros anos os *Annales* viveram enorme instabilidade: faltava dinheiro, assinantes e autores, e os que chegavam tinham pouca destreza e má redação. Estas, entre outras questões, desassossegavam os precursores e avolumaram a correspondência de desabafo (Müller, 1994).

Desta sorte, na carta datada de 31 de Outubro de 1930, no contexto de candidatura junto à *École de Hautes Etudes en Sciences Sociales*, em tom duro, Febvre disse que a “escrita não era capaz de externar seu aborrecimento, pois não se podia usar meias palavras ante crise daquela proporção [...]”. E continuava: “em virtude de quem eram e o que representavam, mereciam, ambos, chegar à Paris. Contudo, para a boa realização de tal projeto, não podiam sequer dar a impressão de que fossem competidores” (Müller, 1994, XLVIII).

Por fim, ao cabo de algumas tentativas, os dois, de fato, galgaram posição no seletor círculo historiográfico parisiense, o seu grande projeto profissional: Lucien Febvre foi admitido no *Collège de France*, em 1932, e Marc Bloch à *Sorbonne*, em 1936 (Neves, 2012).

Por seu turno, Hervé Coutau-Bégarie (1983), que estudou a *École des Annales*, mas sem dela fazer parte, também engrossou as acusações contra os *annalistes*. Para fundamentar sua visão sobre um suposto contexto de “conluio” da comunidade, Coutau-Bégarie utilizou especificamente o exemplo de Philippe Ariès em contraste com Fernand Braudel. De acordo ele, mesmo tendo publicado primeiro que Braudel, Ariès foi absolutamente preterido e deixado às sombras pelo fato de não pertencer ao grupo de *annalistes*, que, por sua vez, fez muito barulho e rendeu loureiros à posterior obra de Braudel, que já nascera um *clássico*, mesmo um ano depois (Coutau-Bégarie, 1983).

A malícia de Coutau-Bégarie se reporta à publicação dos clássicos *Histoire des populations françaises et de leurs attitudes devant la vie depuis le XVIII siècle* (1948), de Ariès, e *La Méditerranée et le Monde Méditerranéen à l'Époque de Philippe II* (1949), escrita por Fernand Braudel, que, em seu entendimento, comprovam as muitas querelas no interior da produção histórica francesa do XX. Em suma, o tratamento diferenciado reservado a Ariès e Braudel evidencia, segundo Bégarie, que a notoriedade intelectual não se dava naquele contexto somente por mérito e obras pioneiras; mas, sim, fundamentalmente, por quem grassava bem quisto na comunidade historiográfica (Coutau-Bégarie, 1983).

Em que pese as ácidas observações pouco crentes na amistosa convivência da diversidade no renovar da historiografia europeia, é equivocado, contudo, acreditar que Ariès rivalizasse com os expoentes do *Annales* – o que não garante que o contrário não ocorresse –, pois ele destacou, abundantemente, a contribuição dos primeiros *annalistes* na execução de sua empiria (Ariès, 1994; 2013).

Há mesmo quem diga que não houve animosidades e que Ariès não se melindrou ante o descrédito intelectual com que foi tratado, convivendo sem sobressaltos com os acadêmicos de seu contexto (Novaes, 2016). Mas, há, de outra banda, também controvérsias sobre isto. Constitui fato que sua narrativa destes episódios esboçou, em leitura atenta, ao menos, certo amargor. Fato também vislumbrado em Georges Duby (1989; 1993; 2015), que trabalhou com objetos históricos e metodologias próximas às de Ariès, e que, mais tarde, dirigiu em sua companhia a prestigiada Coleção *Historie de la Vie*

Privée [1986], na *Editions du Seuil*. Nas autoanálises que fez de sua trajetória intelectual e acadêmica, Duby também se ressentiu da concorrência acirrada no interior dos *Annales*.

Retomando o rumo, a aprovação na primeira etapa do concurso na *Sorbonne* rendeu a Ariès o convite para trabalhar no interior francês, o liceu de *Rennes*, com a modalidade do ensino médio. Ao que ele recusou. Mais tarde, porém, acabou lecionando nesta modalidade, mas por pouco tempo, pois tivera muitos conflitos com o diretor da instituição, cujas causas, são desconhecidas.

Já a meia idade, sem oportunidades na carreira universitária e tendo sido frustrado em suas experiências no magistério, Ariès foi trabalhar na burocracia do governo francês. Em 1943, assumiu o cargo de Diretor de Documentação no *Institut des Fruits et Agrumes Coloniaux* [IFAC]⁴ [Instituto de Frutas e demais Cítricos Tropical-Coloniais], ligado à pasta da Agricultura do governo. Em que pese o posto pareça descabido para um cientista social, havia confluência com a formação Ariès, afinal, sua graduação acoplava História e Geografia, como era praxe na época. Daí que certo conhecimento sobre *agricultura, mercado, condições climáticas*, etc, faziam, sim, também, parte da expertise do historiador (Ariès, 1994).

Com efeito, Ariès ficou a frente deste cargo por quase quatro décadas [1943-1978], e com muita dedicação, segundo consta. Em verdade, conforme confidenciou em suas memórias, o trabalho no Instituto, por sua própria natureza, não lhe tomava o espírito, e, por fim, o expunha ainda à farta documentação de variadas frentes: culturais, econômicas, climáticas, de diferentes países. O que era uma vantagem (Campos, 2012).

Por sua vez, o trabalho historiográfico, restava, por assim dizer, para as horas extras a seu expediente de burocrata. Ariès era, como se autointitulava, um *historien du dimanche* [historiador de domingo]. A rigor, tudo leva a crer que

⁴ O IFAC foi criado durante a Segunda Guerra, em 1942, com objetivo de produzir conhecimentos, catalogação e estímulo à plantação de frutas e demais produtos tropicais nas colônias francesas do continente africano. Ariès cuidava da documentação e literatura relativos a frutas e demais produtos coloniais, bem como preparava publicações de auxílio aos investidores franceses nas colônias (Ariès, 1994).

este título se refere mais a recurso de estilo do que à demarcação de um período de trabalho propriamente dito. Se escrevia à noite, nas horas de menor ritmo do expediente, ou se mesmo nos fins de semana, isto é, *aux dimanche*, [aos domingos] não sabemos bem. Por tudo isso, para quem não se dedicava *full time* à empiria, há que se dizer que Ariès construiu obra historiográfica memorável.

Seus grandes livros foram produzidos e publicados durante o período em que trabalhou no Instituto de Agricultura Tropical. Ariès era um aficionado pela leitura, pesquisa e escrita, e tinha como método a *reclusão*. Assim, escreveu a maior parte de seus trabalhos como anacoreta. Neste compasso, foram produzidos seus primeiros livros, *Traditions sociales dans les pays de France (1943)*, *Histoire des populations françaises et de leurs attitudes devant la vie depuis le XVIII siècle (1948)* e *Le Temps de l'Histoire (1954)*.⁵ A respeito destas primeiras publicações, consta que Ariès queria que seu segundo livro incluísse o termo *vida e morte*, mas foi impedido pelo editor – chamar-se-ia, assim, *Histoire des populations françaises et de leurs attitudes devant la vie et la mort depuis le XVIII siècle*. Por seu turno, como afirmado por Roger Chartier, em *Le Temps de l'Histoire* se encontra uma aguda analítica historiográfica e epistemológica, que nada deve a dos pioneiros da *École* (Chartier, 2013).

Em seguida houve as publicações de *L'enfant et la Vie Familiale sous l'Ancien Regime [1960]*, livro que consagra o historiador ao ser traduzido para os EE.UU. Com tiragens editoriais imensas, virando *best-seller* nas Ciências Humanas e na Educação. O que lhe rendeu inúmeros convites para conferências em universidades estadunidenses e também francesas, tais como a *University Johns Hopkins* e o *Centre National de la Recherche Scientifique [CNRS]*, por convite de Henri Lefevre – quando este ainda era ligado ao Partido Comunista –, e em *Aix-en-Provence Université*, a convite de Pierre Guiral. Estas oportunidades encerraram cenários em que Ariès pode construir diálogos diretos com Michel Vovelle, Philippe Joutard e Paul Veyne, entre outros muitos.

⁵ Mencionamos aqui os títulos e anos originais de publicações, sem considerar as traduções.

O sucesso editorial estadunidense consagrou Ariès e chamou atenção do meio universitário também na França. O historiador e jornalista Michel Winock promoveu o relançamento de obras de Ariès na *Seuil Editeur*, dando início a uma série de entrevistas com o historiador. Carismático, bom orador, com fluência para conversação e sagacidade no relacionamento com as câmeras, Ariès amplificou o sucesso de sua obra, sendo assumido pelo público como exemplo de espírito não conformista (Gros, 2013).

As postulações do pensamento de historiador espalharam-se, assim, pela França e redundaram em *amizades produtivas*. Os *Arquivos Ariès* trouxeram, pois, à tona correspondências que exprimem duas grandes fases na vida profissional do estudioso, uma de menor crédito junto à comunidade historiográfica e outra em que sua notoriedade restava, então, posta.⁶

No período anterior a 1970, uma primeira fase das sociabilidades de Ariès dava-se fora do terreno histórico, com literatos e membros ligados à *Académie des Sciences Morales et Politiques*, dentre os quais Daniel Halévy, Gabriel Marcel, Léon Bérard, Henri Boegner, Fustel de Coulanges, René Guilloin, Jérôme Carcopino, Jacques Chastenet, Adrien Dansette, e Jean Guittou (Gros, 2008; 2011; 2013).

A propósito da relevância destas amizades em seu percurso profissional, uma carta do historiador e demógrafo Louis Chevalier (1911-2001), encontrada no salão de Daniel Halévy, mostrou que as portas do *Institut National d'Études Démographiques* foram abertas para Philippe Ariès por seu intermédio direto. Registre-se que esta foi a única instituição a dar crédito aos trabalhos do historiador sobre Demografia e Contracepção, seus primeiros em que exercitou o campo que o consagraria mais tarde, as *Mentalidades* (Gros, 2008; 2011; 2013).

Por seu turno, ao largo dos anos 1970 sua correspondência passa a ser endereçada a Pierre Guiral, Maurice Agulhon, Paul Veyne, Michel Vovelle, Pierre Chaunu, Jean Delumeau, Jacques Le Goff, Emmanuel Le Roy Ladurie,

⁶ Para maiores desdobramentos destas correspondências deve-se conferir a produção de Guillaume Gros (2006; 2008; 2011; 2013).

André Burguière, Georges Duby, e Pierre Vidal-Naquet. Cabe, ainda, registro especial para amizade muito próxima de Roger Chartier e Michel Foucault, com quem Ariès muito intercambiava reflexões teóricas e de quem publicou a tese doutoral, quando esteve à frente da editora *Plon* (Gros, 2013). Esta amizade ainda resultaria, em 1982, na organização de dossiê na Revista *Persée*, juntamente com André Béjin, sobre as *Sexualidades Ocidentais*, tema caro a Foucault, como sabemos. Dois anos depois, em 1984, a publicação se tornaria livro coletivo dirigido por Ariès, Foucault e Béjin (Ariès; Béjin [Orgs.], 1982).

Com efeito, é oportuno, contudo, esclarecer que algumas cartas tratavam apenas de agradecimentos por envio de obras recentes, de um lado e de outro. Condição que não deixa de explicitar o novo panorama de relacionamentos do historiador.

Em 1978, já consolidado como historiador, o conjunto de sua obra somado ao vigoroso sucesso de público europeu e nas Américas finalmente legaram a Ariès convite para compor a Academia francesa. Tratava-se da *Maison des Sciences de l'Homme*, na *École des Hautes Études en Sciences Sociales*, um dos mais prestigiados centros mundiais de pesquisa em Ciências Humanas.

No fim da vida, rememorando seu percurso biográfico, Ariès se mostrou curioso de sua trajetória. Refletiu sobre a má vontade da comunidade historiográfica para consigo, nomeando os historiadores profissionais como “animais bizarros”, ressentiu-se de seus fracassos e inquiriu o universo sobre as escolhas que poderia ter feito. Se tivesse aceitado o emprego de “segunda mão” que lhe fora ofertado por ocasião do segundo lugar na *Sorbonne* seria o mesmo intelectual que se tornara? Teria escrito os mesmo trabalhos? Estudado os mesmos objetos ou, quiçá, os jovens trariam-lhe outras curiosidades?. Ainda segundo ele, a única certeza é que, pelas promoções da carreira, em fins dos anos 1970 ocuparia, certamente, posto na *Université Paris IV* (Ariès, 1994, p. 136ss; 2013). Estes questionamentos atravessavam o pensamento de Ariès no início dos anos 1980 e expõem um homem curioso e inquieto consigo e com o mundo.

Infelizmente, demorada que foi sua aclamação na universidade, Ariès pouco pode gozar de seu novo estatuto profissional, posto que morreria pouco depois, aos Oito de Fevereiro de 1984.

Após sua morte, seu material de trabalho foi agrupado em “uma dezena de caixas de papelão e organizados em função dos livros que escreveu” (Gross, 2008; 2013). Empreitada realizada pela esposa do historiador, Primerose Saint-Martin Ariès – artista plástica que muito contribuiu na indicação de fontes iconográficas relativas à Morte e à Infância para os primeiros trabalhos do marido.

Deste acervo restam inúmeras fichas de leitura, observações e reflexões sobre fontes – muitas redigidas à mão –, obras de arte e literatura, bem como enorme quantidade de rascunhos datilografados de obras já publicadas. Há também, em menor quantidade, rascunhos inéditos que foram tutelados à analítica do amigo íntimo Roger Chartier, que já reeditou algumas publicações, especialmente a coletânea autobiográfica *Essais de Mémoire* (Ariès, 1993).

Após a morte de Primerose Ariès, que ocorreu poucos depois da do historiador, este acervo documental e seus bens ficaram sob a guarda de Marie-Rose Ariès, irmã mais nova do pesquisador. Com o argumento de resguardar a intimidade da família, Marie Ariès dificultou o acesso ao acervo. Contudo, após muitas negociações, o material foi remetido ao arquivo da *EHESS*, encontrando-se disponível a estudos; arquivo do qual o já mencionado trabalho de Guillaume Gross muito se serviu.

Philippe Ariès, como vimos, se debruçou e investiu esforços sobre campos marginais e desacreditados, verdadeiramente relegados à *espuma das realidades*, quais sejam: a *Vida privada*, *Infância*, *a Sexualidade*, *os Hábitos de Vida e Morte*, *a Cultura educacional*, *Normas ético-morais de convivência familiar e social*, *os Sentimentos e a Sexualidade*. No que diz respeito ao *caminho metodológico*, de sorte a elucidar as *questões heurísticas* colocadas por estes objetos, ele indagou a *Pintura*, *Literatura*, *Diários*, *Cartas*, *Monumentos Funerários*, e variados outros *Artefatos*

escritos. Fontes estas impensáveis, via de regra, ao bom *ofício historiográfico* de seu contexto (Estado de São Paulo, 16.05.2014; Marcos Silva, Mimeo).

Sua capacidade imaginativa *avant-garde* é outro dado extraordinário. Enquanto seus contemporâneos se ocupavam das *correntes profundas* da vida social, isto é, as *estruturas*, notadamente a Economia e a Política, Ariès se ocupou de temas que, para estes, fluuavam na superfície dos acontecimentos, sem, portanto, merecer crédito, e advogou que seus objetos constituíam campos seminais de análise social.

Segundo narrou, costumava andar pelas alamedas parisienses zeloso de conhecer *os modos de construção* dos hábitos, falares e dinâmica que via diante de si (Ariès, 1993). Assim, com empenho e engenhosidade, evidenciou que a Cultura, se tomada com *rigoriedade metodológica* e, claro, *habilidade epistemológica*, constitui *elemento qualificativo* ímpar de um tempo e povo, posto que expõe *os porquês* de a *Vida* e uma dada *Mentalidade* ser como *está sendo* – posto que já foi e será diferente, na conjuntura do tempo. Isto é, a Cultura demarca e exhibe as entranhas sociais que transitam fora do domínio público e, em certo grau, da gerência do Estado.

Outro importante aspecto da trajetória de Ariès diz respeito a sua relação pessoal e passional com o conhecimento histórico. A *ego-história* produzida por ele – faz-se aqui menção clara ao análogo trabalho de Duby (2015) –, isto é, sua autobiografia, informou que o historiador foi atravessado pelo saber histórico de modo profundo e indelével, e dele não foi possível esquivar-se. Assim, no inventário que fez de sua jornada profissional, o historiador teve de examinar a vida pessoal – especialmente sua infância – como via necessária de acesso a bem explicar as escolhas temáticas que fez, quando tomou a história por *gosto* e como *ofício*.

Distante das macroestruturas, longe dos eventos políticos e econômicos, foi tomado pelo interesse e pela dialética do passado nas conversas à mesa da família, nas historietas perpassadas pelos avós e nas crenças que estruturavam a tradição de sua família. Noutros termos, Ariès se

formou a partir das *mentalidades* a que foi exposto e que passou a criticizar, após ter construído condições metódicas para isto.

Por seu turno, é verdade que os *achados arièsanos* sobre *Cultura, Mentalidades, Infância, Sentimentos ante à Morte, Vida, à Família e ao Corpo* encontram-se datados e melhor adaptados à certas estruturas materiais que outras. Assim, a respeito das críticas que recebeu por ter estudado grupos de elites e seus documentos bem como por encerrar comportamentos em temporalidades fixas, sem considerar a fluidez e mobilidade da cultura, Ariès respondeu com *mea culpa*. Assumiu que o empenho em desvelar suas temáticas fez com que muitas vezes sua argumentação o traísse e que, em verdade, nunca considerou que os objetos fossem estanques na história. Pelo contrário, em virtude da própria *especificidade metodológica* com a qual preferiu trabalhar, qual seja, uma *história mais etnográfica*, tinha mesmo que advogar pela fluidez, remodelações e ressignificações entre as temporalidades e nunca o seu contrário.

No tangente aos grupos econômicos que examinou, argumentou que a abundância e a heterogeneidade de fontes consistiu um evento capital em suas escolhas. Afinal, a carência de registros por vezes dificultou, senão mesmo impediu, variadas intenções de estudos com a Cultura Popular.

A propósito dos *estudos arièsanos* com a *Mentalidade* as críticas foram abundantes, e mesmo de colegas próximos. Michel Vovelle, que também militou na mesma arena temática, por vezes acusou Ariès de ser “inventivo” no traçar de argumentações. Sua principal queixa advinha da pouca atenção do colega em quantificar os dados e fontes, tal como este fazia em seus trabalhos. De mesma sorte, outro “fogo amigo” partia sempre de Emmanuel Le Roy Ladurie – mesmo após a morte de Ariès. Em resenha ao *Le Figaro*, Ladurie qualificou Philippe Ariès como um “grande espírito, frequentemente equivocado e, por vezes, alucado, mas, extraordinariamente engenhoso e sutil, com lampejos de genialidade” (*Le Figaro*, 22.05.1997). Note-se que, mesmo nas críticas, a maior parte delas, encontra-se o inegável reconhecimento da engenhosidade do pensamento *arièsano*.

Resta, certo, finalmente que as visões direitistas de Philippe Ariès encerraram enorme entrave a sua boa aceitação junto à engajada comunidade historiográfica da segunda metade do XX, especialmente a do contexto de 1970, que se viu obrigada a revigorar a “renovação”. Movimento conhecido no debate historiográfico como *Nova História*, que foi engendrado e exprimiu os anseios de “novidades” da *Terceira Geração dos Annales*.

De sorte que o pós-1968 constituiu época que, como se sabe, encerrou demanda aguda por deslocamentos teóricos e inovações tanto na historiografia como na vida social; idealizadas, notadamente, a partir das ideias de *Pós-Modernidade*, nos movimentos de *Contracultura* e nos eventos das *Revoluções cultural, sexual e revisão de ideologias políticas*.

Le Temps de l’Histoire, 1954

O livro *O Tempo da História* conjuga uma série de oito ensaios escritos por Philippe Ariès (1914-1984), ao longo dos anos 1946 a 1951. Posteriormente, os ensaios despertaram o interesse da *University Johns Hopkins*, respeitado centro universitário dos EE.UU., que convidou o historiador para uma série de conferências.⁷ Escritos separadamente, os textos foram depois compilados e distribuídos sequencialmente, mas, sem introdução ou conclusão na coletânea que aqui se apresenta.

O prefácio, nomeado *A amizade da História*, contou com um extenso e detalhado ensaio de Roger Chartier – notório historiador e intelectual francês – que realizou uma “escavação” bastante cuidadosa para apresentar o trabalho de historiador de Ariès, seu pensamento e trajetória intelectual.

Chartier iniciou sua reflexão apontando que *O Tempo da história* é o livro menos conhecido de Philippe Áries. Esgotado das editoras desde há

⁷ Philippe Ariès preferiu trabalhar, contudo, com o tema que vinha lhe tomando os últimos anos de pesquisa. Tratava-se de seus estudos sobre a *Morte*, que a princípio haviam sido iniciados pela investigação dos cultos aos túmulos e aos cemitérios, e depois, ampliadas as fontes, resultaram na incorporação dos túmulos, da iconografia, da epigrafia funerária e dos testamentos assim como houve também visitas a igrejas, museus e cemitérios. Como se vê, embora tenha sido taxado negativamente de “intuitivo”, Ariès analisou massiva documentação em suas pesquisas. Assim, o ciclo de quatro conferências ocorreu, por fim, em 1973 e deram origem ao livro conhecido como *História da Morte no Ocidente*. Sobre esta discussão, deve-se conferir Marcos Silva (Mimeo).

muito – isso em 1980 quando Chartier escrevia sua introdução –, chegou a ficar quinze anos sem ser citado nas Revistas de História ou das Ciências Sociais, francesas ou estrangeiras, ou mesmo entre os estudiosos do Mundo Medieval e do Dezesete, temporalidades a que corresponderam longos ensaios da obra (Chartier, 2013, p. 07ss).

A exceção a este *esquecimento* foi o célebre historiador Fernand Braudel (1902-1985), no clássico *História e Ciências Sociais: a longa duração*, que utilizou *O Tempo da História* em sua discussão sobre o distanciamento temporal entre historiador e seu objeto (Braudel, 1965, p. 275).

Publicado pela primeira vez em 1954, mas pouco utilizado mesmo entre os especialistas e admiradores do autor, como dissemos, *O Tempo da História* é “um livro esquecido!” (Chartier, 2013, p. 09). Realidade que, pelas lições que traz sobre *Temporalidade histórica*, *Postura hermenêutica* e *Metodologia da história*, urge ser revisada.

O livro detalha a *cultura histórica* do jovem estudante Philippe Ariès, formada a partir da conjugação da História *Acadêmica, a Universitária e a Action de Française*.⁸ Quanto à primeira, apresenta-se que foi feita por magistrados e homens das Letras, resguardando, assim, cunho essencialmente político, *conservador*. Quanto à segunda, empreendida por professores universitários, era hermética, doutoral, imparcial, e desligada dos leitores comuns. Em suma, era uma história de professores para outros professores, configuração esta de que muito se ressentiu o jovem e neófito – conforme termos do próprio Ariès – estudante de graduação em história, ao se aperceber do tédio e desilusão que tomava seus veteranos (Ariès, 2013, p. 269-271).

Muito preocupada com a *causalidade* do fato histórico, a história universitária queria *exumar*, *concatenar* e *explicar* o passado. Por sua vez, a terceira influência na formação histórica de Ariès se refere ao trabalho Charles Maurras e de Jacques Bainville, escritores franceses ligados à *Action Française*, cuja escrita

⁸ Um partido político de direita, com orientação contrarrevolucionário e monarquista, que cresceu no início do século XX. Seus membros provinham da pequena aristocracia de províncias francesas e seu maior ideólogo foi o historiador Charles Maurras. Para maiores esclarecimentos, deve-se conferir Philippe Ariès (1994) e Marcos Silva (Mimeo).

histórica mantinha fortes tons da destituída monarquia conservadora (Chartier, 2013. p. 15ss).

A despeito de ter crescido em meio a esta historiografia em tudo conservadora, como se viu, a partir de uma “intuição” mais ou menos genuína somada a uma expressiva habilidade e gosto pela leitura, Philippe Ariès contou que aos poucos foi percebendo a existência de uma sociedade que não era explicada pela presença ou ausência do Estado. Isto o fez distanciar-se da história política e econômica – tônica da época – e voltar-se para a realização de uma *história mais etnográfica*, em estrita conexão com a *Cultura*, as *Estruturas Mentais*, e a *Vida Privada* (Ariès, 1994).

Assim, ele rompeu com seus mestres e decidiu não ter outros. Foi afirmando a cada nova pesquisa – temas escolhidos, o estatuto e o conjunto de fontes, etc. – uma inovadora forma de fazer a empiria histórica e a escrita da história.

Por seu turno, não obstante dirigisse uma coletânea na Revista da Editora *Plon* – editora de prestígio na época – entre 1946 e 1954, Philippe Ariès teve seus primeiros livros rejeitados para publicação pela editora. Noutros termos, Ariès se viu duplamente à margem do *métier* do historiador de seu tempo: tanto a academia quanto as editoras rejeitavam suas inovadoras leituras da História.

Em continuidade, seu primeiro livro, *A história das populações francesas e de suas atitudes diante da vida*, obteve financiamento e foi, finalmente, publicado em 1948, ainda que por uma editora menor, a Edições *Self*.

Nesta perspectiva, a obra aqui analisada constitui também um belo panorama sobre os entraves ao trabalho intelectual do autor.

Em *O Tempo da História* os leitores assim encontrarão incursões às diversas maneiras de compreender, pesquisar e escrever a História: tradição familiar; universitária; historiadores da *Action Française*; Idade Antiga; Idade Média e Moderna; e a História Marxista (Chartier, 2013, p.10-16).

Le Temps de l'Histoire, quadro a quadro

No *Capítulo i – uma criança descobre a história* – há uma discussão dos contatos mais íntimos de Ariès com seu passado, através de uma retomada de sua experiência familiar com a história. Sua família era monarquista, saudosa do Antigo Regime e ligada à produção da *Action Française*. O historiador confidenciou, por exemplo, que todo ano sua mãe saía de Paris sob algum subterfúgio para não ter de assistir as comemorações da Revolução que derrubou a monarquia, que a escandalizavam (Ariès, 1994, p. 22).

Assim, “o sentimento da *époque de ouro* [...], o passado *feliz* e *doce* do Antigo Regime estava sempre presente na memória de seus parentes. De certa maneira, toda discussão política em sua casa terminava com uma referência ao *tempo feliz* dos reis de França [...]” (Ariès, 2013, p. 44ss, grifos meus, adaptado).

Todavia, as imagens que sua família fazia da Monarquia Francesa, vivas ainda em pleno século XX, 1925, passaram a incomodar Ariès em sua adolescência: eram demasiado infantis e ingênuas. Elas tinham ainda uma *marca de gênero*, qual seja, as narrativas mais pueris geralmente eram realizadas pelas mulheres. Por sua vez, os homens da família mesmo crentes na fidalguia dos tempos áureos, se preocupavam mais em seguir o ideal de classe da burguesia do séc. XIX, isto é, usufruir das vantagens econômicas do novo modelo político.

Conforme informou, suas memórias são importantes, pois explicam bem o modo como tomou contato com a ideia de *tempo histórico*: a partir da forte nostalgia do passado presente em sua vida privada. Desde muito cedo o historiador teve contato com o gênero histórico da *crônica* e das *memórias* que seus pais e outros entes familiares liam repetidamente. De sorte que, entretanto, este gênero passou a também incomodar o autor, que começou a notar *repetições, saltos temporais, e ausências de continuidade e explicações* (Ariès, 2013, p. 46.).

Assim, confessou o autor que embora as *visões históricas memorialistas* lhe causassem desconfiança foram fundamentais em sua escolha pela formação em História.

No *Capítulo ii – A História Marxista e a História Conservadora* – o historiador mostrou que o período entreguerras fez emergir um grande interesse pela história, que, dada a sua proporção, acabou por constituir um *fato sociológico* importante.

A história que se queria ler, no entanto, não era tal como a faziam os “doutos” da universidade, se buscava uma *história legível* e compreensível ao leitor popular. Deste modo, do contexto pós-Primeira Guerra Mundial surgiu, nos termos de Áries, a *vulgarização histórica*, que acabou por se tornar uma verdadeira *escola*: tratava-se, pois de um gênero de escrita que fazia uma aproximação “bastarda” entre a História e o Romance, que viu explodir o número de leitores (Ariès, 2013, p. 58-61).

Os principais autores franceses deste gênero foram Jacques Bainville, Pierre Gaxotte e Théodore Lenôtre. Mas, o sucesso editorial foi tamanho que nem os acadêmicos ficaram de fora desta *moda* de escrever a história.

Aliada ao gosto por esta *literatura histórica*, a grande particularidade do séc. XX, contudo, foi, segundo Ariès, a certeza que os homens passaram a ter de que não eram seres absolutamente livres, autônomos. Neste contexto, a clareza de *forças sociais externas* a sua vontade *descentraram o indivíduo* do século XX. Dito de outro modo, o homem passou a ter *consciência de si* na história, donde surgiu seu interesse em *compreender a mecânica* desta *relação de forças* (Ariès, 2013, p. 62)

A este punhado de questões que homens e mulheres passaram a colocar, o Marxismo, ideologia do Dezenove, resurgiu como *manancial explicativo* que propunha uma *interpretação da história* a partir do *movimento dialético* das classes sociais e da evolução técnica. Áries advertiu, por fim, que embora Marx tenha sido do século XIX, considera que foi no século XX que o Marxismo tenha ganhado força e propulsão. As perturbações causadas nas

sociedades burguesas após a Primeira Guerra Mundial, para ele, reinventaram o Marxismo enquanto *modelo de pensamento* (Ariès, 2013, p. 64).

As elaborações marxistas, segundo Ariès, se estruturavam no entendimento que Karl Marx tinha da história: pressupunha a existência de *leis essenciais*, que eram chaves de uma *mecânica social* que se repetiria rigorosamente durante o período de evolução.

Ainda segundo o historiador, o Marxismo perseguia o *objetivo principal* da derrubada das *classes exploradoras* do poder pelas *classes exploradas*, o que ocorreria em um estágio máximo das lutas, ligado ao desenvolvimento econômico-técnico do processo de Revolução (Ariès, 2013, p. 67).

Neste caminho, a *história marxista* mantinha uma profunda relação com *ideia da repetição*. Haveria assim a *sequenciação de ciclos* que se repetiriam segundo *leis existentes*, conceitos estes tomados à Economia para pensar a Humanidade. E é exatamente a *contextualização teórica* do marxismo que desagradava o historiador francês, que disse desconfiar da História tomada como uma *finalidade total* rumo ao *progresso* (Ariès, 2013, p. 70).

Para Ariès, assim, a “redução” da História feita pelo Marxismo ao *jogo recíproco* entre uma *constante* e uma *variável* era problemática: a constante sendo a *coletividade humana*, mecanizada, e por sua vez, a variável figurando como o *estado econômico-técnico* do mundo. Ainda segundo sua leitura, o Marxismo eliminava da História a *diferença* entre os Homens, pois concentrava *fora da experiência humana* os fatores de variação e transformação, o que ele reprovava.

No entanto, não se deve tomar estas discordâncias como completa refutação do Materialismo Histórico por parte de Philippe Ariès. A intenção confessa do historiador era mais a de situá-lo na geografia das atitudes perante a História, por ele ali estudadas (Ariès, 2013, p. 68-70).

Por sua vez, no *Capítulo iii – O engajamento do homem moderno na História* – discute-se o quase desaparecimento da *Vida Privada* no séc. XIX. Segundo apontou o historiador, a dimensão política havia tomado a vida familiar, fazendo com que os problemas da *esfera doméstica* se vissem inundados por uma

dimensão do político paralisante. Nesta situação Ariès viu uma *invasão* do Homem pela História (Ariès, 2013, p. 89-93).

Ainda segundo o historiador, foi também neste momento da *vida moderna* que a *escrita* transformou-se em *testemunho*. Isto é, construiu-se uma *necessidade de comunicar* sentimentos, vontades, desejos pessoais, que em algum momento encontrasse o devir coletivo; de modo a *fazer falar a singularidade* em sua representação de uma comunidade (Ariès, 2013, p. 93-105).

O historiador também explicou o que entendia por *Testemunho*. “É uma *existência pessoal* ligada intimamente às grandes correntes e a *história coletiva*. É também um momento da história apreendido em sua relação íntima com uma existência particular. Assim, o engajamento do homem na história é tal que não há mais autonomia, [...] mas o *sentimento nítido* de uma *coincidência* ou uma *recusa* entre seu destino e o devir de seu tempo” (Ariès, 2013, p. 111, grifos meus, adaptado).

O historiador ainda apontou que “testemunho não é *relato indiferente* de um observador que enumera ou de um cientista que desmonta, mas uma comunicação, um *esforço apaixonado para transmitir* aos outros que contribuem para a história a sua própria emoção da história”. Testemunho, desta forma, não trata de “passar minhas ideias dogmáticas sobre a sociedade, o Estado ou Deus, mas *minha maneira de ser e de sentir* tal como ela *se formou* no interior de uma civilização” (Ariès, 2013, p. 112, grifos meus adaptado).

O *Capítulo iv – Atitude diante da História na Idade Média* – se inicia pela advertência de que a História nasceu, enquanto ciência, no século XIX, de modo que o que foi produzido anteriormente ficou conhecido na historiografia da época apenas como *relato* e não como fato histórico.

De acordo com Ariès, até a modernidade havia a compreensão da existência de uma vida *com* e outra *sem* história. Neste contexto, dizia-se *sem história* a vida dos povos da Antiguidade. Por sua vez, os povos *com história* seriam os povos dos períodos posteriores ao Cristianismo (Ariès, 2013, p. 123).

Esta *intelligentsia histórica* promoveu imperiosa urgência de organizar a extensa, variada e emaranhada documentação dos períodos posteriores à expansão do Cristianismo pelo Ocidente a partir de temas e temporalidades lógicas. Trabalho colossal que acabou por dar vida à ideia de *História Universal*.

Neste ensaio, o historiador também comparou a *História* ao *Mito*. Segundo ele, a Mitologia estava nas sociedades antigas ou rurais para a *explicação da vida* assim como nas sociedades políticas e modernas estava a História. Isto é, em sua visão, por ter uma função muito parecida, a história seria o *mito* do Mundo Moderno (Ariès, 2013, p. 116).

De outro modo, conforme Ariès se quer uma diferenciação entre estes *sistemas de significação* deve-se analisar o formato e o *modo de operação* de cada um: enquanto o Mito foi transmitido de geração a geração fundamentalmente pela *oralidade* e pela *crença*; a História, de sua parte, foi *memorizada* e lembrada, inclusive, pela escrita. De tal condição talvez tenha emergido o *campo político* como *fundamento* da história no mundo moderno. Afinal, dos faraós do Egito Antigo à formação dos Estados Nacionais no século XIX se pôde constatar a centralidade do discurso histórico político na cristalização de *noções de verdade* (Ariès, 2013, p. 117-20).

O *Capítulo v – Atitude diante da história: o século XVII* – apresentou o fato de até o século XVI o estudo da história ter privilegiado a *Antiguidade Bíblica* e a *Antiguidade clássica e oriental*. De modo que outros temas e temporalidades não foram concebidas como objetos de estudo. Isto é, segundo Ariès, a noção hoje consensual de *continuum temporal* – sequenciação das épocas e o desenvolvimento de temáticas – não existia no século XVI (Ariès, 2013, p. 175ss).

Ato contínuo, do século XV até o XIX, a escrita da história na França privilegiava um conjunto de temas, chamados *gênero tradicional* – quase de exclusividade política e religiosa –, que acumulava muitos leitores. Assim, edição após edição, por causa do apego do público, o tema variava pouco e quando modificado dizia respeito somente a algum *embelezamento* e cunho estilístico do autor, que forçava algum distanciamento dos colegas, mas sempre

respeitando um *modelo* já pré-fixado. Desta sorte, a história era, pois, terreno para os *continuadores*.

Em que pese esta realidade, havia também entendimentos reticentes. No mesmo período, o Dezesseis, H. Hauser afirmava que se um *acontecimento* fosse *bem escrito* uma vez era *inútil* estudá-lo novamente (Ariès, 2013, p. 178). A despeito disto, em face da demanda do público, muitos temas – História dos Reinados e História da França, por exemplo – foram retomados para *explicações complementares*, nas quais apenas se retocava, em retórica e apêndices, as versões anteriores. Leia-se, então, retomados para *continuação*.

Assim, as *histórias de continuação* também seguiam o *modelo fixado*, afinal prevalecia a *concepção de história* como narração de um *fato*. Isto é, pressupõe-se a inexistência de mudanças muito significativas. A este propósito, o lexicógrafo Antoine Furetière apontou em seu Dicionário Universal do francês de 1690 que a História era um “relato feito com arte: *narração elevada, contínua e verdadeira* dos fatos mais *memoráveis* e das ações mais *célebres*” (Ariès, 2013, p.180).

Um marco formidável nestas concepções de história foi a publicação do *Tratado de História* [Aviso sobre a História da Monarquia Francesa] por Charles Sorel, em 1628, no qual se criticava as *narrativas fabulosas* e os *romances de cavalaria* – traços da literatura histórica do contexto –, aconselhando mesmo a extinção do *sobrenatural* e do *fantástico* das narrativas históricas. Para Sorel, era importante que o historiador tivesse *mais cuidado* com a *verossimilhança* e a cronologia. *Insights* talvez do *Cientificismo* que viria a assolar a *história científica* do fim do Dezenove? (Ariès, 2013, p.182).

O Tratado configurou uma apurada *lição* de *Metodologia da História* ainda no século XVII. Além das preleções já apresentadas, o manual também recomendava que as recorrências aos textos antigos [latinos, gregos, romanos] não se dessem a partir da cópia, palavra por palavra. Segundo Sorel, devia haver uma inspiração neles, mas, a narrativa devia ser feita à maneira do historiador do tempo presente (Ariès, 2013, p.184).

No entanto, estas *lições de metodologia* não ficaram impunes. Muitas críticas foram feitas, pois já naquele contexto se acreditava que a citação literal

das *referências* e das *fontes* era fundamental e valorizava o historiador. O principal crítico foi o Padre Daniel – estudioso da história do período – que, contudo, acabou por reconhecer que as minúcias dos documentos antigos muitas vezes mais haviam prejudicado que ajudado sua analítica.

Por fim, embora fosse uma preocupação latente desde o século XVI, atravessado o XVII e se firmado no XVIII, em seu tratado Sorel silenciou quanto às *noções éticas e políticas* que se devia extrair do conhecimento histórico. Sobre esta discussão, Antoine Furetière havia assinalado em seu trabalho que a história era um espaço onde se ensinava pela *ação* e pelo *exemplo*. Como se vê, desde estes longínquos tempos já se desenhava na história a sua função *educativa e moralizadora*, muito utilizada pelo mundo moderno para inculcar ideologias, como já experienciado (Ariès, 2013, p.186ss).

Pari passu, o ensaio prosseguia em demonstrar estes pormenores no estilo historiográfico dos escritores do período, em especial François-Eudes de Mézeray; Louis-Pierre Anquetil; Padre Jove; e Théodore Godefroy.

No *Capítulo vi – História científica* – Ariès apresentou os historiadores da primeira metade do século XIX e seu modelo de escrita histórica. Para ele, Augustin Thierry, François Guizot e Jules Michelet produziram uma história pouco elaborada, que ele nomeia de *história romântica*.

Ocorre que estes escritores se propunham a “evocar o passado em todos os seus aspectos *pitorescos* e *saborosos*. [...] Assim, nos seus relatos autênticos dos acontecimentos do passado, os historiadores buscavam o mesmo desenraizamento que orientavam os poetas e os romancistas” (Ariès, 2013, p.274ss).

Outro equívoco atribuído por Ariès a estes primeiros historiadores do mundo contemporâneo dizia respeito à *ausência de método*, que mais tarde foi adjetivado como *científico*. Deste modo, faltava a nossos precursores o *cuidado do uso de fontes seguras*, a análise e a escrita ocorriam também rápidas demais, mais ou menos nos moldes do romance histórico, conforme reiterou Ariès.

Contudo, pouco a pouco foi sendo possibilitada a produção de uma história mais precisa na França da primeira metade do século XX, movimento que foi tributário do esforço de *erudição* – recolhimento e a compilação crítica de textos e documentos nos arquivos – de parte dos historiadores do período.

Por sua vez, Ariès também realizou neste ensaio uma diferenciação entre *História Acadêmica* e *História Universitária*. A primeira foi consumida pela burguesia conservadora e pelas elites católicas, isto é, burocratas aposentados e políticos (Ariès, 2013, p.280ss).

Escrita por inúmeros autores, “magistrados e gente rica que dispunha de tempo e dinheiro, pois viviam de rendas, e se deram a incursões leigas pela *escrita da (e)história*”, a *literatura histórica acadêmica* possuía um cunho altamente *conservador* e *erudito* e se propunha a *narrar* e *explicar* a evolução política do governo e dos estudos, as revoluções, mudanças políticas, agitações, crises e guerras (Ariès, 2013, p.279, grifos meus, adaptado). Em suma, era uma história que apregoava o *determinismo histórico conservador*, que ignorava as reclamações da massa popular.

Por sua vez, a *história universitária* – seguindo a corrente – se dirigia mais aos leitores das universidades. Ela era *hermética* e significava mesmo uma história feita por intelectuais para ser consumida quase exclusivamente também por eles. A produção desta *literatura histórica* buscava ser cada vez mais *seca* e *técnica*, pois *quanto mais inacessível* ao leitor comum ela fosse *mais valorizada* ela seria em seu meio (Ariès, 2013, p.281-4).

Foi neste contexto que surgiu a concepção moderna de *fato histórico*, muito aliada às noções de *explicação* e *continuidade* ela passou a ser vista como *fato monumental*, piorando ainda mais o apotegma de *irrefutabilidade*. Segundo Ariès, da aproximação da história com as ciências exatas, em busca de legitimidade científica no Dezenove, resultou que *objetividade* e *cientificidade* passaram a figurar como *regra* para o estudo da história (Ariès, 2013, p.289).

Toda esta configuração engendrou, por fim, uma clivagem entre a *história escola* e a *história faculdade*, desembocando na equivocada compreensão de

aulas de história como uma equação de sucessivos *eventos políticos*, o que foi péssimo para o Ensino (Ariès, 2013, p.289-92).

Por fim, o autor também refletiu sobre a resistência dos historiadores profissionais em investigar o *sentido heurístico e epistemológico* da História. Fundados numa *compreensão tacanha* e no *desdém*, os profissionais da história taxaram de *palavrório inútil* e *sem empiria* a discussão sobre a *Filosofia da História*, assinalou Ariès (Ariès, 2013, p.287). Tributário deste entendimento, os trabalhos de Filosofia da História que conhecemos não foram realizados por historiadores, mas por filósofos. Os poucos trabalhos devotados à *mecânica* do ofício histórico se ocuparam, assim, apenas de discutir *tópicos técnicos* da pesquisa: o uso do rol de *Documentos*, *Arquivos*, levantamento *Bibliográfico*, etc.

No *Capítulo vii – História existencial* – encontra-se a afirmação de que a renovação da História se deu a partir dos trabalhos de Marc Bloch e Lucien Febvre, os proeminentes historiadores dos *Annales*.

A contribuição de Bloch pode ser evidenciada, nos termos de Ariès, em suas duas grandes inovações, quais sejam, a História Regional e a Longa Duração. O estudo *A sociedade feudal* de Bloch (1990) foi revolucionário ao implantar a ideia *mentalidade feudal* ao rol de temas do trabalho histórico. Isto é, a inovação de Marc Bloch esteve na afirmação da não existência de um Feudalismo que atravessava todo o Ocidente, mas feudalismo(s) diferentes, organizados em torno de uma *mentalidade feudal*, que transpunha limites geográficos e políticos. Com isso, ele efetivava seu *exercício metodológico* de *discutir* e *comparar* distintas localizações *tempo-espacial* dos acontecimentos históricos, finalizou Ariès (2013, p.302-7).

Por sua vez, o trabalho de Lucien Febvre, na compreensão de Ariès, é inseparável do de Marc Bloch. Assim, o livro *Problema da incredulidade no século XVI: a religião de Rabelais*, de Febvre (2009) é o maior exemplo da continuidade da investigação *blochqueana* sobre a *Mentalidade*.

Este ensaio, como vemos, foi profuso em ensinamentos sobre *Teoria e Metodologia da História*. Neste passo, a última *lição* ficou a cargo de uma advertência do mestre Ariès sobre a *impossibilidade* de se retornar ao passado.

Para o historiador, a *singularidade* dos tempos vividos somente se dá ao historiador – sujeito do tempo presente – de *forma indireta*, isto é, pelas fontes (Ariès, 2013, p.310).

No *Capítulo viii – História na civilização moderna* – vimos uma descrição dos primeiros contatos de Ariès com a História, ainda na infância, e sua discussão sobre as duas *concepções de história* com as quais mais conviveu no mundo de sua vida adulta: a História Política e a História Científica.

Segundo o historiador, a História Política estava fundada na ideia de *repetição* do fato histórico. Já a História Científica, de sua parte, à maneira da *Sorbonne*, era “*austera, abstrata, seca, objetiva*” e esforçava-se para tomar lugar como ciência, donde se explicava seu foco na *objetividade* (Ariès, 2013, p.321).

De modo a explicar a imbricação entre as duas, Ariès comentou um Programa de Conferências que submeteu a um ciclo de *Estudos Sociais* que foi rejeitado sob o argumento de “*não se prestar a conclusões políticas suficientemente práticas e eficazes*”. No estudo, Ariès pretendia utilizar um *método de análise* das *experiências concretas vividas* para estudar as classes sociais. Ou seja, o “*pecado*” do historiador foi querer trabalhar com *informantes* na pesquisa, o que a fez ser sumariamente rejeitada, considerada *inefcaz e subjetiva*. Realidade que assinala bem a perspectiva *tradicional e objetivista* da época (Ariès, 2013, p.323).

Apontou também o autor que ao longo da História da História a disciplina deixou de ser considerada como um objeto de *conhecimento desinteressado* ou *especulação orientada* e passou a se vista como uma *consciência existencial*. Isto é, cresceu o entendimento de que História é a *consciência de presença do sujeito no mundo*, a partir de uma *localização*, que é *espacial, social e temporalmente* determinados (Ariès, 2013, p.324ss).

Por sua vez, a observação das multifacetadas realidades existentes promoveu que o historiador refletisse sobre a possibilidade de um ramo de pesquisa histórica efetivado a partir da História *Individual e Coletiva*.

Notas finais

Embora o respaldo do magistério acadêmico lhe tenha demorado em demasia, Philippe Ariès é considerado um historiador que marcou a sua geração. Seus estudos sobre a origem e a força dos diversos hábitos – *econômicos, sociais, políticos, religiosos e literários* – que ao se acumularem transformam as pessoas e o seu contexto foram significativos na construção do gênero de pesquisa histórica chamado *História das Mentalidades*, hoje em dia mais comumente nomeado, por variadas razões, como História Cultural.⁹

Para Roger Chartier (2013), a singularidade do pensamento de Ariès se explica por dois principais *abalos epistêmicos*: de um lado, pela imensa *Literatura de testemunhos* a que ele teve contato enquanto era avaliador da Editora Plon (i). De outro lado, pela profunda influência sofrida do Movimento dos *Annales*, especialmente os trabalhos de *Marc Bloch e Lucien Febvre* (ii).

Nestas condições, (i) a leitura das histórias pessoais abriu seus olhos para a complexa imbricação entre as *existências individuais* com a *história coletiva*. O que o moveu rumo à derrubada das *fronteiras fixas* entre o público e o privado, posicionamento que lhe rendeu um de seus mais célebres trabalhos – *A Criança e a Vida Familiar no Antigo Regime* (Ariès, 1988), além da prestigiada coleção *História da Vida Privada* (2009). Por seu turno, (ii) Bloch e Febvre o incitaram à produção de uma *história de recusa do político* e do Estado, e uma *história das diferenças*, de modelação mais próxima à Etnografia, cuja primazia da *Cultura* e das *Estruturas Mentais* estava dada (Ariès, 1994, p.324ss e Chartier, 2013, p. 19ss).

Com efeito, o cenário até aqui esboçado esforçou-se por evidenciar que Philippe Ariès constitui mestre de primeira grandeza. Paradoxalmente, sua obra e ferramentas analíticas são precariamente difundidas entre pesquisadores em história do contexto contemporâneo. Realidade que se espalha também sobre o foco deste seu livro, a *História da História*.

⁹ Conferir Roger Chartier (2013) e Ronaldo Vainfas (1996).

Afinal, o leitor mais atento deve ter percebido que o mercado editorial tem estado muito produtivo nos últimos anos. Esta profusão livreira tem relação direta com a criação de Universidades e cursos de Ciências Humanas – detidamente aqueles de formação docente –, ocorrida na última década.

Notadamente no campo da História, tem-se assistido a multiplicação de títulos, geralmente escritos por notórios docentes de universidades brasileiras, que, grosso modo, objetivam oferecer fundamentação epistêmica e conceitual aos jovens estudantes.

Dentre estes, há uma profusão sobre temas da divisão tradicional da História – Antiga, Média, Moderna e Contemporânea – com destaque para a História do Brasil – Colonial, Império e República. Por sua vez, a estes se somam os que debatem Historiografia e Escrita história, notadamente uma Introdução.¹⁰

No entanto, é recorrente, nestes últimos, o fato de se limitarem a retomar o século XIX, oscilando, neste recorte de tempo, apenas aos meandros da afirmação da História como *campo científico* específico; de modo que permanecem absolutamente obscurecidas as temporalidades e visões historiográficas mais remotas. Tem-se, então, a impressão de inexistência de História, enquanto campo de saber, e de debates sobre a produção, métodos e narrativa do conhecimento histórico antes do XIX. Temas estes, aqui vislumbrados, como vimos, de modo muito breve.

Neste contexto, as investigações de Philippe Ariès sobre as díspares concepções de *história* e de *escrita histórica* no transcorrer de tão complexa temporalidade e empiria preenchem, pois, um vazio enorme.

¹⁰ Um breve balanço sobre esta produção pode ser considerado a partir desta brevíssima bibliografia, majoritariamente nacional: BARROS, José D'Assunção. *Teoria da História: a Escola dos Annales e a Nova História*. Petrópolis: Editora Vozes, 2012. BARROS, José D'Assunção. *O campo da História: especialidades e abordagens*. Petrópolis/RJ: Vozes, 2004; BASSANEZI, Carla (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005; BURKE, Peter. *A escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da historiografia*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997; FREITAS, Mário Cezar de. *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2000; MONTENEGRO, Antonio. *História, metodologia, memória*. São Paulo: Contexto, 2010; PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (orgs.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009; REIS, José Carlos. *Nouvelle Histoire e tempo histórico: a contribuição de Febvre, Bloch e Braudel*. São Paulo: Ática, 1994.

Reunidas, estas constatações fazem de *O Tempo da História* um livro seminal.

Não obstante suas inquestionáveis qualidades, a coletânea ressentir-se em algumas partes de ser fastidiosa para os não especializados [capítulo v], é preciso confessar. Acontece que ele examina em profundidade autores e temas *mui* remotos e em desuso [História da França, Biografia de Joana D'arc, etc]. Assim, em algumas passagens é fundamental, de fato, se encorajar!

Outra dificuldade de adentramento na obra diz respeito à ausência de interligação interna nos ensaios. Escritos em anos diferentes, os textos são absolutamente independentes e sua sequenciação *a posteriori* deixou vácuos na argumentação.

Embora o longo e minucioso prefácio de Roger Chartier tenha perseguido a intenção de construir uma coerência interna, a imprecisão se aquilo que é sinalizado pelo leitor Chartier condiz com o que disse ou gostaria de ter dito o escritor Ariès resta constante. Noutras palavras, faltou uma conclusão do autor que retomasse seus principais argumentos, de modo a evitar indefinições.

A escrita e o léxico de Philippe Ariès merecem, ainda, uma ou duas palavras. Seus períodos longos e indiretos, muitas vezes têm de ser retomados se se busca a mais adequada compreensão. O mesmo sucede quando de suas muitas divagações e citações de exemplos, efetuadas em meio a uma longa afirmação. Percalços estes que, nem de longe se pense, em nada desmerecem a obra.

O historiador é, em tudo, um erudito. Sua escrita é elegante e caprichosa. Certamente vai exigir a companhia de dicionários bem como trará alguns novos vocábulos a muitos leitores. Por sua vez, a tradução cuidadosa de Roberto Leal Ferreira, ofertou muitas notas de expressões particulares do francês.

Deste modo, se desde os idos de sua primeira edição francesa, em 1959, *Le Temps de l'Histoire* já chamava atenção pelas terminologias

historiográficas *avant-garde* que trazia à baila. O que fez enfurecer muitos acadêmicos. Em dias atuais, além de enriquecer o vocabulário, as *chaves de leitura* e os modos de empiria do historiador do séc. XXI, a obra, sem dúvida, ofertará importantes lições de *História da História*.

Referências Bibliográficas:

ARIÈS, Philippe; BÉJIN, André. Sexualités Occidentales – Contribution à l'histoire et à la sociologie de la sexualité; Communications, *Revue Persée*, n.35, 1982.

ARIÈS, Philippe. *A criança e a vida familiar no Antigo Regime*. Lisboa: Relógio d'Água, 1988.

ARIÈS, Philippe. *Essais de Mémoire (1943-1983)*, Paris, Seuil, 1993.

ARIÈS, Philippe. *Um historiador diletante*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

ARIÈS, Philippe. *O Tempo da História*. Tradução de Roberto Leal Ferreira. São Paulo, Editora Unesp, 2015.

BLOC, Marc. *A sociedade Feudal*. Lisboa: Edições 70, 1990.

BOURDIEU, Pierre. O campo científico. In: *Sociologia*. Renato Ortiz (org.). São Paulo: Ática, 1983.

BRAUDEL, Fernand. *La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II*. Paris, A. Colin, 1949.

BRAUDEL, Fernand. História e Ciências Sociais: A longa duração. *Revista de História, USP*. v.30, nº62, Abril-Junho, 1965.

BRAVO, Gutmaro Gómez. La historia social británica: memoria de una contribución colectiva. *Revista de Historia y Comunicación Social*. Universidad Complutense, Madri, n.8, 2003.

BURKE, Peter. *A Revolução Francesa da historiografia: a Escola dos Annales 1929-1989*. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1991;

CAMPOS, Raquel Discini de. PHILIPPE ARIÈS: A PAIXÃO PELA HISTÓRIA. *Cadernos de História da Educação* – v. 11, n. 1 – jan./jun., 2012.

CHARTIER, Roger. Introdução. In.: Philippe Ariès. *O Tempo da História*. Tradução de Roberto Leal Ferreira. São Paulo, Editora Unesp, 2015.

COUTAU-BÉGARIE, Hervé. *Le phénomène "nouvelle histoire", stratégie et idéologie des nouveaux historiens*, Paris, 1983.

DUBY, Georges. *A história continua*. Rio de Janeiro, Zahar, 1993.

- DUBY, Georges. *História da Vida Privada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- DUBY, Georges. *Mes ego-histoires*, Paris, Gallimard, 2015.
- ESTADO DE SÃO PAULO, O. 16.05.2014, *Textos de Philippe Ariès revelam autor que fugiu das batalhas acadêmicas*, de Rodrigo Petronio.
- FEBVRE, Lucien. *O problema da incredulidade no século XVI: a religião de Rabelais*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- GROS, Guillaume. Philippe Ariès, entre traditionalisme et mentalités. Itinéraire d'un précurseur, Vingtième siècle. *Revue d'histoire*, n° 90, avril-juin 2006.
- GROS, Guillaume. *Philippe Ariès (1914-1984) – Un traditionaliste non-conformiste: de l'Action française à l'École des Hautes Études en Sciences Sociales*. Tese doutorado sob orientação de Serge Berstein, Villeneuve d'Ascq, Presses Universitaires du Septentrion, 2008.
- GROS, Guillaume. Culture politique et vocation d'histoire chez Philippe Ariès. *Cahier d'histoire immédiate*, Toulouse, n° 39, printemps, 2011.
- GROS, Guillaume. Philippe Ariès e seus arquivos: da memória do historiador à do militante. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 5, n. 9, 2013.
- LE FIGARO, JORNAL. 22.05.1997, *Philippe Ariès: un historien en reaction*. Critique littéraire, de Emmanuel Le Roy Ladurie.
- MÜLLER, Bertrand. *Marc Bloch, Lucien Febvre et les Annales d'histoire économique et sociale: correspondance, tome premier, 1928-1933*. Paris: Fayard, 1994.
- NEVES, Guilherme Pereira das. Chegará o tempo da história? *Revista História da Historiografia*. Ouro Preto, n.9, Agosto, 2012.
- NORA, Pierre. *Ensaio de ego história*. Lisboa, Edições 70 Ltda., 1989.
- NOVAIS, Fernando Antonio. Historiografia, exame de consciência dos historiadores. *Economia e Sociedade*, n. 4 (1), Campinas, 2016.
- SILVA, Marcos. *Philippe Ariès: um historiador marginal*. Conferência. Univ. Federal de Sergipe. Sergipe. Mimeo, [Sd].
- VAINFAS, Ronaldo. História da vida privada: dilemas, paradigmas, escalas. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. v.4 jan./dez., 1996.



ARTIGOS - ARTICLES

A divulgação de conhecimentos científicos no Brasil entre os séculos XVIII e XIX : comentários e reflexões

Paulo Henrique Trentin¹

Professor do Centro Universitário da Fundação Educacional Padre Sabóia de Medeiros (FEI)
trentin@fei.edu.br

Como citar este artigo: TRENTIN, P. “A divulgação de conhecimentos científicos no Brasil entre os séculos XVIII e XIX: comentários e reflexões”, *Intelligere, Revista de História Intelectual*, n°7, p. 195-208. 2019. Disponível em <<http://revistas.usp.br/revistaintelligere>>. Acesso em dd/mm/aaaa.

Resumo: Este texto comenta e apresenta reflexões em relação aos argumentos apresentados por autores, tradutores e outros responsáveis pela divulgação dos conhecimentos científicos no Brasil, do final do século XVIII ao início do século XIX. Selecionamos para a análise as seguintes obras: *Elementos de Astronomia, 1813, Tratado Elementar de Mechanica, 1812, Tratado de Optica, 1813, Tratado Elementar de Physica tomo II, 181 e o Jornal O Patriota, 1813-1814*. A análise identifica algumas expectativas manifestadas pelos autores, tradutores e editores dos textos selecionados, como motivações sociais, políticas ou econômicas. Especificamente, destaca-se a relevância de anseios, desejos e expectativas manifestações dos autores dos textos para além da influência do ambiente social, político e econômico ao qual pertenciam. O estudo nos permitiu considerar que não há resposta definitiva acerca das ambições ou expectativas motivaram a divulgar conhecimentos científicos. Porém, no que se refere à “utilidade” que atribuíam ao conhecimento divulgado, foi possível tecer algumas considerações que deverão contribuir para a historiografia acerca do tema.

Palavras-chave: Conhecimento Científico; Utilidade; Divulgação; História da Ciência.

¹ Paulo Henrique Trentin é Professor Adjunto do Centro Universitário da Fundação Educacional Padre Sabóia de Medeiros (FEI) e da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Bernardo (FASB), São Paulo, Brasil. Realiza Pós-Doutorado da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH-USP), sob Supervisão do Prof. Dr. Thomás S. Haddad. *e-mail:* (1) trentin@fei.edu.br, (2) trentin@usp.br, (3) paulo.trentin@fasb.com.br

The disclosure of scientific knowledge in Brazil between the 18th and 19th centuries: comments and reflections

Abstract: This text reflects on the importance suggested by authors, translators and other persons responsible for the dissemination of scientific knowledge, from the late eighteenth and early nineteenth century in Brazil. We selected the following texts to support our study: *Elementos de Astronomia, 1813, Tratado Elementar de Mechanica, 1812, Tratado de Optica, 1813, Tratado Elementar de Physica tomo II, 181 e o Jornal O Patriota, 1813-1814*. The analysis presents some expectations expressed by the authors, translators and editors of these selected texts regarding the social, political or economic importance they gave to their work. Specifically, we focused on the identification of the manifestations of the authors of the texts, understanding that, in addition to the social, political and economic environment to which they belonged, their yearnings, desires and expectations were also part of the works they constituted. We take as reference authors such as: Luis Miguel Carolino; Maria Odila Leite da Silva Dias and Lorelai Kury, constituting a background in this endeavor. The study we conducted allowed us to consider that there is no definitive answer and that we cannot point out what ambitions or expectations the editors, authors or translators had exactly to disseminate scientific knowledge. However, with regard to the "usefulness" attributed to the knowledge disclosed, we were able to deepen a little more and bring some considerations that may contribute with reflections to what is on the subject.

Keywords: Scientific knowledge; Usefulness, Knowledge Disclosure, History of Science

Introdução

Temos nos debruçado em alguns dos nossos documentos para estabelecer linhas de análise e reflexões relativas a forma, aos objetivos e as expectativas, relativas a divulgação dos conhecimentos científicos sedimentados na Europa entre os séculos XVI e XVII e que chegaram ao Brasil entre os séculos XVIII e XIX. Estabelecemos como marco a instalação da Corte Portuguesa no Brasil, no início do século XIX, e a fundação da Academia Real Militar do Rio de Janeiro.

Buscamos algumas razões para que os autores, editores e tradutores divulgassem conhecimentos científicos. Tais reflexões estão centradas na análise de alguns dos textos destinados ao ensino na Academia Real Militar do Rio de Janeiro e, além deles, no Jornal O Patriota. Neles, procuramos analisar

que dimensão os divulgadores davam ao conhecimento científico. Identificamos que o desenvolvimento social e econômico eram as justificativas para a necessidade da propagação de conhecimentos científicos. Porém, buscamos entender o entorno que envolvia as “pretensões” manifestadas pelos responsáveis ao oferecer suas obras recheadas de conhecimento científico.

Ao citarmos o entorno, nos referimos às teias de relações pessoais, às necessidades e outras ambições que envolviam e interferiam em todo o processo de seleção, preparação e disponibilização dos textos do final do século XVIII e início do século XIX no Brasil.

Para tanto, organizamos este artigo em quatro partes. A primeira traz o que consideramos como nossas obras de referência. São trabalhos de pesquisadores que tratam ou têm relação, com os temas chave da nossa investigação que são “o utilitarismo” e as “pretensões” presentes nos textos científicos que selecionamos para análise, que são: *Elementos de Astronomia, 1813, Tratado Elementar de Machanica, 1812, Tratado de Optica, 1813, Tratado Elementar de Physica tomo II, 181 e o Jornal O Patriota, 1813-1814*. Na segunda parte apresentamos alguns apontamentos acerca das perspectivas dos autores, tradutores ou editores que selecionamos para a análise. Na terceira parte, estabelecemos um diálogo entre os nossos apontamentos acerca dos divulgadores das ciências e os referenciais teóricos. Na quarta parte deixamos nossas impressões e comentários relativos ao estudo que realizamos.

Aporte Teórico

Para uma análise documental como a que empreendemos, não bastou a perspectiva dos teóricos que considerassem apenas aspectos da análise de texto; tivemos o cuidado de buscar por referências que considerassem aspectos relativos à divulgação do conhecimento científico no período, como passamos a destacar.

Ao tratar da política científica no início do século XIX, Carolino (2014) chama a atenção para a presença dos princípios iluministas do século XVIII, segundo os quais, conforme a interpretação de dom Rodrigo de Sousa Coutinho, seria necessário um entendimento dos fenômenos naturais para

permitir o uso racional dos recursos disponíveis. Em outros termos, a exploração mais eficiente dos recursos naturais viria como consequência do domínio sobre os conhecimentos científicos até então sedimentados pelas ciências naturais. Assim, o conhecimento e o domínio das ciências naturais, deveria sustentar qualquer intenção de utilização “adequada”, fosse para a defesa de territórios ou para o desenvolvimento de uma nação.

Considerando as ideias de Dom Rodrigo e buscando por alguma referência que tratasse especialmente deste momento identificamos que, para Dias (2009), a transferência da Corte Portuguesa para o Rio de Janeiro, em 1808, representou o marco para que o Brasil desempenhasse um papel central dentre os outros subordinados ao domínio da Coroa Portuguesa. O fato de Dom Rodrigo fazer parte da comitiva da Coroa Portuguesa no Brasil, favoreceu a implementação de sua política científica. Ele almejava dirigir-se aos governadores das principais capitanias brasileiras, tais como: São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia e Minas Gerais. Sua justificativa era de que os resultados científicos permitiriam explorações mais eficazes dos recursos disponíveis nas terras sob os cuidados dos governadores. Nota-se, então, o propósito fundamental que entendemos estar no cerne de quaisquer outras justificativas apresentadas nos textos selecionados e analisados.

Assim como na Europa, o componente utilitário atribuído à Ciência fora a tônica das produções destinadas ao ensino na Academia Real Militar brasileira e em publicações destinadas à divulgação das ciências em terras brasileiras, dentre as quais destacamos o *Patriota*. Nota-se que Dom Rodrigo estava no centro da modernização e racionalização. Ele contava com uma ampla rede de relações com intelectuais e homens das ciências constituída ao longo de sua carreira política iniciada em Portugal.

Podemos propor que os ideais iluministas foram o traço marcante nas produções destinadas à divulgação das ciências. No bojo de seus propósitos estava o tratamento dado ao Estado como responsável por oferecer toda a infraestrutura necessária ao desenvolvimento científico e à formação de pessoas que protagonizassem o processo de atendimento a todas as necessidades sociais. Neste sentido, devemos considerar que não havia massa

crítica para tais ambições em terras brasileiras. Lembremo-nos de que, antes da instalação da Corte no Rio de Janeiro, pouco interessou ao Reino de Portugal que o Brasil pudesse formar pessoas para empreender uma política científica, como pleiteava dom Rodrigo. Mas, o que pensavam os autores, tradutores e editores de obras que tiveram a publicação autorizada com a chegada e a instalação da Coroa Portuguesa no Brasil? Passemos a análise dos textos selecionados.

Os autores, Tradutores ou Editores: Intenções e Preocupações

Qualquer recorte que nos propuséssemos a realizar escolhendo este ou aquele material, texto, obra, autor ou período, poderia representar uma forma de privilegiar algumas escolhas em detrimento de tantas outras. Mas estabelecer um referencial era necessário. A escolha teve com referencial certo marco temporal e especificamente uma instituição e um período nesta instituição: no caso a Academia Real Militar do Brasil e a possibilidade de acesso a determinados materiais que circundaram, em anos anteriores, a sua fundação e, anos posteriores, o seu funcionamento. Fomos garimpando aqui e ali materiais que, de certa forma, cuidavam da apresentação de conteúdos relativos a ciências como Astronomia (Guimarães, 1813a), Mecânica (Pereira, 1812), Óptica (Guimarães, 1813b) e Física (1810), além de *O Patriota* (1813-14).

Consideramos que outros documentos históricos poderiam ser escolhidos, mas não pretendemos (nem acreditamos ser possível) esgotar todas as possíveis formas de se olhar para os referidos textos. Entendemos que outros olhares devam ser realizados futuramente e serão importantes para enriquecer as reflexões que aqui iniciamos. Em questão está a perspectiva de como os autores dessas obras entendiam sua “utilidade”, na perspectiva pragmática que a palavra sugere. Que “utilidade” seria esta mencionada? Por quê oferecer este ou aquele tema e com qual pretensão? Colocamo-nos somente como os que se incubem de apresentar a perspectiva dos proponentes (autores, tradutores e editores) das obras selecionadas.

Iniciamos nossas considerações pela obra *Elementos de Astronomia* que afirma na Advertência, na página 1:

Os presentes Elementos são compilados dos mais célebres Authores, que tem escrito sobre Astronomia, não só dos apontados na Carta de Lei de 4 de dezembro de 1810 no tit. 11. § 4, mês de outros, que consultei, quando me permittio a brevidade do tempo. A Astronomia Physica de Biot, as Obras de Vincent de Mackay, e outros Astronomos Inglezes fornecerão muitas luzes para este Compendio, o qual me parece conter daquela Sciencia os conhecimentos necessários a hum Militar. Por tanto he neste ponto de vista que deve pezar-se o seu merecimento.

O componente utilitário destacado pelo autor refere-se à formação militar dos estudantes. Há claras evidências na obra, e no trecho mencionado, de que o autor, Manoel Ferreira de Araújo Guimarães (Trentin, 2011), por seu engajamento militar, tenha como dimensão tal perspectiva. Além do mais, não nos esqueçamos de que suas relações estreitas com dom Rodrigo de Sousa Coutinho o obrigavam a alinhar o discurso a necessidade de defender a coroa. Em algumas circunstâncias, como evidenciamos em outras pesquisas sobre o autor, ele utilizava pseudônimos e tecia comentários que por vezes não se alinhavam às pretensões da coroa portuguesa. Por exemplo, vê-se alguns comentários no Jornal Patriota sob o pseudônimo de *El Hermano Baienese (O Patriota)*. 1813-14). Aliás, consideramos peculiares as diversas atividades que Araújo Guimarães assumiu ao longo de sua vida, tais como tradutor, autor e editor. Seu trabalho de organização dos *Elementos de Astronomia* favoreceu a inserção no texto de aspectos relativos à Astronomia que circulavam nos renomados centros da época, Inglaterra e França.

Há, no texto, a interpretação do autor das obras de apoio e um cuidado em apresentar detalhes teóricos e fundamentações matemáticas, como ele costumava fazer. Analisando a construção sugerida por Araújo Guimarães notamos que ele incorporou parte do conhecimento científico relativo à Astronomia de sua época. Porém, a quem se destinou de fato a consulta e a utilização de tão rica produção? O corpo de conhecimento do qual tratou a obra foi trabalhado pelos estudantes. Produziu efeitos práticos ou, quando muito, apenas erudição? Difícil responder a estas questões. Assumia-se então que a erudição seria necessária para a abstração que o homem deve cultivar para tornar-se livre. A pretensão então, seria de que em algum momento ocorreria uma revolução intelectual da sociedade brasileira, se é que poderíamos reconhecer a existência de uma tal sociedade brasileira.

Passando a análise do *Tratado Elementar de Machanica*, de autoria de Costa Pereira em 1812, entendemos que o texto considera de início a relação de obras de referência e autores que consultou para a preparação de seu texto. Sua perspectiva para a elaboração do livro, também coerente com os ideais do iluminismo francês, está sustentada por autores como Gaspard-Clair-François-Marie Riche de Prony (1755-1839), que se destacou por inúmeros trabalhos referentes a movimentos dos corpos e outros, empregados na formação de engenheiros franceses incluindo aplicações práticas; Charles Bossut (1730-1814) que produziu trabalhos conceituais a respeito de física-matemática e de aplicações à formação de engenheiros franceses como o tratado de Hidrodinâmica no qual apresenta aplicações de princípios da física como fundamentação matemática, para a construção de diques. Vemos que a utilização deste último autor por Costa Pereira se deve às inclinações para a matemática de Bossut que, dentre seus trabalhos, publicou obras destinadas a uma revisão da história da matemática.

Na obra *Tratado de Optica* de 1813, o autor Araújo Guimarães, que entendemos ser o tradutor, tem como referência a produção de La Caille, Nicolas-Louis de La Caille (1713-1762), da qual ele extraiu as chamadas “Lições Elementares de Optica” e, como de costume, fez a apresentação das ideias relativas à óptica com as fundamentações matemáticas. Porém, sem um componente voltado para a formação de engenheiros ou para a vida do cidadão comum. Assim, notamos uma construção um pouco mais teórica e que seguiu a linha da obra original de La Caille, intitulada *Leçons élémentaires d'optique*, datada de 1756.

No tomo II da obra *Tratado Elementar de Physica* de 1810 não pudemos identificar o tradutor. Identificamos, porém, que a obra de referência para a preparação do texto mencionada foi de autoria do Abade Hauy, um cônego da igreja metropolitana de Paris. Visitamos a obra original o *Traité élémentaire de physique*, de 1806, e identificamos que o nome completo do autor era René-Just Haüy (1743-1822). Na comparação entre as obras fora preservado a estruturação dada pelo autor original, sem inserções, comentários adicionais ou notas. Desta forma, não houve como identificar as considerações do tradutor sobre alguns dos pontos que buscamos analisar. Nos chamou atenção o fato de

que o original é de 1806 e a tradução a tradução em português é de 1810, ou seja, foram quatro anos para a organização da tradução. Mas, somos tentados a atribuir o trabalho de tradução a Araújo Guimarães, fundamentados no seu histórico de traduções em tempo recorde e por possuir inigualável habilidade, adquirida ao longo de anos de trabalhos realizados. Além do mais, Araújo Guimarães dominava, além do francês, o latim.

Consideramos como mais importante para este artigo as análises que realizamos das publicações no jornal literário *O Patriota*, no período de editoração de Araújo Guimarães. Analisamos todos os números e identificamos as considerações do editor, que traziam sua perspectiva a respeito da necessidade para a vida cotidiana dos conhecimentos científicos que recheavam o periódico sob sua tutela. Identificamos e agrupamos os posicionamentos do editor, procurando evitar repetições. Vamos aos apontamentos.

No jornal *O Patriota* o editor manifesta entender sua responsabilidade em oferecer material escrito, e que terá o cuidado com a seleção das notícias nacionais estrangeiras, dando prioridade às nacionais. Além do mais, ele (o editor) escreveu que pretendia oferecer, com periodicidade, trabalhos de reconhecida aplicabilidade, referindo-se a uma necessidade social brasileira preeminente. Araújo Guimarães manifesta que é alvo de invejas, acusações e questionamentos diversos, mas que deveria permanecer seguindo com sua vontade de oferecer conhecimento a todos os que dele necessitassem. Ele inicia a edição com o texto *Memória Sobre o emprego do assucar combinada com a pólvora, extrahida do Reportono das Artes, Manufacturas e Agricultura (O Patriota., 1813-14).*

Lembre-mo-nos que para Alfonso-Goldfarb e Ferraz (2002) a institucionalização das ciências no Brasil ocorreu em meio à fragilidade e à burocracia das instituições brasileiras. Instituições essas guiadas por interesses dos monarcas e com ênfase no conhecimento das chamadas coisas brasileiras, incompleto ou equivocado. Para as historiadoras, existiu um interesse na formação de oficiais e engenheiros que pudessem se dedicar à defesa e à segurança dos domínios territoriais. Isso fez com que D. João promulgasse, em

1810, uma carta régia criando a Academia Real Militar para que, em tese, se estabelecesse um curso completo de ciências matemáticas, bem como de todas aquelas ciências que favorecessem o conhecimento militar em todas as suas peculiaridades. A carta régia detalhava o funcionamento do curso em seus sete anos, com o programa das diferentes cadeiras, nomeando os autores e as obras que deveriam ser seguidos, entre outras questões. Porém, a vontade de organizar um corpo de profissionais para a garantia do domínio do território foi acompanhada pela falta de um prédio com instalações adequadas e equipado, além da dificuldade para contratar professores e a quase total ausência de livros.

A respeito dos livros, cumpre-nos dizer que havia uma série de obras traduzidas para o uso em Portugal, sob responsabilidade de Araújo Guimarães, no período em que concluía seus estudos em terras portuguesas. Essa atividade despertou o interesse de dom Rodrigo para servir a Academia Real. Observam Alfonso-Goldfarb e Ferraz que pouco se podia considerar como investigação nessas escolas do século XIX, pois dominava a inclinação para uma formação profissionalizante. As pesquisadoras acrescentam que durante o período colonial foram frustradas todas as tentativas de formar academias ou outros centros voltados à discussão ou pesquisas, tendo como referência, o modelo inglês ou francês². Outro aspecto para o qual pretendemos chamar a atenção tem relação com a divulgação. Alfonso-Goldfarb e Ferraz consideram-na como um componente fundamental para que o binômio formado pelo ensino e a investigação tivesse êxito no processo de institucionalização da ciência.

Em nossa opinião manifestações com as de Araújo Guimarães pareciam fora da realidade à época e soavam como uma obrigação, um sonho ou uma leitura equivocada. Uma obrigação, à medida que a coroa financiava toda a parte acadêmica, incluindo publicações e a manutenção da recém fundada Academia Real Militar. Um sonho ou uma leitura equivocada, pois a experiência da formação no exterior dos talentos arregimentados por Dom

² Alfonso-Goldfarb e Ferraz, Raízes Históricas da Dificil Equação Além desse trabalho há uma referência no trabalho de Márcia H. M. Ferraz —As Ciências em Portugal e no Brasil (1772-1822): o texto conflituoso da química”, na p.20, sobre Basalla para tratar das etapas para a institucionalização de área do conhecimento científico.

Rodrigo, favorecia a que projetassem expectativas sobre uma população, que não representava massa crítica para atender a ambição de institucionalização de áreas do conhecimento científico, por exemplo.

As Obras Analisadas e os Referenciais Teóricos

Entendemos como os divulgadores os autores, tradutores e editores foram encaminhados para reverberar, em terras brasileiras, o conhecimento científico. Nesta parte, portanto, vamos desenvolver algumas considerações tramando os apontamentos teóricos e os apontamentos das obras de divulgação que linhas acima apresentamos. Cabe lembrar que nosso fio condutor está situado nas considerações acerca do pragmatismo atribuído ao saber científico.

Para Carolino (2014), a presença dos princípios iluministas impunha o uso racional dos recursos e a exploração mais eficiente da natureza, dialogava com os conhecimentos científicos sedimentado pelas ciências naturais. Isto, vimos em inúmeros trechos de divulgação ecoando no Brasil, numa espécie de discurso que daria uma garantia do qual necessário seria investir na divulgação dos conhecimentos a todos que dele pudessem se apropriar. Veja, como exemplo, um trecho escrito por Araújo Guimarães:

Sei que muitos presumidos Sabios olhão com desprezo para semelhantes trabalhos, a que nunca se dedicarão, e dos quaes por consequência ignorão todo o pezo. Aquelle que sacrifica as horas de seu descanso a comunicar aos seus compatriotas conhecimentos que, sem elle, lhes serião vedados, ou ao menos pouco vulgares, se considera como hum servil copista, que não tem fadiga alguma, salvo a de transcrever as palavras do Author, empreza, segundo elles muito fácil. Eu não faço a minha apologia, nem a sátira delles. Contento-me com ser útil e lhes deixo o vão officio de declamadores (Legendre, Elementos de Geometria, p.3).

O tradutor além de ter se colocado como alguém que respeitaria fielmente o texto transcrevendo as palavras de Legendre, reconheceu que seu trabalho não deveria ser considerado como algo de pouco importância. Para o tradutor sua produção representava uma forma de oferecer ao povo brasileiro uma obra de reconhecido merecimento na Europa. Araújo Guimarães tinha a dimensão exata do que representaria a tradução de Legendre para o ensino de Matemática no Brasil.

Façamos um aparte para lembrar que quando embarcou da Bahia em 1791, Araújo Guimarães desejava ter se dirigido à Universidade de Coimbra, mas não pôde devido às limitações financeiras de sua família. Tempos depois, casado e com uma família para manter, só conseguiu realizar seu desejo por ter recebido uma bolsa do governo português, na Academia Real dos Guardas-Marinha. Ainda aluno, dando aulas para manter-se e complementar a ajuda do governo, Araújo Guimarães combinou seu domínio do Latim e do Francês e em 1800 vislumbrou a possibilidade de elaborar traduções. Essa foi uma atividade que realizou durante boa parte de sua vida: traduzia obras de referência, para as que se relacionavam ao ensino da matemática. Então, em 1800 a tradução da obra de La Caille, que era uma referência na academia portuguesa em que estudava, lhe rendeu a confiança de Dom Rodrigo de Souza Coutinho. Assim, como exemplo, Araújo Guimarães não era um iniciante, ou apenas um indicado para realizar o trabalho de tradução de Legendre por amizades e bons relacionamentos. Ele já dispensava qualquer apresentação, pois acumulava a experiência de publicações e de regência de aulas de matemática na Bahia e em Portugal, havia pelo menos nove anos. Mas é inegável que a influência de Dom Rodrigo favoreceu sua indicação.

Vimos, nas palavras de Dias (2009, p.17), que a transferência da Corte Portuguesa para o Rio de Janeiro, no início do século XIX, representou o marco para que o Brasil desempenhasse um papel central dentre os outros subordinados ao domínio da Coroa Portuguesa. Nesta perspectiva os ideais de política científica que Dom Rodrigo almejava dirigir aos governadores das principais capitanias brasileiras trazia o componente utilitário. E ao lado de Dom Rodrigo estavam pessoas como Araújo Guimarães, José Saturnino da Costa Pereira e outros.

Considerações Finais

Entendemos não haver uma resposta final para a questão que nos orientou na produção deste texto. Não há como afirmar quão utilitário era o conhecimento científico que os divulgadores ofereciam à sociedade brasileira do início do século XIX. Não há como afirmar a existência de uma sociedade

intelectualizada, ou que pensava num Brasil além daquele que pudesse servir aos interesses da Coroa Portuguesa.

Houve por parte dos divulgadores a vontade e a crença de que, de fato, a divulgação de conhecimentos científicos seria a base para uma sociedade que se alinharia às nações europeias da época. Contudo, como pensar num equilíbrio social que favorecesse a instalação de preocupações com o desenvolvimento da Ciência, ou mesmo com a utilização e aplicação de conhecimentos para o desenvolvimento social se a preocupação predominante era com a sobrevivência? Conforme considerou Pijning:

A sociedade colonial era fortemente estratificada. Andando pelas ruas do Rio de Janeiro, era possível distinguir diretamente o status das pessoas por sua aparência e trajés.¹⁰ Nos desfiles, datas religiosas e festividades públicas, em ocasiões públicas e privadas e mesmo na morte, os códigos de vestimenta indicavam esse status. Todos os habitantes – de escravos africanos até o vice-rei – procuravam indicar sua posição social tornando-se membros de irmandades, ordens-terceiras, da Santa Casa da Misericórdia, ou pelo trabalho em qualquer órgão público. Era esperado que os habitantes do Rio de Janeiro se vestissem e se comportassem de maneira adequada à sua posição (qualidade), pois esse sistema de desigualdade estava institucionalizado pela lei e pelo costume (2001, p.18).

Vislumbrar que não havia condições sociais para que as ambições dos divulgadores pudessem ser contempladas é o que nos resta pensar. Porém, deixamos nossa impressão de que o desejo dos divulgadores se alinhava a um desejo visionário de uma sociedade equilibrada a tal ponto de poder ter preocupações com o domínio, a produção e a utilização de conhecimentos científicos de toda a natureza, fossem eles mera erudição ou pragmáticos.

As análises e os desdobramentos apresentados neste texto oferecem as bases para a constituição das referências bibliográficas utilizadas no Brasil, no período em questão³. Por exemplo, percebemos uma intensa participação de Araújo Guimarães, não só como um mero tradutor, mas como alguém que propôs mudanças, mostrando sua discordância com o que estava sedimentado em algumas referências destinadas ao ensino da Matemática.

³ Trentin, Paulo H.. Manoel Ferreira de Araújo Guimarães (1777-1838): elementos necessários para uma revisão da História da Matemática no Brasil. *Intelligere, Revista de História Intelectual* ISSN 2447-9020 - v. 3, n. 1, 2017.

Os desdobramentos que realizamos, também, nos permitiram identificar teias de relações pessoais, necessidades e outras ambições que envolveram e interferiram em todo o processo de seleção, preparação e disponibilização dos textos. Eles possibilitam outros olhares para enriquecer a discussão relativa à temática da publicação e divulgação da História da Ciência no Brasil.

Referências Bibliográficas

ALFONSO-GOLDFARB e FERRAZ. *Raízes Históricas da Difícil Equação*. 2002. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/spp/v16n3/13555.pdf>

CAROLINO, Luís Miguel. Dom Rodrigo de Sousa Coutinho, a ciência e a construção do império luso-brasileiro: a arqueologia de um programa científico. In: *Formas do Império: Ciência, tecnologia e política em Portugal e no Brasil. Séculos XVI ao XIX*. Rio de Janeiro/São Paulo, Editora: Paz e Terra, 2014.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *A interiorização da Metrópole e Outros Estudos*. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2009, 2ª edição.

FERRAZ, Márcia H. M.. *As ciências em Portugal e no Brasil (1772-1822): o texto conflituoso da química*. São Paulo: Editora da PUC-SP/FAPESP, 1997.

GUIMARÃES, Manoel Ferreira de Araújo. *Tratado de Trigonometria*. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1809.

GUIMARÃES, Manoel Ferreira de Araújo. *Elementos de Astronomia*. . Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1813a.

GUIMARÃES, Manoel Ferreira de Araújo. *Tratado de Optica*. . Rio de Janeiro: Imprensa Régia 1813b.

KURY, Lorelai . *Homens de Ciência no Brasil: impérios coloniais e circulação de informações (1780-1810)*, História, Ciência e Saúde – Manguinhos. Vol.11(suplemento), 2004.

O PATRIOTA. *Jornal Litterario, Político, Mercantil, etc. do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1813-14.

PEREIRA, José Saturnino da Costa. *Tratado Elementar de Machanica*. . Rio de Janeiro: Imprensa Régia 1812.

KURY, Lorelai . *Homens de Ciência no Brasil: impérios coloniais e circulação de informações (1780-1810)*, História, Ciência e Saúde – Manguinhos. Vol.11(suplemento), 2004.

PIJNING, Ernst. *Contrabando, ilegalidade e medidas políticas no Rio de Janeiro do século XVIII*. Rev. bras. Hist. vol.21 no.42 São Paulo, 2001.

TRATADO ELEMENTAR DE PHYSICA tomo II. Rio de Janeiro: Imprensa Régia 1810, não identificado o tradutor.

TRENTIN, Paulo H.. MATEMÁTICA NO BRASIL: As Traduções de Manoel Ferreira de Araújo Guimarães (1777-1838) das Obras de Adrien Marie Legendre. Tese de Doutorado: Programa de Pós-Graduação em História da Ciência da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2011.

TRENTIN, Paulo H.. Manoel Ferreira de Araújo Guimarães (1777-1838): elementos necessários para uma revisão da História da Matemática no Brasil. *Intelligere*, Revista de História Intelectual ISSN 2447-9020 - v. 3, n. 1 , 2017.



DOSSIÊ: 2º Congresso de História da Ciência e da Técnica

**História e Discurso: considerações entre linguagem e gestos
de leitura para uma História da Ciência**

Wanderson Rodrigues Morais¹

Doutorando em Ensino de Ciências e Matemática
Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP
w193195@dac.unicamp.br

Maria José Pereira Monteiro de Almeida²

Professora da Faculdade de Educação
Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP
mjpmalmeida@gmail.com

Como citar este artigo: MORAIS, W. R., ALMEIDA, Maria José P. M. “História e Discurso: considerações entre linguagem e gestos de leitura para uma História da Ciência”, *Intelligere, Revista de História Intelectual*, nº7, p. 209-219. 2019. Disponível em <<http://revistas.usp.br/revistaintelligere>>. Acesso em dd/mm/aaaa.

Resumo: A História da Ciência se constituiu em um campo de tensões ocasionando uma dicotomia em sua abordagem metodológica por diferentes grupos, como as ciências sociais e as ciências naturais, tratando-se de uma discussão ainda atual e sem consenso entre os envolvidos. Alguns historiadores como Keith Jenkins e Régine Robin dedicaram-se a refletir sobre a natureza da História, a historiografia e possíveis contribuições de outros campos, voltando-se para prática dos gestos de leitura e relações entre linguagem e discurso. Assim, temos como objetivo deste trabalho compreender a natureza dos discursos históricos empregados pela prática da História da Ciência que podem sinalizar perspectivas de uso e finalidade para outros campos, como o Ensino de Ciências, sobretudo com as possíveis interfaces ao campo de estudos da Linguagem referente aos processos de leitura (ou gestos). Partimos de um discurso histórico em Ecologia para considerações acerca das suas condições de produção e implicações no ensino, em que aspectos políticos e sociais formam uma malha de raízes não visíveis, como apontado por Antonio Videira.

¹ Wanderson Rodrigues Morais, Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP. Licenciado em Ciências Biológicas pela UNESP (2014), Mestre em Educação para a Ciência pela UNESP (2016) e doutorando no Programa de Pós-Graduação Multiunidades em Ensino de Ciências e Matemática pela UNICAMP (2017). Email: w193195@dac.unicamp.br

² Maria José Pereira Monteiro de Almeida, Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP. Professora titular aposentada da Faculdade de Educação da UNICAMP. Atua como colaboradora nos programas de pós graduação em Educação e PECIM e é bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq. Email: mjpmalmeida@gmail.com

Palavras-chave: Historiografia, práticas de leitura, discurso, ensino de ciências.

History and Discourse: considerations between language and reading gestures to a History of Science

Abstract: The History of Science was constituted in a field of tensions causing a dichotomy in its methodological approach by distinct groups, such as the social sciences and the natural sciences, being a current discussion without consensus among the involved. Some historians, such as Keith Jenkins and Régine Robin dedicated themselves to a reflection on the nature of History, the historiography and the contributions of others fields, turning to the practice of the reading gestures and the relation between language and discourse. Thus, we aim to comprehend the nature of historical discourses used in the practice of History of Science that can indicate perspectives of use and purposes on another fields, such as the Science Teaching, especially with the interfaces to the field of study of the Language referring to the reading processes (or gestures). Starting from a historical discourse in Ecology, we bring some considerations about its conditions of production and implications for education, in which the political and social aspects form a mesh of non-visible roots, as pointed out by Antonio Videira.

Keywords: Historiography, reading practices, discourse, science teaching, language.

Apresentação

O campo de tensões no qual se constituiu a História da Ciência não é recente. Logo após a Segunda Guerra Mundial, ocorreu o processo de conscientização do medo da Ciência e de seu funcionamento, ocasionando uma crise de identidade na História da Ciência e sua finalidade, uma vez que o aumento em sua produção estava predominantemente nas mãos de historiadores e filósofos do que dos próprios cientistas depois da Primeira Guerra Mundial (Laudan, 1993; Videira, 2007).

Na visão de Videira (2007) esta divisão se acentuou devido à natureza interdisciplinar da História da Ciência, funcionando como uma disciplina

auxiliar a outros campos como a Filosofia e a História, sendo uma disciplina heterodoxa que passou por pelo menos três fases distintas: No início da década de 1960 nos EUA; retratando um progresso linear e cumulativo da Ciência, em busca de uma “verdade”; um segundo momento influenciado pelas obras de Thomas Kuhn e Imre Lakatos com críticas ao modelo anterior pela proposição de um novo programa de pesquisa que abriu portas para uma fase final, já no início da década de 1970, em que a Ciência poderia ser compreendida “como sendo basicamente uma entidade sociológica configurada por restrições contingentes vinculadas a agentes específicos e práticas locais” (Op.cit.,2007, p.133), com vistas ao ideológico da Ciência.

Assim, diante desta dicotomia, procuramos compreender a natureza dos discursos históricos empregados pela prática da História da Ciência que podem sinalizar perspectivas de uso e finalidade para outros campos, como o Ensino de Ciências, sobretudo com as possíveis interfaces com o campo de estudos da Linguagem referente aos processos de leitura (ou gestos).

Algumas considerações sobre a História

Sobre a natureza da História, Jenkins (2007) procura responder “o que é história” e “para quem é a história”, diante de uma abordagem epistemológica e ideológica, evidenciando sua estreita ligação ao plano discursivo:

“A História constitui um dentre uma série de discursos a respeito do mundo. Embora esses discursos não criem o mundo (aquela coisa física na qual aparentemente vivemos), eles se apropriam do mundo e lhe dão todos os significados que têm” (Op.cit., 2007, p.23).

Assim, (Op. cit.,2007) o autor considera a História como o resultado do processo entre o passado e a Historiografia, deixando claro que passado e História são coisas diferentes, pois o primeiro já aconteceu e só pode ser visualizado pela mediação de veículos diferentes (produtos historiográficos) sendo em todos os casos apenas fragmentos do *Real*, e o segundo, o campo de ofício do historiador. Há aqui, no entanto, um cuidado a ser tomado para não se relativizar a História como apenas mais um discurso dentre outros. Nesse sentido, há um *Real* da História inatingível, sendo a textualidade seu efeito que possui na língua a base material de sua inscrição (Conein et al, 2016).

No que se refere ao aspecto ideológico da História, Jenkins (2007) e Videira (2007), afirmam que os significados dados à História vêm de fora, não são intrínsecos do passado, mas dados a ele por agentes externos, concluindo que a História nunca se basta, ela sempre se destina a alguém, reafirmando que em função do aspecto ideológico e conjectural que possui, uma definição está fadada a ser problemática, com diferentes significados para distintos grupos. A ideologia pode ser compreendida como uma estrutura omni-histórica (eterna) que “fornece a cada sujeito sua realidade, enquanto sistema de evidências e de significações” (Pêcheux, 2014, p.149) articulando-se sob práticas institucionais.

Acreditamos que a reflexão que se faz no que diz respeito a relação entre o processo de leitura frente a historicidade dos textos é o núcleo de trabalhos que envolvam o uso de discursos históricos para o Ensino de Ciências.

Relações entre Linguagem e História para o ensino de leitura.

No tópico anterior ao abordarmos algumas das considerações de Jenkins (2007), afirmamos que há um *Real* da História inatingível, e que a língua é base material de sua inscrição. Mas que relações são estabelecidas entre o domínio do campo de estudos da Linguagem e a História? De forma sucinta, a Linguística foi considerada uma ciência desde as obras póstumas de Sausurre (2006), que dentre as dicotomias conceituais criadas, tratou sobre a língua e fala. Para ele, a fala seria um ato individual de vontade e inteligência, enquanto a língua seria um sistema social de signos tangíveis, em que a escrita poderia fixar tais associações em imagens visuais, como o dicionário por exemplo; o que explica a língua como sendo “base material de inscrição”.

Sausurre (2006) ao estabelecer essa dupla associação entre língua e fala, opõe a instituição social ao individual. Sendo a Linguística ligada essencialmente ao estudo do código e da língua, a existência de uma ciência dedicada aos estudos da fala revelou-se ausente naquele momento; o que reduziu a fala à um “reservatório de complexidades difíceis de ordenar”. Os estudos concernentes à fala tornaram-se então, campo de explorações de outros ramos do conhecimento, como a História. Nas palavras de Régine Robin (1977):

“O historiador não tem que lidar com o código, com a língua, ou antes, tem que lidar com eles, mas como base, como matéria-prima; seu objeto no entanto, se ele se considera historiador das manifestações, dos efeitos ideológicos, não é o sistema, o modelo de competência, a língua, mas os fatos de fala precisos[...]dos discursos” (Op. cit., 1977, p.25).

O discurso, para a historiadora, pode ser compreendido como um processo, uma prática que supõe o conjunto de relações extralinguísticas (ou seja, da ordem da fala) que o constitui, “o discurso só é discurso quando se refere a suas condições de produção” (Op. cit., 1977, p.26), tais como o quadro institucional, o aparelho ideológico no qual ele se inscreve, as representações que a ele subjazem, a conjuntura política, a relações de forças, etc, e não apenas um contexto, mas as circunstâncias que caracterizam o próprio discurso. Assim, em sua visão, “o historiador que se interessa pela linguagem não está interessado exclusivamente no resultado (o que é dito), mas nos mecanismos discursivos, no *como* do que é dito” (Robin, 1974, p.4). A Historiografia como discurso crítico na visão de Videira (2007), pode ser compreendida como tal processo na medida em que torna visível o papel das condições de produção dos discursos históricos.

No que diz respeito aos gestos de leitura, estes carregam alguns pressupostos que quando voltados à Educação, podem orientar professores e autores de recursos didáticos no exercício de elaboração de textos para atividades de sala de aula e para disseminação de conhecimentos. Toda construção textual é impregnada pelos contextos de sua produção e assim, demarcada historicamente. Disso resulta que determinados sentidos e leituras são possíveis em épocas que não o foram em outras, assim como a existência do processo de sedimentação de seus significados, constituindo-se como um produto que possui historicidade e uma polissemia, ou seja, rico na diversidade de sentidos (Orlandi, 1984).

Dessa forma, o histórico de significados e possíveis leituras se legitimam com a prática de diferentes instituições (igreja, escola, governo, etc), agregando por vezes, sentidos que se sobressaem a outros, instaurando-se como dominantes e privilegiados nos gestos de leitura. No que diz respeito ao ensino, a cristalização de sentidos pode se dar pelo engessamento que ocorre

com a visão exposta pelo recurso didático que se utiliza, e pela leitura que espera de seus alunos. Amarrando o que seria a leitura a sua própria história de leituras e considerando como um erro, outras divergentes (Op.cit., 1984).

O ensino de leitura pode direcionar olhares, dando ênfase tanto na multiplicidade quanto nos sentidos dominantes. Para o ensino de ciências, quando as práticas de leituras se concentram sob determinados sentidos que dizem respeito à uma ciência empirista pautada pelo crescimento linear acumulativo e ahistórica, como colocada por Gil Peres et al (2011), tal concepção torna-se naturalizada. Assim, consideramos que seja importante uma abordagem que preze pelos aspectos históricos e filosóficos no tratamento de um texto e tema, seja na leitura deste com distintas posições e controvérsias, na discussão dos possíveis significados que podem lhe ser atribuídos e na consideração da história de leituras dos próprios alunos.

Como um exemplo de tais discussões, Almeida (2004) procurou tratar dos aspectos mais históricos da História da Ciência em defesa do uso de narrativas históricas, em que a natureza deste discurso poderia ser colocada em funcionamento para a mediação em sala de aula, permitindo-se uma abordagem histórica para o Ensino de Ciências que trabalhasse as condições de produção de determinado discurso indo além daquilo que normalmente é tido como resultado da Ciência em algum momento. Em suas palavras:

“A narrativa historiográfica pode-se constituir num fator de fortalecimento da ideia de que a compreensão de discursos referentes à ciência pode ser facilitada pela narrativa histórica. Pois dizer que esta última deve incluir a explicitação da perspectiva em que o discurso foi introduzido é dizer ao narrador que se identifique como tal, enunciando seus pressupostos, e desse modo localizando suas posições enquanto narrador. De onde fala? [...] Que indícios possui para afirmar que certo acontecimento foi interpretado por determinado cientista de tal maneira? O que sustentou certa interpretação na época em que ela ocorreu?” (Op. cit., 2004, p.339).

Assim, a autora reafirma que a natureza histórica da História da Ciência se constitui como uma possibilidade para diferentes perspectivas na produção historiográfica, o que é uma característica que consideramos facilitar a

mediação de tópicos científicos quando usados no ensino de ciência. Videira (2007, p.154), assume que “as polêmicas em torno da historiografia que melhor se ajusta à Ciência, à História e à Filosofia são antigas e, muito provavelmente, nunca encontrarão um fim”, assim propõe a pergunta: “A quem pertence a História da Ciência”, que a seu ver, seria a todos interessados por ela.

Nesse sentido, apresentamos um breve exemplo de trabalho para a leitura de discursos históricos buscando valorizar o contexto da época e introduzir questionamentos referentes ao funcionamento da própria Ciência e da atividade do cientista. Escolhemos um trecho da apresentação da obra de Henry Allan Gleason (1926), botânico e taxonomista, que propôs o conceito individualístico de associação de plantas. Esse trecho pode, por exemplo, ser empregado em aulas de Biologia ao se tratar do conteúdo de Ecologia, para iniciar discussões sobre o conceito de comunidades, populações e espécie pela leitura em pares e posterior discussão mediada pelo professor. A seguir, trazemos em uma tradução livre, o trecho que relata algumas das tensões teóricas naquele período.

“O conceito individualístico de associação de plantas

A contínua atividade de ecólogos europeus e em alguma extensão menor os ecólogos americanos também, em discutir a natureza fundamental, estrutura e classificação das associações de plantas, e sua aparente inabilidade crônica em chegar em algum consenso geral nesses conteúdos, faz evidente que a última palavra ainda não foi dita sobre o assunto. De fato, o constante dissenso de ecólogos, a prontidão com que as falhas são encontradas por um em resposta a outro, e o grande leque de opiniões que tem sido apresentadas por observadores cuidadosos, indicam a suspeita que possivelmente muitos deles estão de alguma forma errados em seus conceitos, ou estão atacando o problema do ângulo errado.

Não é proposto citar algum dentre a extensa literatura recente nesses conteúdos gerais, como já é bem conhecido por todos os ecólogos ativos. Também não é necessário focar em contribuições particulares para alguma crítica especial, nem apontar o que pode parecer para nós, erros em métodos ou conclusões.

É um fato, como o Dr WS Copper tem trazido, tão claramente, em um manuscrito que ele me deixou ler,

e que sem dúvidas estará impresso antes disso, que a tendência da espécie humana é cristalizar e classificar seu conhecimento, e organizar em compartimentos, se posso emprestar a metáfora de Dr Cooper. Como a acumulação do conhecimento contínua, nós eventualmente encontramos fatos que não irão se encaixar propriamente em qualquer compartimento estabelecido. Isso deveria ser de vez o sinal de que possivelmente nosso arranjo de compartimentos foi insuficiente e deveria nos guiar para um exame cuidadoso de nossos dados acumulados. Então nós poderemos concluir que seria melhor nós demolirmos todo o nosso sistema de arranjos e classificações e começar outro com esperança de melhor sucesso” (Gleason, 1926, p.1).

Considerar o trecho acima como um discurso histórico, é também considerar a natureza discursiva do texto que está moldado diante de seu contexto de produção. Assim, acreditamos que uma visão mais ampla daquele período possa auxiliar na leitura e interpretação do próprio texto.

As obras de Henry Gleason nos Estados Unidos surgem após os primeiros anos de desenvolvimento da Ecologia, quando esta estava ligada a uma ampla iniciativa nacional para o crescimento da própria Ciência na década de 1890, tendo como norte a competição e a independência da Ciência europeia, com incentivos a pesquisas agrícolas e ecológicas em face do processo de expansão da indústria a partir de 1860 no período pós-guerra (Guerra Civil, Guerra de Secessão). Com a criação de instituições e centros de pesquisa, houve também a formação de cientistas e sua profissionalização, auxiliando no desenvolvimento econômico e na transformação das paisagens, pela sugestão de alternativas e melhores condições de manejo em plantações (Piqueras, 2015).

Tais condições propiciaram terreno fértil para botânicos e taxonomistas realizarem suas pesquisas com, por exemplo, a obra de Cowley (1901) sobre mudanças nas vegetações e Clements (1905) sobre comunidades vegetais com a proposição de um sistema lógico de estudos de plantas, dentre outros. Gleason (1926) apresenta sua obra após uma série de outros trabalhos (1909, 1917), em resposta a Clements quanto à unidade de estudo da Ecologia, o organismo, e o papel que desempenha em uma comunidade.

Assim, considerando o trecho que apresentamos, é evidente o papel da controvérsia na atividade científica e como se constituiu força motriz para o desenvolvimento de outros trabalhos, tendo grande relação com o próprio método de investigação. Gleason (1926) não está interessado em apontar “culpados” mas em questionar o próprio funcionamento da produção de conhecimento, quando fala sobre a cristalização e compartimentalização dele. Ao trabalhar este fragmento, podemos dirigir a discussão tanto para aspectos de Natureza da Ciência, quanto para a própria Ecologia e seu contexto. Algumas questões: De que forma a atividade dos ecólogos europeus e americanos se distanciavam a ponto de dissensos? Além das motivações econômicas para o desenvolvimento da Ecologia, de que forma a prática ecológica se articulava com as necessidades da sociedade? Ao questionar a produção de conhecimento, o que Gleason pressupõe como guias para uma prática mais acurada?

Acreditamos que os questionamentos que ultrapassem a literalidade do texto e busquem relações com a exterioridade, o contexto de produção da época, possam contribuir para uma compreensão mais aprofundada do tema. Essa abordagem considera os processos de leitura e a discussão da multiplicidade de sentidos do texto, em que a esfera do discurso é demarcada historicamente, sujeita aos processos ideológicos. Dessa forma, esperamos ter trazido algumas reflexões que possam contribuir para o uso de uma História da Ciência que considere as relações entre linguagem e História, não se esquecendo da natureza histórica dos textos e o processo de construção ideológico a que o passado, tanto quanto o presente, estão submetidos, ocasionando diferentes leituras e compreensões.

Considerações finais

Diante do caminho percorrido ao longo deste estudo, podemos sintetizar algumas considerações: A História como um campo de conhecimento conjectural, também é constituída por meio de processos discursivos imersos em condições de produção que os caracteriza enquanto práticas da ordem da fala, sujeitos ao plano ideológico. A prática histórica, assim como a Historiografia, gera arquivos que são ordenados diferentemente em razão das

abordagens metodológicas e gestos de leitura empregados tanto por historiadores como outros grupos.

Nesse sentido, Régine Robin tenta introduzir o nível discursivo como um objeto de estudo para a História, em que o campo de estudos da linguagem poderia contribuir para melhor interpretar os textos históricos. Tal abordagem pressupõe que a língua seria a base material de inscrição da própria História, que posta em face das condições de produção ajudaria o historiador a estabelecer relações entre as esferas políticas e sociais de seu arquivo em determinado período histórico.

Acreditamos que essa exposição possa subsidiar discussões que se voltem para o uso da História da Ciência considerando sua natureza discursiva e as relações com a textualidade, que contemplem tanto aspectos de uma Natureza da Ciência voltada para a compreensão de sua atividade e de imagens associadas ao trabalho dos cientistas, para uma história conceitual da Ciência, assim como elucidar aspectos das esferas sociais, políticas e econômicas da época retratada na prática local, para uma história social da Ciência, em outras palavras, reconhecendo seus contextos de produção.

Referências

ALMEIDA, M. J. P. M. *Historicidade e Interdiscurso: pensando a educação em ciências na escola básica*. *Ciência & Educação*, v. 10, n.3, p. 333-341, 2004.

CONEIN, B; COURTINE, J-J; GADET, F; MARANDIN, J-M; PÊCHEUX, M. *Materialidades discursivas*. Revisão técnica da tradução de Eni Orlandi e José Horta Nunes. Campinas: Editora da Unicamp, 2016.

GIL PÉREZ, D; MONTORO, I. F; ALÍS, J. C; CACHAPUZ, A; & PRAIA, J. *Para uma imagem não deformada do trabalho científico*. *Ciência & Educação (Bauru)*, v. 7, n. 2, p. 125-153, 2001.

GLEASON, H. A. *The individualistic concept of plant association*. *Bulletin of the Torrey Botanical Club*, n.53, p.1-20, 1926.

JENKINS, K. *A história repensada*. São Paulo: Contexto, 2007.

LAUDAN, R. *Histories of the sciences and their uses: a review of 1913*. History of science, v. 31, p. 1-34, 1993.

ORLANDI, E. P. *As histórias das leituras*. Leitura: Teoria e Prática, Porto Alegre, Mercado Aberto, ano 3, n.3, 1984.

PÊCHEUX, M. *Ler o arquivo hoje*. Gestos de leitura: da história no discurso, v. 2, p. 55-66, 1994.

PIQUERAS, M. M. *As contribuições de Henry Allan Gleason para a Ecologia, um estudo histórico: o desenvolvimento do conceito individualístico de associação de plantas (1917-1939)*. Dissertação (Mestrado em Ciências). Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2015.

ROBIN, R. *Linguagem e ideologias*. In: Langage et idéologies: le discours comme objet de l'Histoire. Tradução de Fábio Ramos Barbosa Filho. Paris: Les Éditions Ouvrières, p.3-11, 1974.

_____. *História e Linguística*. Tradução de Adélia Bolle e Miralda Pereira. 1977.

SAUSSURE, F. de. *Curso de linguística geral (1916)*. Editora Cultrix, São Paulo, 2006.

VIDEIRA, A. A. P. *Historiografia e história da ciência*. Revista da Fundação Casa de Rui Barbosa, Ano 1, n.1, p.111-158, 2007.



DOSSIÊ: 2º Congresso de História da Ciência e da Técnica

**A Pedagogia Jesuítica e a Pedagogia de Anísio Teixeira:
Pressupostos da História e Historiografia para uma
Pedagogia como Ciência**

Leyvijane Albuquerque de Araujo¹
Doutoranda em Educação
Universidade de Brasília - UNB

Como citar este artigo: ALBUQUERQUE, Leyvijane Souza “A Pedagogia Jesuítica e a Pedagogia de Anísio Teixeira: Pressupostos da História e Historiografia para uma Pedagogia como Ciência”, *Intelligere, Revista de História Intelectual*, nº7, p. 220-237. 2019. Disponível em <<http://revistas.usp.br/revistaintelligere>>. Acesso em dd/mm/aaaa.

Resumo: A partir de estudos recentes do campo da Historiografia e História da Educação Brasileira, selecionamos dois demarcadores temporais que também podem ser indicadores para uma pedagogia como ciência, que são a pedagogia jesuítica, que vem do pioneirismo de uma organização de ensino no Brasil fundamentada por Pompa e Hilsdorf e a pedagogia anisiana, da pedagogia nova representada por Anísio Teixeira. O estudo bibliográfico mostra que a historiografia e a História da Educação é que vão atestar que tanto a pedagogia jesuítica como a pedagogia anisiana trazem em seu bojo características da cientificidade da educação a partir de uma forma de organização metodológica, epistemológica e das relações entre os sujeitos que são seres sócio-históricos e culturais, ou seja, desde os jesuítas a pedagogia já se constituía como ciência da educação, como uma pedagogia da ciência, portanto, histórica e social.

Palavras-chave: pedagogia jesuítica; pedagogia de Anísio Teixeira; pedagogia como ciência; Historiografia; História da Educação Brasileira.

¹ Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Amazonas e doutoranda pela Universidade de Brasília (UnB). Tem experiência na Educação Básica, no Ensino Superior e na Educação à Distância, atualmente é pedagoga na Universidade de Brasília.

Jesuit Pedagogy and Anísio Teixeira's Pedagogy: Presuppositions of History and Historiography for a Pedagogy as Science

Abstract: From recent studies in the field of Historiography and History of Brazilian Education, we have selected two temporal markers that can also be indicators for a pedagogy as a science, which are the Jesuit pedagogy, which comes from the pioneerism of a teaching organization in Brazil founded by Pompa and Hilsdorf and Anisian pedagogy, of the new pedagogy represented by Anísio Teixeira. The bibliographical study shows that historiography and the History of Education will testify that both Jesuitical pedagogy and Anisian pedagogy bring in their core characteristics of the scientificity of education from a form of methodological, epistemological organization and the relations between the subjects which are socio-historical and cultural beings, that is, since the Jesuits pedagogy was already constituted as a science of education, as a pedagogy of science, therefore, historical and social.

Keywords: Jesuit pedagogy; pedagogy of Anísio Teixeira; pedagogy as science; Historiography; History of Brazilian Education.

Introdução

Diante das discussões que permeiam o campo da pedagogia como ciência, o presente trabalho investigou pressupostos de dois demarcadores temporais da História e Historiografia da educação brasileira que podem ser considerados indicadores para a pedagogia como ciência da educação.

Leite (1993) critica a concepção tradicional de conhecimento, realizada pela filosofia da ciência e pela sociologia do conhecimento, afirma que

[...] a crítica à concepção tradicional de conhecimento, realizada pela filosofia da ciência e pela sociologia do conhecimento questiona todos os postulados do conhecimento científico que afirmam a objetividade como critério de verdade da ciência; que fazem desaparecer o sujeito do processo de investigação, enfatizando o objeto e a metodologia de pesquisa como o centro da produção do saber [...] (Leite, 1993, p.26).

A autora diz que os filósofos e cientistas sociais contrapõem o discurso da concepção tradicional do conhecimento não-ideológico e neutralidade da ciência, defendendo a categoria da “historicidade, da condição de mutabilidade do homem, da sociedade e da ciência” (Leite, 1993,p.27).

Nesse sentido Franco (2008) discute a problemática conceitual da pedagogia, nas mediações históricas que leva a uma discussão entre a práxis e a epistemologia e possibilidades da pedagogia como ciência da educação. Partindo dessas premissas, fizemos um paralelo de estudos do período jesuítico e também sobre a pedagogia de Anísio Teixeira objetivando trazer outros elementos que mostram a pedagogia como campo científico.

Para a realização da pesquisa de doutorado de Franco sobre a questão da pedagogia ser ou não uma ciência, ela buscou em documentos primários sobre a instituição dos cursos de pedagogia no Brasil a partir de 1939 e verificou como naquela época a pedagogia, como ciência da educação estava sendo interpretada pelos que trabalhavam na educação, na formação de professores. O primeiro trabalho que Franco encontrou foi o de Pedro Anísio de 1934, no qual esse autor acredita ser a pedagogia a ciência da educação, “uma vez que se funda na observação e na experiência, tendo um objeto próprio, que é a educação” (Franco, 2008, p.26).

Essa questão tem relação com a própria história das disciplinas. Sobre isso Warde (1998) procura justificar o porquê a História das disciplinas tem provocado mudanças sobre questões teóricas e de método e subordina reflexões epistemológicas aos resultados de pesquisa. Ao analisar esses percursos históricos das disciplinas a autora acredita que estes levam a percepções conceituais e metodológicas, que acaba por fazer intersecção forte com a História das Ciências, o que leva a “[...] encarar a relação entre a Filosofia e os demais campos institucionalizados do saber porque ensina a pensar todos os campos como disciplinas que se firmaram no processo de institucionalização das suas práticas e de profissionalização dos seus quadros [...]” (Warde,1998, p.93).

A partir dessa contextualização selecionamos dois demarcadores temporais que mostram também serem indicadores de uma pedagogia da ciência² que é a pedagogia jesuítica, no pioneirismo de uma organização de ensino no Brasil e a pedagogia anisiana, de Anísio Teixeira, que marcou uma “nova escola”, para um novo tempo a partir de suas publicações históricas e clássicas.

² Ao tratar sobre a Pedagogia como Ciência, Franco (2008) argumenta com base em autores que tratam sobre a didática e métodos de investigação científica.

A pedagogia jesuítica

Pompa (2003) debate sobre uma pedagogia jesuítica, entre as ambiguidades e problematizações da catequese, em meio aos costumes e religião indígenas. Os registros históricos e fontes primárias e secundárias contam sobre as relações entre indígenas e missionários na época colonial, mostra os choques existentes entre os “dois blocos monolíticos”, representado pelo catolicismo e a fé dos índios.

Ela fez uma leitura de fontes antigas que mostram as situações das aldeias dos *Kariri* do sertão do nordeste no século XVII. Entre os documentos que a autora se debruçou estão as cartas e os trechos da *Relation* de Bernard de Nantes, que segundo Pompa, apresenta, fragmentos do “universo simbólico indígena”.

A autora busca analisar essas cartas do sertão para identificar, comparativamente, a maneira de como os índios foram catequizados e de como foi essa relação, inclusive, na formação das culturas que vieram depois desses contatos e dos choques de percepção de mundo. Propõe um estudo do processo de “transformação” no plano das práticas e dos símbolos, mediante a inserção, no mundo indígena colonial, de outra dimensão até agora negligenciada para os “*Tapuia*” do sertão do nordeste no século XVII ou “conflitos”, sejam integrais, ou seja, mesmo que haja uma imagem historicamente construída sobre essas relações. Pompa julga que há muitas similaridades entre as crenças propostas, “substituições” de simbologia e papéis, que houve concordâncias por parte dos indígenas na “aceitação” de alguns rituais e crenças impostos ou postos pelos jesuítas nas catequese.

Há uma revisão desse paradigma por autores³ mostrados por Pompa que indicam outras relações entre os sujeitos dessa época jesuítica, cujas interpretações traduziram um cenário de oposições binárias entre vencedores e vencidos, dominantes e dominados, que “[...] deixam para os povos nativos apenas dois papéis, os de vítimas de aniquilação ou de mártires da conservação

³ Entre eles estão SIDER, Gerald. *Identity as History: Ethnohistory, Ethnogenesis and Ethnocide in the Southeastern United States*. *Identities*, 1(1): 109-122, 1994; STERN, Steven. *Paradigms of Conquest: History, Historiography, and Politics*. *Journal of Latin American Studies*, 24:1-34; 1992; e HILL, Jonathan (org.). *History Power and Identity: Ethnogenesis in the Americas, 1492-1992*. Iowa City: University of Iowa Press, 1996. (Cf. POMPA, 2003).

de sua cultura [...]”. Sobre isso ela coloca que vem sendo “desmantelada” essa questão da “pureza originária, étnica ou cultural, que o contato contaminado, substituída por uma lógica mestiça” (Pompa, 2003, p.8).

Em seu estudo Pompa demarca o sertão do nordeste do século XVII e descreve que neste período as fontes mostram que no Brasil colonial há uma “dialética do encontro”, um trabalho de “transformação no plano das práticas e dos símbolos”(Pompa, 2003, pp.9-11). Segundo a autora, a operação historiográfica mostra dificuldades no campo “semântico” por haver uma ambiguidade, de oposição da oralidade e da escrita, pois há diferenças de olhares internos, percepções diferentes e estratégias específicas de apreensão e transcrição do “outro”. Inclusive o conceito de religião, de todos os significados e consequências que esta trouxe aos indígenas, como similaridades com a cultura do ocidente e da formação da própria do “eu” e do “outro”.

A pedagogia jesuítica que construiu o “*deus Tupã*” influenciou na elaboração do projeto jesuítico de formação dos indígenas, muitas analogias foram convergentes. Segundo Pompa “[...] a pedagogia jesuítica impunha a partir das indicações do próprio Inácio a utilização de elementos da cultura nativa como ‘linguagem’ catequética’ [...]” (Pompa, 2003, p.30). Ou seja, a partir das fontes a autora percebe que há um problema linguístico e cultural naquela composição, pois de tratava de reconhecer no “outro” elementos redutíveis ao mundo cultural do “eu” e assim constituíam-se ressignificações no sentido técnico, o que podemos ampliar inclusive que essa composição da cultura nativa com a catequética se aprofundava no campo da educação, da pedagogia conduzida naquele momento histórico.

Nesse contexto ela consegue mostrar através de seu estudo historiográfico que a catequese conduzida pelos jesuítas tinha uma forma didática e pedagógica de convencimento para uma ressignificação da cultura e simbologia indígena, utilizando, principalmente a religião, a fé.

Outro recorte da historiografia que iremos fazer da pedagogia jesuítica é sobre o “Colégio dos Jesuítas” de São Paulo, fundamentado em Hilsdorf (1995). A autora diz que esse Colégio é um dos mitos propagados pela Companhia de Jesus, visto que “a educação escolar não foi uma opção de primeira hora dos jesuítas: ela representou uma saída para o fracasso das primeiras formas de atividade missionária na costa, no contexto da ruptura

povoamento/colonização [...]” (Hilsdorf , 1995, p.169). A autora aponta que foi a chegada de sete meninos órfãos de Lisboa, em 1550, que levou os jesuítas a uma nova forma de fazer missões de maneira mista, “ao mesmo tempo catequética e institucional, “as casas de meninos”. Esse projeto “a casa dos meninos” foi um sucesso apesar das dificuldades que vinham enfrentando com a catequese de adultos, se pretendia realizar uma associação de ensino da doutrina com ensino do ler e escrever.

Hilsdorf conta que nos primeiros anos, o estudo da gramática latina é uma atividade interna, entre grupo missionário. A autora mostra que os escritos contam que o ensino da doutrina e o da língua vêm sempre referidos à catequese indígena e que os jesuítas foram obrigados a buscar recursos para a manutenção desse trabalho com os meninos.

[...] mas nas práticas de “recolhimento” não são práticas de colégios. Os “recolhidos eram atraídos para a instituição por meio do uso de instrumentos musicais, comunicação verbal, encenações rituais, práticas já adotadas pela Companhia em Portugal, segundo Rodrigues, e que remetem à atividade catequética por contato e convencimento [...]” (Hilsdorf , 1995, p.174).

Segunda a autora em 1560 o projeto missionário rompe a estrutura de atendimento e abrem para “meninos de fora” da Companhia, os filhos de portugueses também já aprendem gramática nos Colégios. Diz ainda que essa pedagogia jesuítica desenvolvida no Colégio de São Paulo não era Colégio e não se chamava São Paulo, mas sim uma “casa de meninos” e tinha o caráter doutrinário e voltado à alfabetização. Foi um pioneirismo do chamado *ensino tradicional* no Brasil.

Podemos inferir que tanto Pompa como Hilsdorf nos trazem reflexões historiográficas a respeito da educação e da pedagogia jesuítica pioneira no Brasil. Do lugar de onde partem organizam demarcadores temporais da própria história da educação e do magistério, da própria pedagogia como percurso disciplinar. A estrutura de educação formal jesuítica mostra a existência de uma pedagogia sistematizada de ensino e de como esse ensino estava sendo propagado e transmitido pelos jesuítas às tribos *Kariri* como também no Colégio dos Meninos, o que demonstra uma forma de ciência pedagógica fundada na relação entre sujeitos de determinadas culturas, povos, cidades e

sociedade, em tentativas de provar entre acertos e erros, que havia um estilo cultural de educação em curso naquele determinado tempo e espaço.

A seguir trataremos de outro momento historiográfico da pedagogia como ciência, que vimos demonstrada em Anísio Teixeira como um dos demarcadores da história da educação brasileira.

A pedagogia de Anísio Teixeira

Mendonça (2004) discute algumas questões recentes referentes à Historiografia da Escola Nova no Brasil com base nas análises de Anísio Teixeira e Jorge Nagle afirma que Anísio se propõe a “[...] expor em forma simples, quase coloquial, os fundamentos da teoria da educação baseada na experiência [...]” (Mendonça, 2004, p.243), que para ele a experiência dirige todo o movimento de reconstrução educacional do nosso tempo.

Teixeira (1971) traz argumentos sobre o que seria a “escola nova ou escola progressiva”. Afirma que a “escola nova” é na verdade uma designação para a “[...] escola transformada, como se transformam todas as instituições humanas, à medida que lhes podemos aplicar conhecimentos mais precisos dos fins e meios a que se destinam [...]” (Teixeira, 1971, pp.25-26).

Para Mendonça, segundo Anísio Teixeira, a *escola transformada* deveria ser pela “[...] aplicação do conhecimento científico ao trabalho educativo, rompendo com o *empirismo* reinante e tornando esse trabalho mais seguro, mais *consciente*” (Mendonça, 2004,p.243). A esse respeito, ela afirma que Teixeira defende uma “escola progressiva”, onde primeiro a sociedade se transforma e depois com ela se transforma a escola, com um modelo que se destine à uma sociedade progressiva, como progresso resultante da “aplicação da ciência à civilização humana”. Como diz Teixeira, o fato da “[...] ciência trouxe consigo uma nova mentalidade. Primeiro, determinou que a nova ordem de coisas de estável e permanente passasse a dinâmica. Tudo está a mudar. Não há alvo fixo. A experimentação científica é um método de progresso literalmente ilimitado [...]” (Teixeira, 1971, p.28-29), comenta que Teixeira defende a ciência para além da dimensão material aparente, que também alcança uma dimensão intelectual e moral.

Mendonça explicita que na escola de Anísio Teixeira há uma contínua transformação, uma permanente mudança orientada pelas tendências gerais da

sociedade progressiva, sendo estas, a *ciência*, enquanto aplicação do método científico a todos os setores da vida social, e a *democracia*, enquanto modo de viver que se estende a todas as dimensões da vida humana.

Anísio Teixeira foi bastante influenciado por John Dewey com uma “pedagogia americana” e traduziu um esboço da pedagogia de Dewey esboçada na obra *Vida e Educação* (1959), que traz a educação como a “reconstrução da experiência”. Dewey entende a experiência como um modo de existência da natureza, definida como “a relação que se processa entre dois elementos dos cosmos, alterando-lhes, até certo ponto, a realidade” (Dewey, 1959, p.3).

Para Dewey, segundo Anísio Teixeira, aprender significa bem mais do que meramente “fixar, compreender e exprimir verbalmente um conhecimento”. Aprender implica a aquisição de um novo modo de agir e, por essa razão, só se aprende aquilo que se pratica. A esse respeito, ele afirma que “o ato de aprender depende profundamente de uma situação real de experiência onde se possam praticar, tal qual na vida, as reações que devemos aprender [...]” (Mendonça, 2004, p.244).

Além da dimensão pedagógica idealizada por Teixeira, de que todo aluno precisa aprender a partir da experiência, ele também defende a escola democrática e como um direito de todos, que “[...] a escola precisa dar à criança não somente um mundo de informações maior do que a velha escola – só a absoluta necessidade de ensinar ciência fora bastante para transformá-la – como ainda lhe cabe o dever de aparelhar a criança para ter uma atitude crítica de inteligência, para saber julgar e pesar as coisas [...]” (Teixeira, 1971, p.40).

A partir do entendimento do que propunha Teixeira podemos destacar treze categorias que ele discute que indicam afirmações e pressupostos para uma pedagogia como ciência:

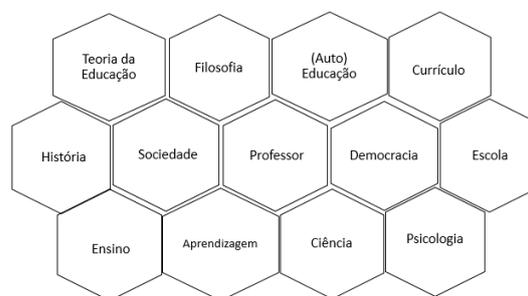


Figura 1: Treze categorias tratadas por Anísio Teixeira
Fonte: Elaborada pela autora

As categorias demonstradas pela *figura 1* indicam uma *pedagogia nova* com afirmações e pressupostos para o campo da pedagogia como uma ciência da educação integrada e fundamentada a diferentes campos epistemológicos. Explicitaremos um pouco mais sobre essas proposições do autor a respeito de cada abordagem que compõe sua defesa da educação para uma nova pedagogia baseada na experiência, portanto, uma escola que produz ciência.

1. Teoria da Educação: a “teoria da educação nova”, baseada na experiência, dirigia o movimento educacional da “escola nova” da década de 30, inspirada em John Dewey e Kilpatrick; nesta concepção a natureza humana tende a realizar a si mesmo; essa realização exige disciplina, método, controle de si mesmo e do meio, esforço, tenacidade, paciência, coragem.

2. Filosofia: se inspira nas diretrizes da Filosofia de Kant, “[...] que considera toda a pessoa sempre como um fim; em si mesma e nunca como um meio[...].” (idem,p.53);

3. (Auto) Educação: a pessoa assume responsabilidades de suas experiências realizadas no ambiente escolar; a finalidade da educação se confunde com a finalidade da própria vida.

4. Currículo: entende o currículo ou programa como uma “[...] série de atividades educativas em que a criança vai se empenhar para progredir mais rapidamente, de acordo com a sabedoria da experiência humana, em sua capacidade de viver [...]” (idem, p.63); Teixeira julga que o currículo deve ser organizado através de “programas mínimos” que levem à compreensão do que deve ser aprendido pela criança, “[...] unidade constitutiva do programa escolar é a atividade aceita pelo aluno e por ele devidamente planejada [...]” (idem, p.65).

5. História: afirma que a educação é o nome que recebe uma série de fenômenos decorrentes do aparecimento da inteligência no universo. Para ele a inteligência é a “[...] qualidade que assumem certas ações de se verem a si mesmas, acompanhando a própria história ou processo [...]” (idem,p.88).

6. Sociedade: a sociedade se transforma em aspectos econômicos e sociais graças ao desenvolvimento da ciência, assim a escola também se transforma com a sociedade.

7. Professor/docência: discute que o papel do professor deve ser na organização de programas especiais para cada classe na medida em que o trabalho progrida.

8. Democracia: considera dois deveres que depreendem de uma tendência moderna e que refletem profundamente na educação: “o homem deve ser capaz, deve ser uma individualidade, e o homem deve sentir-se responsável pelo bem social. Personalidade e cooperação são os dois pólos dessa nova formação humana que a democracia exige [...]” (Idem, p.35); a educação é direito de todos e a escola deve promover oportunidades práticas de democracia; no sentido da democracia “[...] a criança deve ganhar através da escola esse sentido de independência e direção, que lhe permita viver com outros com a máxima tolerância, sem, entretanto, perder a personalidade [...]” (idem, p.41).

9. Escola: defende uma “nova” e “transformada” escola com atividades que devem se processar com oportunidades para o crescimento do homem e fundada em experiências adquiridas pela humanidade que possam levar o homem à própria emancipação (Idem, pp. 23-26); se opõe à escola tradicional; acredita que a escola deve ser o lugar onde a criança venha a viver de forma plena e integral; as matérias são a própria vida, distribuídas por “centros de interesse ou projetos”(Idem, p. 47); defende a função integral da educação.

10. Ensino: para um ensino de maior êxito defende “*um corpo de educadores especializados*” para organizar e acompanhar planos gerais de atividades (Idem, p.65).

11. Aprendizagem: afirma que aprender é algo a mais, que significa um “*modo de agir*”, uma determinada habilidade, de assimilação, fixação e reação que se aprende com atitudes, ideais ou fatos, com ambiente eficaz.

12. Ciência: acredita que a ciência tornou possível o bem ao homem na terra e que nós temos a responsabilidade de realizar uma revisão completa da “*velha ordem tradicional*” do “*vale de lágrimas*” (idem, p.33).

13. Psicologia: defende uma nova Psicologia, onde os conceitos de “aprender” não serão mais baseados em memorização de fórmulas, mas sim em experiências; propõe “[...] transformar a escola em um centro onde se vive e não em um centro onde se prepara para viver [...]” (Idem, p.45).

Essa contextualização das categorias e campos de conhecimento que emergem da obra analisada (Op. Cit) constata que Anísio propõe vários elementos e campos de disciplinas científicas, com afirmações e pressupostos que permitem compreender um dos marcos históricos de embate teórico com os educadores da pedagogia tradicional (concepção católica) para uma nova pedagogia, com base em experimentação e na ciência. A partir das categorias compiladas verificamos que ele propõe uma nova escola em detrimento da tradicional que “está prestes a desaparecer” como defende em seu texto. Argumenta que a escola tradicional era uma “casa onde as crianças aprendiam o que lhes era ensinado, decorando as *lições* que os professores *marcavam*, depois *tomavam*” (Idem, p.38), daí vislumbra uma outra escola que deve vir ser o lugar onde a criança viva de forma plena e integralmente.

[...] Com efeito, a escola e, na escola, o programa, são apenas partes de um todo: o *processo educativo* por que passa o homem desde que ingressa na vida. Nesse *processo*, o característico essencial é que as experiências passadas afetam o presente, transformam-se e, por meio dessa transformação, reagem sobre o próprio futuro. Processo, assim, contínuo e progressivo, em que o homem e o seu meio mutuamente se influenciam, modificando a própria vida. Tanto melhor, tanto mais perfeito é, quanto mais concorrer para a transformação e ampliação da vida (Idem, p. 59).

Mendonça (2004) coloca que a visão de Anísio Teixeira para uma escola pública e reorganizada, que poderia cumprir, segundo Anísio, “[...] sua função de ‘grande reguladora social’, possibilitando a redistribuição dos homens na sociedade, independente das condições em que tenham nascido, e de acordo com os méritos desenvolvidos por cada um [...]” (Idem, p.249). Assim a escola é percebida como uma função social.

Nas diretrizes e técnicas da educação colocadas por Teixeira sugerem um tipo de currículo baseado em programas mínimos.

Com efeito, as “matérias escolares” – linguagem, matemática, história, ciências naturais, etc., – nada mais são do que resultados sistematizados dos conhecimentos humanos em sua forma lógica e abstrata. Como tais, só interessam ao especialista que pode compreender a sua linguagem simbólica ou técnica entre perceber as relações que existem entre as diferentes partes de sua estrutura lógica [...] (Teixeira, 1971,p.69).

O autor acredita que a ampliação progressiva da educação comum de todas as crianças deve ser de forma democrática. Com base em John Dewey

defende a escola como uma instituição de transformação, que passa a criança para o centro de toda a atividade escolar, como parte integrante da própria vida, ligando as suas experiências às experiências de fora da escola.

A pedagogia como ciência

Segundo Franco (2008) para a pedagogia se fazer ciência, precisou sistematizar suas pesquisas, a uma lógica de teorizações dos experimentos possíveis, articulando com outras áreas, a psicologia, por exemplo, com os manuseios de instrumentos experimentais. A autora diz que no final do século XVI o clima histórico impulsiona alguns educadores a “rever a atividade escolar e a introduzir no ensino os novos métodos de investigação da ciência” (Idem, p. 32), cita W. Ratke e Comenius que criaram as propostas para à época a fim de dar um caráter científico à prática pedagógica. A autora indica que a pedagogia foi referendada como ciência da educação a partir de Herbart (1806), ao final do século XVIII, considerado autor da primeira obra científica da pedagogia, que deu um “tom de positivismo” para a ciência da educação.

É interessante notar que o autor valoriza muito a questão da arte pedagógica, chegando a afirmar que a prática educativa não poderá se transformar em *arte pedagógica* sem estruturar-se num sistema organizado de princípios, em torno de fins e métodos da educação, enfim, sem fundar-se numa ciência pedagógica (Franco, 2008, p.32).

Sobre isso, Gatti (2007) produziu um estado da arte sobre a produção da pesquisa em educação no Brasil desde os anos 20. Mostrou em seu estudo que a pesquisa científica procura descrever, compreender ou explicar alguma coisa, que o método científico se fez e se faz por meio de uma grande variedade de procedimentos e gera conhecimento. Ela afirma que os “conhecimentos são sempre determinados sob condições e circunstâncias dependendo do momento histórico, de contextos, das teorias, dos métodos e das técnicas que o pesquisador escolhe para trabalhar” (Idem, p.12).

Esse caminho descrito por Gatti mostra uma construção histórica que reverberou até a construção do “estatuto de ciência” para áreas que queriam fundamentar-se na pesquisa empírica. Ela diz que “os métodos nascem do embate de ideias, perspectivas, teorias, com a própria prática” (Idem, p.54). Afirma que “as questões do método estão diretamente relacionadas com as questões dos conteúdos das próprias ciências, ou seja, os métodos para além da

lógica, são vivências do próprio pesquisador com o que é pesquisado” (Idem, p.55).

Saviani (2012) indaga sobre o dilema da pedagogia e ciência da educação debatendo com Giovanni Genovesi (1999). Mostra que para Genovesi a pedagogia torna-se “a ciência que cria o seu objeto, a educação: um construto teórico do qual é possível estudar os mecanismos, os modos de aplicação, as finalidades, que não se identificam mais com o que se alcança mas com o que se persegue [...]” (Genovesi, 1999, pp.72-73, *apud* Saviani, 2012, p. 119). Saviani analisa que para Genovesi

a pedagogia é uma ciência autônoma porque tem sua própria linguagem, tendo consciência de usá-la segundo um método e fins próprios, constituindo, por meio dessa linguagem, um corpo de conhecimentos, uma série de experimentações e de técnicas sem as quais lhes seria impossível qualquer construção de modelos educativos.

Segundo a análise de Saviani em Genovesi a pedagogia, como toda ciência, “[...] se afirma como uma construção teórica em função da prática, sendo, porém, enganador definir uma ciência, e, portanto, definir a pedagogia e as ciências da educação apenas pela vertente prática, isto é, como “ciência da intervenção” (Idem, p.119). Saviani coloca que Genovesi admite a possibilidade de um conjunto com várias ciências da educação, no qual “a pedagogia ocupa um lugar particular. [...] A pedagogia é somente uma das ciências da educação, ainda que aquela decisiva à qual cabe criar e pôr em foco formalmente o objeto educativo em estreita relação com o seu fazer histórico” (Genovesi, 1999, pp.98-99, *apud* Saviani, 2012, p. 120). Saviani explica que em Genovesi a pedagogia é reconhecida com o caráter de ciência da educação, “obtendo, em consequência, aceitação no universo científico” (Ibid., p.122), neste aspecto Saviani concorda com Genovesi, no entanto, Saviani se contrapõe ao entendimento de Genovesi na questão de que a pedagogia seja apenas uma dentre as muitas ciências da educação.

Saviani (2012, pp.120-122) faz uma distinção entre as várias ciências da educação e uma ciência da educação, que é a própria pedagogia. Para ele as chamadas ciências da educação são aquelas ciências já constituídas com um objeto próprio, com um ramo específico que

considera a educação pelo aspecto de seu próprio objeto, recortando, no conjunto do fenômeno educativo, aquela faceta que lhe corresponde. Diferentemente, a ciência da educação, propriamente dita, se constituiria na medida em que constituísse a educação, considerada em concreto, isto é, em sua totalidade, como seu objeto (Idem, p.121).

Saviani acredita que diferentemente das outras ciências que tem a educação como um “fato sociológico ou psicológico ou econômico etc., que é visto, conseqüentemente, à luz das teorizações sociológicas, psicológicas etc., a partir de cuja estrutura conceptual são mobilizadas as hipóteses explicativas do aludido fato [...]”, a pedagogia tem a educação não como um recorte ou faceta, mas como um objeto em sua totalidade, enquanto “ponto de partida e ponto de chegada”. Segundo Saviani “o objeto da educação diz respeito, de um lado, à identificação dos elementos culturais que precisam ser assimilados pelos indivíduos da espécie humana para que eles se tornem humanos e, de outro lado e concomitantemente, à descoberta das formas mais adequadas para atingir esse objetivo” (Saviani, 2013, p.13).

Mazzotti (2006) procura apresentar evidências de que “é possível constituir uma ciência da prática educativa” (Idem, p.13). Ele sustenta que a Pedagogia desenvolver-se-ia por meio da formalização de teorias sobre as práticas através da crítica e pela “investigação de caráter dos fatos postos como reais em cada teoria” (Idem, p.34), considera a pedagogia como uma ciência e que constrói-se ao longo da história “por meio das teorias – inclusive as antagônicas – que se apresentaram em sua história” (Idem, p.26). Para Schmied-Kowarzik (1983) a pedagogia é concebida como uma ciência prática, “a prática seria justamente a educação em todos os seus relacionamentos práticos, e a teoria seria a ciência da educação em suas figuras teóricas. [...] Prática e teoria, portanto, dependeriam e seriam referidas inevitavelmente uma em relação à outra” (Idem, pp.10-11). O autor defende uma pedagogia dialética e acredita que uma ciência específica “só se torna dialética ao encontrar sua autocompreensão da e para a práxis humana” (Idem, p.16), que para ele significa um processo da “afirmação humana da vida na natureza e na história, que a teoria precisa refletir em suas leis objetivas, com cuja utilização, com cuja utilização consciente o homem pode chegar a um planejamento e um domínio científicos das forças naturais e da convivência social” (Idem, p.21).

Esse pensamento pode ser relacionado ao que Pimenta (2006) fala sobre a importância da construção do estatuto científico da Ciência da Educação. Para a autora, a natureza do objeto da pedagogia é a educação, o próprio fenômeno educativo⁴. As ciências da educação como as Ciências Sociais e Humanas não partem do fenômeno educativo como problema de investigação, “senão que lhe emprestam interpretações elaboradas a partir de suas problemáticas específicas” (Idem, p.48), diferentemente da pedagogia.

Libâneo (2002) considera que a pedagogia tenha um conceito ampliado como teoria e prática da educação, que lida com processos educativos, “métodos, maneiras de ensinar, mas antes disso ela tem um significado bem mais amplo, bem mais globalizante. Ela é um campo de conhecimentos sobre a problemática educativa na sua totalidade e historicidade e, ao mesmo tempo, uma diretriz orientadora da ação educativa” (Idem, pp.29-30).

É a pedagogia que pode postular o educativo propriamente dito e ser ciência integradora dos aportes das demais áreas. Isso significa que, embora não ocupe lugar hierarquicamente superior às outras ciências da educação, tem um lugar diferenciado.

A pedagogia, com isso, é um campo de estudos com identidade e problemáticas próprias. Seu campo compreende os elementos da ação educativa e sua contextualização [...] (Idem, pp.37-38).

Para Libâneo entre os elementos da ação educativa estão o aluno como sujeito do processo de socialização e aprendizagem; os agentes de formação; as situações concretas em que se realizam os processos formativos; o saber como objeto de transmissão/assimilação; e o contexto socioinstitucional em que se dá o processo educacional (Idem, p.38).

Portanto, considerando as bases epistemológicas mostradas pelos autores do campo da pedagogia e os fatos da história e historiografia brevemente mostrados neste estudo podemos inferir que os pressupostos teóricos e a organização dos processos educativos percebidos tanto na pedagogia jesuítica como na pedagogia de Anísio Teixeira indicam a ambas “pedagogias” como ciência nos dois marcos temporais abordados. Tanto uma concepção de pedagogia como a outra trazem em seu bojo características fundamentadas do campo da ciência da educação, cada uma em sua época

⁴ Sobre a natureza da educação como fenômeno educativo Cf. SAVIANI, Dermeval. *Sobre a natureza e especificidade da educação*. Revista Germinal: Marxismo e Educação em Debate. Salvador, v.7, n.1, p. 286-293, jun 2015. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/13575>.

histórica. Nesse contexto as concepções mostram que a educação é construída quando há uma relação vivencial entre os sujeitos envolvidos na ação pedagógica, “a cientificidade da pedagogia não é reduzível à cientificidade das ciências naturais” (Franco, 2008, p.36) esta se estabelece como histórica e social.

Considerações Finais

Através dos estudos bibliográficos realizados no presente trabalho verificamos que a Historiografia e História da Educação revelam fundamentos nos levam à discussão e compreensão da pedagogia como um campo da ciência da educação que está em constante efervescência a partir dos sujeitos que atuam de forma dinâmica através de suas culturas em seus tempos e espaços.

Vimos que uma das pedagogias pioneiras com o trabalho desenvolvido pelos jesuítas e sua relação com os *Kariri*, especificamente, mostra outra visão e ressignificações no sentido técnico de composição que integrava a cultura nativa com a catequética que impactava no campo da educação, da pedagogia conduzida naquele momento histórico.

Outro marco temporal investigado neste trabalho remonta à pedagogia como campo científico na década de 30 pelas ideias defendidas por Anísio Teixeira, de onde extraímos treze categorias de sua pedagogia, com afirmações e pressupostos a respeito da teoria da educação; da (auto) educação; da sociedade; da história; da Filosofia; da democracia; da escola; do currículo; do professor; do ensino; da aprendizagem; da ciência; e da psicologia. Face aos dados trazidos pelo estudo, verificamos que as contribuições deste pensador para o campo da educação no Brasil indicam a uma linha temporal tênue que sofre ruptura entre a pedagogia como ciência “pioneira tradicional” para uma pedagogia como ciência mais “moderna”, com várias inovações educacionais pretendidas para a época como a aprendizagem por experiências; a escola integral; trabalho por projetos; uma “nova” psicologia da aprendizagem; e a escola para todos, proposta como laica e promotora de democracia tendo o aluno como centro do processo educativo.

Enfim, o estudo mostrou que a historiografia e a história da educação é que vão atestar que tanto a pedagogia jesuítica como a pedagogia anisiana, de Anísio Teixeira, trazem em seu bojo características que descrevem a

cientificidade da educação a partir das relações entre os sujeitos que são seres sócio-históricos, ou seja, desde os jesuítas a pedagogia já se constituía como ciência da educação, como uma pedagogia da ciência, portanto, histórica e social.

Referências bibliográficas

DEWEY, John. *Vida e Educação*. 5ª ed. Traduzida por Anísio Teixeira. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959

FRANCO, Maria Amélia Santoro. *Pedagogia como ciência da educação*. 2ª Ed. Revista e ampliada. São Paulo: Cortez, 2008.

GENOVESI, Giovanni. *Pedagogía, dall' empiria verso la scienza*. Bologna, Pitagora, 1999

HERBART, Johan. F. *Pedagogia general derivada del fin de la educación*, Madrid: Ediciones de La Lectura, 1806 (livro digitalizado). Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=jyeHQgAACAAJ&hl=es&pg=PR5#v=onepage&q&f=false>

HILSDORF, Maria Lúcia Spedo; CUSTÓDIO, Maria Aparecida. *O Colégio dos Jesuítas de São Paulo (que não era colégio nem se chamava São Paulo)*. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros. São Paulo, n. 39, p. 169-180, 1995

LEITE, Siomara Borba. *Refletindo sobre o significado do conhecimento científico*. Revista “Em Aberto”, INEP: Ministério da Educação, v. 12, n. 58, pp. 23-29, 1993. Disponível em:

<http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/view/1887>.

Acessado em dezembro de 2018

LIBÂNIO, José Carlos. *Pedagogia e Pedagogos, para quê?* São Paulo: Cortez, 2002

MAZZOTTI, Tarso Bonilha. *Estatuto de cientificidade da Pedagogia*. In: PIMENTA, Selma Garrido. (Coord.). *Pedagogia, ciência da educação?* 5. ed. São Paulo: Cortez, 2006

MENDONÇA, Ana Walesca P.C. *Anísio Teixeira e a Escola Nova*. In: XAVIER, Maria do Carmo (org.). *Manifesto dos Pioneiros da Educação: um legado educacional em debate*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

NAGLE, Jorge. *Educação e Sociedade na Primeira República*. SP: EPU; Rio de Janeiro: Fênix, 1976

PIMENTA, Selma Garrido. *Panorama atual da didática no quadro das Ciências da Educação: Educação, Pedagogia e Didática*. In: PIMENTA, Selma Garrido. (Coord.). *Pedagogia, ciência da educação?* 5. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

POMPA, Cristina. *Cartas do Sertão: a catequese entre os Kariri no século XVII*. Revista *Anthropológicas*, ano 7, volume 14 (1 e 2): 7-33 (2003).

SAVIANI, Dermeval. *A Pedagogia no Brasil: História e Teoria*. 2 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2012.

SAVIANI, Dermeval. *Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras aproximações*. 11. ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2013

SCHMIED-KOWARZIK, Wolfdietrich. *Pedagogia Dialética: De Aristóteles a Paulo Freire*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

TEIXEIRA, Anísio. *O sistema escolar do Rio de Janeiro (DF)* (Relatório de um ano de administração). *Boletim de educação Pública*, v. 2, n. 3 e 4, 1932. (Separata).

TEIXEIRA, Anísio. *Educação pública: administração e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Oficina Gráfica do Departamento de Educação, 1935. (Relatório do diretor-geral do Departamento de Educação do Distrito Federal: Anísio S. Teixeira, dez. 1934).

TEIXEIRA, Anísio. *Pequena introdução à Filosofia da Educação: a escola progressista ou a transformação da escola*. 7. ed. São Paulo: Nacional, 1971.

TEIXEIRA, Anísio. *Pequena introdução à filosofia da educação: a escola progressiva ou a transformação da escola*. 7 ed. São Paulo: Nacional, 1975;

TEIXEIRA, Anísio. *Educação para a democracia: introdução à administração educacional*. 2 ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

WARDE, Mirian Jorge. *Questões teóricas e de método: a História da Educação nos marcos de uma história das disciplinas*. In: SAVIANI, Dermeval *et al.* (Orgs) *História e Historiografia da Educação*. Campinas: Autores Associados, 1998



DOSSIÊ: 2º Congresso de História da Ciência e da Técnica

**A Ciência da História como Ciência das Leis:
Uma leitura viquiana**

Ivan Leski

Doutor em História Social
Universidade de São Paulo - USP

Como citar este artigo: LESKI, Ivan "A Ciência da História como Ciência das Leis: Uma leitura viquiana", *Intelligere, Revista de História Intelectual*, nº7, p. 238-246. 2019. Disponível em <<http://revistas.usp.br/revistaintelligere>>. Acesso em dd/mm/aaaa.

Resumo: Em seu livro **Scienza Nuova** (1744) Giambattista Vico considera o desenvolvimento das leis através da História como a manifestação mais confiável dos estágios do progresso humano. Este artigo procura explicar como e por que as leis mudam em épocas diferentes da história humana, em consonância com a concepção viquiana da História.

Palavras-chave: Vico, Ciência da História, Ciência das Leis, Progresso Humano, Mitologia

Science of History as science of laws: a reading on Vico

Abstract: Giambattista Vico, in his book **Scienza Nuova** (1744), considers the development of the human laws throughout History the most reliable manifestation of the human progress phases. This article tries to explain how and why laws change in different ages of human history, using Vico's ideas about History.

Keywords: Vico, Science of History, Science of Laws, Human Progress, Mithology

Em seu livro **Princípios de uma Nova Ciência em torno da natureza comum das nações**, publicado postumamente em 1744, o filósofo italiano Giambattista Vico (1668-1744) nos oferece uma visão renovadora da História que continua instigante até os dias atuais. Ao contrário da maioria dos pensadores do início do século XVIII, que influenciados pelo pensamento cientificista do século XVII cultivavam diversos graus de ateísmo, Vico era um

católico devoto. Sua crença na Providência Divina levou-o a refletir sobre a maneira pela qual Deus, como criador do Homem, interfere na trajetória da Humanidade através dos tempos. A nova ciência proposta por Vico em seu livro mais conhecido procurava estabelecer leis gerais que explicassem o desenvolvimento dos povos de maneira a elaborar um padrão científico que permitisse uma observação mais precisa do que aquela oferecida pelos que se dedicavam à escrita da História na primeira metade do século XVIII. Posicionando-se contra uma matriz cartesiana e racionalista de pensamento, que via a História como uma disciplina não científica, ou seja, incapaz de produzir um conhecimento aferível por regras claras e imutáveis, Vico concebeu uma “*história ideal eterna*”, pela qual passam todas as nações (Vico, 2010, “*Ideia da Obra*”). No entendimento do filósofo de Nápoles, Deus estabeleceu um conjunto de leis eternas que orientam o processo civilizatório dos povos, dos mais brutos aos mais intelectualmente sofisticados. Acreditamos poder aclarar a interpretação do progresso das leis examinando alguns dos conceitos desenvolvidos por Vico em sua obra aqui evocada.

Quando nós refletimos sobre a História como uma narrativa da existência dos povos através dos tempos, devemos voltar nossa atenção para as relações que se estabelecem entre indivíduos dentro de um espaço físico (Romagnosi, 1832, p. 12). O desenvolvimento de uma civilização, ou seja, a capacidade de grupos humanos unidos por afinidades linguísticas e necessidades comuns de construir de maneira efetiva uma trajetória de vida, na maioria das vezes depende das formas utilizadas individualmente ou coletivamente para explorar os recursos naturais que estão à disposição. Mas qualquer que seja a atividade humana ela está circunscrita a um território determinado, cuja ocupação demanda o desenvolvimento de formas apropriadas de convivência com o meio ambiente, isto é, com o clima, a flora e a fauna.

Assim sendo, a maneira de arar os campos ou de pastorear rebanhos; as formas de comércio; a construção de moradias; a destreza com as armas; a implementação de técnicas de irrigação e de armazenamento; a produção de conhecimento sobre si mesmo e sobre o mundo que o cerca são fundamentais para o estabelecimento de bases seguras para o desenvolvimento de uma sociedade. Porém todas essas práticas vitais para o progresso de um povo,

muito embora tenham uma origem individual (na medida em que um indivíduo ou um grupo de pessoas primeiramente as utilizaram), só podem ser colocadas efetivamente em uso através de um processo coletivo (Romagnosi, 1832, p. 24). Destarte é a associação dos indivíduos e sua capacidade de transmissão de experiências úteis à vida de sua comunidade de uma geração para outra que determinam o progresso de um povo dentro de um território.

O ordenamento jurídico, isto é, as normas de convivência que estruturam a vida cotidiana das comunidades, é um reflexo da maneira como os indivíduos a ele sujeitos interagem nos diversos níveis de sua socialização (Ambrosini, 1988, *passim*). Por isso não é de todo errado argumentar que as leis de um povo espelham a sua visão do mundo que o cerca. Daí acreditarmos que o progresso humano, no sentido de uma sofisticação das formas de convivência e de integração com o ambiente ao redor, se manifeste nas leis: quanto mais civilizado é um povo, mais brando e sofisticado seria o seu aparato jurídico. Em sua investigação sobre o progresso civilizatório dos povos, o jurista italiano Gian Domenico Romagnosi (1761-1835) nos diz “*a barbárie na verdade não se confunde com a maldade nem com um estado tigresco [sic], mas consiste sim na falta de uma culta e satisfatória convivência*” (Romagnosi, 1832, p. 20, nossa tradução). Podemos inferir então que as leis, ao estabelecerem regras para legitimar os atos e as transações da vida cotidiana, são uma expressão do progresso mental e cultural dos povos através dos tempos.

Nos primórdios da História, quando os homens estavam mais perto da Natureza e dela dependia a sua sobrevivência, eles eram impotentes frente às catástrofes naturais: secas, pragas, incêndios e sabe-se lá o que mais lhes atingisse. Eles acreditavam então necessitar, para se defender dos infortúnios da Vida, da proteção de entidades a eles superiores: os deuses. Nessa época a principal preocupação de reis, sacerdotes, guerreiros, comerciantes, camponeses e escravos era não ofender os deuses. Eles escrutinavam os desejos divinos, seguiam suas leis e puniam, ou eram punidos, de acordo com a vontade dos imortais. Por isso essa foi chamada a Idade dos Deuses. No parágrafo 925 da **Ciência Nova** Vico afirma que os primeiros governos “*foram divinos que os gregos diriam ‘teocráticos’ nos quais os homens acreditavam que tudo era comandado pelos deuses.*”

Na Idade dos Deuses prosperou a história poética. Os fatos históricos, uma vez que não havia escrita, foram narrados poeticamente através dos mitos e das fábulas transmitidos oralmente aos homens pelos poetas teólogos, conforme explicado por Vico no parágrafo 916 da **Ciência Nova**. Segundo ele, os poetas teólogos “*foram os mais antigos sábios de todas as nações gentílicas quando todas essas nações se fundaram sobre a crença, cada qual com a sua, de certos deuses próprios.*” À guisa de esclarecimento diríamos que o Mito é a narrativa histórica do governo dos deuses sobre os homens. As leis divinas são inapeláveis, mas precisam ser interpretadas porque os imortais possuem uma língua diferente daquela usada pelos homens. Segundo Vico essa língua dos deuses seria “*mental por atos mudos religiosos*” (Ciência Nova, §929), cabendo a quem a domina interpretá-la para os demais: eis portanto a utilidade dos oráculos e dos sacerdotes.

Vejamos alguns exemplos. Édipo era rei de Tebas quando uma peste devastou a cidade. Convencido de que a praga era um castigo dos deuses por algum crime cometido pelos cidadãos ele envia seu cunhado Creonte a Delfos para interrogar o oráculo de Apolo. O deus faz saber a Édipo que Tebas só ficará livre da epidemia quando executar o assassino de seu antecessor, o rei Laio, morto misteriosamente muitos anos antes. Édipo então conduz uma rigorosa investigação que sabemos o aponta como o regicida cuja punição é demandada pelos deuses. Na tradição judaico-cristã Deus entrega a Moisés as tábuas onde Ele próprio escreveu os dez mandamentos que constituem a Sua lei. Também na Bíblia existem os profetas, tais como Jonas e Natã, pessoas comuns a quem Deus encarrega de transmitir a Sua vontade ao Seu povo, não raramente anunciando castigos por transgressões à Sua lei.

O desenvolvimento das formas de plantio e da criação de rebanhos, assim como a abertura de rotas comerciais terrestres e marítimas, muitas vezes como resultado de guerras e de conquistas, levou à acumulação de riquezas. Os homens já não se sentiam seguros nos campos, junto às suas famílias, seus agregados e seus escravos. O número de cativos, e provavelmente de revoltas, crescia na medida em que novas terras eram anexadas e seus habitantes subjugados. Os proprietários de terras decidiram, então, unir-se e fundaram as cidades.

Nessa época os mais fortes, os mais adestrados militarmente, os que tinham mais capacidade de liderança se destacavam. Aqueles que conseguiam levar seus companheiros a superar as dificuldades inerentes à fundação de uma cidade eram por esses reconhecidos como homens superiores, seres humanos que possuíam qualidades pertencentes apenas aos deuses: esses homens eram heróis. De acordo com Vico, “*se acreditou que eram os heróis de origem divina*” (Ciência Nova §917), o que os transformava em grandes líderes, capazes de conduzir seus povos a feitos notáveis. É como se pudéssemos entender que tais homens legavam a seus descendentes um poder incontestado, pois sua autoridade estava para sempre amparada e justificada em sua ascendência divina, que os colocava além da compreensão e do julgamento dos homens.

Hércules, Aquiles, Eneias, Rômulo são exemplos de filhos de deuses com mortais. Muitas cidades do Mediterrâneo antigo proclamavam terem sido fundadas por heróis: Atenas, Tebas, Esparta, Roma, Cartago para citar algumas (Ciência Nova, §561). Uma vez reunidos em cidades, protegidos por muralhas e com guerreiros ousados para defendê-los, os homens deixam de viver na Idade dos Deuses e passam a viver na Idade dos Heróis.

Os heróis precisavam estabelecer regras que harmonizassem seus interesses conflitantes. Surgem assim os senados heroicos. Vico nos diz, no parágrafo 944 da Ciência Nova, “*nas aristocracias heroicas, onde os senados se compuseram, (...) tal autoridade foi desses senados reinantes*”. Seria razoável supor que as leis das cidades heroicas eram impostas e mantidas pelos heróis e suas armas. Eles tinham poder de vida e morte sobre seus familiares, seus agregados e seus escravos. Ninguém podia se opor à sua vontade, e se um de seus pares se lhe opunha isso significava guerra. Nas palavras de Vico, “*tal direito da força é o de Aquiles que põe toda a razão na ponta da lança*” (Ciência Nova, §923). Os heróis, que se consideravam filhos de deuses e portanto com ascendência divina, eram arrogantes, violentos e arbitrários. Eles viviam de acordo com um código de honra e faziam de sua palavra a lei. A expressão máxima do direito heroico era o duelo: o litígio era resolvido por dois guerreiros em um combate de vida ou morte. Segundo Vico, a introdução dos duelos aconteceu “*por falta de leis judiciárias*” (§961), uma vez que os costumes heroicos “*foram coléricos e obstinados como são os narrados de Aquiles*”, conforme podemos ler no parágrafo 920 da Ciência Nova.

A revolta dos fâmulos pôs fim ao governo dos heróis. Nas cidades heroicas os habitantes eram os heróis e suas famílias, sendo permitida a presença apenas dos servidores domésticos e de escravos que executavam tarefas dentro das casas. A plebe habitava os campos que eram arrendados pelos heróis. Mas somente estes podiam celebrar seus matrimônios e com isso legar seu patrimônio a filhos legítimos. Como os plebeus não tinham suas famílias juridicamente reconhecidas não podiam ter herdeiros. Assim, quando um chefe de família plebeu morria suas posses viravam propriedade do herói de quem ele era vassalo. Da mesma forma, quando falecia um suserano seu sucessor legal não era responsável pelo pacto do falecido com seus agregados, uma vez que a palavra de um não era a palavra do outro. Na Idade dos Heróis, de acordo com Vico, “*a plebe era efetivamente excluída de tratar coisas públicas*” (Ciência Nova, §949) e por isso, podemos inferir, não tinha como expressar suas necessidades e seus anseios.

Os fâmulos se revoltaram para exigir dos heróis três coisas: em primeiro lugar que os plebeus pudessem contrair matrimônios e estruturar juridicamente suas famílias, legando suas posses a seus descendentes, legalmente constituídos; que as famílias plebeias pudessem viver dentro dos muros das cidades, protegendo assim suas mulheres e seus filhos; e finalmente que as leis fossem escritas (Romagnosi, 1832, p. 93, nota), livrando-os dos arbítrios praticados pelos heróis.

No momento em que os fâmulos conseguem impor aos senhores o aceite a essas reivindicações acaba a Idade dos Heróis e inicia-se a Idade dos Homens. A partir de então as leis são escritas e valem para todos os cidadãos da cidade. Não para todos os habitantes porque frequentemente eram delas excluídos os escravos e os estrangeiros. Nessa época, segundo Vico, “*todos se igualam com as leis, pois que todos nasceram livres nas suas cidades (...)*” (Ciência Nova, §927). Acrescentaríamos que nesse estágio surgem os legisladores, tais como Sólon em Atenas e Licurgo em Esparta. A legislação também passa a ser conhecida, uma vez que ela é compilada como, por exemplo, o Código de Hamurabi e a Lei das Doze Tábuas.

Na Idade dos Homens, explica Vico, “*devem os povos livres ser senhores de suas leis?*” (Ciência Nova, §936), e por isso essas leis eram, em sua maioria, consuetudinárias, ou seja, fundadas nos costumes (Scherillo, 1933). Seria

razoável supor que nessa época surgem os historiadores, tais como Títo Lívio e Tácito, cujas obras fornecem subsídios aos legisladores. Também é possível inferir que um subproduto dessa era foram os arautos: como todos os cidadãos tinham adquirido o direito de conhecer as leis, mas a grande maioria da população era analfabeta, as decisões dos governantes deviam ser oralmente lidas em praça pública para que delas todos tomassem ciência. Além disso, diríamos que na Idade dos Homens aparecem os viajantes, aqueles que se dedicam a visitar cidades pelo mundo afora para conhecer seus habitantes, seus costumes e suas leis. A essa tarefa consagrou-se Heródoto, conhecido como o Pai da História.

Por que podemos pensar a Ciência da História como a Ciência das Leis? Porque as leis são fruto de um determinado momento histórico. Elas espelham o nível de desenvolvimento cultural, econômico e político de uma sociedade. As leis são a expressão de uma personalidade coletiva: elas nos mostram como as pessoas organizam sua vida privada, seus negócios, quais são suas aspirações, seus temores e como uma aglomeração de indivíduos se estrutura para que esforços individuais gerem benefícios para todos dentro de uma perspectiva comum.

A originalidade e a importância da obra de Vico só foram reconhecidas após a Revolução Francesa, quando o direito dos povos passou a ser o mote das diversas rebeliões contra o absolutismo monárquico que se espalharam pela Europa nas primeiras décadas do século XIX. Foram as revoluções liberais da década de 1820 que impulsionaram novas formas de pensamento acerca das leis. Gian Domenico Romagnosi, em sua obra *Dell'indole e dei fattori dell'incivilimento con esempio del suo risorgimento in Italia*, publicada em Milão em 1832, afirma “*toda a essência, toda a verdade positiva, todo fruto da civilidade consiste na convivência civil*” (Romagnosi, 1832, p. 31, nossa tradução). É possível inferir que o renomado jurista aqui se refere às relações entre indivíduos de diferentes interesses em uma esfera do direito tanto público como privado. Assim sendo, as normas que porventura venham a regular tais relações serviriam, em nosso entendimento, como uma amostra do nível de desenvolvimento sócio-cultural alcançado por um estado. A abrangência dessas

normas de convivência, transformados em leis pela sanção de uma autoridade constituída, estaria restrita ao território submetido a essa mesma autoridade. Portanto seria razoável supor que ao longo da História houve um processo assimétrico do desenvolvimento humano, uma vez que “a convivência civil” destacada por Romagnosi como “a essência” de tal processo jamais foi uniforme no Mundo ao longo dos tempos.

Muitos acreditam que quanto mais evoluída é uma sociedade, mais sofisticado é o seu ordenamento jurídico. Em outras palavras, quanto mais liberalizantes os costumes, mais permissivas as leis. Na verdade, não faltam exemplos históricos para embasar essa teoria. Porém, o contrário também é verificável: leis permissivas enfrentam fortes reações daqueles que nelas enxergam a degeneração e a decadência de um determinado povo, pois segundo Romagnosi, existe no interior de qualquer sociedade uma “*tendência espontânea à dissolução do bom viver civil*” (Romagnosi, 1832, p. 20, nossa tradução). Em nossa hipótese de interpretação revolucionários e reacionários giram a Roda dos Tempos, transformando as vanguardas de ontem nas retaguardas de amanhã. Esse é um movimento contínuo, que torna fascinante a jornada pelos caminhos da História.

Referências Bibliográficas

AMBROSINI, Giangiulio; 1988. “*Dirito e Società*” in Romano, Ruggiero e Vivanti, Corrado. **Storia d’Italia**, volume primo, **I caratteri originali**. Torino: Giulio Einaudi Editore.

LESKI, Ivan; 2010. *A Concepção de História em Giambattista Vico*; dissertação de mestrado. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

_____, _____; 2015. “*Giambattista Vico e a história da História*” in Revista Poder e Cultura, vol. 2, n.º 4.

ROMAGNOSI, Gian Domenico; 1832. *Dell’indole e dei fattori dell’incivilimento con esempio del suo risorgimento in Italia*. Milano: Società degli Editori degli Annali Universali delle Scienze e dell’Industria.

SCHERILLO, Gaetano; 1933. “*Legge; storia*” in *Enciclopedia Italiana di Scienze, Lettere ed Arti*, volume XX. Roma: Istituto della Enciclopedia Italiana.

VICO, Giambattista; 2010. *Ciência Nova*; tradução de Wilma de Katinzky. São Paulo: Editora Hucitec.

_____, _____; 1953. *Opere*; a cura di Fausto Nicolini. Milano/Napoli: Riccardo Ricciardi Editore.



DOSSIÊ: 2º Congresso de História da Ciência e da Técnica

Clinâmen, eidôlon e o infinitesimal:
ciência nômade em contraposição à ciência de dados

Ana Elisa Antunes Viviani¹
Doutoranda em Comunicação e Semiótica
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC
ana.viviani@gmail.com

Como citar este artigo: VIVIANI, A. E. A. “*Clinâmen, eidôlon e o infinitesimal: ciência nômade em contraposição à ciência de dados*”, *Intelligere, Revista de História Intelectual*, nº7, p. 247-262. 2019. Disponível em <<http://revistas.usp.br/revistaintelligere>>. Acesso em dd/mm/aaaa.

Resumo: Para os filósofos Gilles Deleuze e Félix Guattari a ciência nômade é um modelo que corre às margens dos paradigmas científicos tradicionais, identificados por eles como ciência de Estado. É como ciência nômade que compreendemos a trajetória empreendida pelo pensador francês Michel Serres e sua leitura da obra de Lucrécio, seguidor da filosofia epicurista e considerado um dos pais da física. Para Serres, é por meio dos conceitos de *clinâmen*, que explica a formação dos turbilhões e espirais, de *eidôlon*, sobre o qual se delinea uma razão engendradora pela percepção, e do cálculo infinitesimal, que se esboça um outro modelo de ciência. É nos caminhos das curvas e na fluidez da água que podemos encontrar explicações para o mundo, em contraposição à ciência moderna, baseada na suposição de um mundo estático e em equilíbrio. Diante disso, é necessário perguntar: é possível conciliar essa ciência nômade com a chamada ciência de dados, o *Big Data*, que por meio de algoritmos pretendem tornar previsíveis e padronizáveis os comportamentos humanos, tão incertos e fluidos?

Palavras-chave: Michel Serres, Lucrécio, epicurismo, ciência moderna, sentidos, Big Data, Arquimedes, fluxos

¹ Possui graduação em História pela Universidade de São Paulo (1994) e mestrado em Ciências da Comunicação pela Escola de Comunicações e Artes das Universidade de São Paulo (2007), onde desenvolveu uma pesquisa sobre corpo e comunicação digital. Atualmente é doutoranda do Programa de Estudos Pós-Graduados em Comunicação e Semiótica da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, tendo como foco Teoria da Imagem e Semiótica da Cultura. É pesquisadora e colaboradora do Centro Interdisciplinar de Semiótica da Cultura e da Mídia.

Clinâmen, eidôlon and the infinitesimal: nomadic science as opposed to data science

Abstract: For the philosophers Gilles Deleuze and Félix Guattari, the nomadic science is a model that runs along the edges of the traditional scientific paradigms, identified by them as state science. We understand the trajectory undertaken by the french thinker Michel Serres and his reading of the work of Lucretius, follower of Epicurean philosophy and considered one of the fathers of physics, as nomadic science. For Serres, it is through the concepts of *clinâmen*, which explains the principle of whirls and spirals, of *eidôlon*, on which a reason engendered by perception is drawn, and of infinitesimal calculus, which sketches another model of science. It is in the paths of curves and in the fluidity of water that we can find explanations for the world, as opposed to the modern science, based on the assumption of a static and equilibrium world. In view of this, it is necessary to ask: is it possible to reconcile this nomadic science with the so-called data science, the Big Data, which through the algorithms intends to make predictable and standardized human behaviors, so uncertain and fluid?

Keywords: Michel Serres, Lucretius, epicurean philosophy, modern science, senses, Big Data, Archimedes, flows

Introdução

Cotidianamente lemos notícias sobre o impacto das ciências de dados, mais popularmente conhecidas com o nome genérico Big Data, no mundo. Big Data é resultado do desenvolvimento de três fatores surgidos a partir da segunda metade do século XX: da microeletrônica, que popularizou os computadores pessoais, da internet, que possibilitou que milhões de computadores se interconectassem, e das tecnologias do digital e do virtual, que possibilitaram que tudo acontecesse em “tempo real”². Ao processo de leitura desses dados e sua organização em metadados deu-se o nome ciência de dados.

Recursos como inteligências artificiais, internet das coisas e *machine learning* são cada vez mais empregados visando tornar eficientes processos

² “[...] tempo real (isto é, tempo tecnologicamente forjado que simula o tempo ordinário da vida prática e que articula instantânea e simultaneamente contexto sociais diferentes e pulverizados no território geográfico [...])” (TRIVINHO, 2012, p. 110)

industriais (a assim chamada Indústria 4.0), o uso dos recursos naturais para o agronegócio, e a infraestrutura das cidades (hoje chamadas de “cidades inteligentes”), entre outras coisas (Marques, 2017). Porém, cada vez, esses recursos têm sido utilizados visando capturar também a trajetória errante dos seres humanos, seus desejos e afetos, a fim de regulá-los, normatizá-los e torná-los previsíveis. Sempre com a finalidade de tornar os processos eficientes.

O pensador Evgeny Morozov cita o exemplo das empresas de seguros e sua intenção de instalar sensores nas casas a fim de monitorar riscos com o pretexto de prever possíveis acidentes e, assim, oferecer descontos àqueles que mantivessem práticas ou comportamentos seguros em suas residências. Um outro exemplo mencionado pelo autor é o da implementação de dispositivos que medissem como frequência a saúde dos cidadãos a fim de oferecer descontos em impostos para aqueles que mantivessem seu colesterol, por exemplo, dentro dos parâmetros médicos aceitáveis. No final das contas, segundo o autor, “a regulação algorítmica nos oferece a boa e velha utopia tecnocrática da política apolítica.” (2018, p. 92)

Do ponto de vista do indivíduo, por sua vez, cada vez mais aderimos às tecnologias digitais e do virtual visando facilitar o nosso dia a dia, mas algo sempre se perde nesse processo. Motoristas e pedestres que até então percorriam as ruas das cidades praticamente de olhos fechados, tornaram-se a tal ponto dependentes dos aplicativos de geolocalização que mesmo em rotas conhecidas não dispensam as orientações passadas por eles, ainda que seja para desviar de apenas um semáforo no trânsito.

Como escreve o filósofo francês Michel Serres, com a abstração progressiva do mundo, sua codificação atingiu tal ponto que abrimos mão de nossos sentidos para confiar mais nas máquinas do que neles próprios, como os marinheiros, que “passam sem olhar os faróis, com todas as proteções garantidas na sala de escuta e nas telas de gráficos” (2001, p. 44).

Diante desse fato, é necessário perguntar: é possível aplicar algoritmos ao comportamento humano e animal, cuja natureza desviante torna as coisas

fugazes e inapreensíveis? Neste texto, procuraremos investigar essa pergunta à luz da leitura que o pensador francês Michel Serres faz do texto *De Rerum Natura*, escrito por Lucrécio.

O pensador francês Michel Serres nasceu na cidade de Agen, em 1930. Licenciou-se em Matemática, na Escola Naval, no final da década de 1940, e mais tarde obteve o diploma em Filosofia, pela *École Normale Supérieure*. Entre os anos de 1956 e 1958 serviu à Marinha Francesa, o que explica muitas referências do autor à experiência dos marinheiros e à vida no mar. No final da década de 1960, orientado por Gaston Bachelard, obteve o doutorado em Filosofia com uma tese sobre Leibniz. Posteriormente, ocupou a cadeira de História da Ciência na Sorbonne e, em 1984, migrou para os Estados Unidos, onde se tornou professor da Universidade de Stanford, onde vive até hoje.

Serres dedicou, então, grande parte de sua obra ao que ele próprio denomina antropologia da ciência, recuperando pensadores considerados menores dentro da história da filosofia e da ciência, e identificando-se como um pensador desviante, escrevendo sobre o corpo e os sentidos, entre outros temas. A respeito de si próprio, Serres se identifica como um seguidor da tradição filosófica francesa, sim, mas, ainda assim, desviante:

“Nunca se matou um só homem por Montaigne, Diderot ou Bergson. Hoje, menos que nunca, esta filosofia não procura dominar: tende ao universal, certamente, se possível for, mas seguramente não por meio da conquista nem por grupos de pressão. Permanece, portanto, terceira e fora do jogo daqueles que desejam dominar os homens e o mundo.”(Serres, 1990, p. 2)

O pensador francês, então, enxerga na obra de Lucrécio um modelo de ciência que busca nos caminhos das curvas e na fluidez da água explicações para o mundo, um modelo de difícil rastreamento porque não se adequa ao modelo postulado pela História.

Tito Lucrécio Caro, por sua vez, foi um poeta latino do séc. I a.C., autor da obra *De Rerum Natura*, normalmente traduzido por *Das Coisas da Natureza*, ou *Da Natureza* (1973). Quase nada se sabe sobre sua vida, apenas

que viveu em Roma, em um momento de profunda turbulência e lutas políticas, o que talvez o tenha levado a evocar Vênus frequentemente como inspiração para os romanos (Chauí, 2010, p. 253).

Lucrécio louva o pensamento epicurista em sua obra única³, acrescentando-lhe matizes que fizeram com que ela, graças ao desenvolvimento da física no final do séc. XIX e princípio do séc. XX, especialmente o da termodinâmica, ganhasse novo fôlego, apesar de ter sido relegada, durante o predomínio da ciência moderna (Bacon, Descartes e Newton) à condição de obra poética. Entre Lucrécio e Epicuro (340 a.C. e 270 a.C.⁴), cerca de 200 anos os separam.

Quando o filósofo grego começa a se tornar conhecido, Atenas já é um pálido reflexo de seu ápice, o que talvez o tenha levado a pregar uma vida serena, tranquila e apreciadora dos pequenos prazeres, princípios que caracterizam o chamado epicurismo⁵. É aí que funda uma escola, O Jardim⁶, onde leciona até sua morte.

Epicuro foi fortemente influenciado pelo atomismo de Demócrito (450-370 a.C.)⁷, embora tenha recusado alguns de seus princípios. Para o epicurismo, “a teoria do conhecimento, a teoria da natureza e a ética são inseparáveis” (Chauí, 2010, p. 86). Ao fiar o conhecimento nas sensações e nos afetos, o epicurismo separa-se radicalmente da tradição filosófica platônica, para quem os sentidos falseiam a realidade.

³ Marilena Chauí recupera as deferências com que Cícero e Ovídio se referem à obra de Lucrécio: “Com efeito, sobre esse poema filosófico, Cícero escreveu a seu irmão Quinto que ‘brilha com as mil luzes do gênio e de muitas artes’, e Ovídio exclamou: ‘os versos do sublime Lucrécio perecerão no dia em que o universo acabar!’” (2010, p. 253)

⁴ Não se sabe exatamente o local de nascimento de Epicuro. Antes, acreditava-se que teria nascido em Atenas, mas mais recentemente pesquisadores passaram a afirmar que ele teria nascido em Samos, uma ilha-colônia ateniense, onde teria passado sua infância e juventude. (Chauí, 2010, p. 80)

⁵ “[...] os adeptos do Jardim afastam-se do antigo éthos do cidadão, abstêm-se de participar dos negócios públicos e nada pedem à Cidade senão que garanta a paz e a segurança, condições que permitem a existência tranquila da pequena comunidade filosófica, voltada para a busca da felicidade individual” (Chauí, 2010, p. 83),

⁶ Ao que tudo indica, a escola de Epicuro teria sido bastante inclusiva, recebendo como alunos homens, mulheres, crianças, velhos, estrangeiros e escravos.

⁷ Demócrito de Abdera é um dos filósofos pré-socráticos e considerado pai do atomismo, embora não haja certeza de se ele apenas compilou os ensinamentos de Leucipo de Mileto ou tenha, de fato, elaborado considerações próprias sobre os átomos. Aparentemente foi um autor prolífico, embora só tenham permanecido alguns fragmentos.

Vejam, então, como isso se manifesta em *De Rerum Natura*. A obra está organizada em 6 livros, sendo que uma parte é dedicada à teoria do conhecimento epicurista, outra aos sentidos e às percepções, e outra às leis da criação e aos fenômenos naturais.

Para Lucrécio, toda a criação, antes atribuída aos deuses, passa a ser obra do movimento dos átomos. Para ele, não há potência oculta que exerça sua influência sobre os seres humanos. Tudo tem uma explicação oriunda da natureza, dos átomos ou dos sentidos. É aqui que Serres encontra seu modelo de ciência, baseado em três conceitos: *clinâmen*, *eidôlon* e infinitesimal.

O *clinâmen* é o ângulo mínimo do desvio da trajetória de um átomo, ou o ângulo formado em um escoamento laminar atômico. É a curva que causa desordem num aparente sistema estático.

O modelo clássico do escoamento laminar atômico é teórico, pois baseia-se numa estabilidade que está dissociada da realidade⁸. O mais próximo do real seria um modelo que incorporasse os turbilhões, os desvios e a turbulência dos sistemas, o que foi desconsiderado ou, ainda, transformado em zero durante séculos na história da ciência. “A estática, portanto, é um discurso da desigualdade, que se anula à medida que se desenvolve. Ele avalia o desvio, descreve-o, mede-o, e o iguala a zero.” (Serres, 2003, p. 37)

É exatamente nesse sentido que Serres recupera o conceito de *clinâmen* conforme apresentado por Lucrécio. No Livro II, ele escreve:

“[...] quando os corpos são levados em linha reta através do vazio e de cima para baixo pelo seu próprio peso, afastam-se um pouco da sua trajetória, em altura incerta e em incerto lugar, e tão somente o necessário para que se possa dizer que se mudou o movimento. Se não puderem desviar-se, todos eles, como gotas de chuva, cairiam pelo profundo espaço sempre de cima para baixo e não haveria para os elementos nenhuma possibilidade de

⁸ “[...] a crítica sempre teve como referência uma física dos sólidos e considerou a chuva originária dos átomos no quadro de uma mecânica dos sólidos. É compreensível que assim fosse, pois os átomos lucrecianos são sólidos e a crítica toma como referência o nascimento da física moderna com a mecânica de Galileu. Ora, desde a Renascença, existe uma outra corrente na física, na qual os autores latinos são de grande importância, a mecânica dos fluidos, presente nas obras de Torricelli, Leonardo e na Academia do Cimento e todos os que, desde Arquimedes, se interessaram pela hidráulica.” (Chauí, 2010, pp. 261 – 262)

colisão ou de choque: se assim fosse, jamais a natureza teria criado coisa alguma.” (1973, p. 50)

É, portanto, graças ao ângulo mínimo do *clinâmen* que se formam as volutas, as espirais. Esse ângulo mínimo surge aleatoriamente e é indeterminado. Epicuro não havia deixado claro como aconteceria esse desvio, muito provavelmente porque apenas parte de sua obra sobreviveu ao longo dos séculos, mas Lucrecio fornece essa resposta com o cálculo infinitesimal, criado por Arquimedes (287-212 a.C.).

Segundo Serres, Arquimedes faz a ponte entre Epicuro e Lucrecio. Para ele, o trabalho aprimorado do matemático de Siracusa também ressoa a Demócrito, mas reflete especialmente o mundo físico da filosofia epicurista. É no cálculo infinitesimal que ele encontra o fundamento matemático para o modelo atomista. Isso pode parecer estranho, visto que os estudos de Arquimedes são voltados para o equilíbrio dos sistemas, embora ele próprio tenha a percepção de que situações de equilíbrio são particularidades quando se compreende o conjunto dos fenômenos físicos.

Portanto, é com o cálculo infinitesimal que se chega à singularidade, isto é, que se evita apreender o universo pela globalidade, transformando o desvio em zero. “Uma aritmética de areia. Um cálculo infinitesimal, por integração dos indivisíveis. Uma geometria plana dos turbilhões e das espirais [...]” (SERRES, 2003, p. 28)

E é com o Parafuso de Arquimedes que o mundo mecânico se relaciona com a física atômica. Trata-se de uma ferramenta criada por ele para realizar uma espécie de “escoamento invertido”. Através de sua forma espiralada, e com a utilização de uma manivela, é possível transportar água de superfícies baixas para superfícies mais altas (Fig. 1). É o princípio do turbilhão, o mesmo que se origina a partir do *clinâmen*.⁹

⁹ “Ora, a reta gira. Ora, disse que o *clinâmen*, segundo os termos expressos de Lucrecio, era uma diferencial. E, segundo ele e seus predecessores, o ângulo mínimo de tangência, ou melhor, de contingência, entre a geodésica de queda e o início da voluta. Verifica-se, justamente, que a determinação da tangente à espiral, nas proposições que seguem, no mesmo livro de Arquimedes, forma ‘um resultado isolado, o único que temos que citar, a rigor, como fonte antiga do cálculo diferencial.’ (Serres, 2003, p. 31.)

Portanto, a ideia de equilíbrio estático está ligada a um princípio de identidade que parte do pressuposto de que $A=A$. Com isto, é negada a possibilidade de que tudo surja a partir do desvio, pois simplesmente anulou-se o ângulo. “Nós não existimos, não falamos e não trabalhamos, razão, ciência e braço, senão no e pelo desvio do equilíbrio. Tudo é desvio do equilíbrio, exceto o nada. Isto é, a identidade.” (Serres, 2003, p. 38)

O que confere estabilidade ao mundo são as conjunções dos corpos, que lhes são indissociáveis. Eles, corpos, formam conjuntos, tais como: o conjunto da pedra é o peso, o conjunto do fogo é o calor e o da água é a liquidez. A impossibilidade de desagregação desses conjuntos é o que assegura a estabilidade do mundo.

Pela declinação, a primeira tangente à curva formada, depois pelo turbilhão, uma coisa é constituída, relativamente estável. Mantém-se em desvio do equilíbrio, prestes a romper-se e a morrer ou desaparecer, mas resistente por suas conjunções estabelecidas, entre a onda torrencial a montante e a corrente a jusante. É uma turbulência estacionária. [...] Em torno dessas volutas, cujo conjunto é a natureza mesma das coisas, o escoamento sem fim continua a derramar uma chuva de átomos. [...] Quase um desvio, quase uma perturbação, que vem encrespar a superfície da água. Sem os objetos da matéria e do espaço, sem as formações quase estacionárias, essa passagem não seria assim nem percebida. É um fenômeno mal fundado, totalmente privado de conexões. Ele advém, ele transita, ele expira ou volatiliza, é um acontecimento. (Serres, 2003, p. 193, grifo nosso)

Nesse “quase desvio, quase uma perturbação” Serres identifica o tempo irreversível da termodinâmica. E os acontecimentos, instáveis, realizam-se em tempo infinitesimal. Por isso, para o pensador francês, no texto de Lucrécio, física e história caminham juntos, são indissociáveis. Assim como a natureza das coisas é de ordem da física, a natureza dos acontecimentos é de ordem sociopolítica.

A história é da mesma forma turbilhonar que a física: jamais fecha um círculo, pois se um desvio produz uma reparação, essa reparação é sempre nova. “Toda forma, toda ordem, se autoproduz ou se auto-reproduz, mutações e variâncias, por estruturas temporariamente estáveis-instáveis de auto-regulação.” (Serres, 2003, p. 280) É um mundo complexo de que tratam tanto Lucrécio quanto Serres.

A introdução do *clinâmen*, portanto, implica introduzir desordem num sistema em ordem; uma desordem que não significa necessariamente uma aniquilação do sistema, mas numa readequação do mesmo como consequência da nova informação proporcionada pelo *clinâmen*.

O turbilhão pode resultar em situações contrárias, antagônicas:

“O turbilhão, instável e estável, flutuante e em equilíbrio, é ordem e desordem ao mesmo tempo, ele destrói navios no mar, ele é a formação das coisas. Assim tanto quanto se queira: o sol resseca a terra, liquefaz a cera; o fogo funde o ouro e contrai o couro; o zambujeiro é um regalo para a cabra, é amargo para o homem; a manjerona é um veneno para o porco e um remédio que nos anima; os átomos podem ser germens patogênicos. Mais ainda, uma mesma planta pode nos matar ou nos curar.” (Serres, 2003, p. 50)

Sendo assim, Serres relembra o exemplo do pião para explicar como é possível haver estabilidade no próprio movimento. O pião é instável, mas também é estável, especialmente se girar rapidamente; está tanto em movimento quanto em repouso; permanece em rotação, mas também é capaz da translação. É o paradoxo existente na ideia de turbulência: introduz o caos, mas também é um esquema de ordem. O pião também foi objeto de reflexão de Platão, mas ele vê apenas a estabilidade resultante do eixo que não se move com o movimento de rotação. Não que isso não esteja correto, mas Platão apenas atenta para o estável, sendo que o instável também está lá; ele atenta apenas para o movimento, esquecendo que aí também está o repouso.

Se percebemos os desvios e a natureza dinâmica do universo, é porque nossos sentidos o captam dessa maneira. A percepção não se baseia na construção de uma idealidade das coisas, ou na construção de um conhecimento que tende a zerar o ângulo de declinação, mas na maneira como os sentidos apreendem o mundo.

Por isso, a percepção é outro item importante a ressaltar na filosofia de Lucrécio e que se origina em Epicuro, pois ela não se baseia na construção de uma idealidade das coisas, do *eidos* platônico, ou na construção de um conhecimento que tende a zerar o ângulo de declinação, mas na maneira como os sentidos apreendem o mundo, isto é, *eidôlon*, que, por sua vez, “é o que

produz, no mundo percebido, as imagens, as aparências, os reflexos” (2003, p. 163).

As coisas são como elas são percebidas e o que é percebido é verdadeiro. No Livro IV, Lucrécio escreve:

“Descobrir-se-á que é pelos sentidos que primeiro se revela a nós o sinal da verdade e que os sentidos não se podem refutar. Efetivamente deve-se aceitar com mais fé aquilo que espontaneamente pode fazer que o verdadeiro triunfe sobre o falso. Ora, que pode merecer maior fé do que os sentidos? Por acaso poderá a razão depor contra eles, quando é falsa a sensação, ela que inteiramente nasceu dos sentidos? Se eles não são verdadeiros, também a razão se torna inteiramente falsa.” (1973, p. 85)

É preciso confiar nos sentidos e se uma coisa de perto parece quadrada, mas de longe parece redonda, é porque há uma explicação da razão para isso, embora talvez, naquele momento, a desconheçamos. É uma outra razão que é esboçada por Lucrécio e que Serres ressalta ao longo do livro. É um uso não metafísico, porque advém dos sentidos. “Se eles [sentidos] não são verdadeiros, também a razão se torna inteiramente falsa” (Lucrecio, 1973, p. 93).

E os sentidos são afetados pelos simulacros das coisas, que

“são [...] como películas arrancadas da superfície dos objetos e que voejam de um lado e outro pelos ares, indo ao nosso encontro quando estamos acordados, aterram-nos o espírito, exatamente como em sonhos, quando muitas vezes contemplamos figuras espantosas e imagens daqueles que já não têm luz [...]” (Lucrecio, 1973, p. 87)

Lucrécio utiliza o termo latino simulacro, que deriva de *similis*, ou semelhante, para se referir ao *eidôlon* de Epicuro (Chauí, 2010, p. 358). Simulacro e *eidôlon* dizem respeito à nossa percepção sobre os limiares e os envoltórios, sobre a captura pelos sentidos do desvio infinitesimal dos objetos.

Na tradição platônica, *eidôlon* é aquilo que é falso e ilusório, na visão de Demócrito, Epicuro e Lucrécio, é aquilo que é verdadeiro. “A matemática dos epicuristas, que emerge com Demócrito e que é canonizada por Arquimedes, é

uma ciência dos ídolos: agentes neutros produtores das multiplicidades infinitas da forma.” (Serres, 2003, p. 165).

Eidôlon é um termo que já aparece em Homero e em Platão e refere-se frequentemente a um fantasma¹⁰. Para *eidōs*, *eidôlon* é falso, e vice-versa. Como podemos então compreender as diferenças? *Eidôlon* “é o que produz, no mundo percebido, as imagens, as aparências, os reflexos” (Serres, 2003, p. 163).

Marilena Chauí assim traduz o termo *eidola* (plural de *eidolon*):

“Imagem, reprodução dos traços de uma coisa, retrato, imagem refletida n’água ou num espelho, simulacro. Deriva-se do verbo *eido*: ver, observar, representar, figurar; e na voz média *eidomai*: mostrar-se, fazer-se ver, parecer, tornar-se semelhante. Enquanto a filosofia platônica situa os *eidola* no plano mais baixo do conhecimento, na filosofia epicurista são eles os responsáveis pela nossa percepção das coisas, podendo assegurar tanto um conhecimento verdadeiro como os riscos de conhecimento enganosos ou enganados.” (2010, p. 346)

O que Serres deseja mostrar, portanto, é que para Epicuro esses efeitos ilusórios são apreendidos como verdadeiros para quem os percebe. As coisas são como elas são percebidas; o que é percebido é verdadeiro. É cortado “o nós dos efeitos da linguagem, e dos labirintos complexos de um desejo esgotado tornado tanatologia. O *eidōs* imortal, invariante e verdadeiro, torna-se nela, o erro, e o *eidôlon* mentiroso, fantasmático e morto, torna-se verdade, a aparência tranquila em um mundo real. (Serres, 2003, p. 164)

Portanto, aqui, *eidōs* torna-se falso e *eidôlon* verdadeiro. Daí Serres mencionar constantemente o retorno às coisas mesmas. É desta maneira que Lucrécio encontra uma explicação para os devaneios da imaginação e para os vínculos de Vênus (amor e sexo) com os simulacros durante o sono.

A ciência de Lucrécio, portanto, está conectada com o mundo percebido através dos órgãos de sentido, como a audição, o olfato, a visão e, principalmente, a sensação tátil, o que é bastante valorizado por Serres. Para conhecer é preciso tocar, cheirar, ouvir, sentir. A percepção, então, é fonte da razão:

¹⁰ *Phántasma* deriva de *phantasia*, que, por sua vez, seria a ação de gerar figuras pela imaginação. “*Phántasma* é a imagem que está no espírito ou que aparece ao espírito, mas sem consistência de uma coisa real.” (Chauí, 2010, p. 351)

“[...] a própria vida cairia imediatamente se se ousasse não acreditar nos sentidos e não evitar os precipícios e as outras coisas do mesmo gênero a que se tem de fugir, seguindo aquilo que lhes é contrário. Tem, portanto, de considerar com vã toda a massa de palavras que nos parece preparada, formada contra os sentidos.” (Lucrecio, 1973, p. 93)

O conhecimento do mundo, portanto, sob o viés esboçado pelos epicuristas é sensível, ou melhor, tátil, sensual, pois fundamenta-se na experiência dos sentidos. Serres, em seus trabalhos, reitera essa condição, rejeitando o conhecimento objetivado e distanciado da visão¹¹ e valorizando o corpo e seu movimento, pois aqui as distâncias são eliminadas.¹²

Para Serres, portanto, a sabedoria de Epicuro e Lucrecio¹³ simbolizariam um “universo reconciliado”, “[...] onde o homem é no mundo, do mundo na matéria e da matéria. Aí ele não é um estranho, mas um amigo, um familiar, um comensal e um igual.” (Serres, 2003, p. 203)

Trata-se de uma perspectiva inteiramente distinta daquela carregada por Platão e Descartes - e toda a tradição teórica idealista advinda desses dois pensadores, que simbolizam a ruptura com um “contrato” natural do mundo, no qual a condição do homem em relação a ele é de profunda estranheza e que é identificada por Serres como um contrato de violência.

A ciência defendida por ele, portanto, é aquela voltada para a dinâmica dos fluidos, ao invés da estabilidade dos sólidos. Talvez, como ele mesmo afirma, a civilização do mediterrâneo estivesse mais preocupada com os fluxos dos rios e mares, chuvas e tormentas, que propriamente de instrumentos. A matemática atomista é a da singularidade. “Demócrito toma por objeto o que,

¹¹ “No avião, o viajante surpreende-se por vezes com a dimensão da visão que se tem a partir das janelas, ao mesmo tempo em que, no interior do habitáculo veloz, confinado aos limites estreitos de sua poltrona, seu corpo dorme.” (Serres, 2004, p. 14)

¹² “Em contrapartida, quando as mãos se agarram à rocha até sangrarem, quando o peito, o ventre, as pernas e o sexo ficam paralelos à parede, quando em conjunto as costas, os músculos, os sistemas nervoso, digestivo e simpático participam sem reservas da abordagem física do relevo, em uma relação de luta aparente e de sedução real, do mesmo modo a pedra ao ser tocada perde sua dureza e, amada, ganha uma surpreendente doçura. A visão, mesmo ampla, perde o sentido de distância do sobrevôo e passa a interessar-se pelo corpo inteiro, como se a totalidade do organismo, agora lúcido, colaborasse com o olhar, enquanto os olhos ficam ligeiramente obscurecidos; aquilo que do alto continua a ser espetáculo passa a integrar o corpo cuja estatura aumenta nas dimensões gigantes do mundo.” (2004, p. 15)

¹³ Serres destaca que a atribuição de Epicuro e Lucrecio como materialistas advém de Leibniz, mas que, de qualquer modo, eles de fato fundam o materialismo já que, para eles, a alma é composta de átomos. (Serres, 2003, p. 175)

nos platônicos, é um acidente, ou o que, nos pitagóricos, é um naufrágio” (2003, p. 161).

É isso o que ele ressalta em seu livro: o mundo concreto de Lucrécio contra o universo abstratamente estático de Newton. Às formas sólidas e compactas da física epicurista e da matemática de Demócrito opõem-se as formas ideais e vazias da filosofia platônica.

A ciência de Serres, Epicuro e Lucrécio, portanto, é a ciência de Vênus, do tátil, do sensível, do próximo; é ciência de Afrodite, que emerge da água, não de Marte, da visão, do distante, como é o da tradição ocidental. Segundo Serres, a ciência ocidental organizou-se pela estratégia, não pelo contrato, pelos gerais e não pelos agricultores, e por isso sempre seguiu os poderes estabelecidos.

É nesse sentido que recuperamos o conceito de ciência nômade, apresentado pelos filósofos Gilles Deleuze e Félix Guattari, em sua obra *Mil Platôs* (1997), que eles identificam como uma ciência baseada nos fluxos de um modelo hidráulico, diferentemente do modelo estático dos sólidos, que se tornou o paradigma da ciência moderna. Vênus é ciência nômade, ciência dos devires, máquina de guerra, enquanto Marte é ciência régia, aparelho do Estado.

A ciência dos fluxos é a ciência do jardim, do espaço não métrico, não homogêneo, porque busca as singularidades. Matemática local, dos ídolos, da multiplicidade, dos véus invisíveis em oposição à matemática global, das formas ideais e vazias. Não que a ciência de Estado exclua meramente a ciência nômade; absorve-lhe aquilo que interessa para depois afastar-se dela.

Tanto Serres, quanto Lucrécio (e Epicuro), apesar de separados por cerca de 2 milênios, procuram uma ciência do mínimo, um jardim infinitesimal para exercitar o pensamento, ataraxia para encontrar o sentido. “A vida segundo a natureza permanece na vizinhança do nascimento das coisas, de seu movimento modificado: *o sábio habita esse desvio mínimo*, esse espaço entre o pouco e o zero, o ângulo entre o equilíbrio e a declinação.” (Serres, 2003, p. 286, grifo nosso)

Como vimos no início do texto, a ciência de dados visa obter todas as informações possíveis de algo com o intuito de tornar os diversos processos da economia mais eficientes. Porém, ao mesmo tempo, procura cada vez mais mapear, normatizar e regular o comportamento dos indivíduos com o objetivo de integrá-los nesse processo de eficiência. É o que Evgeny Morozov chama de “inteligentificação” ou “regulação algorítmica”:

“Se tanto do nosso comportamento cotidiano já foi capturado, analisado e manipulado, por que deveríamos nos deter nas abordagens não empíricas da regulação? Por que confiar em leis, se podemos contar com sensores e mecanismos de retroalimentação? Se as intervenções políticas devem ser – para fazer uso das expressões da moda – ‘baseadas em evidências’ e ‘voltadas para resultados’, a tecnologia está aqui para ajudar. Esse tipo de governança tem um nome: regulação algorítmica” (2018, p. 84).

A regulação algorítmica baseia-se no princípio de que tudo é mensurável, inclusive os desvios; e se eles não puderem ser medidos, então controles são adotados para colocar esses desvios numa rota, ou, então, anulá-los: “[...] as injustiças continuam sendo invisíveis, pois não podem ser medidas com sensores. O diabo não usa dados. É muito mais fácil monitorar as injustiças sociais do que a vida cotidiana dos indivíduos submetidos a elas.” (Morozov, 2018, p. 91)

Para ilustrar a perda que ocorre nesse processo de algoritmização do mundo, recorreremos ao exemplo da digitalização de uma onda sonora. Em um disco de vinil, a agulha do toca-discos percorre seus sulcos, que, amplificados, dão corpo às notas musicais, vozes ou mesmo ruídos. Quando exposto em um gráfico, o som forma curvas ao longo do tempo. O processo de digitalização do som, que o transforma em linguagem binária, converte as curvas em retas. Nesse processo, algo sempre se perde ou se desconfigura (Fig. 2).

Podemos fazer um paralelo com a comunicação humana, que não se restringe à linguagem verbal ou escrita. Há um jogo de sutilezas envolvidas no movimento do corpo ou nas mínimas expressões faciais e que conferem à comunicação uma taticidade. “Com tátil não se quer dizer o contato corporal, mas sim a pluridimensionalidade e multiplicidade de camadas da percepção

humana, da qual fazem parte não apenas o visual, mas também outros sentidos. A mídia digital furta à comunicação a tatilidade e a corporeidade.” (2018, p. 44)

Portanto, a ciência de dados e sua pretensão de abarcar todo tipo de desvio, ainda mais o desvio humano, é, na verdade, uma falsa ciência do mínimo, pois parte da abstração, da codificação binária, para chegar a esse suposto infinitesimal. A ideia é incorporar os desvios, anulando-os, transformando-os em zero. É a incorporação da ciência nômade pela ciência de Estado.

Referências bibliográficas

CHAUÍ, Marilena. *Introdução à história da filosofia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. Vol. II.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*. São Paulo: Ed. 34, 1997. Vol. 5.

HAN, Byung-Chul. *No enxame: perspectivas do digital*. Petrópolis: Vozes, 2018.

LUCRÉCIO. *Da Natureza*. In: OS PENSADORES. São Paulo: Abril S.A., 1973, p. 39-140. Vol. 5.

MARQUES, Fabrício. *O Brasil da Internet das Coisas*. Pesquisa FAPESP, São Paulo, ano 18, n. 259, pp. 18 – 27. Setembro de 2017.

MOROZOV, Evgeny. *Big Tech: a ascensão dos dados e a morte da política*. São Paulo: UBU Editora, 2018. SERRES, Michel. *O nascimento da física no texto de Lucrecio: correntes e turbulências*. São Paulo: Editora Unesp; São Carlos: EdUFSCAR, 2003.

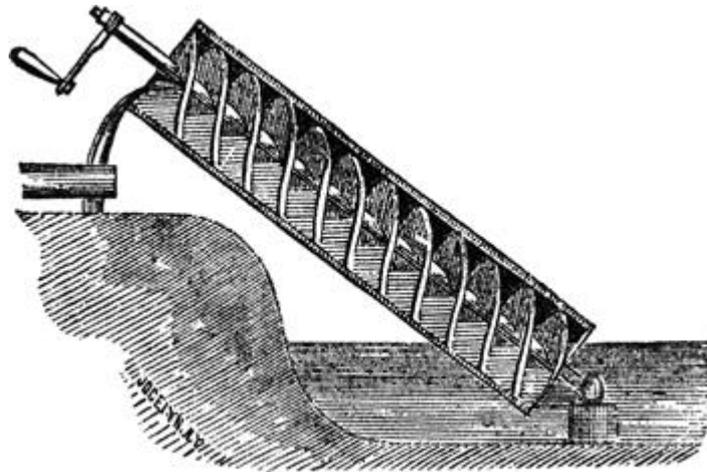
SERRES, Michel. Prefácio à edição brasileira. In: _____. *Hermes: uma filosofia das ciências*. Rio de Janeiro: Graal, 1990.

SERRES, Michel. *Variações sobre o corpo*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

TRIVINHO, Eugênio. *GLOCAL: visibilidade mediática, imaginário bunker e existência em tempo real*. São Paulo: Annablume, 2012.

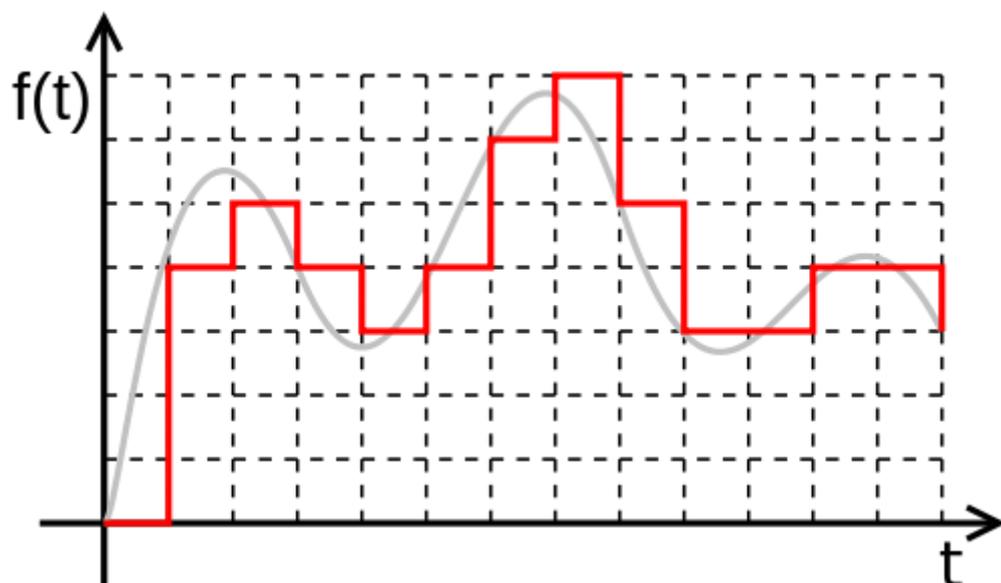
Figuras utilizadas no texto

Figura 1 - Parafuso de Arquimedes



Fonte: Chambers's Encyclopedia (Philadelphia: J. B. Lippincott Company, 1875).

Figura 2 – Gráfico de uma onda sonora analógica (em cinza) e sua versão digital (em vermelho)



Fonte - <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Digital.signal.svg>



DOSSIÊ: 2º Congresso de História da Ciência e da Técnica

Ciência econômica e economia da cultura:
Transferências e especificidades

Ana Paula Nobile Toniol¹

Doutoranda em História Econômica
FFLCH – Universidade de São Paulo
nobile.anapaula@gmail.com

Sara Albieri²

Professora do Departamento de História
FFLCH – Universidade de São Paulo
sara@usp.br

Como citar este artigo: Toniol, A.P.N., Albieri, S. “Ciência econômica e economia da cultura: Transferências e especificidades”, *Intelligere, Revista de História Intelectual*, nº7, p. 263-271. 2019. Disponível em <<http://revistas.usp.br/revistaintelligere>>. Acesso em dd/mm/aaaa.

Resumo: A proposta de uma economia da cultura recorre à lógica econômica, seus conceitos e metodologia para uma análise econômica da indústria cultural, compreendendo: efeitos externos, investimentos a longo prazo, especificidade de remuneração, importância do subsídio público ou privado, aliados a um forte componente de incerteza. Ao transpor o valor econômico à cultura, tanto fomenta discussões sobre orçamentos públicos como envolve o setor corporativo nas questões culturais, criando metodologias para avaliação do impacto econômico da cultura na geração de riqueza e empregos. Essa avaliação inclui: valor do capital cultural, participação no mercado, direitos de propriedade intelectual, justificativas para a interferência estatal no mercado, estimativa dos impactos dos acordos multilaterais nas relações sociais e na preservação das expressões culturais de um povo. A economia da cultura se utiliza das técnicas oferecidas pelo conhecimento econômico para defender a importância da cultura como geradora de crescimento econômico e seu potencial para o desenvolvimento socioeconômico.

Palavras-chave: ciência econômica, economia da cultura, políticas culturais.

Economic Science and culture economics: transfers and specificities

Abstract: The proposal of a cultural economics relies on the use of economic logic, its concepts and methodology, for an accurate analysis of the cultural

¹ Aluna de Pós Graduação em História Econômica na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Tem experiência na área de administração, com ênfase em indústria e varejo de moda, organização e estudos para a indústria têxtil.

² Professora titular da Universidade de São Paulo. Doutora em Filosofia pela mesma Universidade. Tem experiência na área de História, com ênfase em Teoria e Filosofia da História, História da Cultura, História Intelectual e das Ideias.

industry, comprising : external effects, long-term investments, specificity of remuneration, importance of public or private subsidy, including a strong component of uncertainty. By transposing economic value to culture, it both fosters discussions about public budgets and engages the corporate sector in cultural issues, creating methodologies for assessing the economic impact of culture on the generation of wealth and jobs. Such assessments comprise value of cultural capital, market share, intellectual property, justification for state interference in the market, estimation of the impact of multilateral agreements on social relations and the preservations of cultural expressions of a people. Cultural economics imports the tools of economic knowledge to help support the relevance of culture as a generator of economic growth and its potential for socioeconomic development.

Keywords: economic science, culture economics, culture politics.

*“La culture, plus on la consomme,
plus on a envie d'en consommer”
Françoise Benhamou (2012)*

Introdução

A junção entre a ciência econômica e a cultura constitui um interessante exercício de reflexão acerca da história do pensamento econômico. Etimologicamente, o conceito de cultura é atribuído ao cultivo da terra e também se refere ao desenvolvimento intelectual, ao acúmulo de conhecimento que torna alguém “culto”. Outro significado, pertence à uma abordagem antropológica, em que a palavra “cultura” engloba não só o conhecimento, mas artes, crenças, línguas, leis, valores, costumes, atitudes e visões de mundo. Raymond Williams descreve que “cultura” é uma das palavras mais complicadas da língua inglesa. Ele sugere que este último conceito de cultura foi introduzido no final do século XVIII por Herder que propunha uma concepção multilinear de cultura, ou seja, “específicas e variáveis culturas de diferentes nações e períodos, mas também de grupos sociais e econômicos” (Williams, 1976, p.79). Nesse sentido, a cultura passa a ser um “modo de vida”, que inclui práticas e atividades culturais e uma não se sobrepõe a outra. Para Williams:

“cultura é uma descrição de um modo particular de vida que exprime certos significados e valores, não só na arte e no saber, mas também nas instituições e no comportamento habitual” (1961, p.57).

Observar como a ciência econômica evoluiu e quais eram os interesses pela cultura por parte dos renomados economistas permitem estabelecer importantes balizas quanto à criação da economia da cultura. Com a expansão mercantilista, a ciência econômica tornou possível a discussão sobre valor de modo abstrato e sem julgamentos morais, pois as questões comerciais foram separadas da teologia em nome dos interesses do Estado (Wilk, 2007, p.41). A economia se desenvolve como a ciência responsável pela análise da produção, alocação e consumo de recursos (trabalho, dinheiro, matérias-primas, etc.), com o objetivo de estabelecer uma relação entre essas variáveis e propor a melhor solução para os objetivos traçados.

Segundo Adam Smith, os gastos com as artes inserem-se nas atividades de lazer e não tem como contribuir para a riqueza da nação. Smith considera a cultura como um trabalho improdutivo. Reconhece, no entanto, que a remuneração do artista reflete o custo do investimento que seu trabalho exige.

“[...] se o Estado encorajasse, isto é, se concedesse total liberdade a todos aqueles que, por seu próprio interesse, quisessem tentar divertir e entreter o povo, sem escândalo e sem indecência, por meio da pintura, da poesia, da música e da dança, por qualquer tipo de espetáculo e representação dramática, acabaria facilmente por dissipar, na maioria das pessoas, aquele humor sombrio e aquela predisposição à melancolia que constituem, quase sempre, o alimento da superstição e da angústia” (2010, Livro V, cap.1, seção 3).

Marshall escreveu em *Principles of Economics*: “É impossível avaliar objetos como os quadros dos mestres ou moedas raras; eles são únicos em seu gênero, não tem iguais e nem concorrentes; [...]. O preço de equilíbrio nas vendas desses objetos depende muitas vezes do acaso; no entanto, um espírito curioso poderia sentir algum prazer em empreender um estudo minucioso do fenômeno” (Marshall, 1997, p.319). Mais tarde, ele reconhece a “lei que institui que, quanto mais um indivíduo ouve música, mais aumenta seu gosto por ela”, abrindo caminho, assim, para a análise dos consumos de arte que constituem uma exceção à teoria da diminuição da utilidade marginal (Benhamou, 2007, p.16).

Keynes, foi um grande colecionador de arte e chegou a persuadir o Chanceler do Tesouro para adquirir coleções particulares. Também atuou como defensor do *Council for Music and the Arts*, cujo objetivo era garantir o sustento dos artistas durante a II Guerra Mundial e foi um dos grandes pivôs na formação do *Arts Council England*, instituição pública voltada ao financiamento das artes na Inglaterra.

Ainda que esses cientistas não tenham realizado propriamente uma análise econômica do setor cultural, seus pensamentos, conceitos e teorias contribuíram para que gradativamente a base da economia da cultura tenha se constituído. A teoria neoclássica foi responsável por não mais diferenciar as atividades produtivas e improdutivas. O valor de um bem passou a ser mensurado “em termos da utilidade que proporciona a quem o adquire ou o consome” (Reis, 2007, p. 29).

A economia da cultura e o capital cultural – origem e desenvolvimento

Precedente à economia da cultura, o conceito de “indústria cultural” foi firmado pelo filósofo alemão Theodor Adorno e desenvolvido pelos teóricos da Escola de Frankfurt. Para Adorno, o conceito analítico de indústria cultural mostra que o consumidor “não é sujeito dessa indústria, mas seu objeto”. E ainda, favorece a dependência e servidão dos homens, na medida em que “impede a formação de indivíduos autônomos, independentes, capazes de julgar e de decidir conscientemente (Adorno, 1987, p.285-288). Mas as primeiras inclinações em direção à análise econômica da cultura, vêm da Alemanha, no início do século XX, em especial a partir do artigo “*A arte e a economia*”, publicado em 1910 na revista acadêmica alemã “*Volkswirtschaftliche Blätter*”.

Nas décadas seguintes surgiram estudos que abriram os caminhos da futura economia da cultura. Conhecida por incentivar e fomentar projetos sociais e culturais, e diante de um quadro de custos crescentes das produções e falta de condições financeiras para as operações, a Fundação Ford contratou, em 1965, a consultoria dos economistas William Baulmol e William Bowen para desenvolver a análise do setor de teatros e apresentações ao vivo na Broadway.

Com o estudo *“Performing Arts: the economic dilemma”*, Baulmol e Bowen, se tornaram precursores da economia da cultura. Este estudo, cuja abordagem procura elencar argumentos para a ação pública no mercado de artes (CNPC, 2012), defendia que as produções da Broadway usavam o trabalho de modo a gerar ganhos de produtividade, ao contrário de um setor tipicamente industrial, que, segundo a sua tese, se utiliza da tecnologia para obter ganhos e redução de custos. Posteriormente, com o uso cada vez mais crescente da tecnologia, muitas ressalvas foram feitas a este estudo.

Outros estudos, como o de Gary Becker sobre o consumo de bens, os de Alan Peacock e da escola *Public Choice* procuravam restabelecer os vínculos com os paradigmas tradicionais da economia política e contradiziam os trabalhos de Baulmol e Bowen, que defendiam a dependência de subsídio público às artes. Em 1976, Mark Blug propõe que as economias da arte constituem uma espécie de “terreno de experimentação da pertinência dos conceitos econômicos fundamentais” (Benhamou, 2007, p.17-18). Em 1988, na Inglaterra, um estudo de Myerscough, *The Economic Importance of the Arts in Britain*, colocou em evidência o setor cultural da Grã-Bretanha, com a cifra de 10 bilhões de euros anuais e cerca de 500 mil empregos no setor (Reis, 2007,p.16). A partir da década de 1990, a economia da cultura é reconhecida institucionalmente e a *American Economic Association* a inclui em sua classificação de disciplinas econômicas, juntamente com uma publicação de David Throsby no *Journal of Economic Literature*.

Alguns fatores contribuíram para este reconhecimento institucional: a tendência para gerar fluxo de renda e empregos, necessidade de avaliações das decisões culturais e evolução da economia política para novos campos.

Assim, a cultura se instituiu como um setor que gera empregos. Suas relações entre indivíduos, grupos e empresas são peculiares e internamente diferenciam-se de outros setores. Com caráter instrumental, a economia transpõe a serviço da cultura, seus instrumentos como planejamento, eficiência, eficácia, estudo de comportamento humano e dos agentes de mercado (Reis, 2007, p.1-4). A economia analisa as relações entre oferta, distribuição e demandas e identifica possíveis falhas de mercado, com o objetivo de

potencializar recursos, agentes e estruturas. Com efeito, a economia da cultura se refere ao uso da lógica econômica e de sua metodologia no campo cultural.

Assim, a base da economia da cultura se constituiu, estendendo seus métodos e conceitos que serviriam de base para uma análise econômica da indústria cultural, compreendendo: efeitos externos, investimentos a longo prazo, especificidade de remuneração, envolvendo sobretudo, um forte elemento de incerteza, bem como a importância do subsídio público ou privado.

Do mesmo modo, que a indústria cultural se desenvolveu, o conceito de capital cultural também foi criado. Bourdieu (1979), o define como os atributos intelectuais oriundos tanto do ambiente familiar como também os produzidos pelo ambiente acadêmico. David Throsby utiliza o termo fazendo referência ao patrimônio cultural, como “capital cultural tangível e intangível, não somente pinturas, construções e monumentos mas também a literatura e música”. Para ele, os economistas podem “contribuir ajudando a transformar o conceito de sustentabilidade como aplicado à cultura em uma realidade operacional” (Word Bank, 2000, p.40).

Transferências e Especificidades

Ao transpor o valor econômico à cultura, a economia da cultura é capaz de fomentar discussões sobre orçamentos públicos e envolver o setor corporativo nas questões culturais, e quando se utiliza de metodologias de avaliação do impacto econômico da cultura na geração de riqueza e empregos: valor do capital cultural, participação no mercado, direitos de propriedade intelectual, justificativas para a interferência estatal no mercado, estimativa dos impactos dos acordos multilaterais nas relações sociais e na preservação das expressões culturais de um povo. A economia da cultura se utiliza dos instrumentos e técnicas da ciência econômica para validar a importância da cultura como geradora de crescimento econômico e seu potencial para o desenvolvimento socioeconômico.

Assim, podemos utilizar a mesma definição de economia da cultura aplicada pelo *Journal of Cultural Economy*:

Economia Cultural é a aplicação da análise econômica a todas as artes criativas e cênicas, às indústrias patrimoniais e culturais, sejam de capital aberto ou fechado. Ela se preocupa com a organização econômica do setor cultural e com o comportamento dos produtores, consumidores e governos nesse setor. O tema inclui uma variedade de abordagens, de correntes principais e radicais, neoclássicas, de economia do bem-estar, de política pública e de economia institucional.

Sendo uma disciplina nova, a economia da cultura desafia alguns pressupostos básicos da teoria econômica e exige adaptações. Uma das primeiras contestações diz respeito à lei das utilidades marginais decrescentes, segundo a qual a utilidade marginal proporcionada pelo consumo diminui progressivamente, conforme se consomem novas unidades. Ex: Tomar sorvete é muito prazeroso mas o segundo não é tão apreciado quanto o primeiro. Já no campo cultural, como o próprio Marshall sinalizou, “quanto mais boa música uma pessoa ouvir, mais provável é que seu gosto por ela aumentará”. No campo cultural, o consumo da cultura fomenta a formação do hábito. Quanto mais produtos e serviços culturais uma pessoa consumir, mais gosto terá por esse consumo.

O segundo aspecto é a intangibilidade, e mais ainda, a valoração da criatividade. O arsenal de instrumentos econômicos é adequado para mensurar produtos e algumas formas de serviços porém não apreende o valor total do intangível. É preciso criar uma metodologia que contemple o valor dos intangíveis culturais. Como mensurar o valor de uma editora e sua carteira de autores? Como precificar um quadro? Qual o recurso necessário para manter uma instituição cultural? Qual o valor de uma tecnologia cultural? São questões que devem ser respondidas não só como reconhecimento econômico aos criadores e sustentar as ações de política pública, como também eliminar gargalos de financiamento do setor cultural.

Enquanto o preço de um bem cultural é fixado pelo mercado e para se concretizar necessita de ao menos um comprador e um vendedor, o valor atribuído a ele é altamente subjetivo. E ainda, se esse bem cultural for público, o responsável pelo reconhecimento do valor é o governo.

Para Throsby (2001), além do valor econômico, o bem cultural possui o valor cultural que pode ser classificado em estético, social, espiritual, político. O valor estético é atribuído ao “conjunto de percepções de uma sociedade”, ou seja, como a sociedade vê esteticamente um bem cultural. O valor social reflete

a identidade da sociedade e o que este bem representa. O valor da existência resulta na sociedade ter conhecimento que um determinado bem cultural existe. O valor espiritual transmite a ideia do quão sagrado um bem cultural de ordem religiosa pode ser.

Enfatizando a questão do valor político, o governo possui a prerrogativa de decidir investir em um bem cultural público por diversas razões como aumento da qualidade de vida, valorização da diversidade, construção da identidade, criação de laços sociais, preservação da memória. O foco deverá ser o benefício para a sociedade e cabe aos gestores públicos em considerar esses valores econômicos e culturais para fomentar seus investimentos.

Conclusão

A economia da cultura é fortemente marcada por um caráter dual. Concomitantemente transmite uma mensagem simbólica e possui grande representatividade econômica.

Traçar uma política cultural requer o uso da metodologia e dos instrumentos da ciência econômica a fim de construir uma base histórica para análise desses dados. A economia da cultura deve ser capaz de avaliar se os recursos são suficientes e se há uma aplicação adequada.

Como ciência, a economia da cultura precisa responder questões que derivam diretamente da ciência econômica. É necessário como premissa saber quais recursos são necessários no setor cultural dentre ministérios, secretarias, órgãos públicos; bem como, quais são os investimentos do setor privado e terceiro setor. E, essencialmente, como esses recursos serão empregados.

A eficácia da economia da cultura é mensurada quando atende as demandas da sociedade, gera valor, empregos e qualidade de vida. Estes devem ser resultados práticos desses investimentos. Não basta uma captação e investimento de recursos. É primordial uma análise dos efeitos dos programas e ações culturais. Isso só será possível com a utilização das técnicas oferecidas pelo conhecimento econômico.

Referências bibliográficas

ADORNO, Theodor. *A indústria cultural*. In: COHN, Gabriel. (org.). *Comunicação e indústria cultural*. São Paulo: T. A. Queiroz, 2007.

BENHAMOU, Françoise. *A economia da cultura*. Tradução: Geraldo Gerson de Souza – São Paulo. Ateliê. 2007.

_____. “La culture, plus on la consomme, plus on a envie d’en consommer” Le Monde, 09 de mar de 2012. Disponível em: <http://www.lemonde.fr/culture/article/2012/03/09/la-culture-plus-on-la-consomme-plus-on-a-envie-d-en-consommer_1655773_3246.html> (acesso em 03/10/2015).

BOURDIEU, Pierre. *La distinction – critique sociale du jugement*. Paris. Les Éditions de Minuit, 1979.

Instituto das Indústrias Criativas e pelo Conselho Nacional de Políticas Culturais (CNPQ), Secretaria Executiva e a Secretaria de Políticas Culturais do Ministério da Cultura. *Economia e Cultura da Moda no Brasil*. 2012.

Relatório de economia criativa 2010 : economia criativa, uma opção de desenvolvimento. – Brasília : Secretaria da Economia Criativa/Minc ; São Paulo : Itaú Cultural, 2012. Disponível em http://unctad.org/pt/docs/ditctab20103_pt.pdf. Acesso em: 20 mar. 2018

MARSHALL, Alfred. *Principles of Economics*, Amherst, N.Y. Prometheus Books, 1997.

REIS, Ana Carla Fonseca. *Economia da cultura e Desenvolvimento sustentável: o caleidoscópio da cultura*. Barueri: Manole, 1997.

SMITH, Adam. *A riqueza das nações*. São Paulo, Martins Fontes, 2003.

THROSBY, David. “The Production and Consumption of the Arts: A View of Culture Economics”, *Journal of Economic Literature*, 32: 1-29, 1994.

_____. *Economics and Culture*. Cambridge, Cambridge University Press, 2001.

WILLIAMS, Raymond. *The Long Revolution*, Harmondsworth: Penguin Pelican, 1961.

_____. *Keywords*, Glasgow: Fontana, 1976.

WILK, Richard R., *Economies and Cultures – Foundations of economic anthropology*, 2007.

WORLD BANK “Culture Counts – financing, resources and the economics of culture in sustainable development”, 2000. Disponível em <http://documents.worldbank.org/curated/en/302131468739317900/pdf/multi-page.pdf> Acesso em 01/03/2019.

INTELLIGERE, REVISTA DE HISTÓRIA INTELECTUAL
EXPEDIENTE

Reitor: Vahan Agopyan
Vice-Reitor: Antonio Carlos Hernandez

CHC – Centro Interunidades de História da Ciência

Diretor: Gildo Magalhães dos Santos Filho
Vice-diretor: João Francisco Justo Filho

Conselho Editorial:

Sara Albieri
Estevão Chaves de Rezende Martins
Gildo Magalhães dos Santos Filho
Mauro Lucio Leitão Condé

Conselho Consultivo:

Allan Megil (University of Virginia)	Leopoldo Waizbort (USP – FFLCH)
André de Melo Araújo (UNB)	Luiz Carlos Soares (UFF)
Daniel Brauer (Universidad de Buenos Aires)	Marisa Midori Deaecto (USP – ECA)
Dario Horácio Gutierrez Gajardo (USP– FFLCH)	Mauro Lucio Leitão Condé (UFMG)
Dominic Scott (University of Oxford)	Milton Meira do Nascimento (USP–FFLCH)
Elias Thome Saliba (USP – FFLCH)	Oswaldo Frota Pessoa Jr (USP – FFLCH)
Estevão Chaves de Rezende Martins (UNB)	Paulo Teixeira Iumatti (USP – IEB)
Gildo Magalhães dos Santos Filho (USP–FFLCH)	Raquel Glezer (USP – FFLCH)
Gregory Claves (University of London)	Ricardo Navia (Universidad de la Republica- Uruguay)
Jaimir Conte (UFSC)	Rolf Kuntz (USP – FFLCH)
Jorge Luís Grespan (USP – FFLCH)	Yamandú Acosta (Universidad de la Republica- Uruguay)

Comitê de Publicação:

Editora responsável: Sara Albieri
Editor gerente: Ana Paula Nobile Toniol
Francismary Alves Silva
Assessoria editorial: Camilie Cardoso
Lauro Fabiano de Souza Carvalho
Secretária: Adriana Antunes Casagrande de Luca

Contato: Revista Intelligere – CHC/USP
Av. Prof. Lineu Prestes, 338 – Térreo
Cidade Universitária – São Paulo – SP
CEP 05508-900
e-mail: intelligere.revista@gmail.com
telefone (11) 3091-3776

Capa deste número: autoria de Camilie Cardoso, a partir da ilustração de Sandro Castelli

Instruções aos colaboradores

A apresentação dos originais será realizada através do sistema de submissão eletrônica. Antes de submeter os textos originais, novos autores devem se registrar no site <http://www.periodicos.usp.br/revistaintelligere/user/register>

Após preencher todas as informações indicadas com asterisco, o novo utilizador deve marcar a opção “Cadastrar como Autor: Pode submeter à revista” no final do formulário. Um e-mail de confirmação será encaminhado. ATENÇÃO: é importante que os autores informem de maneira exata os dados pessoais e profissionais solicitados no cadastro, posto que os artigos submetidos não poderão conter informações de autoria. Em caso de dificuldade, por favor escreva para intelligere.revista@gmail.com

Os escritos não podem ter sido previamente publicados (em papel ou eletronicamente) ou enviados para avaliação em outras publicações.

Após fazer o login no sistema, o autor poderá submeter seu texto e acompanhar o processo de avaliação.

A revista aceita originais em português, espanhol e inglês. A expedição segue formato Word.

O texto deve ser digitado em corpo 12, fonte Garamond, com espaçamento de 1,5 linhas, em laudas de até trinta linhas por cerca de setenta caracteres, preferencialmente até 40 laudas.

Pede-se que o(s) autor(es) destaque(m) termos ou expressões no texto por meio de itálico. Citações, transcrições ou epígrafes em língua estrangeira devem vir entre aspas.

O título deverá ser em fonte Garamond tamanho 14 em português e inglês.

Os artigos devem vir acompanhados de resumo em português ou em espanhol e abstract em inglês, com preferencialmente até 200 palavras.

Os autores devem apresentar de quatro a dez palavras-chave em português ou em espanhol e quatro a dez keywords em inglês.

As notas de rodapé devem ser digitadas ao final da página, utilizando-se os recursos para criação automática de notas de rodapé dos programas de edição em fonte Garamond, tamanho 10.

Citações e menções a autores no correr do texto devem subordinar-se à forma (sobrenome do autor, data) ou (sobrenome do autor, data, página).Ex: (Alves e Luiz, 2014, p. 22).

As referências bibliográficas deverão ser listadas ao final do artigo, em ordem alfabética, de acordo com o sobrenome do primeiro autor e obedecendo à data de publicação, ou seja, do trabalho mais antigo para o mais recente. Não devem ser abreviados títulos de periódicos, livros, nomes de editoras e de cidades.

Figuras, gravuras, ilustrações e desenhos em geral devem ser apresentados em páginas separadas. Imagens devem ser escaneadas em tons de cinza, com resolução mínima de 300 dpi.

Todas as imagens devem vir acompanhadas de legendas, com a devida numeração em fonte Garamond, 10.

As ideias apresentadas nos textos são de responsabilidade exclusiva dos autores, não refletindo obrigatoriamente a opinião da Comissão Editorial e do Conselho Editorial.

Todos os trabalhos serão submetidos a um sistema de arbitragem cega. Artigos não aceitos receberão parecer circunstanciado que justifica a recusa. Artigos submetidos à reformulação passarão por novo processo de avaliação.

A revista detém os direitos autorais de todos os textos nela publicados. Os autores estão autorizados a republicar seus textos mediante menção da publicação anterior na revista.

Declaração de Direito Autoral

Autores que publicam nesta revista concordam com os seguintes termos:

- a. Autores mantêm os direitos autorais e concedem à revista Intelligere o direito de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a “Licença Creative Commons Attribution” que permite o compartilhamento do trabalho com reconhecimento da autoria e publicação inicial nesta revista.
- b. Autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não-exclusiva da versão do trabalho publicada na revista Intelligere (ex.: publicar em repositório institucional ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial nesta revista.
- c. Autores têm permissão e são estimulados a publicar e distribuir seu trabalho online (ex.: em repositórios institucionais ou na sua página pessoal) a qualquer ponto antes ou durante o processo editorial, já que isso pode gerar alterações produtivas, bem como aumentar o impacto e a citação do trabalho publicado.

Política de Privacidade

Os nomes e endereços informados na revista Intelligere serão usados exclusivamente para os serviços prestados pela publicação, não sendo disponibilizados para outras finalidades ou a terceiros.